



André Luís André é Professor de Geografia Humana na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, no curso de Geografia e no ciclo comum de Fundamentos da América Latina, atuante no Instituto Latino-Americano de Território, Infraestrutura e Tecnologia e no Centro Interdisciplinar de Território, Arquitetura e Design.

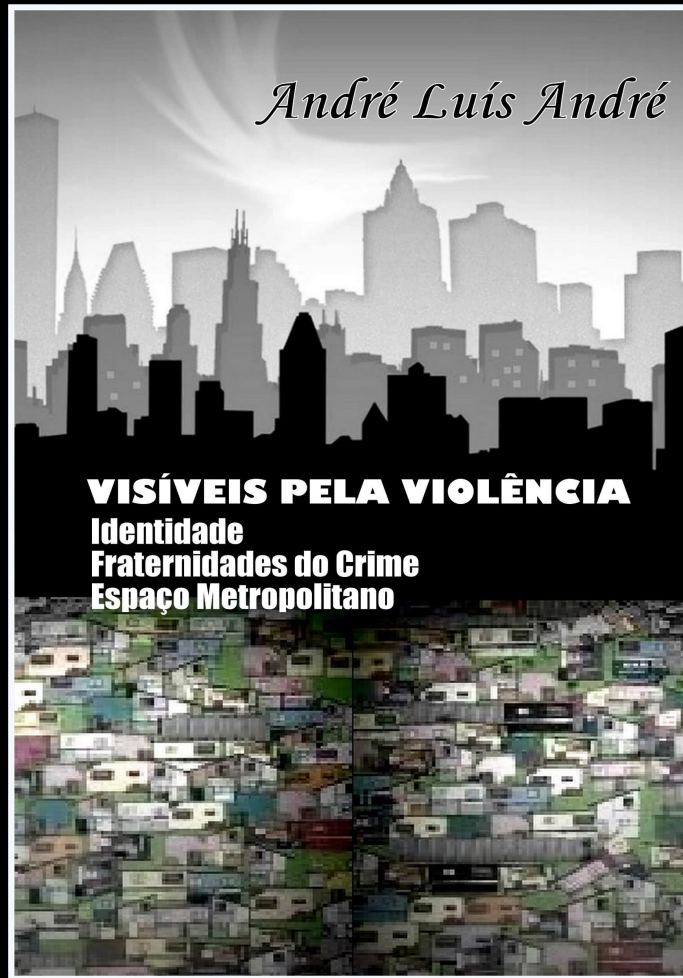
Formado pela Universidade Estadual Paulista, possui a titulação de Doutor Direto em Geografia, Bacharelado e Licenciatura. Iniciou sua carreira como professor e geógrafo, ainda no sistema público e privado de Ensino Fundamental e Médio da cidade de São Paulo, passou por instituições de Ensino Superior privadas e escreveu materiais didáticos para o ensino de Geografia.

Atualmente tem suas pesquisas voltadas para a relação entre geopolítica, produção do espaço urbano, identidade e cotidiano.

" ... Em toda trajetória que percorremos, nossa intenção primordial girou em torno de entender como a violência condiciona e compõe a estruturação de uma configuração espacial, um território e um lugar, e, ao mesmo tempo, como este mesmo espaço define manifestações singulares de formas de violência. É assim que, ao longo deste trabalho, esforçamo-nos para demonstrar aspectos de como a violência ganha formas particulares se considerarmos o espaço metropolitano de sua ocorrência e, contraditoriamente, como o espaço metropolitano se reproduz incorporando formas de violência – domésticas e anômicas – como parte de seu modo de ser metrópole..."



Visíveis Pela Violência - André Luís André



Visíveis Pela Violência é resultado de um longo processo de investigação sobre a violência urbana na maior área metropolitana da América Latina, a Região Metropolitana de São Paulo. Com a tese central de que a violência só pode se tornar modo de vida e modo de sociabilidade em um radical ambiente de transformações simbólicas e materiais que se realizam simultaneamente, e com a construção de identidades urbanas em confronto. Neste livro, o leitor encontrará um estudo aprofundado da relação entre o período histórico atual, a produção do espaço metropolitano e a produção de identidades urbanas capazes de se engajar numa guerra civil molecular, que no limite opõe os grupos estabelecidos da metrópole e os grupos em constante processo de marginalização, criando as condições para o mercado de segurança de um lado, e o surgimento de organizações criminosas de outro. Depois deste livro, o leitor nunca mais verá a questão da violência e as cidades da mesma maneira!

ANDRÉ LUÍS ANDRÉ

VISÍVEIS PELA VIOLÊNCIA

**IDENTIDADE, FRATERNIDADE DO CRIME
E ESPAÇO METROPOLITANO**

1º Edição

Foz do Iguaçu - BRASIL

2015

André Luís André

ANDRÉ, André Luís. 1978 -

Visíveis Pela Violência: Identidade, Fraternidades do Crime e Espaço Metropolitano.

1ª Edição – Foz do Iguaçu, Brasil.

I – Violência Urbana. II – Identidade . III – Criminalidade. IV – Metrópole.

ISBN: 978-85-918995-0-0

Apresentação

Este trabalho é o resultado de um longo processo de investigação científica a respeito da violência urbana na maior Região Metropolitana do Brasil e da América Latina: a Região Metropolitana de São Paulo.

Minha preocupação com a violência urbana e seu impacto na vida dos habitantes da metrópole paulista precede minha vida acadêmica, mas é exatamente a partir dela que ambicionei tornar legível as racionalidades da violência de forma sistemática.

Este livro é uma adaptação do que foi minha Tese de Doutorado Direto em Geografia: *Visíveis Pela Violência: A fragmentação Subjetiva do Espaço Metropolitano*, defendida em 2009, sob orientação da historiadora Prof. Dra. Eda Góes, na Universidade Estadual Paulista – UNESP –, a quem devo sinceros agradecimentos por ter, durante seis anos, abraçado a ideia de orientar um trabalho de investigação sobre a violência urbana dentro do Departamento de Geografia da UNESP, algo inédito naquele momento.

Assim, *Visíveis Pela Violência*, ganhou corpo de fato com uma monografia de Bacharelado intitulada: *Vida Bandida!*, defendida e aprovada em 2003. Neste trabalho busquei, particularmente, compreender quais eram os motivos que levavam jovens das periferias da Cidade de São Paulo a se engajarem em atividades econômicas ilegais e a fazerem da violência um modo de sociabilidade e um modo de vida.

Vida Bandida deu origem a uma Dissertação de Mestrado que acabou se tornando então uma Tese de Doutorado Direto por indicação da Banca Examinadora no ano de 2006, formada pelos Professor Raúl Borges Guimarães, Professora Maria Encarnação

Sposito e pela minha orientadora, naquele momento, Professora Eda Góes, todos do Departamento de Geografia da UNESP.

Por acreditar que este trabalho resultou em uma contribuição para o entendimento da violência urbana no Brasil e para a construção de um conhecimento geográfico que tenha nos sujeitos e suas contradições parte de suas principais preocupações, é que resolvi apostar neste trabalho de adaptação da Tese de Doutorado, agora com o subtítulo: *Identidade, Fraternidade do Crime e Espaço Metropolitano*.

Nesta época de tantos conservadorismos, de tantas legitimações, de tantas teorias, métodos e discursos “competentes”, dentro e fora da Geografia, incapazes de dar conta do que ocorre no cotidiano das pessoas, mas ainda assim se auto-anunciado ou sendo anunciado como o caminho para entender as contradições da totalidade do espaço, é que penso ser fundamental demonstrar que a Ciência Geográfica pode ser *anti-stablishment*, seja no campo acadêmico, seja fora dele.

No entanto, é importante expor que, da defesa da Tese, até esta publicação, a realidade mudou, eu mudei, o tema central da pesquisa, a violência urbana, adquiriu novas nuances. Entretanto, ainda assim, uma parte importante dos sujeitos urbanos permanecem visíveis apenas pela violência!

Eis um dos tantos dramas da realidade brasileira e latino-americana!

Dedico com muito amor à minha esposa Luciana Marques André, à meu filho, à quem desejo um mundo sem violência, Miguel; aos meus filhos de coração, João e Gabriel; aos meus pais Helena e Pedro; aos meus irmãos e irmãs; sobrinhos e sobrinhas; aos que contribuíram direta e indiretamente para que esta pesquisa, agora transformada em livro, pudesse se realizar; àqueles que, como eu, conseguiram sobreviver à vida na periferia de uma grande cidade, cientes de que você pode sair de um lugar, mas o lugar nunca sai de você!

André Luís André

Deus mesmo, quando vier, que (não) venha armado!

Guimarães Rosa

SUMÁRIO

VIOLÊNCIA E IDENTIDADES COLETIVAS NO MUNDO GLOBAL 10

Geografia e violência 11

Violência e identidade 12

Violência do Poder – Contraviolência 28

Globalização da Ultraviolência 39

Espacialidade da violência 46

VISÍVEIS PELA VIOLÊNCIA 50

A crise da modernidade é global! A crise da modernidade é íntima! 51

Violência marginal 66

A evolução subterrânea-metropolitana da violência 74

Identidade, sistema ético e economia bens materiais e simbólicos: os manos entram em cena! 84

Entre a violência, a negação do trabalho e as igrejas, emerge a vida bandida! 105

O bandido do céu! Programado para a morte! 123

Justiça ilegal, seguridade criminal e habitat simbólico 136

O papel feminino na vida bandida 145

FRATERNIDADES NO CRIME 152

Organizações criminosas, baixo-crime e realidade brasileira: “o lado certo da vida errada!” 153

Assim nasceu o CV 161

CV: territorializando e saltando escalas 171

O “Partido do Crime”: Primeiro Comando da Capital 176

Organizações ultraviolentas, mídias, medos e terrorismo de Estado 184

GEOPOLÍTICA E MILITARIZAÇÃO METROPOLITANA 187

Uma nova metrópole, um estranho campo de batalhas 188

A metrópole como obra? 201

A geopolítica metropolitana 213

São Paulo em mutação 219

A cidade Mãe 233

Cidade mãe e vulnerabilidade metropolitana 244

Morte violenta, vida urbana e capital familiar 260

Tragédia S/A 273

Ultraviolência metropolitana 277

Cidade negada 287

SATURAÇÃO DE VIOLÊNCIA 297

O lado bruto do Estado 298

BIBLIOGRAFIA 312

André Luís André

**VIOLÊNCIA E IDENTIDADES COLETIVAS
NO MUNDO GLOBAL**

Geografia da violência

A Geografia e os geógrafos, tradicionalmente, se dedicaram em conhecer, entender, analisar, descrever e explicar as diferenças espaciais, entre países, regiões e cidades. Neste sentido, seu objeto principal e mais ordinário é o espaço e não um evento ou um fenômeno. Quando, por meio da Geografia, se busca compreender algo específico, como a violência, a perspectiva espacial da Geografia pode oferecer uma série de contribuições, sobretudo na perspectiva interescalar que os geógrafos têm elaborado como método de investigação nos últimos anos.

Além de projetar luz nas diferenças espaciais ou na maneira como um fenômeno social ou natural se distribui no espaço, a Geografia deve contribuir com o conhecimento sobre um determinado evento, na medida em que é próprio de seu método perceber como um fenômeno define uma configuração espacial, numa ordem próxima ou distante em escalas distintas do espaço. Por outro lado, é um ponto forte da Geografia esclarecer como o evento ou fenômeno em questão pode ser definido por uma dada configuração espacial e ser condicionado de forma a apresentar expressões particulares, em escalas e configurações territoriais diferentes.

É exatamente nesta perspectiva que nos dedicamos a analisar a da violência enquanto objeto possível de ser compreendido pela Geografia. Em toda trajetória que percorremos, nossa intenção primordial girou em

torno de entender como a violência condiciona e compõe a estruturação de uma configuração espacial, um território e um lugar, e, ao mesmo tempo, como este mesmo espaço define manifestações singulares de formas de violência. É assim que, ao longo deste trabalho, esforçamos para demonstrar aspectos de como a violência ganha formas particulares se considerarmos o espaço metropolitano de sua ocorrência e, contraditoriamente, como o espaço metropolitano se reproduz incorporando formas de violência – domesticadas e anômicas – como parte de seu modo de ser metrópole.

Neste sentido, chegamos ao entendimento de que a violência vista de forma ampla, cria a possibilidade de elaborar conceitos que podem favorecer a compreensão de diferentes tipologias de violência, em diferentes escalas. Um objeto com a magnitude e as complicações da violência exige uma abertura para referenciais e autores diversos, com abordagens distintas e formações variadas, ainda que estejam inscritos em registros teóricos que possam ser contraditórios, entendemos por bem não considerar suas formulações de forma absolutamente excludente.

Sendo assim, a violência é entendida neste trabalho como uma instituição social, como uma agressão física e psicológica (MORAIS, 1985; TAILLE, 2000), que fere o corpo, a psique e a consciência de pessoas, comunidades, grupos de interesses, classes sociais, segmentos, populações, etnias e nações. Não obstante, a violência é um instrumento

que está aquém e além da política, ela pode ser parte de um projeto, ou ainda, pode ser um elemento difuso em ações que não expressam projeto algum (SOARES, 2000; 2003; SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005), colocando-se para os sujeitos como um artifício para criar, manter e ampliar poder, conservar ou melhorar status, centralidades e localizações, impor ou realizar interesses, de uma forma instrumental, quase como uma técnica (SANTOS, 2006), ou como cimento cultural de um modo e estilo de viver (KEEGAN, 2006).

A violência é um instrumento para realização de circuitos econômicos e políticos, sejam eles legais ou não, sejam eles grandes ou pequenos, sejam significativos ou insignificantes. A violência é um instrumento de resolução de conflitos em diferentes escalas, desde atritos interpessoais até conflitos entre empresas, Estados, sociedades, guerrilhas, grupos terroristas, grupos de afinidades etc., capaz de incorporar-se ou ser incorporado às formas de reprodução dos sujeitos e dos lugares. Sendo um propulsor de visibilidade pública (SOARES, 2000, 2003; BATISTA,) de quem não tem poder e de hipervisibilidade de quem já o tem, além de um forte e extremo elemento de linguagem, comunicação e ludicidade (WIEVIORKA, 1997; PEREIRA; RONDELLI; HOLLHAMMER e HERSCHMANN, 2000).

Por outro lado, a partir de uma escala de intensidade, que pode ser um par dialético que interage conjuntamente com outros, a violência, em seu nível menos explícito dá-se a partir daquilo que Bourdieu (1996)

chamou de violência simbólica, uma violência que não se realiza diretamente e nem sempre é sentida pela sua vítima, na medida em que há um conjunto de relações, instituições, organizações e normas que a consagram e difundem sua legitimidade e aceitação, fazendo-a quase invisível. A outra ponta desta escala, ou a negação deste par dialético, ocorre com aquilo que chamamos de ultraviolência, que é uma violência explícita, uma brutalidade extremamente dolorida no corpo e na psique, que não encontra legitimidade fora do alcance da racionalidade de seu protagonista. A ultraviolência é extremamente brutal, bárbara e aponta fraturas no processo de civilização, como um raio atávico de barbárie.

Em outro par dialético a violência pode ser compreendida como violência do poder, organizada, normalizada e estrutural (SANTOS, 2000), muito característica das formas de reprodução social de atores com alto grau de poder, utilizada geralmente para a manutenção de uma organização favorável à constituição de poderes. Em contraposição, a violência do poder produz e reproduz a contraviolência, violência reativa, violência não- normatizada e violência anômica, difusa entre sujeitos com déficit de poder ou em posições desvantajosas dentro de seus sistemas de relações socioespaciais, que fazem uso da contraviolência exatamente para criar um mínimo de poder para se enquadrar, fazer a crítica ou se tornar visível dentro de uma organização socioterritorial que os joga para posições inferiores e espaços degradados.

Por fim, no que tange à conceituação da violência e como nos mostra Wieviorka (1997), a violência não é a mesma de um período histórico a outro. Cada grande período também pode ser definido por um repertório de violências que os sujeitos sociais são capazes de articular, as configurações de cada período levam à decadência ou à ascendência de determinadas formas de violência, submetendo-as, domesticando-as e fazendo surgir novas formas de sua expressão.

O período atual fez surgir aqui e ali expressões de violência que são instrumentais e fundadoras de identidades, fazendo decair violências políticas muito usuais na luta entre esquerda e direita pelo controle das instituições estatais durante todo o século XX. Simultaneamente a isso, presenciamos o aumento de formas de violência contra o Estado para a manutenção de negócios privados e o aumento de formas de contraviolências decorrentes da exclusão social, não necessariamente ligadas às práticas tradicionais de luta de classes, por exemplo.

Wieviorka (1997), ao falar do repertório de violências de cada período, nos leva ao encontro de Fernand Braudel, lembrado por Milton Santos (1996), que nos leva à considerar a violência e a escala de tempo, assim como, por dever de ofício, consideramos a violência e a escala geográfica. Braudel nos traz as noções de tempo longo e tempo curto, Milton Santos, colhendo nessa fonte, nos traz as noções de tempo lento e tempo rápido. Baseado em ambos, formulamos a ideia de que há, na perspectiva de representações coletivas, no sentido de Durkheim (1995),

violências de longa duração, violências de curta duração e violências instantâneas ou quase instantâneas.

A violência de longa duração é aquela própria da estruturação de uma organização social ou uma totalidade, é a violência ou as violências que são domesticadas e monopolizadas, geralmente pelos sujeitos e grupos estabelecidos para manter um sentido para a organização social, um metabolismo, uma ordem, comandos e divisões estruturais: de gênero, de etnia, de religião, de classe, de nacionalidade... São geralmente aquelas violências que se instituem como normas, parte do repertório de violências monopolizadas pelo Estado, instrumentais aos grupos de interesses com maior capacidade de dirigir ou influenciar programas ou projetos políticos e formas de gerir o território, que também por isso acabam sendo violência do poder e violência simbólica, sofrendo poucas alterações dentro de um mesmo período histórico. Todavia, como violência ligada às formas de poder de sujeitos sociais hegemônicos e como parte das maneiras de reprodução social do sistema, a violência de longa duração geralmente estende-se no espaço de forma quase ilimitada, ela só muda ou é redefinida quando a história é redefinida e quando o espaço e os sujeitos redefinem seus atributos, papéis, funções e poderes, por meio de reformas ou mesmo revoluções.

A violência de curta duração é aquela que, dentro de um período, no sentido de Milton Santos (1996), garante que pessoas e grupos sociais ou grupos de interesse possam impor seu modo de comandar o período, o

tempo e o espaço, o território e a sociedade, mas não necessariamente é capaz de transformar ou impor um leque de violências suficientes para redefinição total das coisas, dos objetos, dos sistemas, dos sujeitos, da sociedade, do território, do tempo e do espaço. Assim, esta forma de violência ou esta duração da violência, difere da violência de longa duração na medida em que o confronto com interesses de outros grupos sociais pode dissolvê-la ou minimizá-la, deixando intacta a ordem e organização geral da sociedade e do território. Um exemplo recente na história brasileira de violência de curta duração foi característico do período em que os militares estiveram no poder, no comando do Estado, entre 1964 e 1985. Embora dentro deste período tenha ocorrido momentos de maior uso da violência por parte do Estado, o importante é que o exemplo nos ajuda a pensar como ela foi organizada e utilizada como expediente político de controle do Estado, do Território e da Sociedade, ao longo de 25 anos, o que na perspectiva dos sujeitos é um longo tempo, mas na perspectiva histórica é um piscar de olhos, daí ser ela de curta duração.

A violência de curta duração pode estar presente na tomada do Estado ou na sua colonização por grupos de interesses particulares, como no exemplo dos militares no Brasil, pode estar presente na forma como corporações colonizam o território, submetem sujeitos e impõem seus planos e interesses, pode estar presente na forma como pessoas, grupos, segmentos e classes, passam a se apropriar do espaço, do tempo

e a se relacionar com os demais sujeitos sociais, a fim de manter seu status e extensão territorial.

A violência instantânea, diferentemente das escalas de duração da violência descritas acima, é aquela geralmente utilizada em circunstâncias restritas, cuja dor e o constrangimento provocado por ela não se prolonga na sucessão do tempo, ao menos na representação coletiva, sobretudo no cotidiano. É uma violência que irrompe e desaparece com a mesma velocidade que surgiu, embora seu acúmulo possa fazer com que ela pareça ser de curta duração. Ela surge e desaparece como um flash ou um piscar de olhos.

Entretanto, situações de crise podem fazer com que a instantaneidade de formas de violência se sucedam no tempo e se espalhem pelo espaço. Na maior parte das vezes é nesses casos que se inscrevem as contraviolências, geralmente com espaço de ocorrência limitados e, pelo poder de seus protagonistas, insuficientes para impor uma nova ordem. É importante dizer que grupos estabelecidos também fazem uso de violências instantâneas, geralmente para manter ou “recolocar” os de “baixo” em posições sociais inferiores e localizações degradadas. Embora para qualquer sujeito agredido, mesmo uma agressão que dure frações de segundos, possam se perpetuar na consciência e na psique, por um longo tempo, a violência instantânea aqui é definida a partir de uma representação coletiva. Todavia, isto não implica que ela não possa ser utilizada, como conceito ou noção a partir

da perspectiva que deseja o pesquisador ou a partir da perspectiva de sujeitos diversos. Imagine um roubo de carro num farol, que leva o tempo da abordagem, retirada da vítima e arranque do agressor, imagine um assalto a banco que leva o tempo da invasão, tomada do dinheiro e fuga, é isso que estamos definindo como violência instantânea.

Em qualquer pesquisa sobre a violência é importante perceber como estes pares dialéticos se articulam, como eles se inscrevem no ethos dos sujeitos em confronto, quais são as representações dos sujeitos envolvidos, quais suas visões de mundo, quais são as representações de si e do outro que permitem que a agressão possa ser parte do habitus e do habitat, tornando-se, ao menos na racionalidade do agressor, algo coerente (BOURDIEU, 1996). É imprescindível dimensionar, ainda que de forma abstrata, qual é o tamanho da vítima ou do agressor. Uma pessoa, uma classe, um Estado, uma nação... Qual é o tamanho de seu poder? Qual sua capacidade de saltar escadas ou verticalizá-las? Qual sua capacidade de acelerar o tempo e mover-se no espaço? Qual é o conteúdo de sua identidade? Qual é sua autorrepresentação e representação do outro? Qual seu uso e sua leitura do espaço?

É a partir daí que procuramos entender a fragmentação, decomposição e reconstituição urbana que a violência acirra, redefinindo o jeito dos sujeitos e grupos sociais reproduzir o espaço urbano em meio a uma atmosfera de quase impossibilidade da alteridade.

Violência e identidade

A ligação histórica entre violência e as sociedades humanas é íntima. Toda sociedade, independentemente do tempo ou do espaço, encerrou maior ou menor grau de violência em suas relações, como nos mostra Caleb Carr (2002), em *A assustadora história do terrorismo* e John Keegan (2006) em *Uma história da guerra*. Porém, a percepção desta ligação é crítica e difícil, porque ela evolui e sofre variações, o que condiciona a avaliação e o entendimento sobre o que é e o que não é violência.

O ponto de observação socioespacial de qualquer fenômeno que emana violência faz com que nem sempre o que é entendido como violência seja uma interpretação comum, racionalizando e naturalizando a violência utilizada, simultaneamente, desumanizando a vítima. Por outro lado, o contrário também é possível, há formas de violência que são superdimensionadas, de tal modo que o seu protagonista é desumanizado e sua vítima hiper-humanizada. Não se deve deixar de dizer que a agressão é sempre doída na carne ou na psique, em qualquer tempo, em qualquer espaço, ainda que os sujeitos envolvidos não vejam suas ações como violentas e não vejam a si mesmos como agressores ou vítimas de tal ação.

Inúmeros povos, desde a Antiguidade, utilizavam atos violentos em seus rituais e cerimoniais religiosos. Introduzir a violência em um ritual

sagrado sempre foi a forma mais comum de tentar domesticar os seus efeitos e reduzir sua manifestação no cotidiano. Segundo René Girard (1990), a domesticação da violência através de rituais religiosos está na base dos processos civilizatórios da humanidade e na construção de identidades coletivas direcionadas para relações relativamente pacificadas. Esta, talvez tenha sido a primeira forma de regular e controlar a violência, que encontrou seu modelo máximo no Estado-Nação da Modernidade.

A criação de um portador legítimo das armas e o monopólio estatal da violência tem sido a forma mais ampla de domesticação, regulação e aprisionamento da violência nos limites da legalidade. Embora a legitimidade nem sempre esteja em consonância com a legalidade, sofrendo alterações e adaptações de acordo com as características de cada sociedade, cada ordem e cada território. Não por acaso, a palavra “assassino” tem sua origem ligada a uma seita islâmica xiita medieval que fazia uso de haxixe em cerimônias e rituais religiosos, sobretudo aqueles que antecediam situações de combate: os *hashshashin* (CARR, 2002).

Em parte, a violência sempre foi uma forma básica de preservação, expansão e resolução de conflitos. É uma instituição humana, desde sempre, assim como a transgressão e as formas de penalidade (DURKHEIM, 1995). A violência antecede a política. A política, neste sentido, não pode ser exercitada em estado puro, sem carregar consigo expedientes de força mais ou menos explícitos. Quando a política, que

pressupõe o diálogo, não resolve situações de diferentes naturezas, a política antidialógica da violência pode se sobressair, ainda que com a rapidez de um flash (CARR, 2002).

Sendo assim, a Modernidade não pode ser caracterizada somente pela tentativa de generalizar um contrato social capaz de pacificar os conflitos e elevá-los a uma tipologia política radicalmente dialógica, embora tenha sido na Modernidade que a política hegemonizou as relações e transformou parte da violência em forma de ação política marginal-ilegal, bem como incorporou parte dela ao seu arcabouço institucional, organizando-a e dando sentido e objetividade à ideia de monopólio da violência e violência legal.

Foi na Modernidade que se buscou regular ao máximo a violência nos processos de disputa e cooperação, gerando identidades coletivas capazes de repudiar, ao menos de forma ideal, a violência explícita de seu habitus social. Se antes da Modernidade o poder fazia-se sobremaneira por meio da violência e só excepcionalmente pela política, na modernidade há uma inversão que coloca a política no centro dos conflitos, forjando aí as identidades, deixando a violência como subterfúgio. Assim, tornou-se possível uma domesticação estrutural da violência pelos Estados Nacionais, em muitos dos quais o mito fundador remete à violência paroxística: guerras ou grandes enfrentamentos violentos (GIRARD, 1990).

De alguma forma, quando a Humanidade começa a forjar grandes estruturas, a violência torna-se mecanismo subeficiente de regulação. Daí a necessidade da política, e de identidades nela baseadas, capazes de substituir a força física pela força simbólica e, entre outras coisas, o sagrado pelo legal. Não há como administrar grandes escalas sem formas de regular a violência e sem fazer uso de formas de violência organizada, simbólica e de longa duração. Assim, o desenvolvimento humano teria uma quase vocação teleológica para transcorrer por uma escala que vai da violência em estado puro – a ultraviolência - em direção à política, também em estado puro, transformada em violência simbólica.

Todavia, com a evolução no tempo e no espaço das formações sociais e seus respectivos territórios, por mais que uma sociedade se organize para erradicar de dentro de si formas antidialógicas como a violência, não há como extirpá-la, apenas sufocá-la por meio de vantagens comparativas, como sugere Luís Eduardo Soares (SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005), que favoreçam vinculações geradoras de processos identificativos, fortalecendo representações coletivas, no sentido de Durkheim (1995) e fazendo convergir representações sociais, no sentido de Moscovici (apud JOVCHELOVITCH, 2000). Entretanto, assim que formas de violência são organizadas, legalizadas e normatizadas, uma série de violências se transformam em contraviolências.

A violência, sujeitos e identidades que dela se instrumentalizam diretamente, apresentam inúmeros revezes em relação à política e à identidades políticas. Quando parece reinar a harmonia política, emergem violências, ainda que simbólicas. Entretanto, quando parece reinar a violência, surgem formas de negociação política, como uma aparente negação da barbárie.

A tentativa de domesticar a violência é um artifício recorrente. A partir dele, os grupos homogêneos, em poder e estrutura deste poder, pequenos ou grandes, criam um mito fundador de si, gerando unidade, identidade, práticas e normas comuns. A violência simbolizada em rituais exige um campo de sublimação no qual os conflitos e desvios possam retomar a harmonia e a ordem.

Assim acontece com rituais religiosos que simbolizam formas de violência, assim acontece em relação aos grupos sociais metropolitanos de baixo poder que, em grande medida, usam a música, a fala e os gestos para sublimar, metaforizar e domesticar a violência vivenciada dia-após-dia. A violência domesticada, neste sentido, realiza-se como um protótipo de política, um embrião do que é o monopólio estatal da violência, domesticada, funcional e legalizada. No entanto, ela emerge de uma situação de desregulação da força, enquanto objeto fundador de identidades. Enquanto não há um processo interno com identidades capazes de regular e domesticar a violência, estruturas sociais e estatais externas a estas identidades criam formas de repúdio e marginalização. A

violência não-domesticada ou anômica fortalece identidades de sujeitos em processo de marginalização e insere-se no habitus sócio-político-cultural destes sujeitos (GIRARD, 1990).

Como aponta John Keegan (2006), diversas identidades coletivas e civilizações nasceram de episódios violentos. Assim ocorreram com povos, nações e Estados, para os quais a legalização da violência simbólica pôde fomentar a unidade e a construção de identidades coletivas relativamente reguladas, inscritas num campo político de negação da violência explícita, no qual as identidades excluídas lutaram para se inscrever.

Este é o caso da Modernidade. A domesticação da violência ensejou a possibilidade de construção de identidades coletivas, base da unidade de povos, nações e/ou Estados, territórios, grupos de interesses, classes e comunidades (GIRARD, 1990). Porém, um dos maiores desafios dos dias atuais para diversas formações sociais é dominar a maior e mais resistente capacidade humana, a capacidade de ser violento (KEEGAN, 2006).

De um lado, a violência e a política são como tese e negação, são objetos que não podem prescindir um do outro. Sem algo para se diferenciar positivamente, a política não tem justificativa para prevalecer, por isto a ideia de Thomas Hobbes (2004) de que o contrato social mediado pela política é capaz de evitar a “guerra de todos contra todos”,

impedindo a generalização da morte violenta. Por outro lado, contraditoriamente, a violência pode ser usada de forma institucional em nome da manutenção do contrato social, gerando as condições para o que Boaventura de Sousa Santos chamou de fascismo de contrato (1998). De alguma forma, violência e política funcionam como fatores que se sobrepõem um ao outro, dependendo da situação, da natureza dos conflitos, da forma dos pactos, do poder dos sujeitos conflitantes e de capacidade potencial de compartilhar objetivos.

A relação entre política e violência, por vezes, é percebida de forma isolada porque é difícil enxergar além dos flashes da totalidade e do entorno vivido. Assim, uma milícia religiosa, em um rincão qualquer, foi sempre entendida como um anacronismo da Modernidade ou do processo civilizatório desencadeado pelas revoluções burguesas. A consolidação da escala nacional e mesmo a impossibilidade de uma comunicação ubíqua e constante, coloca a sociedade diante de uma perspectiva linear do tempo e homogênea do espaço, de tal maneira que aquilo que destoar do monopólio da violência é encarado como um contrassenso da história.

Quando a escala nacional já não é o limite, quando a comunicação se torna generalizada e permanente, quando o rincão chega a nós pelo filtro da mídia e pela tela da tv, o anacrônico se torna a própria crônica; a linearidade perde espaço para uma percepção em que as formas de separação entre política e violência, bem como suas respectivas formas

de interação, convivem em tempos e em espaços simultâneos, o arcaico ou o que poderia ser visto como arcaico (MELLO, 2002) refaz-se no tempo e no espaço presente e nos coloca diante de mais um revés social, liberando para as identidades coletivas, a violência dantes domesticas.

A política e a violência, então, interagem como uma unidade. As dificuldades atuais em monopolizar a violência a colocam novamente como mecanismo estrutural de ordenação, comando, enquadramento social e territorial. Hoje, não há política que não possa ser feita de modo violento; não há violências que não sejam políticas e há poucas sociedades que não comportam identidades coletivas fundadas, em parte, na violência.

Violência do poder – Contraviolência

As formas mais distintas de violência podem ser analisadas como uma totalidade em que fundamentalmente há o confronto entre duas forças contraditórias, em uma dialética perversa entre: violência do poder/organizada/normatizada capaz de permitir a vigência de uma série de práticas e símbolos que possam sustentar formas extremas de divisão social, com aspectos econômicos, políticos, espaciais, técnicos, científicos, religiosos e midiáticos, expressos de forma nem sempre objetiva ou calculada, por Estados, empresas, grupos de interesses, comunidades, classes, nações e indivíduos, que se beneficiam de

organizações sociais divisórias e desiguais. Uma forma de violência que contém alto grau de legitimação e, por isso, se torna quase invisível; ela é geralmente globalizada, pertencente a uma ordem distante, comportando condutas não anômicas e reguladas (LEFEBVRE, 1991).

Como negação disto, há o que chamamos de contraviolência/violência não-organizada/violência não-normatizada/violência reativa, capaz de desestabilizar parcialmente uma organização ou relação divisória e de poder, capaz de, ao menos provisoriamente, permitir um relaxamento dos constrangimentos e limitações impostas pelo modo como uma sociedade ou relação se organiza, capaz de permitir uma adequação, não menos provisória, à organização social, capaz ainda de construir uma visibilidade de sujeitos em meio a outros. Esta forma de violência se realiza principalmente numa ordem próxima e espacialmente localizada, porém, seu exercício se dá em meio à anomia, na falta de instrumentos de regulação, em momentos de mutação e crise, nos quais um conjunto de sujeitos é levado a um processo de inadequação.

A violência do poder tem um caráter mais organizado, dispõe de uma certa normalidade e naturalidade construída pela lei. É a legalidade a ela conferida que, ao longo do tempo, a torna normal, aceita, invisível e natural. Legalidade não é algo puramente racional e técnico, a legalidade depende sobremaneira da legitimidade que o público lhe atribui, assim, a legitimidade depende dos conflitos que ocorrem na vida cotidiana, como

os sujeitos se relacionam, posicionam-se e se identificam enquanto potenciais vítimas e/ou agressores e, não obstante, como as situações de violência são comunicadas ao público - aí é extremamente importante o papel da mídia, principalmente por que ela se posiciona ao comunicar os fatos.

Geralmente, a violência do poder, difusa nas relações sociais, surge em diferentes situações, com diferentes sujeitos, em diferentes escalas e de diferentes formas, mas com o objetivo de reproduzir, ampliar e/ou desenvolver o poder. Como nos mostra René Girard (1990), algumas manifestações de violência do poder podem estar arraigadas pelo costume, pela tradição e não pela lei, ou ao contrário.

Tanto a violência do poder, quanto a contraviolência, podem assumir diferentes formas de expressão. Por exemplo, uma mulher quando agredida constantemente pelo seu marido, sofre de uma espécie de violência do poder criminalizada pela lei, em vários países do mundo, mas nem tanto negativizada pelo costume ou pela tradição dos mesmos sistemas sociais que a criminalizam através da lei. Neste exemplo, a natureza desta forma de violência remonta as origens patriarcais das sociedades atuais, reelaborados permanentemente no tempo e no espaço. O lugar da agressão ocorre no espaço de reprodução familiar, no qual a diferenciação biológica e social entre homem e mulher transforma-se em desigualdade e, conseqüentemente, em poder masculino.

Ambas as formas de violência – violência do poder e contraviolência – envolvem manifestações ultraviolentas. A forma mais profunda de ultraviolência do poder é encarnada pelos Estados. Nenhuma outra instituição, corporação, grupo ou organização é capaz de fazer investimentos, financiar, construir bases de treinamento, armar e treinar para agressão como o Estado. Embora haja um processo de privatização do monopólio da violência pertencente aos Estados, ele continua a ser o principal ator em condições de combate. A ultraviolência do poder tem um caráter mais planejado e permanente do que aquele apresentado por possíveis manifestações de ultraviolência reativa (CARR, 2002; MIR, 2004).

Contudo, parece que os sujeitos que comandam a ordem atual e aqueles que se beneficiam dela, desacreditam da capacidade do Estado de protegê-los. Assim, embora não dispensem a proteção do Estado, estes sujeitos recorrem cada vez mais às forças privadas, paraestatais, extraestatais e forças clandestinas. Isto faz com que uma parte dos sujeitos passem a ser treinados para uma situação de combate, sem necessariamente receber a devida formação e regulação, e sem estarmos vivendo uma situação de combate tradicional; ou seja, parte da sociedade está sendo treinada e armada para a um “estranho tipo de guerra”. Estranho por ser em parte uma metáfora, estranho por não proteger uma identidade coletiva, um território comum e o direito comum. Ela se presta a proteger interesses privados, identidades específicas, um

território fragmentado ou uma fração do território e o privilégio privado elevado à direito. Neste sentido, há uma preparação para se combater a identidade do outro, seus interesses, sua fração territorial, seu direito e sua vida (MIR, 2004; SANTOS, B. 2004).

Há uma forte relação entre a violência internacional, protagonizada principalmente por Estados, e a violência local. As nações e os Estados que se militarizam para fazer a guerra, produzem maiores índices de violência, seja em seu próprio território, seja exportando a violência para outros territórios e comunidades. Nações que se militarizam para manter a ordem interna, isto é, nacional, também criam as condições necessárias para a expansão da violência local, militarizando as relações.

Tanto a preparação para guerra internacional, quanto a preparação para a segurança da ordem nacional, em termos de militarização, socializam a violência como mecanismo de resolução de conflitos e como padrão moral e ético. Se, parte da sociedade é treinada para aniquilar o outro, por que motivo esta violência não seria utilizada no enfrentamento dos conflitos inerentes à vida cotidiana? Por que a violência não estaria aí justificada moralmente? Sobretudo quando a violência é organizada por forças particulares. Como nos mostra David Adams, em *Evitando a violência local* (2003), há uma correlação entre a militarização para a guerra externa ou para a segurança interna e a violência comum.

Na medida em que o Estado se envolve em situações nas quais ele tem que lançar mão da violência ou da ultraviolência, ele reitera o direito moral de praticá-la. Quando isto se torna uma prática frequente, as condições para o aumento exponencial da violência estão dadas.

Mas a sociedade que socializa a violência e seus mecanismos, em nome de uma segurança militarizada, cria as condições para que um conjunto de atores de posse deste conhecimento militar, não só o utilize para resolver conflitos pessoais e diários, mas a use para funções políticas e econômicas. Neste sentido, a militarização cumpre um papel contrário àquele para o qual foi destinada, na medida em que a aplicação social da violência pode ser usada inclusive para funções que desautorizam o Estado e suas leis, desorganizam as relações sociais e seu estado de coisas. Assim, a militarização contraria o papel para o qual ela foi destinada de início; ao buscar manter a ordem, a militarização torna-se fator de desordem e fragmentação do território.

É então que a violência e a ultraviolência do poder suscitam, não somente sua própria disseminação, na medida em que se privatizam, mas sua dialética negativa, suas negações, suas reações, sua contraviolência (CARR, 2002; MIR, 2004).

A violência dos poderes e as violências reativas se articulam, interagem e se imbricam em suas manifestações cotidianas. Não são articulações óbvias. O violentado pode ser, contraditoriamente, o

violento, isso porque os sujeitos estabelecem diferentes formas de relacionamento: familiar, comunitário, econômico, político, comunicativo, intelectual e religioso, de modo que sua inserção em cada tipo de relação nem sempre é de comando das variáveis que cada relação comporta e nem tampouco de submissão.

As sociedades atuais possuem uma grande disposição para temer e se indignar apenas com as violências reativas. A violência do poder, instituída como norma, tende a passar imune às críticas, inclusive quando elas infligem às normas que lhe atribuem legalidade. Atento para isto, Berkaman (1981, p.171-2) afirma:

Para onde quer que nos voltemos, descobriremos que a nossa vida é baseada na violência ou no medo que ela nos inspira. [...] Tão impregnados estamos do espírito da violência, que jamais nos detemos a pensar se ela é certa ou errada. Interessa-nos apenas saber se é legal, se é autorizada por lei. [...] Se um indivíduo cometesse num só ano todos os erros que o governo (por exemplo) comete todos os dias, nós o chamaríamos de criminoso, ladrão e patife. Mas desde que a violência cometida seja legal, nós a aprovamos e nos submetemos a ela. Assim, na verdade não fazemos objeções à violência em si, mas apenas àqueles que a usam ilegalmente.

Não há violência que não cause em nós uma certa perturbação. Jean Claude Chesnais (apud IMBERT, 1992) propõe a seguinte classificação: violência criminal – letal, corporal e sexual; violência não criminal – suicídios ou tentativas de suicídios e acidentes -; violência coletiva – terrorismo de Estado e violência industrial -; e, por fim, violência paroxística: a guerra.

Gerard Imbert (1992), preocupado com a ação da mídia, tenta classificar a violência da seguinte forma: primeiro, violência real – aquela que acontece no cotidiano das pessoas, ocorrendo de forma variada, com graus e intensidades distintos, que pode ser física ou simbólica, de natureza política, econômica e social, etc., que pode ser letal, criminal, acidental, individual e/ou coletiva; por outro lado, o referido autor nos fala sobre a violência representada – que é aquela encenada no cinema e na televisão, principalmente; e por fim, violência formal – aquela embutida na própria produção de imagens pela mídia.

Formas de compreender e classificar a violência existem na mesma proporção dos seus debatedores. Nesta pesquisa, se julgou necessário questionar toda e qualquer forma de entender a violência que omite, exclua ou legitime as agressões protagonizadas pelas estruturas de poder, sejam elas de natureza econômica, política, religiosa, etc.; repudiando tão somente as formas de violência que se manifestam como uma reação à ação destas estruturas.

Por isto, de acordo com Milton Santos (2000), temos uma tendência a repudiar formas de violência periféricas, derivadas de formas de violência estruturais que, por sua vez, ficam ilesas em nossa análise. Violência é violência em qualquer lugar, ainda que determinados momentos históricos e espaços diferentes possam legitimar ações violentas que num período seguinte ou no espaço de outra formação social, sejam elas repudiadas, seja quem for seu protagonista e sua vítima,

seja qual for sua escala, seja qual for sua função, seja qual for o poder de quem a realiza, seja qual for o poder de quem a sofre, violência é sempre violência!

É assim que consideramos indevida a definição de violência de Yves Michaud (1998, p.7, tradução nossa): “uso da força a margem da legitimidade ou da ilegitimidade desta força”. Michaud escreve a partir da ideia de que a violência legal não é violência.

Já dizia Randolph Bourne (apud WOODCOCK, 1981, p.90) que a violência e/ou a guerra é a saúde do Estado ou de qualquer um que reivindica para si o poder sobre alguém ou algum lugar. Por outro lado, Boaventura de Sousa Santos (1998, 2005) mostra que nem sempre os mecanismos usados para legitimar uma ordem, até mesmo as ordens democráticas, são benéficos para a sociedade. Sendo assim, organizar a violência e instituí-la como norma, seja pelo costume, seja pela tradição, seja pela lei, não torna a violência menos dolorida, ainda que o conjunto da sociedade veja nela legitimidade. Assim, consideramos que classificar como violência somente o que não é norma é um equívoco.

Yves Michaud (1996, p.22-3) propõe a seguinte classificação da violência: violência sócio-política difusa – aquela que decorre da ausência do poder instituído, particularmente o Estado; violência do poder - que nada mais é que uma tipologia de violência que surge como mecanismo extremo, que vai além da norma, para manutenção e reprodução do

poder instituído; e violência contra o poder – aquela que se levanta contra os operadores de poder e aquilo que eles elaboram.

José V. T. dos Santos (1999) se baseia nesta classificação para produzir seus argumentos a respeito da violência. Mas, como já foi discutido, esta classificação é expressão de um modo limitado de compreender o sistema de violências, ignorando as situações e posições de operadores e organizadores da violência, ignorando quem são os protagonistas, quem são as vítimas, qual o poder de cada um deles e qual a função que a violência se destina. Não obstante, tais interpretações propõem a extensão destes operadores para se resolver e pacificar os conflitos que se instrumentalizam da força. Assim, a força física e simbólica é, segundo eles, a melhor maneira de se combater contraviolências ou violências ilegais. Mas quem combateria a violência do poder?

A própria sistemacidade da violência contemporânea refuta a classificação de Michaud (1996) e todo o conjunto de classificações e proposições feitas com as mesmas características. Isto porque o sistema de violências e a violência do poder adquiriram uma ubiquidade, levando violências sócio-políticas difusas, nos termos de Michaud, a ser reelaboradas pela dinâmica do sistema social atual. O caráter difuso não desapareceu, mas ela se transformou em violência do próprio poder, em alguns casos, organizada e instituída por estruturas de poder, sejam elas, empresas, milícias ou organizações criminosas.

Na sombra e nas fissuras do poder estatal, outros poderes emergem, seja por autorização, consentimento ou insuficiência do Estado, como no caso de potências econômicas privadas; seja por desinteresse ou abandono, como no caso de milícias ou organizações criminosas das mais diversas naturezas. Aquelas formas de violências que decorrem da ausência de pactos civis praticamente não existem. As violências e ultraviolências não se fazem hoje na ausência de pactos, mas sim sobre eles e, em parte, por causa deles. Na medida em que o contrato social não inclui a todos e marginaliza a muitos.

Nesta perspectiva, as violências que parecem decorrer da ausência de autoridade são geradas, em parte, pela atuação delas; oferecendo uma configuração de poder as violências aparentemente difusas, incoerentes e ilegais. Mesmo as frações do espaço que parecem estar fechadas para as verticalidades do poder e suas formas de violência, em última análise, precisam ser alimentadas objetivamente e subjetivamente pelas violências que emanam da reprodução do poder numa ordem distante. Não há violência reativa que possa ser radicalmente isolada da violência exercida por estruturas de poder: Estados, empresas, grupos de interesses, etc.

Reforçamos a ideia de que só podemos nos aproximar da compreensão das formas de violência e ultraviolência a partir da

premissa fundamental de que ela se realiza para cumprir duas funções básicas: exercitar poder ou resistir a ele.

A globalização da ultraviolência

A globalização dos negócios, das imagens e das formas de fazer política, trouxeram consigo a necessidade de globalização da ultraviolência. A globalização dos negócios suscitou em toda parte a necessidade do uso da força de maneira potencializada. Por um lado, para garantir que os negócios pudessem transcorrer, independente das necessidades das populações e dos lugares; por outro lado, para garantir que lugares e populações apartadas ou quase apartadas deste processo pudessem se fazer presentes em um ambiente que as condena à ausência, à degradação e à invisibilidade. Tanto para fazer valer a ordem global, quanto para não ser neutralizado física e psicologicamente por ela.

Caleb Carr (2002), um pesquisador da história das ações violentas, ao discutir a história da violência e do terrorismo, deixa evidente que as sociedades em crise de participação, como a sociedade globalizada de hoje, apelam para a ultraviolência para garantir sua reprodução. A violência coloca-se como pilar deste mundo novo gerado pela globalização dos negócios.

Da mesma forma que na Modernidade, as variadas formas de capital, os diferentes modelos de Estado, as distintas formas de produzir Técnica e Ciência se fundiram em um sistema de acumulação desigual de riquezas e governança, buscando regular a violência; a crise globalizada coloca diante de nós uma série de violências anômicas, além do seu uso sistemático nas fissuras deixadas entre os negócios e a política diante de pessoas e lugares. Nesse cenário, a violência serve imperfeitamente como força de reconstrução dos vínculos e pactos sociais desmontados pelas transformações do sistema. As reconstruções pactuais baseadas na violência criam, neste momento, novas formas de solidariedade, recompondo redes sociais e reconfigurando territórios. Contudo, na medida em que estas redes são construídas ou reconstruídas, novas formas de cisão social são geradas em função da própria cisão provocada pelo funcionamento dos negócios globais e pela construção e reconstrução de redes sociais fundadas na violência.

Fala-se, hoje, muito em violência e é geralmente admitido que é quase um estado, uma situação característica do nosso tempo. Todavia, dentre as violências de que se fala, a maior parte é sobretudo formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original. Por isso, acabamos por apenas condenar as violências periféricas particulares.

Ao nosso ver violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa era da globalização, do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, cuja associação conduz à emergência de novos totalitarismos e permite pensar que vivemos numa época de globalitarismo muito mais que de globalização. Paralelamente, evoluímos de situações em que a perversidade se manifestava de forma isolada para uma situação na qual se instala um sistema da perversidade. (SANTOS, M., 2000, p.55)

É inegável que a globalização despertou formas superiores de violência. O sistema de perversidades instalado não pode abrir mão da força. Ela é vital para a reordenação dos negócios, da política, da ordem e da adequação social.

Com a globalização, a totalidade da superfície da terra foi compartimentada, sujeita à influência humana, sua política, seus negócios, suas imagens, seus símbolos, suas ficções, suas violências. A voracidade de Estados e empresas não se faz sem uma dose ou overdose de violências.

Não há formas de violência que possam ser compreendidas sem as devidas conexões com as formas globais de organização. Mas essa correlação não é automática, ela passa por meandros que precisam ser desvendados, sem esquecer que formas enraizadas de violência, confinadas em frações específicas do espaço, “saltam escalas” (SMITH,

2000) e correm no mesmo espaço de fluxos globais de bens e imagens, servindo como modelo e gerando formas miméticas, como as discutidas por Luiz Eduardo Soares, Celso Athayde e MV Bill (2005), nas quais as imagens das organizações criminosas, milícias, grupos guerrilheiros, movimentos terroristas e órgãos de segurança, no grande fluxo de imagens da grande mídia, despertam o mimetismo de pessoas ou grupos em lugares distantes.

As violências organizadas pelas potências globais: Estados, empresas, mídias e religiões, invadem os espaços dos lugares interagindo com suas formas genuínas de expressão, de modo que aquilo que é produzido horizontalmente passa a contar com pontos de coincidência e conexão com aquilo que é produzido de forma vertical. Assim, tanto aquilo que é globalizado, quanto aquilo que está localizado, passam a se alimentar um do outro, sem deixar de ter um grau de autonomia que permite perceber a singularidade e a totalidade de cada evento.

É neste movimento que a violência tornou-se estrutural, sistêmica e universal, mais do que em qualquer outra etapa histórica. Existe, então, uma violência reservada às funções de poder e vitalidade do espaço de fluxos globais e uma violência reservada à manutenção da vida no espaço dos lugares (CASTELLS, 2003).

No espaço de fluxos, o comando se divide entre Estados, grandes empresas, mídias, organizações e grandes religiões; nos lugares não há

necessariamente comando, quando há, ele é difuso, anômico e heterogêneo. Na maior parte das vezes, a violência funciona como “... um tipo de ação política [protopolítica] não necessariamente organizada ou programada, mas que alicerçaria novas práticas e discursos”; novos atores, personagens e identidades (PEREIRA, RONDELLI, SCHOLLHAMMER, HERSCHMANN, 2000, p.22), de caráter geralmente local, mas com a capacidade de “saltar escalas” e se apropriar daquilo que verticalmente é lançado.

A compartimentação global do espaço e a conquista da escala global, por estruturas heterônomas como o Estado e as empresas, instrumentalizadas pela Técnica e pela Ciência, para reproduzir e ampliar um conjunto de variáveis - dentre elas o Capital -, coloca a organização sistemática da violência como instrumento e artifício global de comando das sociedades e dos territórios. Sendo assim, a violência se espalha de modo difuso- organizado, desde a escala global até a escala pessoal: “local físico primário da identidade pessoal, [...] lugar do corpo, que marca a fronteira entre o eu e o outro em sentido tanto físico quanto social [...] lugar da reprodução biológica, [...] lugar do prazer e da dor” (SMITH, 2000, p.145).

As relações sociais forjadas em cada lugar são combinações de um conjunto de relações sistêmicas: econômicas, políticas, religiosas. A partir delas, se formam os sistemas políticos, os mercados, as mídias, as manifestações religiosas, a dinâmica temporal e espacial específicas de

cada lugar. Não obstante, as condições de imbricação destes sistemas elaboram subsistemas sociais e culturais que não deixam de se alimentar daquilo que é gerado e difundido verticalmente. É possível verificar um processo de homogeneização e heterogeneização simultâneo.

As identidades geradas por este processo nutrem-se de formas globais e de formas localmente produzidas, num repúdio e ratificação da globalização. Há em construção processos culturais, isto é, maneiras de comunicação entre o indivíduo e o outro, entre ambos e o sistema globalizado, que perpassam a violência como fundamento.

Há formas de violência herdadas e reaprendidas, elaboradas na vivência cotidiana dos lugares e influenciadas pela ação globalizada dos sujeitos estabelecidos. A violência foi sendo incorporada como fator cultural, a partir do qual se cria a capacidade de fazer uma interpretação de si e da realidade, gerando um habitus, um estilo de vida comum, capaz de diferenciar e dar unidade; sendo o laço que une e, no limite, segrega pessoas, grupos e classes (SANTOS, M., 1987; BOURDIEU, 1996).

Globalizadas, as práticas políticas dominantes ainda são representadas pelos Estados; as econômicas ganham forma na articulação das grandes empresas multinacionais e transnacionais, bem como na fluidez do capital financeiro; as práticas cognitivas estão submetidas ao conhecimento técnico-científico; as práticas comunicativas estão

representadas pelas empresas de comunicação: redes de telecomunicações, agências de notícias, jornais e revistas de circulação global e a rede mundial de computadores; as grandes religiões disputam espaço em todo o mundo; o tempo tem sofrido um processo de convergência; e o espaço está submetido ao controle distante, e que se quer onipresente, de uma rede ubíqua de poder.

Qualquer expressão de violência combina elementos políticos, econômicos, comunicativos, intelectivos, temporais e espaciais. Todavia, alguns destes elementos se auto-afirmam em relação aos outros na produção de tipologias específicas de violência, o que confunde extremamente a percepção a respeito das possíveis causas de fenômenos desta natureza.

A violência, como forma sistêmica, combina em si vetores de todas as formas estruturais, e todas as formas sistêmicas combinam em si vetores de violência. O que diferencia as tipologias de violência contemporâneas de suas manifestações passadas são os elementos globais que cada forma de violência comporta, combinadas a elementos particulares de cada formação social, de cada território, de cada lugar...

Assim, não podemos imaginar as guerras civis na África sem as armas europeias e estadunidenses, não podemos imaginar a pretensa guerra contra o terrorismo sem o interesse de grandes corporações, não podemos imaginar os conflitos nos grandes centros urbanos brasileiro

sem os planos e interesses de empresas de vigilância, seguros e segurança, de pequenos comerciantes varejistas de drogas, de exportadores e importadores de drogas vindas dos países vizinhos, da miserável Bolívia e da confusa Colômbia, das drogas sintéticas importadas dos Estados Unidos e da União Europeia, das armas do que sobrou da ex-União Soviética e do Estado belicoso israelense. Não podemos explicar a militarização urbana das cidades brasileiras sem levantar nossas condições históricas de humilhação e segregação, sem o desejo delirante de poder absoluto das elites urbanas, sem o desespero e densidade de conflitos que acompanham os segmentos marginalizados, sem tocar nos sonhos hedonistas de consumo, afeto e poder que todos, ricos e pobres, estão submetidos.

Espacialidade da violência

A violência, como fenômeno social, funciona como um sistema. Assim, ela combina em si partículas das formas estruturais: Capital, Trabalho, Estado e Ciência. O espaço é categoria presente na formação da violência, gerando formas espaciais, formas que colonizam os lugares, fortalecendo a posição social e o controle territorial de estruturas de poder (pequenas e grandes), criando ou redefinindo territórios, subterritórios e subculturas. Não há poder que não se expresse na paisagem, que não crie espaço, que não controle território e desarticule subterritórios e zonas autônomas (BEY, 2001; MACHIAVELLI, 2004a).

Organizada desde a escala global, a violência expressa-se em diferentes escalas. Está presente no espaço em suas dimensões mais distintas: o espaço local, urbano, regional, nacional e global. A escala de onde se observa, condiciona a percepção e faz surgir ideias dissonantes, de tal maneira que podemos dizer que a escala de observação da violência define a maneira como indivíduos, grupos e lugares, a racionalizam e, neste sentido, conceituam, classificam e julgam a violência, seus protagonistas e suas vítimas.

A escala espacial é, neste sentido, ponto de partida e de chegada para o uso e o entendimento da violência. Ao passo que a ultraviolência do poder alcançou a escala global, ela tornou-se potencialmente ubíqua e, ao se localizar nos lugares, levanta as condições para processos reativos de ultraviolência, como é o caso da violência utilizada por sujeitos com déficit de poder nas metrópoles brasileiras, aplicando-a à estratégias econômicas incriminadas, informais e na resolução de conflitos interpessoais.

Todavia, ao localizar-se no espaço, como o metropolitano, por exemplo, faz emergir dele uma série de ações reativas. Faz a urbe recompor formas de sociabilidade e as fragmenta no mesmo movimento, impossibilitando a reprodução cívica das cidades, na medida em que a recomposição urbana é feita valorizando a protopolítica da violência, esvaziando o campo cívico-estatal de negociação dos conflitos, onde estão postas as normas e pactos que regem e ordenam o território.

A violência organizada é mais vertical do que horizontal, considerando que o comando econômico e a Técnica remontam à escala global, assim como os Estados e as empresas de comunicação também remontam à escalas superiores. Embora, todos os objetos macroescalares tenham desdobramentos subescalares, a potência global da violência implica lógicas semelhantes. Não que haja uma rigidez completa, mas existe um padrão na atuação das diferentes formas de organizar a violência, ainda que cada lugar exija adaptações.

No entanto, a violência reativa é feita horizontalmente, surge de modo heterogêneo, muito fundamentada pelas combinações prévias de cada lugar, com diferentes lógicas e diferentes sujeitos, em diferentes condições, com diferentes funções, formas e processos. Quando o poder se localiza, cada lugar cria diferentes respostas. Neste sentido, enquanto a violência globalmente organizada se verticaliza por meio da nação ou sobre ela, invadindo subescalas, formas reativas emergem geralmente de subescalas e a partir delas vão “saltando”, podendo gerar formas miméticas.

A localização metropolitana das estruturas de poder, da ultraviolência, define novos modos de relacionamento, novos antagonismos e solidariedades, novos sujeitos e identidades, novas maneiras de se integrar socialmente, de se submeter e de reagir.

Neste cenário, a cidade de São Paulo e as cidades da margem que compõem a Região Metropolitana tornaram-se um ambiente privilegiado para a criação e a reprodução de identidades e subidentidades coletivas capazes de incorporar mecanismos de organização da violência ou de contraviolência em suas representações sociais e espaciais. Não obstante, ao terem o espaço metropolitano como entorno e matriz de sua reprodução social, tais identidades modificam o modo de ser da metrópole, racionalizando a violência e oferecendo a ela conteúdo positivo. Assim, o próximo capítulo foi dedicado ao entendimento deste processo em que a violência acabou se tornando parte do habitus e do habitat dos sujeitos metropolitanos.

VISÍVEIS PELA VIOLÊNCIA

A crise da modernidade é global! A crise da modernidade é íntima!

Na esteira da crise da político-econômica moderna (GIDDENS, 2002; SANTOS, B., 2006), cuja pedra basal se construiu sobre a tentativa sistemática dos Estados de monopolizar o uso e a legitimidade da violência, buscando minimizá-la, sobretudo nas práticas e condutas políticas e econômicas, a violência, e uma forma radicalmente superior a ela, a ultraviolência, tornaram-se, nos dias atuais, tanto formas protopolíticas quanto suprapolíticas, com manifestações além e aquém das formas políticas civis institucionalizadas pelos Estados e consagradas pelas sociedades, para tornar possíveis processos de reprodução social de sujeitos com alto poder e sujeitos de baixo poder, seja nas grandes escalas, em que atuam agentes globais, comandando negócios e projetos políticos globalizados, seja em pequenas escalas, em que atuam agentes enraizados e presos aos espaços, com forças insuficientes para sequer comandar a reprodução cotidiana ou territórios.

No caso dos grupos metropolitanos com déficit crônico de poder, a violência é matriz de geração de um fio de poder e autonomia. Uma força protopolítica capaz de gerar um mínimo de força política em condições de interferir na vida pública e na ordem de relações socioespaciais. Por outro lado, quando surgem grupos e sujeitos com características protopolíticas ligadas, em parte, à violência e à

ultraviolência, enquanto formas geradoras de um mínimo de poder, tão logo os grupos e sujeitos desde sempre alojados dentro do Estado e lhe servindo de infraestrutura civil, buscam mesclar seus metabolismos de poder com as forças anômicas ou semi-anômicas surgidas. Quando estruturas de poder e sujeitos sociais com alto poder utilizam-se de instrumentos ultraviolentos para manter sua posição e reproduzir seu metabolismo social, logo os grupos subordinados e vitimados criam suas estratégias, violentas ou não, para continuar existindo, ainda que oprimidos.

Neste sentido, a sociedade global e a brasileira, particularmente, vêm desenvolvendo uma tendência protopolítica e suprapolítica baseada na violência e na ultraviolência. Parte importante da sociedade brasileira busca na violência e na ultraviolência seus mecanismos de reprodução social, fundando aí parte significativa de suas identidades e estilos de vida. Assim, tanto uma quanto a outra, tornam-se bases dos discursos políticos dos sujeitos e grupos que disputam o poder dentro e fora do Estado. Embora haja uma tendência a repudiar certas formas de violência, por conta da própria constituição da política institucional, ela não deixa de estar presente nas disputas e associações sociais pela geração, preservação e ampliação do poder. Para quem está fora dos benefícios gerados pela Modernidade e seus campos de negociação, há poucas alternativas à violência.

Este não é um evento novo na sociedade brasileira, identidades e culturas reativas fundadas na violência e na ultraviolência, geradoras de vínculos, símbolos, códigos de honra e modelos estéticos são recorrentes. A experiência do cangaço, no Nordeste brasileiro do final do século XIX até os quatro primeiros decênios do século XX, demonstra isto (DE MELLO, 2004).

Não menos importante é observar que as relações entre as transformações do sistema social globalizado e o aumento da violência e da ultraviolência urbana, tanto corporativas quanto reativas, nas metrópoles do país, em particular na metrópole paulista, são produtos das relações entre condições objetivas de fragmentação e marginalidade, da constituição de um novo modo de identificação entre os marginalizados urbanos, alijados da política institucional e impedidos de criar mecanismos políticos normais, por isto, criadores de condutas superiores de violência, constituindo um mercado de trocas afetivas, simbólicas e materiais, que faz o consumo e o consumidor prevalecer sobre o trabalho e o trabalhador. Nele, pequenos circuitos econômicos incriminados disputam com o trabalho precário – superexplorado ou autoexplorado - e, em menor escala, com a assistência social, a hegemonia de sustentação, no qual as pessoas, grupos, segmentos e classes subalternas, sobretudo os jovens, se engajam na busca por reconhecimento e visibilidade pública, tendo seus comportamentos e

escolhas condicionadas e direcionadas para alcançarem as melhores posições.

A crise global da Modernidade gerou crises próprias de cada indivíduo, vividas de modo individual, experimentadas de modo customizado, por um lado, mas, por outro lado, as redefinições globais não deixam de produzir redefinições íntimas em cada sujeito e estas, por sua vez, não deixam de reafirmar o cenário estrutural de crises.

Um conjunto de redes de apoio social geradas pelo engajamento em atividades que demandam o uso sistemático da violência concorre com as redes de apoio, reciprocidades e afetividades geradas pelo trabalho, que foram restringidas e tornaram-se instáveis com as transformações globais em andamento, sobretudo nas cidades e metrópoles industriais, sobretudo para os marginalizados. Onde havia hegemonia da positividade do trabalho, das relações e processos culturais gerados por ele, emergiu uma subcultura violenta que colocou os sujeitos envolvidos em atividades incriminadas na disputa pela hegemonia e liderança cultural das identidades, processos de identificação, elaboração de pensamentos e condutas das populações metropolitanas (ANTUNES, 2001; KRISIS, 1999; HAUG, 1997).

Por mais que as condutas violentas e ultraviolentas que se desenvolvem no espaço urbano possam parecer sem sentido, irracionais, ilógicas e sem razão, elas carregam em si razões e lógicas densas em

conteúdos. Da perspectiva político-institucional, a violência e a ultraviolência, como identidades que se vinculam diretamente a elas não fazem sentido, mas na perspectiva de esgotamento do sujeito político moderno, a violência e sua forma superior, bem como identidades que comportam a instrumentalização da força física, são qualquer coisa menos anacrônicas, se é que há anacronismo na realidade das relações humanas.

... os agentes sociais não agem de maneira disparatada, [...] eles não são loucos, [...] eles não fazem coisas sem sentido. [...] há uma razão para os agentes fazerem o que fazem, [...] razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, [...] em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de [...] um conjunto coerente de princípios. (BOURDIEU, 1996, p.138)

Compreender o sentido e a própria teleologia das ações que envolvem a violência e a ultraviolência são condições imprescindíveis para se entender as novas bases da vida da metrópole e as novas bases da vida dos sujeitos com déficit de poder, sedimentados na metrópole (PEREIRA; RONDELLI; SCHOLLHAMMER e HERSCHMANN, 2000).

Para além da política, que não podem experimentar, a não ser como sujeitos invisíveis, as novas gerações de outsiders urbanos se instrumentalizam da violência e da ultraviolência como fundamentos pré e pós-político. Assim, ao se constituir e ao constituir novos processos de identificação, os marginais da metrópole têm reduzido a carga negativa

de percepção do baixo-crime e da violência como fundamentos de reprodução e vinculação social, porque ambos sustentam uma posição ótima em um sistema de trocas afetivas, simbólicas e materiais, geradoras de redes de relações básicas capazes de diminuir os impactos perversos da globalização brasileira. Na há, como dito por Luiz Eduardo Soares (2003, p.92),

... práticas [...] (que sejam) o avesso do mundo da ordem, da sociabilidade, da cultura que reconhecemos. Há conteúdo no que nossas metáforas denominam ‘abismo’, ‘vazio’, ‘avesso’. Para mudar essas dinâmicas é preciso compreender sua complexidade, sua positividade sociológica, isto é, suas regras próprias de funcionamento, sua lógica específica, seus valores. O mundo que pensamos como avesso da ordem tem densidade e apresenta vantagens comparativas, na competição com o mundo da ordem, não só por conta das inegáveis carências e injustiças deste último, mas também em razão de suas qualidades intrínsecas – qualidades que consideramos perversas e destrutivas. [...] Se não compreendermos essa ‘positividade’, não entenderemos o funcionamento do universo com o qual (aquilo que chamamos de ordem compete).

A violência e a ultraviolência urbana protagonizadas pelos de “baixo” não é simplesmente uma prática antiordem, antimodelos, antivalores etc., pelo contrário, seus mecanismos questionam e se integram à lógica do metabolismo político-econômico geral, respondendo e reagindo, tanto aos seus comandos quanto às suas ações e normas.

A subordinação, exclusão, fragmentação e marginalização são fatores centrais na produção desta tipologia de violência reativa vivenciada pelos marginais. O estado de marginalização não explica completamente

condutas políticas antidialógicas com estas características, ele é o estado base de constituição e formação de sujeitos que daí não podem escapar. Sem determinadas formas de apreensão da realidade, de sua própria experiência, da marginalidade, da vida, de si, do outro, das relações sociais e das configurações espaciais.

Poderia haver um aumento dos processos de fragmentação e marginalização, sem haver um correspondente aumento do baixo-crime e da violência. Não obstante, poderia haver um movimento de aumento da participação sem, contudo, diminuir o baixo-crime e a violência.

O modo como se faz e se produz a leitura da realidade e de suas divisões sociais é tão essencial como a própria divisão em si. Divisões objetivas podem virar totalidades fictícias, tornadas reais pela subjetividade dos sujeitos divididos e vice-versa. Neste sentido, divisões e fragmentações objetivas ganham profundidade e intensidade quando na apreensão da realidade os sujeitos se veem de forma separada. A estas formas de percepção e leitura da realidade nos aproximamos das representações sociais, que são, em última instância, as formas pelas quais os sujeitos interpretam a realidade que experimentam, as quais estão submetidos e atuam, são de certo as teses sobre a vida cotidiana necessariamente elaboradas pelos sujeitos para dar sentido e legibilidade as suas condições e ações (JOVCHELOVTCH, 2000).

Todavia, para a Geografia e os geógrafos, é importante estar atento para o fato de que as representações sociais são também representações espaciais, a leitura que as pessoas e os grupos fazem da realidade não exclui as configurações espaciais. A percepção dos sujeitos das condições e relações sociais, da sua própria posição e localização, das suas ações e reações, formam uma totalidade em que os sociólogos e psicólogos, por dever de ofício, privilegiaram as percepções sociais, dando origem a Psicologia Social. Dividiram assim as representações e negligenciaram a leitura do espaço que os sujeitos produzem e reproduzem.

Nesta pesquisa e na interpretação da violência que estamos expondo, as representações espaciais ganham uma dimensão importante, na medida em que a leitura espacial é tão condição da violência quanto a leitura social elaborada pela sociedade. A estas representações chamamos de Psicogeografia.

As representações espaciais ou a Psicogeografia dos sujeitos urbanos das grandes cidades brasileiras, particularmente a cidade de São Paulo, radicalizaram antagonismos entre as pessoas, segmentos, grupos e classes. Ao ser produzidas, elaboram uma interpretação que fragmenta psicologicamente um espaço materialmente dividido, colocando para seu produtor que o seu espaço é o lugar de reprodução da sua identidade e de mais ninguém, e que o lugar dos grupos interpretados como “outros” é um lugar hostil, e como “lugar do outro” pode ser agredido com legitimidade. Hakin Bey, TAZ: Zona Autônoma Temporária (2001), Guy

Debord, *Introdução a uma crítica da Geografia Urbana* (1955) e Phil Baker, em seu ensaio intitulado: *Cidade Secreta: Psicogeografia e Devastação em Londres* (2004), ajudam a demonstrar como a vivência dos grupos sociais, sobretudo os de baixo poder, produziram uma geografia na qual há partes da cidade reconhecidas como parte de si e de seus semelhantes, e há partes da cidade que são reconhecidas como do “outro”, se configurando em territórios que se estranham mutuamente, numa extensão, reafirmação e condição da hostilidade entre os grupos sociais com poderes desiguais.

Os grupos de alto poder deveriam temer pouco a morte violenta já que, a maior ocorrência de homicídios ocorre na aproximação das margens da cidade, principalmente nos distritos da zona sul da cidade, em uma faixa que se afunila próximo ao Bairro do Morumbi, bairro sofisticado da cidade, e se expande nos distritos do Jardim Ângela, Capão Redondo, Campo Limpo, Socorro, Cidade Dutra, Grajaú, Pedreira e Cidade Ademar; nos distritos da zona leste, Lageado, Guaianases, Cidade Tiradentes e Parque São Rafael e São Mateus; na zona norte, no distrito do Tremembé; e no chamado centro velho da Cidade de São Paulo, nas imediações da Praça da Sé, pouco frequentado pelas populações de alto poder da cidade. Todavia, estas populações temem a morte violenta tanto quanto as populações residentes nas áreas de alta ocorrência da violência letal e temem a periferia das cidades e os seus moradores, enxergando-os por representações socioespaciais que

superdimensionam a capacidade real, projetada, fictícia e ilusória de violência que experimentam e são capazes de cometer os pobres da cidade, exigindo, pela lógica das representações, formas de militarização dos relacionamentos urbanos.

Isto decorre da violência representada e formal difundida pelas diferentes formas de mídia, que além de expressar representações sociais, representações espaciais e leituras do que é e não é violento, quem é e quem não é violento, produz ela mesma representações. O que em parte é consequência da utilização do medo como mantenedor de hierarquias sociais e territoriais e como condição necessária para produção de consumidores de bens e serviços de segurança e vigilância, incorporando técnicas, habitus, estilos e sistemas de engenharia militar à vida civil, produzindo não somente uma cidade de muros, como observado por Teresa Caldera (2000), mas uma cidade de grades, cercas elétricas, blindagem de vidros, cabines de segurança, difusão de câmeras, homens e mulheres armados, numa privatização do monopólio legal da violência e das armas, impulsionando a condição básica do que seria a guerra hobbesiana de todos contra todos: o medo de todos em relação a todos. Formalmente, cidadão com medo do cidadão, a cidade contra a cidade!

A percepção da cidade é quase que dualista, do centro à periferia, que interage com uma cidade mais fracionada, a qual o que é considerado sofisticado e precário, violento e não violento, rico e pobre, está mais difuso e aproximado no espaço, sem deixar de produzir uma

compreensão ou representação de que há frações de existência dos marginalizados e outras de existência dos grupos estabelecidos, colada pelos sistemas de militarização, vigilância e segurança. A cidade do um cruza a do outro, permeada pela vigilância e a blindagem. Os distritos mais sofisticados da cidade são entendidos como lugares por excelência do seguro, em contraposição ao inseguro, as periferias.

Um dos entrevistados observou o seguinte:

“Não gosto de ir nos bairros ricos, não há pessoas nas ruas, há apenas carros e muros, quando há alguém é um segurança, louco para te dar um pipoco (tiro)...”

(F. , 22 anos)

Essa leitura dos bairros mais sofisticados suscita-nos para os grupos estabelecidos a ideia de que militarizar seus entornos é condição para manter-se longe da violência letal, afastando os possíveis violentos através da aparelhagem de segurança, e por outro lado, gera um sentimento de indiferença em relação as áreas de alta ocorrência da violência letal, entendidas no limite da interpretação como locais de barbárie e incivilização, aos quais a violência letal é inerente. O que é um equívoco! Não obstante, para aqueles que utilizam estes distritos como locais de passagem, como o entrevistado acima, estes bairros da elite geram uma hostilidade, sentimentos de insegurança, não para os de dentro, mas para parte dos de fora, como mostra a observação acima.

A violência letal e os roubos e furtos praticamente não coincidem na alta ocorrência, como já observamos. A violência letal tem maior ocorrência nas periferias da cidade de São Paulo, enquanto os roubos e furtos têm maior ocorrência numa extensão centro-sul.

Pelo distribuição, seria lógico aos moradores da periferia temer mais a violência letal do que os furtos e roubos, o que efetivamente não ocorre, pelos mesmos motivos que os grupos de alto poder temem a violência letal e os roubos e furtos simultaneamente. O importante é que os locais de alta ocorrência de furtos e roubos não coincidem com os distritos reconhecidos como periferias, o que tem implicações nas representações socioespaciais, mas principalmente revela características comuns daquilo que é entendido como periferia não coincide com aquilo que é reconhecido como distrito sofisticado. A não coincidência nos coloca diante de representações que definem por critérios variados o que é e o que não é periferia e bairro sofisticado, e, por consequência, quem é e não é estabelecido e outsider (ELIAS e SCOTSON, 2000), fracionando além das questões objetivas os espaços da cidade e seus habitantes.

Sendo assim, compreender a identidade é fundamental, assim como compreender sua estrutura, metabolismo e racionalidade. Pois, a identidade é um meio pelo qual se cria poder e visibilidade, se reconhece a si e ao outro, se organiza as ideias e a ação, se reconhece e se estranham territórios.

Não é difícil concordar com o fato de que [...] toda identidade é construída. A principal questão, na verdade diz respeito a como, a partir de que, por quem e para que isso acontece. A matéria-prima (da identidade é) fornecida pela história, geografia, biologia e instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelo aparato de poder e por revelações de cunho religioso. (CASTELLS, 2003, p.23)

Castells, buscando entender o poder da identidade, classificou-as em: identidade legitimadora, introduzida na vida cotidiana por instituições com alto grau de poder para legitimar e racionalizar os processos de dominação social; identidade de resistência, gerada por atores sociais que acumulam um conjunto de desvantagens e déficit de poder diante de outros, construindo, por meio de processos identificativos, trincheiras de resistência e sobrevivência, como diz o próprio Castells, com princípios e fundamentos diversos e até antagônicos àqueles que fundamentam as instituições e normas estatais; e, por último, identidade de projeto, construída, em certo sentido, por uma teleologia histórica de transformação social, com base nos elementos culturais e poder que lhe é próximo e acessível.

Embora Castells proponha tal, toda identidade passa por mecanismos de legitimação, resistência e definição de projetos, ainda que não se consiga definir quais são. O importante na tentativa de entender uma identidade é não perder de vista seus fundamentos, capacidades e limites.

Identidades legitimadoras podem ser produtos de formas de resistências, inclusive a projetos de dominação. Identidades com um projeto de reforma ou transformação social podem comportar um alto grau de legitimação de estruturas de poder. Identidades criadas para resistir podem legitimar, desestabilizar e projetar uma nova sociedade - ao menos para si e em seu discurso.

Não há, a princípio, identidade boa ou ruim, há apenas homens e mulheres lutando, se neutralizando, se aniquilando e se ajudando mutuamente na realização ou tentativa de realizar seus interesses. As identidades não podem fugir do “jogo social” (BOURDIEU, 1996), no qual sua posição não depende só de si próprio, mas também do outro, para criar, manter, reproduzir e preservar poder e espaço.

É importante compreender que por mais altruísta que uma identidade possa parecer, isso não ameaça seu poder e seu conjunto de interesses, porque eles estarão sempre em primeiro lugar. Mas é necessário também verificar o ponto original no campo de poder em que os sujeitos constroem seus mecanismos de identificação, pois, na luta por poder, a igualdade é uma abstração. Como argumenta Paul Singer (2000, 2002), na vida social, uns herdam de antemão um conjunto de vantagens, que implicam em poder econômico, político, cultural, visibilidade pública e midiática. No outro extremo, outros herdam também de antemão, um conjunto de desvantagens, que implicam em déficit de poder econômico, exclusão política, mecanismos culturais rudimentares da perspectiva

tecnocientífica, invisibilidade pública e midiática. Sobre isto um entrevistado argumentou o seguinte:

“Sempre dizem que para quem é pobre, para vencer na vida, a pessoa tem que se esforçar e fazer dez vezes melhor do que alguém que já nasce bem de vida. Mas não dá para fazer dez vezes melhor com cem vezes menos oportunidades, por isso que não discrimino, cada um faz sua correria, eu trabalho, mas se tem alguém que tem disposição para ir lá nos boyzão (ricos) e pegar o que acha que deve pegar, cada um, cada um...”

(C. , 19 anos)

De acordo com o argumento deste rapaz, tirar de quem tem dinheiro, dos segmentos ricos e de seu lugar de entorno gira um repúdio relativamente diminuído, o que ajuda a explicar a concentração de ocorrências de furtos e roubos nas áreas mais centralizadas da cidade, já que além de ser o local de maior circulação de pessoas, é o local de maior circulação de pequenos bens. Se não significa a violação do patrimônio dos sujeitos estabelecidos, ao menos não é uma violação do patrimônio nas periferias. Uma indiferença com o respeito ao patrimônio dos grupos estabelecidos e um repúdio implícito a violação do pequeno patrimônio dos marginalizados e habitantes das periferias. Neste caso, são as representações ajudando a criar interpretações, condutas, identidades e territórios em confronto.

Quanto à identidade, Pierre Bourdieu (1996, 2000) fornece importantes elementos para que se compreenda que, mesmo aquele sujeito munido de sua identidade, discurso, conduta e estilo de vida, que

numa disputa, se mostrando desinteressado, está de qualquer forma disputando poder. O discurso e a prática desinteressada conduz a uma catalisação de poder em meio a um ambiente em que o discurso do desinteresse também tem valor, produz símbolos, linguagens, redes de relações e mobilização de pessoas, grupos, classes e outros atores.

Violência marginal

Um conceito importante nesta investigação é o conceito de marginal. Embora haja uma série de conotações e significados para o termo, ele é empregado neste trabalho como condição do sujeito inserido de forma residual dentro do sistema de relações sociais produzidas pelo sistema: Capital-Trabalho-Estado-Território-Ciência. O marginal é quase um observador que, fora das relações que o sistema produz, fica quase proibido de viver, embora sobreviva e resista. É exatamente buscando realizar funções básicas de existência que ele, condenado à observação política, econômica, técnica, científica e midiática, repudia sua condição e cria suas próprias estratégias de vivência, diante das dificuldades de se instrumentalizar das estratégias geradas pelo Estado e pelos agentes de mercado. Isto não faz dele um herói ou um vilão, não faz dele nem bom nem ruim.

Frente ao esgotamento da política, não somente a realizada no interior da esfera estatal, mas aquela realizada na vivência diária, sujeitos

marginais cada vez mais lançam mão, dentre outras coisas, da violência como estratégia de vivência, pré e pós-política, aplicando-a em todos os aspectos da vida e extraindo dela os elementos necessários para refazer vínculos básicos que a marginalização globalizada, mas seletiva, cindiu.

A violência marginal, para seus principais protagonistas, é fonte de valoração positiva, para suas vítimas ou opositores, é fonte de grande medo e insegurança, embora seja uma forma dos próprios sujeitos marginais diminuírem medos, inseguranças e incertezas aos quais estão submetidos. Não obstante, a violência do poder para os marginais é um tormento, fonte de medo, angústia, incerteza e dor, embora em muitos casos haja, por parte dos marginais, uma adesão que depende em grande medida da capacidade dos operadores desta violência produzirem redes de relacionamento e apoio social. Para aqueles que, de alguma maneira, são beneficiados pelo exercício de formas organizadas de violência, ela se torna fonte de segurança, de atenuação do medo, da angústia, da dor e das incertezas.

Os fragmentos de espaço que concentram populações com déficit de poder são a base de um processo de valoração de formas reativas de violência. Os espaços que concentram populações com alto grau de poder, pelo contrário, formam a base de formas de negação da violência manifestada pelos marginais, mas da valorização da organização da violência para fins de vigilância, controle e dominação. Neste sentido, não é por acaso que somente a violência marginal é tida como objeto de

estigma, seja por parte do Estado, da mídia e dos agentes que comandam a economia do espaço urbano. Porém, contraditoriamente, não é por acaso que os marginais da urbe desconfiam das instituições do Estado, da mídia e dos agentes que comandam a economia do espaço metropolitano.

A marginalidade e a violência marginal se personificam na relação entre o indivíduo e sua comunidade. Os marginais constroem sua visibilidade e elaboram a violência como elemento de identidade e referência, a partir de um conjunto de auto-representações positivas entre a escala da comunidade e a escala pessoal. Os marginais em si não são marginais, são as relações e posições dentro do sistema que lhes conferem marginalidade.

Eles, ao serem feitos e se fazerem, conflitam com as forças que comandam o espaço urbano. Para Maria Alice Rezende de Carvalho (2000, p.48-9), os marginais e a violência marginal são: “resultado da privação de liberdade que impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade”.

A tese defendida neste trabalho é que a violência, que definimos como marginal, é antes de tudo uma expressão de contraviolência. Sendo assim, são ações reativas, suscitadas pela exclusão seletiva global e por

formas de violências organizadas em altas escalas; estabelecem assim subordinações, equilíbrios, interações e intercriações, numa dialética serial, política e perversa. Como ação reativa, a violência marginal realiza-se predominantemente por fora das normas, seja do costume, seja da tradição, seja da lei, ou seja, de todas elas. Ambas podem se definir como costume e, até como tradição, de um microsistema socioespacial, e esbarrar no costume, na tradição ou na lei do sistema social do qual o microsistema faz parte.

Neste sentido, quando se identifica uma subcultura criminosa (violenta e religiosa) se reconhece não somente um grupo de pessoas mas uma articulação consistente em que entram em consideração atitudes, maneiras de ser e de agir, sentidos, racionalizações, símbolos, conhecimentos, capacidades etc. E que tais elementos representam uma integração dessa subcultura com a cultura da sociedade em sua totalidade. (SAUL, 1999, p.119)

A violência marginal é uma tipologia de política antidialógica, cujos principais protagonistas experimentam a vida, predominantemente, em condições de marginalidade, ou seja, de afastamento e/ou proibição do direito, das normas e dos instrumentais e espaços de realização da política, da Ciência, da Técnica e da economia. Além disso, os marginais, com base na condição objetiva de marginalidade, constroem suas identidades, referências, símbolos e representações em torno de autoconceitos de identificação, nos quais a marginalidade é elaborada

como fator positivo de valor e estima, ancorado em identidades que representam a marginalidade (TAILLE, 2000).

Esse é um processo de significação da marginalidade que não diferencia o material e o simbólico, o objetivo e o subjetivo, o sujeito e o objeto, o marginal e a marginalidade, há uma indivisibilidade em torno destes elementos, configurando e elaborando um sistema de práticas e ideias a respeito da vida, que se desenvolvem na medida em que se experimenta e se reflete sobre o cotidiano, a fragmentação, o lugar, o entorno e a própria vida.

Na marginalidade, a violência emerge como instrumento da reprodução cotidiana diante da hostilidade social. Como instrumento político e econômico, base da cognição e da comunicação, desencadeia um alto grau de virilidade. Embora a marginalidade concreta seja vivenciada de uma forma heterogênea, ela permite a formação de identidades a partir de uma certa dose de homogeneização das subjetividades: as mesmas práticas, a mesma estética, a mesma linguagem, os mesmos códigos, as mesmas regras.

O marginal define-se sobre e supra o espaço concreto; a identidade localizada vai ganhando força e “salta escalas”: o lugar da reprodução social – o bairro – é um dos dados simbólicos da identidade, o espaço marginal ou de localização deste sujeito se inicia na pessoa, no espaço pessoal – “locus cultural de significados” (SMITH, 2000, p. 145), onde

inicia e termina a diferenciação, a identificação e a acumulação de poder ou déficit de poder.

Neste sentido, o espaço urbano, como espaço, não é, contudo, apenas substrato para realização da marginalidade e de suas ações reativas, ele deve ser entendido como dado concreto e simbólico imprescindível de formação dos sujeitos, de tal modo a fomentar a constituição destes, numa espécie de animação do espaço e de espacialização coisificada do sujeito, construindo um jeito de ser urbano-marginal. Não obstante, a identidade marginal pode ser construída em torno de diferentes escalas de produção da identidade, podendo “saltar escalas” e “verticalizar escalas”. Uma identidade marginal pode ser formada a partir da ideia de nação, de região, de urbano, de comunidade e de família. Um exemplo: a construção da ideia de nação proletária (KONDER, 1991) forjada por organizações fascistas na Itália, no período entre guerras.

No caso particular desta pesquisa, a identidade é formada numa articulação entre a escala da metrópole, da comunidade e a escala pessoal. Então, a escala familiar sofre um processo de fratura, nessa medida, a ultraviolência compõe a identidade das novas gerações. Pais e filhos passam a ter condicionantes de identidade radicalmente antagônicos, sendo assim, o espaço pessoal entra em choque com o espaço familiar e se articula com o espaço da comunidade, não obstante, conflita e se articula como o espaço metropolitano, isso porque a

identidade marginal é descontínua nesta escala. Os pais tendem a se identificar com o trabalho, os filhos tendem a se identificar com o consumo e, dentre outras coisas, com a violência, ainda que seja apenas como metáfora, e todos tendem a se identificar com o espaço metropolitano, ou melhor, com a metrópole experimentada e entendida como extensão de si. Daí haver uma metrópole construída e ligada ao oprimido como parte de si que estranha as partes metropolitanas cujos usuários são os estabelecidos (PEDRAZZINI, 2006) sobretudo quando o que é reconhecido como distrito sofisticado e distrito periférico não coincide no espaço e nem nos habitantes.

É factível, nesta perspectiva, referir-se à identidade marginal e, dentro dela, à identidade bandida, com relação aos urbano-marginais dos grandes centros, em especial de São Paulo. Isso porque o crime e a violência passam a instrumentalizar as práticas e reflexões de parte destes sujeitos, de tal modo a subordinar outras identidades em meio à sua comunidade ou catalisar todas as outras identidades para esta. É como se esta identidade representasse todo sujeito marginal, em toda fração precária da metrópole. A identidade bandida descola-se das práticas que a produzem e passa a ser apropriada por pessoas não necessariamente envolvidas com práticas de crime e violência.

O caso de T.C. (19 anos) é interessante. Um rapaz arisco, que conheci por intermédio de seu primo R. (18 anos). A aproximação foi facilitada quando em uma das conversas, falávamos de futebol e contei a

eles que já tinha sido de uma torcida organizada do Corinthians, como ambos são corinthianos, o futebol serviu como meio de aproximação. Em uma de nossas conversas T.C. disse o seguinte: “Quero te fazer uma proposta, me paga mil reais e eu te dou cartões de crédito para você gastar três mil reais, vou até contigo no shopping”. Até então, eu não sabia se era uma proposta séria ou uma brincadeira, já que se tratava de um rapaz conhecido pelas suas brincadeiras e pela sua extroversão. Eu disse que não dava, que não tinha esse dinheiro e que não queria parar na cadeia. O rapaz respondeu o seguinte: “É minha cara, não dá pra tramar (trabalhar) por salário mínimo, você é chapa (legal-irmão), mas tem que se ligar que é preciso fazer dinheiro”.

Numa outra conversa, que envolvia mais uma pessoa, T.C. contou: “puts hoje tem reunião na escola, eu repeti o ano passado e se repetir esse ano tô na roça (estou numa situação difícil)”. A outra pessoa, um senhor que chegou e nos cumprimentou, conversou e saiu, ao ouvir o que T.C. tinha dito, comentou: “O que você vai fazer da vida, seu pai não vai te sustentar e aí, o que você vai fazer?”. O rapaz respondeu: “Vou roubar”! Isso provocou um choque no interlocutor, quando ele foi embora, T.C. não se conteve e riu.

Eu, como já conhecia o rapaz, já não me chocava mais. Depois de várias conversas, descobri que ele queria terminar os estudos para poder trabalhar e que falar de crime e violência como alguém engajado em atividades ilícitas violentas era uma forma de chamar a atenção, de

chocar as pessoas, de criar uma imagem agressiva que pudesse minimizar sua vitimização. A linguagem, os gestos agressivos e provocativos de T.C. é a forma que encontrou de domesticar a violência ao redor, utilizando-a como metáfora.

Num ambiente citadino com estas características, uma identidade bandida entre as populações marginalizadas alicerça uma espécie de política econômica bandida, na qual o crime é transformado em viés econômico, a violência em instrumento de resolução de conflitos, em um tipo extensivo de civilidade; reorganizando a reprodução da vida cotidiana na metrópole.

A evolução subterrânea-metropolitana da violência

O que há por trás do processo que leva um sujeito marginalizado da maior metrópole do país a empunhar uma pistola 9 mm numa disputa interpessoal, na defesa de um negócio incriminado ou numa ação violenta contra um outro qualquer, buscando dinheiro, objetos e capital e, ao fazê-lo, reconhecer cada uma destas situações como necessárias ao seu processo de autorreprodução?

Ainda no período de anterior a globalização do Estado e da sociedade brasileira, no final da ditadura militar, na redemocratização restrita do país e na crise do nacional- desenvolvimentismo brasileiro,

“bandidos” no interior das populações subalternas desempenhavam um papel quase que insignificante. O trabalhador, com seu processo cultural e identitário, ligado à positividade absoluta do trabalho, hegemonizava todas as relações, processos, símbolos e práticas sociais entre os mais pobres (PERALVA, 2000).

Naquele contexto, de alguma forma, o trabalhador era realmente uma espécie de redentor. A positividade do trabalho lhe conferia um prestígio social que, fora dos bairros e comunidades subalternas e periféricas, ele poucas vezes encontrou. Além disso, o trabalho lhe garantia direitos sociais enraizados em instituições civis, como os sindicatos que lhe permitia uma pequena capacidade de atuação política ou de visibilidade política que o Estado e os grupos e sujeitos de elite não ignoravam, embora soubessem manipular em alguns momentos. Com autonomia ou não, o trabalhador estava presente, ainda que de forma tímida, no jogo político que até então sustentava as relações de força dentro e fora do Estado. Acontece que, nos subterrâneos da sociedade brasileira pré-mundialização total, o trabalhador era o personagem dominante entre os marginalizados da metrópole.

Havia uma espécie de totalitarismo do trabalho, aquilo que daí se desviasse era automaticamente estigmatizado e excluído num processo de marginalização endógeno aos marginais. A cultura trabalhista impedia toda e qualquer forma de oposição, fazendo do trabalhador um personagem em posição superior, ao menos entre os mais pobres. Na

periferia da metrópole, o trabalho ditava as regras provocando uma polarização permanente entre toda e qualquer forma de relacionamento e rede social que do trabalho não emanasse, como aquelas criadas pelas comunidades de bairro, igrejas e, até mesmo, pequenos grupos envolvidos com a baixa-criminalidade.

Os bandidos estavam colocados em oposição ao trabalhador pela natureza de suas relações mais aparentes. Havia poucos espaços para que culturas não ligadas diretamente ao trabalho, ainda que incipiente, pudessem desafiar a hegemonia da cultura positiva do trabalho. Toda a estética, linguagem, códigos, práticas, símbolos e estilos de vida associados ao baixo-crime estavam sempre à margem do poder positivo do trabalho e do trabalhador. O movimento das ruas era o movimento do trabalho e do trabalhador indo e voltando. Pessoas envolvidas com pequenas atividades incriminadas eram quase sempre invisíveis ou ignoradas. Quando pessoas ou pequenos grupos não ligados ao trabalho interferiam no movimento da hegemonia do trabalhador, logo eram devolvidos a invisibilidade de seus estilos de vida. Isto porque o bandido desafiava, a princípio, a ideia positiva do trabalho, era sempre visto e entendido como alguém que ganhava a vida de forma desonesta, traiçoeira e repudiável. Não havia nada pior do que ter um bandido na família ou ser confundido com um! (AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA, 1985; 1986; BENJAMIM, 1998; SAMPAIO 2000)

O trabalhador nas horas livre de sua ocupação ocupava as ruas, os mercados, as lojas, os bares, as áreas de lazer improvisadas, os campos de várzea, as calçadas e as esquinas. Aos bandidos eram reservados espaços de reclusão que, em alguma medida, estava contido no próprio bandido, isto é, uma autoreclusão feita por aquele que assumia o papel de bandido para evitar o julgamento, às vezes feroz, daqueles com os quais ele se identificava enquanto grupo ou classe social. Não falar de sua atividade publicamente era uma forma de evitar um processo de exclusão total dentro do seu próprio grupo e do seu próprio espaço, bem como evitar qualquer tipo de denúncia que pudesse lhe tornar um alvo fácil para as forças de segurança pública.

Assim, o bandido poderia interagir com o trabalhador, ainda que com distância e polarização. Os bandidos sofriam de um sufocamento de seu papel e identidade, sua fala e palavra ganharam força e difusão com a inserção global brasileira, com a interação das contradições daí advindas e as contradições já existentes na formação social e territorial do país e principalmente das metrópoles.

O último decênio do século XX inseriu o país num processo global de geração de riqueza e poder que desarrumou as relações de identificação e individuação social nas metrópoles brasileiras. O desarranjo foi muito mais intenso, sobretudo entre os apartados dos benefícios colocados pela globalização do Estado e da sociedade brasileira. A centralidade do consumo e do consumidor (HAUG, 1997),

a desregulação e precarização do trabalho (KRISIS, 1999; AUED, 2000; ANTUNES, 2001) a redemocratização restrita (BENJAMIM, 1998), a automação das formas de produção de mercadorias e imagens e a onipresença das formas de mídia (DEBORD, 2004) atingiram a hegemonia positiva do trabalho e criaram as possibilidades de visibilidade para o bandido.

O trabalho foi perdendo paulatinamente a capacidade de gerar redes de reciprocidades sociais, passando a ser pressionado por uma demanda por consumo jamais vista, a qual o trabalho por si só não era capaz de suprir. A exploração da mais-valia nacional metropolitana, numa etapa anterior, não tinha que lidar com as pressões da sociedade de consumo sofisticado e individualizado. De alguma forma, o consumo massificado não pressionava as gerações de trabalhadores anteriores como o consumo sofisticado passou a pressionar as populações marginais de hoje. Independente da capacidade de consumo, o trabalho estava acima de tudo, graças aos intensos esforços impulsionados pelo nacional-desenvolvimentismo-trabalhista desencadeados desde as primeiras décadas do século XX (AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA, 1985; 1986; BENJAMIM, 1998; SAMPAIO, 2000).

“A molecada de hoje não tem paciência, não quer saber de trabalhar. Sabe qual é o problema do bandido? Ele [o bandido] não tem paciência para conquistar o dinheiro e o poder que o empresário tem. O empresário vai lá e investe, o retorno demora um tempo para conquistar. O bandido quer tudo na hora, quer na marra”.

(J., 61anos)

Estas palavras foram ditas por um empresário do ramo de jogos, ex-dono de bingo, que presta serviços para instituições filantrópicas do centro velho da cidade.

Com os novos processos de automação, com o excesso de força de trabalho vivo disponível (KRISIS, 1999) e com a desregulamentação das relações trabalhistas, foram criadas as condições pelas quais, o trabalhador e o trabalho perderam parte de sua representação positiva no interior dos grupos e sujeitos marginais. Com as pressões por novas formas de relacionamento, que perpassam pelas capacidades de consumo, o trabalhador – subempregado e desempregado – perdeu neste processo a sua posição ótima nas relações internas de seu grupo socioespacial de origem.

Com a positividade do trabalho abalada, o bandido iniciou um processo de revanche, condicionado pela sua capacidade de consumo superdimensionada pela economia incriminada, além de iniciar, a partir daí, de forma extremada, o hedonismo demandado pela centralidade adquirida pelo consumo na organização da vida social. O bandido, como nenhum outro, soube neste período fazer propaganda pública de si e de suas atividades na concorrência com o trabalho e o trabalhador. Ele soube como ninguém expor as limitações positivas do trabalho e seus reflexos na vida cotidiana dos bairros e comunidades marginalizadas. A

princípio, parece ser uma questão de cálculo econômico mas não é apenas isso.

Com a precarização das formas de trabalho, as redes sociais aí baseadas perderam relativamente parte de suas capacidades de aglutinação, sua legitimidade, base social e civil. De alguma forma, eram redes que geravam um conjunto de bens simbólicos e afetivos que permitiam uma estabilidade social e emocional, que perpassava todas as esferas da vida: da esfera produtiva à reprodutiva; sobretudo no lazer, na política, na religião, na família, no bairro, na cidade, na metrópole, etc. Quando o trabalho positivo entra em crise, estas redes perdem força para redes fundamentadas em outros elementos viscerais, dentre as quais aqueles baseados na violência, como as demonstradas por Ferrez (2002; 2004), Caco Barcellos (2003), Carlos Amorin (2004) e Paulo Lins (2001).

O bandido, então, por meio do consumo privado e pela exposição pública do consumido, foi expandindo sua rede de relações e apoio social, que não deixou de produzir seus próprios bens simbólicos, rivalizando com aqueles gerados pelo trabalho e colocando em xeque a capacidade do trabalho de gerar bem-estar material e simbólico diante das pressões colocadas pela centralidade do consumo (SOARES, 2000; 2003). A partir daí, ele começou a concorrer de fato com o trabalhador pela hegemonia e liderança cultural entre os marginais da metrópole, os que já existiam e os gerados pela mundialização do poder.

O bandido passou a competir com o trabalhador no cálculo econômico e depois passou a competir com ele na estruturação de redes de apoio social que se expandem e tornam-se cada vez mais eficazes para aquilo que são criadas. Redes que independem do trabalho e de sua positividade, redes que dependem sobremaneira da violência, da virilidade e dos antagonismos urbanos.

O bandido ajudou a tornar evidente a precarização econômica do trabalho e as redes sociocivis daí derivadas, diluindo a solidariedade do trabalho e aumentando a capacidade de solidariedade a partir de circuitos econômicos incriminados e de redes de solidariedade neles baseadas. O companheiro/camarada foi sendo hegemonizado pela ideia de mano ou irmão de sofrimento entres os envolvidos com atividades incriminadas; pela ideia de irmão de cor, entre os que se identificam com a luta dos negros pela igualdade e autonomia; e pela ideia de irmãos em Cristo entre as pessoas que passaram a professar formas redefinidas de cristianismo, em especial o cristianismo pentecostal. Assim, foi sendo gerada uma ideia fraterna que a positividade do trabalho já criara, mas cuja mutação global e o arranjo nacional das relações e dos territórios abalaram (KEHL, 1999).

As redes e espaços ocupados pelo trabalhador e regidas pelo princípio positivo do trabalho entraram em curto-circuito pelo avanço das redes de positividade baseadas, dentre outras coisas, na violência-ultraviolência. Isso fez com que os bandidos, entre os pobres, criassem e

ocupassem poder e espaço, tanto aqueles que já existiam quanto aqueles gerados e ocupados pelos trabalhadores. Esquinas viraram territórios temporários, ruas e praças foram ocupadas para exposição pública de objetos consumidos. O vai-e-vem dos trabalhadores iniciou uma competição com o vai-e-vem de objetos adquiridos na economia incriminada. O fluxo de trabalhadores indo e voltando do trabalho passou a interagir com o fluxo de mercadorias expostas publicamente no corpo - roupas, calçados, joias e artigos de grife - e como extensão do corpo - motos e carros -, adquiridos no conflito com a lei e com o uso da violência.

Ao longo das últimas duas décadas, o trabalhador foi perdendo parte do poder econômico e parte do poder simbólico que o trabalho lhe conferia através da mais-valia explorada. Paulatinamente, ele foi perdendo, por mudanças no sistema de produção e circulação de riquezas, a parte que lhe cabia do processo de acumulação do capital (FORRESTER, 1997; 2001), desestruturando parte da rede sociocivil que lhe garantia além de poder econômico, poder social e simbólico (CASTELLS, 2003). Com seu poder econômico permanentemente em crise, o trabalhador viu sua rede de solidariedade, legitimação, apoio social e afetividade se desestruturar diante de seus olhos como num pesadelo.

As palavras a seguir são elucidativas:

“Quando eu vim para São Paulo, na própria rodoviária tinha gente oferecendo trabalho, eu vim do interior em 67, fiquei aqui cinco anos, voltei para o interior, e em 1976 voltei para São Paulo, fiquei dormindo numa praça perto do Ibirapuera, um cara que passava lá todo dia, que era motorista de um político, me arrumou um emprego, não fiquei nem três dias desempregado. Já meu filho se envolveu com coisa errada, ele já pagou o que devia, mas quando ele foi preso eu me senti muito humilhado porque eu sempre trabalhei, a vida toda, foram 35 anos trabalhando no mesmo local”.

(P. , 69 anos)

Estas observações foram feitas por um senhor aposentado morador do bairro da Ponte Rasa, na zona leste da cidade. Ele imigrou com a esposa, da zona rural de uma pequena cidade próxima a São Carlos, no interior do Estado de São Paulo. Migrou por causa do trabalho, se aposentou trabalhando sempre na mesma empresa e, pela sua narração e as expressões em seu rosto, é possível perceber como as coisas que ocorreram com um dos seus filhos o deixaram confuso. Ele não deixou claro o que aconteceu, apenas disse que o filho havia sido preso depois de se envolver em atividades ilegais.

Nas disputas pela hegemonia indentitária e liderança cultural entre as populações subalternas da metrópole, o poder econômico do bandido, apesar dos riscos de sua atividade, tornou-se mais eficaz que o poder econômico do trabalhador. Tendo a acumulação de dinheiro como vantagem, o bandido pode expandir seu capital cultural e engendrar redes de solidariedade, legitimação, apoio social e afetividade, introduzindo em suas relações um poder simbólico importante para

extravasar sua própria leitura de mundo, sua estética, sua linguagem, seus gestos, seus códigos, suas formas de ocupar o espaço da metrópole.

Os bandidos produziram redes de apoio social, normas de convívio, conceitos de justiça, condenações, poder econômico e poder simbólico, muito mais tangíveis do que aqueles produzidos pelo conjunto da sociedade e pelo Estado (BARCELLOS, 2003). Isto claramente tornou a violência e a ultraviolência princípios geradores de vínculos sociais e oposições sociais mais próximos, práticos e eficazes do que a política civil organizada pelas instituições sociais e estatais. Isto talvez seja o maior dos problemas por colocar o Estado e suas forças infraestruturais num dilema permanente: incorporar estas identidades fundadas, em parte, na violência e, ao mesmo tempo, manter o monopólio, se não de fato, ao menos simbólico, do uso da força física.

Identidade, sistema ético e economia bens materiais e simbólicos: os manos entram em cena!

O processo de formação da identidade dos marginais da metrópole envolve disputas sutis entre variadas formas de aprender as condições objetivas nas quais tal identidade se assenta. Tal processo traz consigo disputas que perpassam também o campo cultural. Está em disputa que tipo de leitura de mundo e processo cultural deve prevalecer ou hegemonizar a socialização dos pobres da metrópole paulistana. Há na

composição da identidade disputas que não se percebem: disputas de habitus, isto é, estilos de vida (BOURDIEU, 1996, 2000), disputas de escolhas, disputas de ações, disputas discursivas, disputas estéticas e disputas de linguagens, de tal maneira que a identidade que se sobressai reivindica, mesmo sem o fazer, o monopólio de representação de determinado modo de vida, hegemonizando outras identidades, habitus, escolhas, visões do cotidiano e da vida, ações, estéticas, discursos e linguagens, definindo e redefinindo configurações espaciais.

Assim, a identidade é tanto um objeto de disputas e concorrências endógenas, capaz de desencadear conflitos internos aos grupos populares, quanto um elemento que pode desencadear conflitos intensos entre diferentes grupos socioespaciais.

O conceito de habitus, formulado por Bourdieu (1996, p.20), ajuda-nos a compreender a identidade como um modo de vida:

... o habitus é esse princípio gerador e unificador que traduz as características intrínsecas e relacionadas de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas [...]. Os habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas.

Esta identidade, que é objeto de nossa investigação, é marginal por excelência, na medida em que a ela são reservados resíduos e formas precárias de trabalho, comunicação, conhecimento, serviços, moradias, objetos, mercadorias e, principalmente, as piores localizações da

metrópole. Tal identidade tem sido protagonista de um processo de marginalização, substrato de disputas diárias, que articula divisões: econômicas, políticas, étnicas e espaciais; não obstante, ela elabora subidentidades diversas e diferentes personificações, dentre as quais se destacam o bandido, principal sujeito de nossa análise, e o evangélico, que junto às outras subidentidades: a identidade étnica negra, identidades regionais migradas - o caso dos nordestinos - e a identidade do trabalhador principalmente, sustentam o substrato deste circuito de trocas afetivas, simbólicas e materiais, que racionaliza positivamente o baixo-crime e a violência aí aplicada, não obstante, manifesta uma nova composição de sujeitos originários da periferia metropolitana ou em frações degradadas da metrópole.

“Para a maioria dos atores sociais [...] o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (que estrutura as demais) autossustentável no tempo e no espaço” (CASTELLS, 2003, p.23). A concorrência de subidentidades pela hegemonia cultural, entre as populações marginalizadas, produziu uma personificação universal, um personagem comum, elo de ligação das diferentes subidentidades, um personagem que comporta todos os outros, mas que em determinadas circunstâncias também vai se submeter a eles. Mesmo sendo identidade básica e ulterior, alicerçando e comportando diferentes comportamentos, sem cindir o reconhecimento e o pertencimento, este é um processo de identificação instável devido às condições objetivas de marginalidade.

Todas as personificações contêm: a questão étnica na construção de quase todas as representações, ambiguidades nas relações, isto é, há a composição de uma fraternidade que não impede que rivalidades interpessoais sejam amenizadas, pelo contrário, o conflito interpessoal é elevado ao extremo, ainda que haja uma identificação, resignificação e o reordenamento de valores de forma permanente; o Estado e os sujeitos com alto e médio poder integrados a nova etapa do sistema global, por sua vez, foram elencados como identidades de oposição. Há ainda a percepção de uma violência do poder que, ao ser instituída, tende a se naturalizar, sobretudo a violência que tem o Estado como agressor, mesmo que esta violência tenha legitimidade e legalidade; está presente uma reorganização religiosa produzida principalmente por igrejas cristãs pentecostais; existe uma centralidade da figura materna, e, por último, há uma relação indissociável e contraditória do indivíduo com o espaço, neste caso, as periferias, as favelas, os morros, enfim, qualquer lugar onde possa estar alguém com alto grau de constrangimentos materiais, sociais e espaciais, enxergando seu espaço com fobia e ao mesmo tempo como sagrado.

Sendo assim, o corpo foi eleito como o lócus das significações e cumpre um papel, social e geográfico, de distinguir socialmente os sujeitos marginais dos demais sujeitos, uma forma de excluir aqueles que excluem, gerando um estilo de vida, com base naquilo que é acessível,

expresso em símbolos, formas de linguagem, pensamentos, gestos e vestimentas (CASTELLS, 2003).

Então, uma identidade universal ou básica se encarregou de produzir as ligações intersubjetivas, ao passo que vários personagens adjetivos foram criados para dar conta da heterogeneidade interna entre os grupos com déficit de poder. A identidade básica foi construída em torno de uma figura nomeada de Mano e ou Irmão, em função da forte influência tanto de bandidos, organizações negras, quanto evangélicos.

O emprego da palavra mano surgiu do engajamento na vida bandida ou numa proximidade dela, ela implica uma ideia de fraternidade e de família. Ideia fraterna também presente em irmão, que vem a princípio das organizações evangélicas, com a ideia de "Irmãos em Cristo Jesus". Não obstante, a ideia de irmão também está presente nos modos de identificação étnicos que não deixam de ter uma influência, no entanto, seu significado identitário está submetido hoje a uma identificação que se baseia mais na marginalidade do que em fatores étnicos.

O tratamento de "mano" não é gratuito. Indica uma intenção de igualdade, um sentimento de fraternidade, um campo de identificações horizontais, em contraposição ao modo de identificação/dominação vertical [...] (é base de apelos) dramáticos ao semelhante, ao irmão: junte-se a nós, aumente nossa força. (KEHL, 1999, p.96)

O mano e o irmão em Cristo se cruzaram quando as igrejas pentecostais começaram ocupar o espaço das prisões e o espaço dos bairros de residência dos pobres da metrópole, dando um significado mais abrangente para irmão e mano, que transcende o engajamento religioso e o engajamento criminoso, que, por sua vez, extrapola a ideia de irmão de raça ou de cor.

É importante observar que a violência em alguns momentos é usada como metáfora, como descrevemos pouco antes. Ao emergir as representações daqueles diretamente ligados ao uso da violência entre as populações de baixo poder, a violência foi transformada em figura de linguagem, como se a agressão direta pudesse passar por uma metamorfose e se objetivar em palavra. Esta objetivação funciona como uma forma de domesticação da violência que é, a princípio, um processo de defesa e utilização da violência domesticada, como um elemento do estilo de vida, do habitus, sem as consequências da violência concreta, para ser então usada como “arma” no campo de forças da reprodução social, uma arma de defesa e de luta.

Assim, pela comunicação no interior dos grupos populares da metrópole houve uma identificação positiva primária e uma domesticação da violência, por meio da fala. As identidades adjetivas, por sua vez, são criadas, umas com mais poder e mais permanentes no tempo e no espaço, como trabalhador, negro, evangélico, bandido, e outras com menor capacidade de fixação, como sofredor, leão, guerreiro,

cachorro louco, preto tipo A, vida louca, entre outras; embora todas elas se submetam a ideia de mano.

A adjetivação vida louca, aliás, desencadeou um mimetismo social significativo. Esta é uma ideia, como muitas, que surgiu dentro do sistema penitenciário. Logo, foi sendo difundida como autorrepresentação. A expressão vida louca foi cantada em letra e música: Rap, Samba e Funk, foi bordada em bonés, estampada em camisetas, virou nome de times de várzea, adesivos, faixas...

Ela se espalhou de tal forma que os setores dirigentes da segurança pública da Grande São Paulo pensaram se tratar de uma nova facção criminosa, ao estilo Primeiro Comando da Capital – PCC – só que mais abrangente, já que as inscrições V.L. estavam por toda a periferia da metrópole. Logo ficou evidente que era de fato uma forma de se autorreferir e marcar diferenças em relação a outros grupos socioespaciais mais poderosos.

A expressão vida louca é um complemento da ideia fraterna de mano, ela é uma das infinitas formas de se autorreferir positivamente, complementares à ideia básica e fundamental que é a ideia de mano/irmão. Todavia, existem identidades adjetivas para diferenciar moralmente e negativamente os sujeitos: verme, bico, pipoca, zé povinho e neguinho.

Não obstante, outra expressão foi popularizada – jão - para se referir a alguém, criada por um rapper de São Paulo, como abreviação de João. Sabotage (Mauro Mateus do Santos), o inventor da expressão, introduziu-a em suas músicas e logo ela se espalhou. Sabotage participou de filmes como Carandiru e o Invasor e, neste último, foi o responsável pela trilha sonora. Foi encarregado também de ensinar aos atores expressões, gestos e gírias elaboradas pelos pobres da Grande São Paulo. Pai de três crianças, o cantor, ex-comerciante de drogas no varejo, morador da favela do “Canão”, um lócus de pobreza nos interstícios dos bairros sofisticados da zona sul da Cidade de São Paulo, morreu baleado na manhã do dia 24 de janeiro de 2003, aos 29 anos de idade, no auge do sucesso, após levar sua esposa ao trabalho.

Existe no interior da ideia fraterna de mano, a oposição e a desconfiança em relação às instituições do Estado, principalmente aquelas encarregadas das funções de coerção e repressão, no caso, as polícias. Por ocasião dos ataques do PCC contra as forças de segurança em 2006, um rapaz, cobrador de lotação observou:

“estes policiais tinham que tomar tiro mesmo, eles são muito folgados, estão tendo o que merecem” (F. , 21anos).

Por outro lado, há uma oposição aos grupos socioespaciais de estabelecidos, geralmente mais integrados aos benefícios da metrópole, cuja representação foi ancorada em torno de um personagem denominado playboy. O playboy é entendido como alguém que transita

influência sobre a esfera pública e a esfera estatal, além do mercado, ele pode ser tanto um político, quanto um empresário, um profissional liberal, um funcionário graduado do Estado ou de empresas privadas. No limite, o playboy é alguém que de alguma maneira se beneficia da forma pela qual o sistema social se organiza e a metrópole se configura. Esta organização é nomeada de sistema.

“O sistema é f... não te dá chance, se vacilar, te atropela, enquanto os plays (ricos) ficam com todas as coisas, a gente não tem nada, tem que trabalhar como escravo” T.C. (19anos).

A palavra sistema, que procura expressar este conjunto de lógicas, interesses, pessoas e instituições, que em suas relações provocam múltiplas divisões sociais das quais o mano/irmão é resultado, têm sua origem e difusão em parte no sistema carcerário, em parte vem da luta por construir uma força étnica-negra, em parte tem relação com resíduos deixados pelo sindicalismo e movimentos de bairros das décadas anteriores.

As relações socioespaciais organizadas para produzir e reproduzir divisões, é chamada de sistema com um significado que remete à prisão, ao racismo e a luta trabalhista, mas não se limita a nenhuma delas e engloba todas ao mesmo tempo. A atuação do Estado, presente, principalmente quando se trata da coerção, através das instituições policiais, e o aumento da desigualdade entre os grupos sociais, foram sedimentando uma interpretação da realidade pelos grupos marginais,

em que prevalece esta oposição, de um lado está o Estado, as polícias e os grupos estabelecidos, exercendo sua força e neutralizando as possibilidades de desenvolvimento dos grupos marginais, e, de outro lado, os grupos marginais, elaborando suas estratégias para sobreviver e suportar o sofrimento.

A referência ao playboy surge ainda no final dos anos de 1980, mas ganha força somente nos primeiros anos da década seguinte, seguindo uma tendência que parte da crítica social a autocaracterização e, ao se autocaracterizar, vai caracterizar o “outro” negativamente e nomeá-lo de playboy. A construção desta identidade marginal e, conseqüentemente, das identidades de oposição, é feita na personificação individual. É como se a realidade fosse apenas uma extensão do corpo. A estética corporal cumpre um papel de diferenciação social que se estende para a escala da metrópole. Daí a ideia de diferenciação social entre playboy e mano e periferia e centro. A fragmentação urbana passou a ser interpretada por processos de ancoragem e objetivação (SÁ, 1996; JOVCHELOVITH, 2000) que tem o corpo como ponte inicial e ulterior, de acordo com o processo de atomização social corrente.

O confronto entre personagens distintos, identidade marginal e identidade oposta, tem seu núcleo substancial na escala da metrópole, que é o campo de luta entre as identidades e, neste sentido, entre os grupos socioespaciais. A disputa das identidades é a representação da disputa entre os grupos pelo uso e ocupação da metrópole e seus

recursos criaram as condições para a generalização da insegurança, do fascismo de insegurança, das arquiteturas militarizadas e de processos de reclusão individual e coletiva no interior da metrópole.

Pierre Bourdieu (1996), ao falar de trocas simbólicas, chamou-as de economia dos bens simbólicos ou economia das coisas sem preço. O sistema de trocas simbólicas é como um jogo, um jogo social, cujos participantes se prendem de tal forma que, presos ao jogo, acreditam quase que incondicionalmente que vale a pena jogá-lo, reconhecem o jogo, seus objetivos e alvos, perseguem o jogo, ou melhor, a vitória no jogo, como objetivo primário da própria existência. O futuro deixa de ser um projeto e passa a ser a própria vivência do presente no jogo. As ações não são totalmente calculadas e projetivas, elas se inscrevem nos instantes do jogo social, quase como ações naturais, óbvias, evidentes e certas. Cada um investe no jogo tudo que tem:

Se [...] você tiver o espírito estruturado de acordo com as estruturas do mundo no qual você está jogando, tudo lhe parecerá evidente e a própria questão de saber se o jogo vale a pena não é nem colocada. Dito de outro modo, os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer, como é a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social (e geográfico). [...] a *illusio* [ou investimento] é estar envolvido, é investir nos alvos que existem em certo jogo, por efeito de concorrência, e que apenas existe para as pessoas que, presas ao jogo, e tendo as disposições para reconhecer os alvos que aí estão em jogo, estão prontas a morrer pelos alvos que, inversamente, parecem desprovidos de interesse do ponto de vista daquele que não está preso a este jogo. (BOURDIEU, 1996, p.139-140)

Entre os metropolitanos marginais, diferentes sujeitos, identificados com diferentes papéis, discursos e condutas disputam a hegemonia entre os de “baixo”, por meio de um campo de poder interno, onde trocas simbólicas e materiais são os substratos do habitus de cada um e o seu próprio reflexo. No cotidiano das periferias, morros, favelas, becos e vielas, as populações marginalizadas criaram uma caricatura do sistema de trocas simbólico-materiais, responsável pelo movimento das formas e padrões de inserção e reconhecimento, via consumo de mercadorias, posto para toda a sociedade incluída. A caricatura adquiriu vida própria e cada sujeito investe aí todo seu poder.

De uma forma geral, a centralidade do consumo alimentou um sistema em que o consumidor, no ato de consumo, compra não somente uma coisa, mas um amuleto capaz de lhe imputar características mágicas. Assim, a troca econômica acontece não somente porque o consumidor precisa de algo prático, para uma necessidade prática, mas também porque ele precisa de algo simbólico. A necessidade simbólica, somada a necessidade prática ou, ainda, submetendo a necessidade prática, movendo o mercado e o consumidor. De posse do bem comprado, usufruindo dele pessoalmente e publicamente, o consumidor vai para um campo em que aquilo que ele adquiriu irá distingui-lo socialmente dos outros e lhe imputar valores simbólicos, o que no fundo, não é nada mais que uma forma de poder.

Formalmente, há duas formas básicas de participar deste processo: acumulando capital ou investindo a parcela de riqueza assalariada. Fora do sistema de acumulação de riqueza e assalariamento, entre outros, os excluídos criaram mercados de bens simbólicos- materiais nos quais a violência será aplicada a acumulação de poder, nos quais os elementos a serem trocados são de um lado, valores abstratos, atados ao corpo de determinadas mercadorias – carros, motos, jóias, roupas etc. -, que configuram uma espécie de capital simbólico-estético-material, e, por outro lado, um potencial afetivo, sensual e sexual, que também vai se configurar num capital simbólico-estético. Assim, o acúmulo de mercadorias é proporcional ao acúmulo de vínculos sociais e afetivos, enquanto a quantidade de vínculos sociais e afetivos é sinal de um alto potencial relativo de consumo, entre outras coisas.

O ponto crítico deste processo é que as condições reais de consumo destas populações, em condições de marginalidade, e daquelas que estão passando pelo processo de marginalização, são extremamente restritas e residuais. As condições e os ganhos do trabalho das populações marginais limitam as suas possibilidades de consumo, assim, seu capital simbólico-estético padece de uma hipertrofia, de tal maneira que o baixo-crime serve como um meio de otimizar relativamente às condições de consumo e de consumidor, o que vai garantir aos indivíduos envolvidos em práticas legisladas como crimes, maior capital simbólico e estético em relação ao trabalhador.

Em outras palavras, traficantes e ladrões, por exemplo, no interior dos grupos marginais, centralizam capital simbólico-estético em razão das suas condições de consumo se mostrarem melhores que as condições de consumo dos trabalhadores, dos subtrabalhadores e dos desempregados. Viver ou tentar viver do trabalho significa situar-se em posição inferior dentro deste sistema de trocas simbólico-materiais.

Assim me falou um entrevistado recém saído da prisão, depois de 9 anos de reclusão por assalto a mão armada:

“Agora eu estou tranquilo, mas preciso tirar (comprar) uma Twister (modelo de moto) para fazer um rolê, com os camaradas e pegar a mulherada”.

(V. , 35anos).

É assim que entre os pobres da metrópole, gradativamente, o crime e a violência vão reverter a negatividade de antes. Por isto, a observação feita por Luiz Eduardo Soares (2003, p.92-3), torna o problema ainda mais complexo:

Não é demais repetir, sublinhando a ênfase: os jovens pobres nem sempre estão interessados numa integração subalterna ao mercado (de trabalho), nem sempre estão dispostos a reproduzir o itinerário de fracassos econômicos de seus pais, sua trajetória de derrotas, sua biografia de infortúnios, tanto esforço sem recompensa. [...] nem sempre esses jovens são sensíveis a uma interpelação voltada para fazê-los mecânicos de nossos carros, pintores de nossas paredes, engraxates de

nossos sapatos. Vale reiterar: os jovens pobres querem o mesmo que os filhos da elite e das camadas médias. Querem internet, tecnologia sofisticada, computador, mídia, televisão, cinema, teatro, fotografia, artes, cultura, música, dança e esportes.

Entretanto, embora haja uma associação direta entre mercadoria, valores abstratos: status, poder, prestígio etc., potencial afetivo-sensual-sexual, liderança e hegemonia cultural, há, não obstante, uma recusa da lógica do preço e do cálculo estritamente racional. Este não é um sistema de trocas, um mercado, de um sujeito estritamente econômico, o que impede que este mercado seja reduzido à economia das trocas econômicas, e a troca, em si, seja definitivamente encarada como um processo geral de prostituição. É necessário que a troca seja mistificada, de forma que sua explicitação seja sempre ambígua. “Dizer do que se trata, declarar a verdade da troca ou como dizemos, à vezes, ‘quanto custou’, [...] é anular a troca” (BOURDIEU, 1996, p.168). Essa é uma relação na qual não pode se introduzir um preço, mesmo que ele exista implicitamente.

Neste sentido, recorremos ao conceito de duplipensar:

‘Duplipensar’ quer dizer a capacidade de guardar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias, e aceitá-las ambas. O intelectual [...] sabe em que direção suas lembranças devem ser alteradas; portanto sabe que está aplicando um truque na realidade: mas pelo exercício do ‘duplipensar’ ele se convence também de que a realidade não está sendo violada. O processo tem de ser consciente, ou não seria realizado com

precisão suficiente, mas também deve ser inconsciente, ou provocaria uma sensação de falsidade e, portanto, de culpa. 'Duplipensar' é [...] usar a fraude consciente ao mesmo tempo que conserva a firmeza de propósito que acompanha a honestidade completa. [...] Em nossa sociedade, os que têm o melhor conhecimento do que sucede são também os que estão mais longe de ver o mundo tal qual é. Em geral, quanto maior a compreensão, maior a ilusão; quanto mais inteligente, menos ajuizado. (ORWELL, 1984, p.200-1)

Sendo assim, a verdade objetiva da troca exige um esforço de construção dissimulatória para impedir que a verdade sobre aquilo que se troca venha à tona. Uma alquimia simbólica, como disse Bourdieu (1996), que faz com que haja um duplipensar sobre o sistema de trocas simbólico-materiais capaz de, ao mesmo tempo, ser apreendido como uma troca de algo por algo, tangível e factível, isto é, de uma forma extrema. Troca de objetos de consumo, de um lado, pela afetividade do outro, seu reconhecimento e seu corpo; exigindo assim o cálculo racional, o preço e a explicitação; no entanto, este sistema de trocas não é apreendido como totalmente assim, de maneira que a troca não é apreendida como troca, por isto, não tem preço ou cálculo, não tem que ser explicada, por que não existe!

As relações, neste sentido, são dadas por amor, solidariedade, afinidade, acumulação e uso público de mercadorias e dinheiro, reconhecimento, diferenciação, status e poder. No fundo, há uma busca permanente por poder para então ser amado ou amada, reconhecido ou reconhecida, valorizado ou valorizada.

É relevante ressaltar o papel dos espaços públicos e dos locais de encontros neste mercado que se realiza e nega-se simultaneamente. Eles são, por excelência, os lugares de materialização deste mercado das coisas sem preço: as ruas, as esquinas, os bares, as escolas, as igrejas, as praças....

É comum a circulação intensa de pessoas exibindo publicamente seus objetos: carros, motos, joias, roupas etc.; às vezes, um fluxo que não tem outra função que não apenas fluir, circular, fazer ver e ser visto. Um fluxo sem destino e sem fim, e mesmo aquele fluxo determinado: da casa ao trabalho, à escola, à igreja, ao comércio da esquina, etc., passa a ser marcado pela lógica de uma exibição pública. O espaço público funciona como lugar de escolha daquilo que se vai e se quer trocar e, ao mesmo tempo, como vitrine daquilo que se tem para ser trocado. Enquanto aqueles que podem e conseguem adquirir os objetos-mercadorias circulam intensamente pelas ruas, como uma vitrine ambulante, aqueles que não podem, e não conseguem, ocupam as esquinas, as calçadas e os pontos de encontro, prontos para participar desta troca sem preço.

A este respeito, um garoto disse o seguinte:

“Mano! Meu irmão tem uma Hornet (modelo de moto), ele está preso, quem está pilotando ela até meu irmão sair é meu primo, a moto tem um barulho louco, meu primo leva ela no racha, e todo mundo cresce olho, paga um pau grandão. Outro dia eu fui de co- piloto, vixe, as minas se joga, já peguei uma dúzia na vila só por causa da moto e ela nem é minha...”

(V. , 16anos)

Outro rapaz contou:

“Eu estava no Arena, um bar perto da Assis Ribeiro, parei o carro, todo mundo parou para olhar, meu carro é todo rebaixado e filmado. Parei o carro metendo o louco, com o som alto pra caramba [...]. Desci eu e um mano meu, a gente colou nas mesinhas, já dando ideia numas minas, a gente saiu com as minas, demos uns beijos e pá... Depois a mina falou pra mim que ficou comigo porque queria pagar de gatona circulando dentro do meu carro.”

(R. , 33anos)

Nestas narrativas há muitas dimensões, dentre as quais ressalta um duplipensar a respeito da troca simbólica, material e afetiva. O mesmo ocorre com os seus principais espaços de realização, os locais de encontro. Nos espaços públicos, em todos os espaços de encontros, há sempre um duplipensar, uma dupla ou multi-forma de apreensão. Não necessariamente as pessoas vão à igreja, à escola, à praça, à rua e as esquinas, ou a espaços de reunião ou bares como dos sujeitos acima, para manter-se em exibição, mas naturalmente a exibição acontece, de forma mais ou menos explícita, nem sempre como algo óbvio e evidente, mas ela não deixa de acontecer.

Diante deste cenário, um conjunto de valores foi claramente redefinido e reajustado. As pessoas envolvidas com o crime e a violência otimizaram seu capital simbólico-estético em relação ao trabalhador, assim produziram formas de apreender a realidade e, logo, de formação

da identidade, contraditórias com os valores e formas de identificação consagrados e enraizados.

A impressão que tenho é de que, antigamente, ter um trabalho, um emprego, era mais valorizado, ou seja, ter trabalho era uma forma honrosa de estar no mundo. Hoje em dia, o fato não parece se verificar tanto: valoriza-se o consumo. É preciso ser consumidor para ter visibilidade social e para julgar-se como ‘sendo alguém’. Daí o desespero de quem sabe que, com a escolarização disponível, dificilmente poderá ter, pelo trabalho, acesso aos símbolos de status. Ter um emprego não compensa a vergonha de não ser consumidor daquilo que se vê na televisão e que confere ‘distinção’ às pessoas. (TAILLE, 2000, p. 123)

Para fazer parte do mercado econômico geral e do mercado das coisas sem preço particular, os sujeitos e grupos metropolitanos com déficit de poder, cada a sua maneira, no trabalho, nos cultos religiosos e no baixo-crime, todos são movidos pelo mesmo estímulo, impulso e sentimento, para não estar excluído entre os excluídos, não ser marginal entre os marginais, não estar desgraçado entre aqueles que vivem um déficit, às vezes crônico, de poder, autonomia e liberdade.

Neste sistema das trocas sem preço, aos gêneros – masculino e feminino – cabem papéis quase que determinados. Ao masculino cabe acumular capital simbólico-estético- material, através do consumo de mercadorias, e usá-lo na troca pelo potencial afetivo, sensual e sexual

feminino. Ao feminino cabe trocar seu potencial afetivo, sensual e sexual, ancorado na estética do corpo, pelo capital simbólico-estético-material associado ao consumo e ao uso de determinadas mercadorias. Talvez isto explique, em certa medida, o maior envolvimento dos homens com o crime e a violência se comparado ao envolvimento das mulheres, no caso particular dos grupos urbanos com déficit de poder, e, não obstante, a percepção negativa da mulher e seu maior engajamento nas igrejas pentecostais em relação aos homens, como sugerem as falas de V. (16 anos) e R. (33 anos) - transcritas nas páginas anterior.

A busca por acumular bens estimula um ethos viril e guerreiro, reafirmando a masculinidade e o poder masculino para então tentar limitar a mulher e a condição feminina à situação de sujeito passivo neste sistema de relações. Esta é uma forma limitada de responder a crise do comando patriarcal em todo o mundo (CASTELL, 2003), que se faz sentir de forma extrema nas periferias da maior metrópole brasileira.

Neste mercado afetivo, quanto mais mercadoria se acumula, mais se acumula capital simbólico-estético e, logo, se superdimensionam as possibilidades de relações afetivas, sensuais e sexuais. Quanto mais consumidor, mais se acumula capital simbólico-estético que garante status, poder, prestígio, reconhecimento e relações afetivas.

Diferentes valores abstratos ganharam corpo em objetos de consumo, o que deu ao consumidor, maiores e melhores relações

afetivas, sensuais e sexuais. As novas estratégias de produção de mercadorias, cuja publicidade é essencial para se produzir à disposição da necessidade, isto é, o consumidor intervém diretamente nas formas de apreensão das mercadorias e do consumo, produzindo um hiperhedonismo, que se satisfaz a partir do ato de aquisição, acúmulo e uso público de determinados objetos. O que vai incidir diretamente na autoestima, amplificando de forma concreta e imaginária a beleza da estética pessoal, funcionando como instrumento de atração, reconhecido coisificado em objetos de consumo.

As mercadorias trazem consigo um valor estético embutido, principalmente, via mecanismos publicitários. Ao serem consumidas reproduzem o capital econômico a elas inerente, fazem o consumidor acumular capital estético de feições, sobretudo, não- materiais, mas que exerce funções práticas e imediatas. Ao acumular mercadorias, acumula-se prestígio, poder, status, reconhecimento e, entre outras coisas, valorização pessoal, uma espécie de fama e visibilidade que, ao menos no interior das comunidades, no lugar de reprodução social – o bairro -, quebrar a morbidez do anonimato, da insignificância e da indiferença. A acumulação material equivale a uma acumulação simbólica, da qual depende a autoestima, o reconhecimento, formas de poder, prestígio, status, diferenciação, afirmação pessoal e relações afetivas.

As modificações do sistema social, que impuseram maiores dificuldades ao trabalho e ao trabalhador, precarizando diversas formas

de realização do trabalho, impuseram à produção de bens e serviços o uso extensivo da publicidade e da propaganda, como fatores de produção, essenciais à circulação e a agregação de valor; diminuiu nas apreensões da realidade das populações urbano-marginais de São Paulo, o capital simbólico associado ao trabalho e aumentaram o capital simbólico associado ao consumo. Há, não somente entre as populações marginais, um processo de supervalorização do consumo e do consumidor, e uma superdesvalorização do trabalho e do trabalhador.

Entre a violência, a negação do trabalho e as igrejas, emerge a vida bandida!

Assim como a violência e a precarização das relações de trabalho produziram entre os marginais da metrópole duas identidades extremas, o bandido e o religioso, se produziu também uma identidade altamente esquizofrênica, que corresponde ao sistema identificativo mais presente entre os pobres urbanos. Ela não tem uma forma definida, transita pela violência, pela religião e pelo trabalho com desenvoltura. Não se trata nem do bandido, nem do religioso e nem tampouco do trabalhador. Esta é uma identidade hegemônica não pelos próprios méritos, mas pelos limites das outras identidades. Ela não se define como única e nem tampouco define limites para seu processo de realização. Ela evita o purismo identitário e sincretiza o habitus e a leitura de mundo do bandido, do religioso e do trabalhador.

Do primeiro, assimila muito de sua linguagem, estética, seu perfil hedonista, consumista e sua atitude de incivismos; do religioso busca o misticismo, a ligação e a proteção divina para os desafios cotidianos; do último, do trabalhador, busca assimilar e compatibilizar as estratégias econômicas marginais com uma positividade crítica do trabalho, porém, sujeitando a identificação com o trabalho à identificação com o consumo.

Este é um sujeito síntese, que não vai excluir do seu habitus e estilo de vida, nenhuma possibilidade, seja ela o engajamento religioso, a atividade laborativa ou a vida bandida, embora da religião esta identidade só busque um fio de religiosidade, sem a intenção de um total engajamento religioso; reduz o trabalho a uma condição utilitária de acesso ao mínimo necessário a reprodução social, num nível superior, de acesso ao mundo fantasioso das mercadorias; por fim, transforma a ultraviolência numa metáfora capaz de domesticá-la, impor respeito, medo e visibilidade, sem a necessidade de seu uso real.

Este é um sujeito de fé, influenciado pelas práticas das doutrinas pentecostais, de força e virilidade, como o bandido, trabalhador como qualquer outro, mas não identificado com a positividade absoluta do trabalho, como em outros tempos.

Este é um sujeito de identidade esquizofrênica e constantemente mutante. Num momento ele assume o habitus do trabalhador, noutra do

bandido e noutro do religioso... Há algo comum a qualquer uma destas identidades, as dificuldades da vida, a ideia de que a vida é um combate: o trabalhador que luta pela sobrevivência diária num mercado de superexploração do trabalho; o bandido que combate os rivais, as milícias privadas e as forças de segurança pública; o religioso que apela para Deus na luta contra religiões consideradas contrárias aos desígnios de Deus ou que se sente parte da luta entre Deus e o Diabo, céu e inferno.

Um dos depoimentos mais significativos que colhemos, expressa exatamente isto. Um rapaz mestiço, de mãe branca e pai negro, 28 anos de idade, criado pela mãe com mais dois irmãos. Filho do meio, teve passagens pela FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor) por roubo, após sair da FEBEM ainda se manteve ligado à pequenos roubos e ao pequeno comércio de maconha e cocaína. Com os braços com tatuagens que lembram o engajamento em atividades ilícitas, virou membro da Assembleia de Deus, largou as calças largas, o boné, as camisas estampadas e coloridas, os cordões de ouro e os tênis de grife, por vestimentas mais formais: terno, gravata, sapato e camisa social. Frequentou os cultos por 4 anos, trabalhou como perueiro mas preferiu os direitos legais que lhe dava o trabalho numa banca de jornal no terminal de uma estação de metrô, como nos contou:

“Entrei pra Assembleia porque estava vendo que eu iria morrer. Larguei o crime e as drogas porque estava embaçado, fiquei na Assembleia 4 anos, aprendi

muita coisa lá, foi bom pra caramba, mas os caras começam a controlar sua vida de um jeito pior que na cadeia, fui empapuçando e saí fora. De vez em quando eu ainda vou, mas não como antigamente. Eles controlam sua roupa, seu pensamento, suas atitudes [...]. Aí você vira um robô [...] eu já estava ficando doido [...] Eu estava trabalhando aqui nas lotação, mas parei também, muito corrido, trampava de manhanzinha até uma duas da manhã, você conhece gente pra p... mas não dá [...] Aí comecei a tramar aqui na banca, trampa sábado e domingo, às vezes, mas é mais suave, carteira assinada e os c... Agora estou aqui direto...”

Uma característica presente na construção da identidade das populações deficitárias em poder da maior metrópole do país é a generalização para além do bandido, da sua linguagem específica, como uma forma de defesa interna aos grupos marginais e de virilidade verbal utilizada para se fazer ver pelos identificados como contrários. Em outras palavras, pessoas não engajadas no crime utilizam-se da linguagem nascida especificamente aí, como forma de defesa entre os sujeitos não envolvidos com o crime e formas ultraviolentas demonstrarem ao bandido que não o temem e que podem utilizar-se de seus instrumentos, caso creiam ser necessário, sobretudo na autodefesa. Todavia, tal linguagem passou a mediar quase todas as relações e acabou tornando-se linguagem hegemônica, principalmente entre os mais jovens, seja nas relações internas seja nas relações com os demais grupos sociais.

O seguinte comentário de um estudante, demonstra isto:

É quente mano, os malucos lá é chapa, só bagulho dá hora, 350 reais tá na mão. Com xenon o carro fica louco, fica chapa...

(I. , 16 anos)

Esta linguagem é usada para marcar o espaço público, estatal e midiático, diante da necessidade de contundência e identificação por outros grupos sociais. A partir desta vinculação, ainda que linguística, a violência, buscam impor respeito e temor.

A disposição deste sujeito híbrido para o consumo, para o hedonismo, é tão maior quanto àquela do bandido. Ele disputa com ele, usando de sua linguagem, estética, símbolos e antagonismo, a hegemonia cultural entre os marginalizados da metrópole, num sistema de trocas materiais e simbólicas em que todos podem se engajar: bandidos, evangélicos, trabalhadores... Sistema pelo qual o poder, o reconhecimento, as redes de apoio, reciprocidade e afetividade fundam-se na acumulação de mercadorias, numa atitude constante de consumidor. Sua disposição por uma visibilidade pública positiva o faz buscar na abnegação do evangélico e na “honestidade” do trabalho, a legitimidade necessária para a relação com outros grupos sociais, principalmente aqueles que representam conflitos e antagonismos.

Desse modo, do bandido ele assimilou a animosidade em relação às polícias, principalmente em momentos em que as forças de segurança impõem seu terror e violência de forma a não discriminar os que se engajam em atividades incriminadas, daqueles que exercem outras atividades; a virilidade e o ethos combatente, partilhando a oposição em

relação as pessoas, famílias, grupos e classes integradas aos modos de operação, comando e benefícios do sistema produtor de mercadorias, serviços, imagens e governança, sem vê-los como alvo potencial, como o faz o bandido, enxergando-os com agentes partícipes e beneficiários das formas pelas quais a sociedade se realiza e o espaço ganha forma, explorando, estigmatizando, humilhando e impedindo o desenvolvimento pessoal e coletivo das populações marginalizadas, reforçando todas as condições que levam à exclusão e ao seu revê, a marginalidade.

Do evangélico, esse sujeito assimilou pouco a pouco a formação pentecostal de religiosidade. Gradativamente, as manifestações de religiosidade deste sujeito incorporaram a doutrina, o ritual e a leitura religiosa do pentecostal e colocou-a no lugar de uma prática religiosa altamente sincrética, muito característica do catolicismo popular, com elementos de ritos afro-brasileiros, kardecistas e da catequese católica.

As práticas e ritos pentecostais ganharam força e, como faz o bandido, influenciam para além dos seus adeptos. Na crise da identidade do trabalhador, contraditoriamente, os pobres da metrópole buscaram valorizar uma identidade étnica e ao fazê-lo buscaram valorizar cultos afro-brasileiros, como o candomblé e a umbanda. Esta valorização foi sendo em grande medida abandonada, por conta da influência do pentecostalismo nas prisões e nas periferias, contrária ao catolicismo, ao candomblé e a umbanda.

Retomando o papel do trabalhador, este sujeito que transita por campos distintos, assimilou, em parte, o respeito pelas normas sociais em busca da possibilidade de criar uma identidade própria que seja positiva para si e não-negativa em relação aos outros grupos sociais e ao próprio Estado. Que pudesse ser assimilada pelo Estado e manter relações pacíficas e não discriminadoras com relação às pessoas, grupos e classes de poder maior, sem perder a capacidade de se diferenciar, gerar seu próprio habitus, estilo e habitat simbólico, sem perder a capacidade de gerar posições políticas próprias e elementos culturais autônomos. Em parte, é um esforço pela igualdade no direito e pelo direito a diferença cultural, estética, simbólicas e interpretativa.

De um lado, a identidade bandida influencia para além do bandido, ou seja, para além daqueles diretamente envolvidos em atividades criminosas, e a identidade religiosa influencia para além do “crente” ou evangélico, como é chamado o sujeito que é adepto de algum tipo de culto cristão-protestante-pentecostal. Por outro, este sujeito híbrido buscou a influência de cada um para se autorrealizar e enfrentar a problemática do déficit de poder, exclusão, fragmentação, marginalização e invisibilidade socioespacial. Seu poder, então, não emana de fonte única, como o poder do bandido, do evangélico ou do trabalhador, seu poder está na capacidade de catalisar força de diferentes maneiras, evitando os extremos e as limitações de cada fonte identitária: o trabalho, a violência e a fé.

Em certos momentos, foi a própria atuação deste sujeito híbrido que deu vazão, visibilidade e poder as outras subidentidades: do bandido e do evangélico, por exemplo. Foi por meio deste sujeito que o bandido ganhou voz. Foi por meio dele que o evangélico deixou de ser visto como um fanático. Foi por meio dele que o trabalhador passou a receber uma legitimação radicalmente negativa. E, por conta disto, este sujeito híbrido tornou-se o mais capaz de gerar um discurso comum que pudesse colocar do mesmo lado do campo - “crentes”, bandidos e trabalhadores - no enfrentamento dos processos excludentes de riqueza, poder e cidadania. Ainda que esta seja uma construção frágil, difícil e contraditória, ela precisa ser construída subjetivamente, a partir de elementos de percepção da marginalidade comum que submete a todos. Ela tem sido construída exatamente por este sujeito, que se vincula à contraviolência, à religião e ao trabalho, negando-os todos num duplipensar.

A violência e a ultraviolência marginal cumprem o papel simbólico de inversão da relação de domínio, quando a violência marginal supera a violência do poder. Quando o patrimônio a ser violado pertencer aos grupos com alto poder, ou seja, aos grupos que centralizam os benefícios produzidos pelo sistema social, não obstante, que se encontram e são reconhecidos como habitantes das melhores localizações da metrópole, tanto a violência empregada como à transgressão da norma que protege o patrimônio estão sendo encaradas, cada vez mais, sem o peso negativo

de tempos anteriores. Este é um dos fatores que garantiram ao personagem do ladrão, um grau de relativização e reconhecimento, maior que o do traficante, por exemplo.

O ladrão gradativamente tem sua negatividade transformada em positividade, a tal ponto que ladrão e o artigo penal 157, que define juridicamente o roubo, passaram em certas situações a ser referência positiva e adjetivo carinhoso, assim como vagabundo e bandido. Estes adjetivos têm sua negatividade neutralizada e passam, ao contrário de outrora, a designar positividade e orgulho. Primeiro, em razão da posição ótima no sistema de trocas simbólico-materiais que o ladrão adquiriu e, segundo, em razão do enfrentamento com os grupos de alto poder e com as polícias que estes acabam fazendo.

A. (32 anos) comentou o seguinte:

“Quando o cara é 157 (ladrão) de verdade, o maluco tem respeito, moral, chega em qualquer lugar e é respeitado, todo mundo cumprimenta, todo mundo quer ter uma boa relação com ele [...]. Agora vender drogas é embaçado, nem curto muito traficante não, sei lá, é um barato que não bate o santo, liga! Mas assim, eles lá e eu aqui, ninguém estranha ninguém e fica tudo certo... Eu tive uma época que pegava um dinheiro que eu ganhava fazendo uns tramos, comprava farinha (cocáina), misturava e passava pra frente, mas era f..., eu vivia tenso e além disso, eu não suportava os noias (viciados) atrás de mim, os caras vinham na minha casa atrás de mim pra comprar, minha mãe e meu pai ficavam desconfiados e eu tinha medo de chegar um doido e fazer alguma coisa com eles. Aí parei com isso, parei com tudo... Eu comprava numa quebrada lá em

São Mateus, trazia pra casa, fazia crescer, vendia um pouco aqui na COHAB mesmo. Mas eu ganhava dinheiro mesmo vendendo na cidade da minha avó. Eu ia para lá duas vezes no mês e ganhava o suficiente.

Mas era perigoso, eu levava no ônibus. Ficava com o c... na mão... Até que minha mãe descobriu, mexendo nas minhas coisas, aí eu tive que parar. Mas eu só vendia para fazer um dinheiro, na época eu trampava como servente do A... e ele me pagava muito pouco...”

O relato acima é de um homem que, com o dinheiro de pequenos trabalhos, como ajudante de pedreiro, comprava e revendia drogas. Seu principal campo de venda eram duas pequenas cidades do sul de Minas Gerais. Mas o pequeno comércio de drogas para ele era apenas um complemento de renda.

A.(32 anos) nos ajuda a compreender que o ladrão difere da figura do comerciante varejista de drogas, não apenas pelos tipos de atividades e delitos. O comerciante varejista de drogas é identificado com alguém que vicia e alicia sua comunidade para gerar riqueza não só para si, vendedor varejista, mas para um outro que comanda o tráfico, mas que não está organicamente ligado às periferias das cidades e que não faz parte, portanto, deste ideal de irmandade entre os de “baixo”.

Nesta diferença de olhar sobre o ladrão e o comerciante de drogas, é importante o fato de que este último necessita impor violência, terror e medo em seu entorno, para viabilizar seu negócio. Ao contrário do ladrão, que pode selecionar um alvo externo e assim agir violentamente longe de seu entorno de experiência e ainda agredir aqueles entendidos como antagonicos, invertendo a percepção da violência utilizada, tornando-a contraviolência.

O relevante, dentro deste processo, é que tanto o dependente químico, quanto o comerciante de drogas são personagens vistos com desconfiança e receio, ao contrário da figura do ladrão. O dependente é visto como alguém capaz de violentar a família, de roubar ou furtar pais, vizinho e amigos, uma pessoa que mata e morre no intuito de saciar a dependência. Geralmente comete pequenos furtos e/ou roubos: dinheiro, roupas, objetos eletrônicos da família ou dos vizinhos, roubos ou furtos a pequenos estabelecimentos comerciais, ônibus etc. Chamado nas periferias de noia, é alguém em que não se deve confiar. É muito comum que os dependentes em situações limites fiquem vagando durante as madrugadas, abordando as pessoas que saem de casa, em trânsito pela rua, pedindo-lhes dinheiro ou qualquer coisa que possam trocar por drogas.

Pequenos furtos e roubos nas periferias às vezes são motivados pela dependência química deixam claro que há pouca ocorrência deste tipo de crime nas periferias, embora, nem todas as ocorrências sejam comunicadas e formalizadas. Ainda assim, as diferenças são grandes nos quais as maiores ocorrências estão no centro da cidade. A baixa ocorrência na periferia se explica porque roubar ou furtar no interior dos bairros pobres é uma situação arriscada, quase sempre muito arriscada, já que não se admite roubos ou furtos nas comunidades, vilas e bairros pobres, principalmente protagonizadas pelos seus membros. As punições são extremamente violentas e severas, muitas vezes

executadas por pessoas comuns, enfurecidas com a quebra de uma norma consagrada: não se rouba ou furta em sua comunidade!

Num episódio, que presenciamos, dois rapazes, com um pequeno aparelho eletrônico por debaixo da camiseta, simulando uma arma, tentaram assaltar uma mercearia, numa rua sem saída, em que as pessoas jogavam futebol, jogavam sinuca nos bares e conversavam sentadas na calçada. Quando perceberam o movimento dentro da mercearia, os rapazes foram espancados com garrafas, tacos de bilhar, pontapés e socos. Foi um tremendo tumulto, mais de vinte pessoas agrediram os dois rapazes, num episódio de violência instantânea que durou uma fração de segundos, até os rapazes ficarem estirados no chão. A rua se esvaziou após o linchamento. Parecia que estavam mortos, mas depois de aproximadamente 20 minutos, eles se levantaram do chão e saíram caminhando, como se nada tivesse acontecido.

Eles sobreviveram porque um deles, que era conhecido com um apelido que fazia alusão a uma sobremesa, foi um traficante importante do fundo da zona leste no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, era um típico malandro, muito influente em Guaianases, Conjunto José Bonifácio e Cidade Líder. Viciou-se em crack e perdeu o controle. Em seu lugar estava o seu irmão, o que explicava o esvaziamento da rua após o ocorrido, já que as pessoas temiam represálias. Depois do que ocorreu, houve um acordo entre o irmão, novo patrão do lugar, e os moradores da rua. Não houve nenhuma represália.

A quantidade de pessoas em situação limite de dependência se intensificou com o crack nos anos de 1990. O crack, um subproduto da cocaína misturado a variados produtos químicos, também conhecido como pedra, desestabilizou em muitos bairros periféricos relações de vizinhança relativamente estáveis. Seu valor de mercado mais barato que a cocaína e sua velocidade de dependência garantiram uma expansão muito rápida.

Nos lugares em que havia comunidades bem organizadas ou personagens criminosos respeitados e temidos que se opunham ao crack, ou mesmo, onde eles dificultaram o comércio de drogas com um certo grau de centralização, na medida em que o vendedor se viciava, a venda e o consumo de crack foram proibidos. Quem fosse pego consumindo tinha, num primeiro momento, a droga tomada e, em caso de reincidência, podia até levar uma surra. No caso de quem fosse pego vendendo crack, dependendo das regras da comunidade, poderia ter a droga tomada, ser expulso do bairro, tomar uma surra ou até mesmo ser assassinado.

Por sua vez, o traficante varejista é encarado como alguém que vicia sua comunidade, que, se necessário, impõe terror a ela, alicia crianças e mulheres, estabelece acordos com a polícia, mata e morre pelo controle do comércio de drogas, que enriquece indivíduos ou grupos de muito poder, que usam a pobreza e as periferias, como matriz de enriquecimento. Ele é visto como alguém que prejudica sua comunidade

e os seus iguais, para enriquecer pessoas e grupos não-marginais. Isto não altera a eficiência no sistema de trocas simbólico-materiais dos traficantes, mas, também, não vai lhe garantir o reconhecimento que os ladrões têm adquirido.

O comerciante de drogas das periferias é geralmente um vendedor autônomo ou um vendedor assalariado, ligado ao que se pode considerar uma micro e/ou pequena empresa de revenda de drogas. Estes vendedores são um último elo da corrente da indústria do tráfico, que se organiza com a mesma heteronomia de uma indústria convencional. Eles são, no que tange as relações econômicas, como proletários ou subproletários. Alguns conseguem se capitalizar e montar sua própria firma, mas a maior parte não tem chance, acaba morrendo ou sendo presos antes de conseguir. Dão a própria vida, tiram outras, para reproduzir o capital de cada papelote de droga, eles são a vanguarda de um novo tipo de proletariado que, além de fornecer seu trabalho vivo, fornece a vida e a morte para a reprodução global de um capital incrivelmente perverso.

O traficante, na maioria dos casos, é mais temido do que respeitado, até porque somente pela violência ele pode se impor. Se alguém lhe deve dinheiro de drogas, por exemplo, ele não pode recorrer às instituições legais, ele tem de recorrer ao uso da violência. Nem as leis, nem as instituições do Estado, podem legalmente proteger seu comércio, assim como protege comércios e estabelecimentos legais.

Na Grande São Paulo, a maior parte dos vendedores de drogas que atuam e moram nas periferias não são ligados a organizações criminosas, são no máximo pequenos grupos, que compram no atacado e vendem no varejo, ou compram de traficantes mais capitalizados e revendem a mercadoria após misturar com outras substâncias.

O comércio de drogas nas periferias de São Paulo é na maior parte dos casos uma atividade esporádica de um vendedor autônomo, que além do tráfico se dedica a outras atividades criminosas ou atividades legais. Não é incomum, por exemplo, trabalhadores assalariados ou informais, aplicarem parte dos seus ganhos em drogas para complementar a renda. Geralmente comprando-as de traficantes mais capitalizados, misturam o material com outras substâncias para fazer render, e depois passam a vendê-las em seus círculos de relações, sem necessariamente ter que se vincular a qualquer ponto de drogas definido, diminuindo, assim, o risco de ser preso, de confronto com a polícia ou de confronto com outros traficantes.

O traficante, entre outras coisas, é visto como alguém que conquista poder submetendo aos seus iguais, diferentemente do ladrão que é visto como alguém que submete o “outro”, habitante dos bairros reconhecidos como sofisticados. O traficante é visto como alguém que precisa se relacionar de forma imoral e ilegal com as instituições policiais para manter seu negócio. Ao contrário do ladrão que é visto como

alguém que necessariamente combate à polícia e não se corrompe com ela, o que na verdade é uma ficção.

Frente a este quadro, as considerações de La Taille (2000, p.121) são importantes:

... podemos nos perguntar se, nos dias atuais, na educação, na mídia, nas empresas etc., ela (a violência) não está sendo, direta ou indiretamente, valorizada. Assim, pessoas seriam, em diversos graus, violentas, não por falta de um freio moral específico ou em virtude de contingências contextuais, mas sim porque associam o ser violento às representações de si que mais valorizam, ou porque a realização de certas imagens (como o do bem-sucedido economicamente, o do consumidor) justifica o emprego de meios agressivos. O sentimento de vergonha talvez tenha abandonado o campo da ética, da honra, da dignidade, para habitar o campo do sucesso, da glória.

Em uma outra passagem, o autor faz a seguinte distinção:

Podemos chamar de autoestima, ou autoconceito positivo, a todo e qualquer conjunto de representações de si positivas e reservar o conceito de autorrespeito para o conjunto de representações de si que tem relação com valores morais; assim, se é verdade que todas as pessoas procuram autoestima, não é verdade que todas estejam em busca do autorrespeito assim definido.

[...] alguém que não coloque os valores morais entre aqueles que compõem sua identidade não sentirá vergonha se, perante os próprios olhos e os olhos alheios, não conseguir representar o papel do ‘esperto’ que ‘leva vantagem em tudo’. (LA TAILLE, 2000, p. 119-121)

Essa perspectiva é interessante, mas equivocada, o autor parece deslocar os valores de seu contexto de produção, não obstante, parecer em valores transcendentais, fora dos quais não há ética ou moral. Esta abordagem procura fazer uma distinção entre conceitos positivos e conceitos morais, ou melhor, autoconceito positivo e autorrespeito. Poder-se-ia até distinguir autoestima de autorrespeito, mas não se deve considerar que há valores morais unívocos, sobretudo em sociedades, territórios e cidades tão heterogêneas. A moral, em última instância, é relativa, variando no tempo e no espaço, de tal maneira que valores morais hegemônicos, considerados naturais, não o são, embora reivindiquem o monopólio da moral e da ética.

A conquista deste monopólio e do processo de instituição geral, não se faz sem uma conquista, antes de tudo, política e econômica. Quando determinados indivíduos e grupos sociais passam a relativizar a negatividade de determinadas práticas ou ideias, isto não significa necessariamente abandono da moral, da honra ou da ética, significa que a moral, a honra e a ética podem estar sendo redefinidas. Se isto vai gerar valores melhores ou piores, é outra questão. Se os valores da sociedade moderna estão em crise, é porque a própria sociedade moderna está em crise. Se suas bases éticas e morais já não são mais unânimes, é porque as relações que lhes dão fundamento passam, sem dúvida, por processos de decadência.

Sendo assim, entre os pobres da cidade de São Paulo e das cidades da margem, o mano/irmão pode ser um trabalhador, um ladrão, um traficante; pode ou não ter os mesmos gostos e rotinas; pode ser negro, branco ou mestiço; o importante é que ele seja um marginal, para ser reconhecido como tal. Marginal do sistema econômico, do sistema político, do sistema técnico-científico-informacional, marginal na metrópole... Esse processo de identificação tem uma certa naturalidade, obviamente construída, que para outros grupos, classes e para parte das instituições estatais, parece não ter sentido e conteúdo.

Isto é comprovado quando, ao se falar de exclusão, fragmentação e de criminalidade, quase todos os autores falam do despertencimento, a exemplo de Pedro Demo (2002). É como se a identificação só fosse possível se participante dos benefícios produzidos pelo sistema social. Embora os sentimentos de despertencimento acompanhem os processos de marginalização, novos sentimentos de pertencimentos são produzidos. Quanto menor a potência e o poder, maior a convergência em torno de um processo identitário, isto porque os constrangimentos materiais diminuem a diversidade de escolhas e, assim, impedem uma grande amplitude de identidades. Quanto menor a potência e o poder, maior a convergência em torno de habitus e escolhas para uma mesma identidade, todavia, isto também implica em um acirramento da concorrência. O despertencimento não impede o aumento dos sentimentos de insegurança, incerteza e concorrência, até porque as

fragilidades das condições materiais não permitem. Neste sentido, a formação da identidade vai comportar rivalidades acirradas.

A identificação imediata, como anteriormente discutido, é feita através da estética corporal, mas, também, através das formas de linguagem. Ser *mano* significa ser um igual, alguém pertencente a um determinado grupo social subalterno, privado de comandar variáveis de diferentes ordens, portanto, marginais. A ele não é atribuída nenhuma característica positiva ou negativa à priori, a não ser os constrangimentos impostos pelas relações com os demais grupos.

As identidades hegemônicas adjetivam a identidade hegemônica. A identidade hegemônica aparece em diversas situações, assim como os indivíduos representados por ela se encontram em situações diversas.

O bandido do céu! Programado para a morte!

Criar um estilo novo de vida é ensejar um novo comportamento, é morrer simbolicamente para renascer. Se as leis sociais não perdoam as transgressões, pela fé se pode ser perdoado, esquecer o que se passou, esquecer o que se viveu antes. Mudar a própria vida, reconhecer em si as mudanças e ser percebido pelos outros como uma pessoa nova, em um mundo em crise, é uma das experiências mais fortes na vida de uma pessoa.

Numa sociedade em que as instituições entram em crise sempre que um comportamento e uma ação se modificam, surpreendendo as estruturas e lhes tirando a função, as igrejas abrem as portas às renovações pelas quais as pessoas passam, pelas quais a vida cotidiana as força a passar.

Para o Estado e a sociedade, de um modo geral, as mudanças de comportamento causam estranheza, disfunção e desconfiança, o que coloca sobre as pessoas um estigma quase perpétuo, segundo o qual bandido é sempre bandido, viciado é sempre viciado, alcoólatra é sempre alcoólatra, violento é sempre violento, presidiário é no mínimo ex-presidiário... O contrário acontece no âmbito religioso das igrejas pentecostais, na maior metrópole do país.

A sociedade e o Estado conspiram contra as mudanças de comportamento, as igrejas pentecostais inseridas nos espaços de concentração de grupos deficitários em poder conspiram a seu favor:

É difícil mudar. Muito difícil. Doloroso e angustiante. Primeiro, porque a ousadia de mudar-se a si mesmo envolve cortejar a morte. Na mudança, uma parte de nós perece; um modo de sermos nós mesmos entra em colapso. Segundo, porque enfrentamos a resistência organizada das instituições e a oposição ferrenha de todo mundo que nos cerca. Unem-se numa brigada contra a mudança aqueles que, de uma forma ou

de outra, nos conhecem, dão testemunho de nossa biografia e zelam pela imutabilidade.

Engana-se quem imagina que contará com o apoio alheio ao projeto de transformar-se, mesmo que a mudança seja um imperativo social e um desejo coletivo. Equivoca-se o sonhador ingênuo que espera estímulo à mudança por parte das instituições supostamente destinadas a promovê-las, por paradoxal que pareça. Este é o fato: há uma conspiração pela fixação de identidades e pelo congelamento de suas respectivas qualificações, especialmente se tais qualificações forem estigmatizantes. Mas a pior notícia é a seguinte: nós tomamos parte da conspiração; participamos e contribuímos para a blindagem ontológica que coagula a história e engessa processos biográficos. (SOARES, 2005, p.100)

As igrejas pentecostais engajadas e colonizando os espaços metropolitanos ajudaram a desencadear processos de fluidez das identidades. O que provocou re- significações religiosas e hibridismos nos modos de identificação. A figura do bandido foi ganhando positividade a ponto de ser criados mecanismos de religiosidade que, de algum modo, ajudaram o bandido a tornar sua condição relativamente aceitável entre os mais pobres. O aumento da insegurança e da incerteza diante das condições de marginalidade fez intensificar sentimentos de religiosidade, que criaram espaços para a atuação de diferentes abordagens religiosas, de características protestantes – principalmente as

pentecostais e neopentecostais - estas últimas com vários instrumentos de comunicação e difusão doutrinária.

A identidade marginal, além de criar seus opostos ao se criar – as instituições do Estado e os Playboys, isto é, segundo tal interpretação, os beneficiados do sistema social, do Sistema, tal como entendido por eles -, produziu uma religiosidade correspondente, com conteúdo sensível e estético capaz de representar as personificações marginais e os indivíduos que lhes dão vida: o Mano – negro, sofredor, sobrevivente, guerreiro, o pobre e, entre outros, bandido. A identidade marginal criou, não somente heróis e guerreiros, que se realizam no sujeito que experimenta a marginalidade, mas também santos.

Herbert Read (1981, p.70), ao abordar o impulso religioso, observa o seguinte:

A religião (e a religiosidade), nos seus últimos estágios, pode se tornar o ópio do povo, mas enquanto for vital é a única força capaz de unir as pessoas dando-lhes a autoridade (quase) natural para que lutem quando seus interesses entram em conflito.

A construção da identidade e das subidentidades, bem como a redefinição de valores e a redefinição da religiosidade, são elas mesmas símbolos com a função de representar e ordenar a realidade vivida, de dar sentido aquilo que se experimenta no cotidiano e de agregar as pessoas em torno de determinados princípios. Os grupos marginais, ao criarem identificações e redefinirem valores, são obrigados a redefinir

sua religiosidade para torná-la coerente com os valores e a identidade que está sendo diariamente criada, não obstante, para torná-la compatível com o sistema de trocas em que eles estão engajados.

Assim, foi produzida uma interpretação da realidade e do sistema judiciário, de que este não é justo ao julgar, isso porque as condições materiais que permitiriam se enquadrar nas leis são precárias. Aos marginais dos benefícios da sociedade, a lei se impõe com violência e injustiça, neste sentido, o promotor ou qualquer um que represente a instituição jurídica, pode, no máximo, punir, mas somente Deus teria condições de julgar, não neste mundo, mas após a morte.

As pentecostais recuperaram a figura bíblica de Dimas - o salteador supostamente crucificado ao lado direito de Jesus Cristo – o que é extremamente significativo. Dimas é um homem que nos últimos momentos de sua vida, se arrependeu de seus pecados e foi perdoado por Jesus, e com ele, após a morte do corpo, ascende aos céus, segundo os evangelhos. Dimas então é simbolizado como o primeiro bandido que foi para os céus. Seria o primeiro vida louca, isto é, seria o primeiro bandido a ter Jesus como salvador de sua alma. No contexto atual, simboliza um fio de honra, em meio a batalhas urbanas que se sucedem, nas quais a vida passa a ser entendida como algo que tem hora marcada para acabar. Em meio a um estado de violência, ter fé dá dignidade à morte, sobretudo a violenta.

Marcos A. P. Souza (1996) mostrou que no bairro de Acari, no Rio de Janeiro, as pessoas criaram códigos de ética, moral e honra com mecanismos diferentes do código dominante. Ele caracterizou a honra masculina como algo que se ganha, que se constrói, e a honra feminina como algo que é inato à mulher, portanto, se pode perder. Ele notou que, aparentemente incoerentes, as regras e práticas fazem parte de uma lógica interna que somente é compreensível e valorizada por quem a vivencia diariamente, o que refuta parcialmente as afirmações de Yves de La Taille, a respeito dos valores morais, na medida em que as práticas daquele grupo são organizadas em torno de uma concepção específica de moral.

Neste sentido, voltando ao contexto desta pesquisa, o bandido catalisou para si a moral que o traficante e o dependente químico não conseguiram agregar, que é a de ganhar a vida desafiando o chamado sistema, violando o patrimônio dos grupos de oposição e confrontando as leis e instituições do Estado, sem, de forma alguma, impor constrangimentos a sua vizinhança, comunidade, seu grupo social, ao menos em tese.

O código de ética dos grupos marginais gira em torno da não agressão interna ao grupo social e ao espaço em que ele se reproduz. Isso ocorre pelo próprio fato de haver uma enorme ocorrência de assassinatos nas periferias da cidade de São Paulo o que dá ao ladrão, diferentemente do comerciante varejista de drogas e do dependente

químico, um capital simbólico que relativiza o uso da violência e o engajamento no baixo-crime, na medida em que a violência é usada no outro, isto é, na medida em que a violência é vista como contraviolência, interpretação fundamental para o surgimento de organizações criminosas formadas por sujeitos de baixo poder.

Entender a figura do bandido, seu papel e sua atuação, entre os urbano-marginais é um grande problema. A ele está associado um estigma negativo que se instala desde a estrutura do Estado e da sociedade até as pequenas relações, embora nesta última, ele tenha, ao longo do tempo, conseguido reverter à negatividade associada a ele dentro do seu grupo de origem. Não se trata apenas de uma questão teórica, já que as discussões sobre a figura do bandido envolvem valores morais que, por vezes, dificultam a capacidade de entender seu papel, sua ação e suas ideias. No entanto, é necessário reconhecer que o bandido e o evangélico pentecostal representam as duas mais importantes reações às transformações impostas pelo sistema de poder globalizado surgidas nas periferias da metrópole. Isto não quer dizer que sejam as reações mais adequadas ou as menos adequadas, quer dizer apenas que são as reações que as condições objetivas e subjetivas vivenciadas pelas populações das periferias da metrópole puderam criar, entre várias outras.

O bandido se destaca pelo seu poder econômico, pela sua capacidade de consumo superdimensionada, pelo hedonismo extremo,

de acordo com a centralidade global do consumo, pela valorização do lazer, pelo ethos guerreiro (ZALUAR, 1998), pelo retorno à masculinidade e, sobretudo, pelo emprego radical da violência. Sua capacidade econômica superdimensionada exige um processo de legitimação e autolegitimação diante dos outros personagens e atores, que conseqüentemente implicam na necessidade de exposição pública de sua capacidade de econômica.

Cada objeto de consumo, carro, moto, joia, roupa, acessório e calçado de grife, precisa ser exposto pelo e através do corpo em espaço público, no qual não só os bandidos se encontram, mas todos se reúnem: bandidos, trabalhadores, donas-de-casa, empregados, desempregados, estudantes, crianças, jovens, adultos, negros, brancos, mestiços e religiosos. Todo e qualquer espaço de encontro público, na periferia, se transforma em lócus da exposição de mercadorias, cuja centralidade do consumo faz com que, por meio desta exposição, o bandido consiga produzir o poder simbólico necessário para legitimar sua ação, visão de mundo e violência. Quanto mais exposição, mais mercadorias, mais prestígio, mais status, mais relações de apoio, mais afetividade, mais visibilidade, mais poder, mais sentimento de autonomia, liberdade e mais a necessidade do uso da violência para consolidar sua tentativa de hegemonia.

A busca pela hegemonia tem um preço: o risco de morte violenta ou de encarceramento. Este é um risco mais ou menos programado e que,

para ele, vale a pena ser pago, diante da precariedade e miséria de sua condição social original. Entre viver pouco com um mínimo de autonomia ou viver muito no ostracismo, o bandido tem feito sua escolha por viver como um rei. Quem não quer se destacar individualmente, diante de uma sociedade globalizada que valoriza permanentemente o destaque individual? Assumir o risco de uma vida incriminada, nada mais é do que a tentativa de ser dono de seu próprio tempo, espaço e ritmo. Neste sentido, a morte e a vida na prisão são encarados com um duplipensar: uma fatalidade e uma honra, pois a agressão ao corpo e a consciência, temporariamente, no caso da cadeia, ou para sempre, no caso de morte, estão associadas à coragem, à ousadia e ao martírio. Fala-se da cadeia e da morte com pesar e com orgulho.

V. (12 anos), morador de uma favela no distrito do Parque do Carmo me disse o seguinte:

“Eu, quando crescer, quero ser ladrão, puts mano, eles tem tudo, tem carro, tem moto, tem roupa da hora. Eles não estudam e tem tudo.”

Quando o garoto me disse isso, eu comentei: “mas ladrão morre cedo, quando não morre, vai preso, você quer ir preso?” Ele não respondeu, mas fomos interrompidos por uma garota que ouvia a conversa à distância. A menina, A. (11 anos), disse o seguinte: “meu pai tá preso, ele disse que a cadeia não é tão ruim assim”. Então eu questioneei: “seu pai gostaria de estar aqui com você e sua família ou

prefere continuar preso? Se ele prefere estar aqui é sinal de que lá não é tão bom assim”. Ela parou um instante, pensou, e saiu correndo para brincar com outras crianças.

Tanto a morte, quanto o encarceramento, de alguma forma, foram adquirindo uma função na vida do bandido, parecida com aquela em que a morte e o aprisionamento exercem em combatentes de guerra. Há a fatalidade, a dureza da morte e da prisão, o martírio, o alívio e orgulho de conseguir superar o encarceramento e adiar a morte. Tanto um quanto o outro, são as contrafinalidades inerentes vida bandida, consumista, hedonista, masculina e prestigiada.

É como se sobreviver fosse uma guerra e o bandido fosse um soldado. No entanto, este é um estado belicoso estranho, no qual o soldado ou o guerreiro luta sem ser portador de um projeto coletivo, luta apenas por si e, no limite, por pessoas muito próximas. Mas não é só isso, a estranheza desta guerra está na luta pessoal e solitária, quase molecular (SOUZA, 2000), contra uma estrutura territorial, estatal e social, que o opõe as principais instituições de controle social do Estado e aos sujeitos sociais que se estruturam, operam e se preservam por meio do Estado e dos pactos sociocivis que ele autoriza e ratifica.

A polícia, o sistema judiciário, o sistema penitenciário e os atores sociais integrados, são interpretados como inimigos e de fato, ao longo do tempo, a interpretação se tornou recíproca. Neste sentido, um estado

de guerra simbólico e real se estabeleceu nas relações de desvio da norma entre o sujeito subalterno, o Estado e as forças sociais que o estruturam.

Sendo assim, o bandido, em suas representações da realidade, mistura uma visão crítica da realidade socioespacial, uma valorização da violência e de códigos de honra militarizados, antagonismos com os sujeitos de maior poder e uma valorização do dinheiro e das relações afetivo-sexuais superdimensionadas através do engajamento em atividades criminosas. Certamente, o mais significativo deste processo é a visão ideológica que o bandido emprega para legitimar a violência, misturando a crítica a marginalidade, o potencial de consumo, o potencial sexual e os códigos de honra criados por ele.

Com base nessa visão, é possível entender a autorrepresentação do papel desempenhado pelo bandido e seu engajamento numa batalha civil molecular, que rechaça as normas jurídicas gerais, sendo combatida quase sempre com uma força desmedida por parte do Estado e de suas forças de segurança, isto é, o desvio pessoal é rechaçado com aquilo que na literatura militar (CARR, 2002) é chamado de guerra total, na qual o Estado dispensa a seleção do sujeito alvo e se lança sobre grupos sociais, atingindo quase sempre pessoas que nada tem com atividades desviantes, sobretudo as violentas (MIRR, 2004), violentando os sujeitos e seus espaços de reprodução. Enquanto, o indivíduo – bandido – parte para uma guerra molecular, o Estado opta pela guerra contra os civis, contra o cidadão, criminalizando não somente as atividades violentamente

desviantes, mas toda e qualquer tentativa de produzir estratégias de sobrevivência, mais características de movimentos populares, do que organizações criminosas.

Neste sentido, ser preso ou morto pelo aparato do Estado faz parte das virtudes de uma sublimação ou encenação de guerra, símbolo de um martírio pessoal que ressoa coletivamente no imaginário dos demais sujeitos, numa mistura de pesar, lamentação, orgulho, indignação e profecia. Ser bandido significa saber que, de alguma maneira, se está diante de uma morte programada, e morrer “é o prêmio da guerra”, se é que ela tem algum prêmio.

Por conta da seleção do grupo socioespacial e não do sujeito, independente de sua atividade, de sua conduta, de sua adesão ou não as normas jurídicas, entre os marginalizados da metrópole, o aparato de controle do Estado produz mais medo do que sentimento de segurança, transformando esta oposição, que seria apenas ligada ao bandido, em oposição geral: trabalhadores, desempregados, jovens, adultos, religiosos, negros e outros. Este estranhamento é um elemento fundamental na inviabilização ou na impossibilidade de eficácia total dos programas e políticas e Estatais, em suas diferentes escalas de governo, cujo público alvo são os pobres da metrópole.

O bandido participa de um campo de poder heterogêneo, onde estão também trabalhadores e outros tantos personagens. No entanto, ele cria

o seu próprio campo de disputa, um subcampo de poder entre os marginais metropolitanos em que o bandido pode colocar-se em disputa e definir quem é que tem mais poder, quem é mais viril, quem tem mais potencial bélico, quem é mais ousado, quem tem mais dinheiro, quem tem mais mulheres, quem tem mais joias, quem tem o melhor carro, quem tem mais disposição para violência e o combate... Assim, engajados neste subcampo de poder, muitos não conseguem abandonar a vida bandida, por mais que queiram. É como o soldado que não consegue viver longe da guerra, de suas redes de relações, de sua carnificina, de suas normas e códigos de honra.

A militarização da vida pessoal é necessária para garantir a preservação da vida e a preservação dos objetos e relações conquistadas, nesta estranha guerra civil contra o inimigo difuso e contra as forças privadas e estatais, a ultraviolência é o principal instrumento. Não obstante, quando se trata de um grupo armado de atuação nômade, isto é, cuja reprodução não depende de uma posição territorial definida, como no caso de pequenos grupos de traficantes de varejo, a militarização é necessária para o confronto com as forças que protegem os alvos: bancos, empresas, carregamento de mercadorias e dinheiro, pessoas e patrimônio pessoal, sejam elas forças de segurança estatais ou particulares. No caso de grupos territorializados, por meio da sedimentação do negócio, como ponto de venda de drogas, o confronto se estende a grupos territorializados rivais, no qual a disputa territorial

passa ser elemento intrínseco da disputa e acumulação de poder. Assim, o bandido investe seus recursos econômicos, simbólicos e psicológicos numa disputa de poder que se inicia numa preservação individual e pode se estender a uma preservação territorial de seu negócio.

Engajado numa guerra contra um inimigo difuso, contra um grupo territorializado rival, contra as milícias privadas e contra as forças de segurança do Estado, o bandido se vê como um combatente, um sobrevivente, às vezes um revolucionário e um mártir de guerra. Nesta particular atmosfera belicosa, o bandido se prende de tal forma a lógica do combate que fica difícil assumir outra identidade, adotar um outro habitus e estilo de vida. Abandonar a guerra é como abandonar parte de si, matar a si mesmo e o sentido da vida, vida bandida, mas dotada de sentido, lógica e positividade para ele. Sem estar engajado nesta guerra, sem se valer da violência, o bandido entra em estado de anomia psicológica, desfaz sua identidade e entra em crise existencial. Longe da guerra, o bandido-combatente não é ninguém e faz um caminho de retorno ao habitat original de exclusão herdado de antemão.

Justiça ilegal, seguridade criminal e habitat simbólico

É importante identificar as embrionárias ações de seguridade social e justiça engendradas por pessoas ligadas por laços de afetividade em circuitos econômicos incriminados. São embrionárias no sentido de que

não chegam nem perto daquilo que o Estado é capaz de criar e manter, além de seu caráter mais instável do que as redes de seguridade e justiça geradas por outras organizações, como o próprio Estado, movimentos sociais, sindicais e as comunidades eclesíásticas. No entanto, elas existem, e às vezes se tornam tão visíveis e importantes quanto àquelas mantidas pelo Estado ou outras organizações.

Quando um pequeno grupo de pessoas forma um grupo de afinidade, quase sempre temporário e sem grandes vínculos estruturais, reunindo-se para realizar uma atividade incriminada, automaticamente se definem mecanismos de seguridade para os membros e se possível para a família. Se um membro do grupo é preso, os outros ficam responsáveis por aliviar sua temporada na cadeia, fornecendo dinheiro para despesas judiciais e extra-judiciais, inclusive no caso de extorsão policial, objetos de consumo que possam ser trocados no interior do presídio, alimentos, roupas e artigos de higiene. Se o preso tiver família, e a geração de recursos do grupo permitir, fica a cargo dos outros membros aliviar financeiramente a pressão exercida sobre a família, geralmente fornecendo alimentos, remédios e dinheiro. No caso de morte, os membros do grupo ficam responsáveis por custear o funeral e manter a família do morto por algum tempo (BARCELLOS, 2003).

M. (33 anos), contou:

“Quando eu fui preso, os policiais pediram 10 mil reais para me colocar numa cela provisória que tinha poucos presos, quem levantou o dinheiro foram as pessoas que estavam comigo, mas não foram pegas. Em três dias eles levantaram o dinheiro, não sei como, mas levantaram. Depois disso eles [os policiais] pediram uma quantia diária para me manter lá, minha família dava uma parte e os caras davam outra, forma três meses assim, até o advogado conseguir me tirar de lá... Eu fui preso por porte de arma, eu e mais 4 pessoas tinha marcado um fita no centro, só eu fui preso quando eu estava voltando, a gente se dividiu e eu fui pego entrando no metro São Bento. Esse dia foi pânico, outros da minha rua foram presos em outras fitas.”

O depoimento deste entrevistado é significativo, primeiro porque ele ajuda a entender estas redes de apoio, segundo porque se trata de um rapaz cuja família é composta por policiais. Ele comentou que sonhava em ser policial civil, mas a prisão inviabilizou seu projeto. Por ocasião do depoimento, refeito da situação que viveu, ela trabalhava na secretaria de uma das universidades mais importantes da cidade.

Estas redes que estamos descrevendo são altamente instáveis, duram geralmente muito, pouco na medida em que os membros da célula são presos, mortos e tenham que viver na clandestinidade. Todavia, elas funcionam como um fator decisivo de legitimação, na medida em que a seguridade social do Estado se encontra distante e inacessível para uma parte dos integrantes de grupos marginais. Elas incrementam também um código de honra e martírio que dignificam o bandido e acabam definindo o “bom” e o “mau” bandido, ensejando um ponto chave e inicial para a legitimação de organizações criminosas.

A justiça bandida ajuda a estender o código de honra, no qual caricaturas de tribunais são criadas, onde se decidem normas e penalidades subjacentes ao sistema legal, quase sempre recheadas de ultraviolência. Na periferia da metrópole, não se estupra, não se mata um inocente, não se delata, não se rouba, não se furta, não se agride, não se trai um irmão, um mano, sem sofrer as penalidades de um código de honra que se enraizou para além dos envolvidos com o crime, desafiando a justiça do Estado, sua competência e eficácia. (BARCELLOS, 2003; SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005; AMORIN, 2004)

Por um lado, rituais de linchamento, alguns homicídios, chacinas, espancamentos, mutilações e banimentos são comuns entre aqueles que desviam destas normas subjacentes, e, nem sempre, os carrascos estão ligados as atividades criminosas e violentas. Em casos de comunidades onde existem grupos criminosos um pouco mais organizados, os tribunais são encenados como um pequeno espetáculo. A pena, a vida e a morte, são definidas de acordo com os debates, na maioria das vezes restritos, mas em casos de indignação geral, o debate é público e as punições severas. Em outros casos, a ação precede a discussão de forma tão espontânea que a pena é dada numa fração de segundos, provocando uma espécie de êxtase, um gozo, uma sensação de prazer e alívio desencadeada por uma ultraviolência coletiva, às vezes perpetrada por

cidadãos sem qualquer vínculo com o baixo-crime ou sem histórico de agressão.

Um entrevistado nos contou o seguinte episódio:

“Aqui em baixo tinha uma pastelaria, um dia dois caras foram lá e comeram pastel à vontade, quando a pastelaria ia fechar, eles resolveram assaltar. A dona da pastelaria, uma japonesa, acabou tomando dois tiros e morreu. No outro dia estava todo mundo comentando, os dois caras eram conhecidos, eles ficaram sumidos durante duas semanas. Mas os caras estavam já com o destino selado, a vizinhança aqui já sabia o que fazer com eles. Eles foram pegos, levaram eles para o cemitério lá em cima, mataram os dois e já deixaram os dois no cemitério.”

(N. , 52anos)

Outro aspecto importante e que merece destaque é que há um campo de disputa interna de poder entre bandidos, religiosos, negros e trabalhadores pela hegemonia cultural sobre as populações marginais. O bandido cria e amplia o seu poder tendo como fonte principal uma contraviolência, altamente explícita e dolorida na medida em que seu alvo é diretamente o corpo do outro. Todavia, o uso da violência se faz apenas na luta por interesses, seguido por uma atmosfera belicosa onipresente.

Esta violência não é total, no sentido em que ela não impregna todas as relações e todos os momentos da experiência do sujeito engajado na vida bandida. Apenas em parte a violência do bandido é visível diante dos olhos da comunidade em que ele está inserido. Há um processo de

ocultação da violência que gera legitimidade, sobretudo considerando que as mercadorias e relações afetivas conquistadas pelo acúmulo de bens aparecem com mais evidência do que a própria violência.

A violência do bandido é mais vista pelos programas de jornalismo policial do que propriamente pela experiência concreta (GLASSNER, 2003). Aí a violência torna-se uma ficção, uma representação, uma janela para ver e compreender o sujeito, que não é visto de outra forma a não ser pela violência que se espera dele. E isso implica na maneira como os grupos e os sujeitos se enxergam e se entendem. Este olhar da mídia superdimensiona a ocorrência da violência, esta violência formal oferece conteúdo para os grupos estabelecidos temerem o potencial de violência dos grupos populares e, não obstante, aos grupos populares oferece conteúdo para uma sensação de onipresença da violência.

Voltando a questão anterior, referente a figura do sujeito engajado nas atividades ilegais, ele criou um mundo novo, um espaço novo ou um espaço temporário sobre aquele gerado pelas relações de poder, agora globalizadas. O poder gerado pela ultraviolência reativa da qual o bandido se instrumentaliza, lhe oferece as condições para gerar um habitat simbólico que minimiza as agruras do habitat original, sufocado pela pobreza e pela miséria. O habitat simbólico depende, a princípio, da capacidade de consumo. Um conjunto de mercadorias consumidas, seu uso público, o capital estético que ela proporciona ao seu consumidor e a atração afetivo-sexual que ela superdimensiona, oferece ao bandido as

condições de transformação de seu habita, isto é, de seu espaço de realização. O espaço pessoal deixa de ser absolutamente ordenador e passa também a ser ordenado.

O habitat simbólico gerado pela ultraviolência reativa aumenta relativamente à autonomia do indivíduo-bandido, provoca uma mutação no espaço, que deixa de ser um território sitiado, no qual ele, o bandido, é mais um subordinado, e transforma o espaço, ao menos, o espaço pessoal, em uma zona autônoma, temporária por excelência (BEY, 2001). Este habitat depende tanto do espaço público quanto do espaço privado, enquanto o bandido oculta sua violência, é necessário expor suas conquistas.

No espaço público, as ruas, os bares, as quadras de esportes, os campos de várzea, as escolas, as esquinas e praças, estão presentes dois fatores de instabilidade, a morte precoce e violenta e o encarceramento. Por outro lado, está presente também o fator tempo, o habitat simbólico gerado pela ultraviolência é quase instantâneo, assim como sua dissolução. É por isso que, nos subterrâneos da metrópole, se diz que “castelo de ladrão é construído com cartas de baralho”.

A vida bandida se transformou num habitus, no melhor conceito teorizado por Bourdieu (1996; 2000). Através dele, foi se definindo um estilo de vida hiperconsumista, narcisista e hedonista, além de uma estética específica, formas de linguagem, gestos, comportamentos e

modos de relacionamento. Um ethos guerreiro (ZALUAR, 1998) se definiu com contornos de exilado, sobrevivente e mártir. Entretanto, um fator importante da vida bandida é o relacionamento afetivo entre os gêneros, a relação afetiva homem/mulher, ou melhor, a vontade de viver a relação afetiva homem/mulher de forma intensa, tanto de forma privada, quanto de forma pública, faz parte do metabolismo motivacional do engajamento na vida bandida, sobretudo porque este engajamento é protagonizado pelas gerações mais jovens.

Há contradições múltiplas na formação desta identidade marginal, que refletem de algum modo as inúmeras contradições do próprio processo de marginalização e da condição de marginalidade. Os conflitos que se estabelecem internamente aos grupos sociais marginais e as relações de negação e valorização dos seus espaços de entorno e de reprodução biológica e social produziram uma interpretação esquizofrênica da realidade, um duplipensar elevado à potência, que fez com que as práticas, os discursos e as identidades derivadas e derivantes da marginalidade evoluíssem diferentemente, sem se desligar uma da outra, e sem diluir o reconhecimento de pertencimento a uma comunidade maior.

O processo de construção identitária convive esquizofrenicamente com um processo de individualização, nos quais os homicídios são uma expressão limiar. Mais e mais, os protagonistas e vítimas da violência letal são indivíduos que se identificam, indivíduos que coincidem no

espaço socioespacial, tanto em localização, quanto em taxa de poder, são indivíduos que partilham do mesmo senso-prático, da mesma interpretação da realidade, as mesmas escolhas, etc.

A violência nas periferias da metrópole é uma mediadora entre indivíduos, dependendo da situação, reconhecida e valorizada. A marginalidade engendrou níveis muito altos de competição, o que acaba sendo incorporado pela formação identitária. Há um processo dialético e dialógico de negação e afirmação tanto do indivíduo quanto da representação coletiva. Embora a identidade se realize no indivíduo, este, para se realizar, exige o reconhecimento coletivo, de tal maneira que este é um processo de identidade coletiva e individual ao mesmo tempo; algo próximo do que Castells (2003) chamou de hiperindividualismo comunal.

As palavras de T.C. (19 anos) demonstram isto:

“É f..., quando você tem dinheiro, mete a mala (fica orgulhoso) e chega montado nos panos e motorizado (vestindo roupas de grife e com um carro ou moto), todo mundo paga um pau (admira), as mina vem pra cima e chega junto. No rolê você é o super-homem, é como se desse uma brisa (alucinação), a sensação é boa.”

Quanto ao espaço, a periferia parece conter o indivíduo e estar contida nele. A periferia cria e é criada, o sujeito cria a periferia e é criado por ela, embora este seja um processo que permeia todos os grupos, no caso das populações marginais ele é muito mais intenso, na medida em

que a mobilidade geográfica deste grupo é extremamente restrita. A marginalidade significa uma espécie de confinamento espacial gerador de patologias. Os grupos de alto-poder, ao se autoapartarem, apartam e aprisionam os grupos marginais em frações do espaço de materialidade precária, lenta e obsoleta. Neles se criam regras e se aprende a lidar com elas, num processo permeado por condições de privação. Fora desses espaços, não se sabe como agir, não se domina as regras, não se sabe como sobreviver a elas, fazendo da afirmação um elemento tão importante quanto à negação.

O depoimento de uma garota, moradora do distrito do Parque do Carmo, referindo-se ao bairro de Pinheiros, é significativo neste sentido:

“Quando eu comecei a entrar no bairro, indo de carro com meu pai, nossa, é muito diferente, é outro mundo, poucas pessoas na rua, só carrão, as casas, as árvores, as lojas... É tudo diferente, eu ficava pensando: cadê os meninos de camiseta colorida e boné, sabe? É como se fosse um outro lugar, mas é São Paulo.

(M. , 18 anos)”

O papel feminino na vida bandida

Há quase uma relação direta entre violência, dinheiro, bens, afetividade e sexo. Quanto mais violência, mais dinheiro, mais bens, mais afetividade, mais sexo, mais mulheres, mais reconhecimento público, mais prestígio, mais a necessidade de realimentar a violência original. O

metabolismo da ultraviolência tem quase a mesma dinâmica centrífuga do metabolismo total da sociedade e do metabolismo social do capital (ANTUNES, 2001). A reprodução ampliada da violência é imprescindível para manter o habitat simbólico, redes de reciprocidade e legitimação, acúmulo de dinheiro e bens materiais e simbólicos, a intensidade das relações afetivo-sexuais e a quantidade de parceiras.

A moda e as armas são recursos de poder, objetos economicamente úteis e instrumentos simbólicos de distinção, valorização e pertencimento [...]. Calçam a identidade, empinam a autoestima, selam o pacto de admissão ao grupo, bombeiam a autoconfiança e desdobram um menu de possibilidades para o sábado à noite. [...] o julgamento que importa aos meninos em armas é o veredicto das meninas. Nada mais importa, porque está tudo aí, tudo está contido na aprovação delas, que se manifesta na bandeira do desejo e da admiração. [...] a história entorta quando muitas, entre elas, elegem como modelo o macho violento, arrogante, poderoso e armado. Porque, sendo assim, muitos, entre eles, vão imitar este modelo, copiar suas manhas, identificar-se com seus valores. Instaura-se um magnetismo perverso que enseja a emulação da prepotência armada. As moças, aquelas encantadas pela estetização do mal, atuam como mediadoras da violência, turbinando a adrenalina de seus pares [...]. São (elas) vítimas e objetos. Convertem-se em cúmplices, inadvertidamente. (SOARES, 2005, p.230-231)

É pelos olhos do gênero oposto que o bandido se vê, se empenha em conquistar objetos de consumo, em demonstrar virilidade, disposição para violência e desempenhar poder. Sem o olhar feminino positivo, a vida bandida perderia parte do seu sentido e significado, perderia parte de sua legitimidade, perderia parte de seu poder e prestígio, perderia sua condição de autoafirmar uma identidade e elevar a autoestima. Sem o olhar feminino positivo, a vida bandida seria tão disfuncional quanto fora outrora na hegemonia da cultura positiva do trabalho.

Isto não quer dizer que a percepção e leitura feminina da violência seja responsável pela espiral de violência e baixa-criminalidade que a sociedade e a metrópole experimentam, ao contrário, para elas – as mulheres - estão colocadas as mesmas dificuldades. A geração anterior de mulheres da metrópole era composta por um número importante de donas-de-casa, principalmente entre as mulheres pobres, embora desde o início do século XX, as mulheres venham, paulatinamente, ocupando a esfera produtiva e o mercado de trabalho. A figura da mulher restrita a zona doméstica liderava culturalmente o papel exercido pelas mulheres pobres. Seu espaço não ia além da porta da casa, sua vivência comunitária se restringia a criar as condições para o desempenho do homem- trabalhador. Enquanto ela organizava as tarefas domésticas, ele supria a família de recursos econômicos e materiais.

Quando as relações de assalariamento entraram em crise, ela – a dona-de-casa – perde o financiamento necessário para organizar as

tarefas domésticas, a alimentação e vestimenta familiar, a educação dos filhos, o acesso à moradia, à energia elétrica, ao abastecimento de água e esgoto, entre outros, entram em crise junto com a parte da mais-valia com que o homem-trabalhador financiava a reprodução familiar.

Quando explode a centralidade do consumo, a reprodução familiar fica mais pressionada, o consumo foi imposto no mesmo patamar da reprodução pessoal e da reprodução familiar, tão importante na etapa anterior de centralidade total do trabalho. Assim, muitas mulheres das classes e grupos populares se ligaram à vida bandida, numa tentativa de tornar estável novamente sua condição e, ao mesmo tempo, participar da sociedade que se anuncia e se impõe perversamente, como sociedade do consumo. Todavia, não mais aquela estabilidade que o homem-trabalhador criava através do trabalho e para o trabalho, mas um tipo novo de estabilidade, no qual o papel de consumidora- individualizada constitui sua identidade e suas relações, num modelo familiar no qual ela possa também criar o seu próprio espaço ou o espaço familiar, por meio do consumo impulsivo e mais-que-perfeito (SANTOS, M., 2000).

Neste processo, houve a construção de um conjunto de percepções negativas sobre a figura feminina. O olhar masculino percebeu esta mudança como impulsionada pelo cálculo econômico radicalmente interessado. Por isto, há na produção cultural dos marginais uma representação majoritariamente negativa da mulher. O consumo exige da mulher a exposição pública e a saída da esfera doméstica, possível apenas

pela sua estratégia pessoal de inserção econômica ou pela estratégia pessoal de seu parceiro. Nesse contexto, o bandido tem sua condição potencializada e é por isso que para elas, o ethos masculino, guerreiro e violento, se tornou um modelo importante, dentre outros, capaz de competir com o trabalhador.

A partir daí é que se pode entender algumas das afirmações de Jonh Keegan (2006, p.111):

Metade da humanidade – a metade feminina – é, de qualquer modo, muito ambivalente em relação à guerra (e a violência). As mulheres podem ser pretexto e causa da guerra [e violência]- o roubo de esposas é a principal fonte de conflitos nas sociedades primitivas – e podem ser as instigadoras de violência em sua forma extrema: Lady Macbeth é um tipo reconhecido universalmente; elas podem também ser mães de guerreiros notavelmente empedernidos, algumas preferindo aparentemente as dores da perda à vergonha de aceitar [...] um covarde.

Um outro fator importante é o papel que ela exerce na sua relação com o bandido, ao contrário do trabalhador que a confinava ao espaço familiar, a mulher do bandido ou sua parceira, se coloca com ele na esfera pública, ostentando com ele os resultados da sua capacidade de consumo gerada através da ultraviolência. Com o bandido, ela passa a ocupar campos que com o trabalhador ela não ocupava com tanta frequência: ruas, praças, bares, áreas de lazer, centros de compras, entre outros.

Mas o bem-estar da mulher de bandido é como o “castelo” criado por ele, se desmancha com a mesma rapidez e instantaneidade como aquela que o criou: primeiro ela invariavelmente disputa seu amor e afeto com concorrentes ávidas e candidatas ao mesmo bem-estar; segundo, tem que viver com ele na clandestinidade, ser seu apoio em caso de prisão – que pode durar longos anos, sem perspectiva de retorno a vida social – ou incapacidade física, no caso de ferimentos graves decorrentes das ações incriminadas ou do combate com as forças de segurança e/ou desafetos; por último, suportar a dor e o trauma da morte violenta, sobretudo se desta relação houver filhos. Como uma profecia, a mulher de bandido, uma hora ou outra se tornará a única a arcar com as responsabilidades de cuidar dos filhos na ausência temporária ou definitiva do pai.

O comentário a seguir, de uma moradora do Conjunto José Bonifácio, é bastante representativo:

“Eu tinha 19 anos quando comecei namorar com o meu marido, ele tinha 23, eu não trabalhava na época, nem eu, nem minha irmã e nem minha mãe, que é separada do meu pai, desde que eu era criança [...]. Meu marido me levava pra cima e pra baixo, a gente ia no shopping, na sorveteria, em vários lugares [...], na época, ele tinha uma moto e a gente andava muito por aí. Mas ele foi preso, junto com o namorado da minha irmã. Logo eles foram mandados para o interior [...]. Fiquei grávida dele com ele preso, minha irmã, que é 3 anos mais nova que eu também ficou grávida do namorado dela [...]. Eles continuam presos, pegaram 20 anos e já estão há mais de 10 na prisão.”

(C. , 29anos)

Sendo assim, ao problematizar os modos de incorporação da violência por sujeitos que fazem parte da população outsider da cidade de São Paulo, o que vale também para as cidades de seu entorno, é relevante compreender que esta racionalização da violência, que acontece de maneiras diferentes com os grupos urbanos estabelecidos, gerou as condições para o surgimento de grupos, organizações e fraternidades capazes de articular mecanismos de violência, seja para implementar negócios a margem da lei, seja para disputar frações da esfera estatal. Neste sentido, no capítulo seguinte, as fraternidades do crime: Comando Vermelho – CV – e o Primeiro Comando da Capital – PCC – são os objetos da análise.

FRATERNIDADES NO CRIME

Organizações criminosas, baixo-crime e realidade brasileira: “o lado certo da vida errada!”

Na periferia da periferia do mundo pós-moderno, violência e ultraviolência não produziram apenas identidades, mas também fraternidades criminosas, dentre elas, algumas compostas apenas de sujeitos de baixo-poder, de marginais, residentes em bolsões de pobreza. Estas fraternidades são algo novo entre os marginalizados metropolitanos e algo novo para as relações socioespaciais que reproduzem o espaço metropolitano. Elas – as fraternidades - são produtoras de bens simbólicos, seguridade, normas e mimetismo social. O que elas trazem de novo? Sua capacidade de interferir na imagem das cidades que compõem as metrópoles e conseqüentemente a reprodução das cidades e do espaço urbano, não apenas o metropolitano.

A crise do sistema social globalizado e suas interações nacionais e cidadinas criaram um movimento de ascensão de formações fundadas na socialização da violência. Uma reação não-automática as formas de integração social e territorial, criadora de formas políticas embasadas no uso da força, polarizando, constringendo e desafiando a política civil que serve de infraestrutura aos contratos sociais dos Estados, Territórios e Sociedades.

Essas organizações formadas por sujeitos urbanos marginalizados, ascendentes no Brasil dos últimos anos, carregam consigo as mesmas condicionantes, contrafinalidades (SANTOS, 1987; 1988; 1996; 2000) das estratégias de modernização conservadora recente, originárias do período militar, da redemocratização e da globalização da Sociedade e do Estado brasileiro (BENJAMIM, 1998).

A Modernidade seletiva brasileira criou as condições para emergência de organizações violentas, expansivas, ilegalmente normativas, com vocação territorial, no sentido colocado por Hakin Bey (2001), despótica e autoritária, agregando e mobilizando gente, recursos, mercadorias legais e ilegais, dinheiro e poder (BARCELLOS, 2003). Elas nascem e verticalizam a anomia em que se encontram os marginalizados da virada do sistema. Um novo tipo de civismo, que não se faz somente pela política e nem a política faz parte do seu metabolismo central, na perspectiva dialógica da política, surge como algo novo ou reavivado, no interior das relações sociais, principalmente àqueles desenvolvidas nas metrópoles nacionais, organizações fundadas na política antidialógica da violência.

A clandestinidade faz parte da vida bandida, neste sentido, recorrer à política antidialógica é parte da existência clandestina. Viver pela ultraviolência é romper com os limites impostos para a identidade, que tem uma capacidade particular de redefinir geografias, na medida em que a distinção social se inicia no corpo e “salta escalas”, saltando também

do território, produzindo um novo tipo de geografia, diferente daquela geopolítica do Estado.

A geografia destes civis é descontínua no espaço real, na medida em que ela se refere aos espaços de concentração de populações urbanas deficitárias em poder, espaços estes que nem sempre estão contíguos nas cidades e na metrópole. Onde estão reconhecidos os distritos de periferia, é possível observar uma distribuição descontínua, reforçada e separada por espaços que concentram recursos sociais e populações com poder superiores. Há então uma continuidade ou ligação psicológica entre os espaços de concentração de pobreza urbana específica aos grupos sociais pobres que criaram um reconhecimento coletivo independente da distância e descontinuidade do espaço real.

Conforma já foi discutido anteriormente, a ultraviolência positivou o bandido, na medida em que permitiu a ele criar vantagens relativas diante de sujeitos que desempenham e assumem outros papéis, como o de trabalhador, como nos mostra Luiz Eduardo Soares, MV Bill e Celso Athayde, num trabalho de pesquisa e reflexão sobre a violência e a baixa-criminalidade chamado Cabeça de Porco (2005) que, no interior dos grupos marginais das metrópoles nacionais, quer dizer: “sem saída”. Essa positivação criou fraternidades, como os chamados genericamente de “facções criminosas”.

“O lado certo da vida errada!” Assim definia Marcinho VP – ex-chefe do comércio varejista de drogas do Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro, sua ligação ao Comando Vermelho. Assassinado dentro do complexo penitenciário de Bangu, pelos ex-aliados do Comando Vermelho, seu corpo foi achado dentro de um latão de lixo, com os livros que ele gostava de ler (BARCELLOS, 2004). Com essa afirmação, ele expressava uma representação ideológica em que as organizações de natureza criminosa alicerçam suas estruturas a partir das áreas de escassez de recursos das metrópoles nacionais.

Como mostram Carlos Amorim, em CV e PCC: a irmandade do crime (2004), e Luís Mir, em Guerra Civil: Estado e trauma (2004), nos últimos decênios estas organizações mexeram com o imaginário das grandes metrópoles brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Às vezes, usados como bodes expiatórios, às vezes, com o poder superestimado para valorizar projetos políticos autoritários e segregacionistas, valorizar o mercado de segurança privada – desde milícias particulares até a militarização de veículos de passeio e espaços de vigilância, bem como valorizar certos produtos do mercado imobiliário – representado pelos centros fechados de compras, como os shoppings, e pelos condomínios e loteamentos fechados.

Estas fraternidades criminosas permitiram introduzir na geopolítica urbana, de forma significativa, o fator do medo e associá-lo a algo mais ou menos tangível, mais ou menos difuso (GLASSNER, 2003;

BATISTA, 2003). Para as forças que buscam a hegemonia urbana, as fraternidades vêm bem a calhar, ensejando as condições para que as forças dominantes utilizem a lógica e a cultura do medo para manter sua hegemonia, posições de poder e segregação espacial.

Isto não quer dizer que estas fraternidades sejam insignificantes como novos sujeitos da geopolítica metropolitana. No entanto, por mais força que eles tenham, o Estado continua a ser incomparavelmente mais forte, no que se refere à capacidade militar, econômica e humana. O poder que estas fraternidades têm de cultivar o medo é maior do que seu poder territorial, militar e econômico (MIR, 2004).

Em parte dos casos, o Estado e seu alterego, a grande mídia, ajudam a amplificar ações deste tipo de organização, gerando um inusitado mimetismo social e caricatural entre as populações urbanas, na medida em que a mídia reproduz imagens de fatos e ações isoladas ou de pouca repercussão socioespacial. A mídia, ao reproduzir um discurso contra estas organizações, ajuda a disseminar o pânico, o terror, o medo da morte violenta, o desejo de segregação, exclusão e autoexclusão, disciplinamento e ordem violenta (BUCCI e KEHL, 2004).

“Quando o PCC (Primeiro Comando da Capital) atacou, eu morava no interior, lembro que deu no rádio e na TV [...], mandaram fechar tudo porque o PCC estava atacando, não houve nem um ataque na minha cidade, mas lembro que as ruas ficaram vazias, estava todo mundo com medo.”

(A. , 31anos)

O surgimento destas organizações criminosas ajudou a desbancar o inimigo externo e o inimigo político do Estado do seu papel central na constituição de estruturas de controle social autoritárias. O inimigo exterior da nação e o inimigo político esquerdista saíram de foco para dar lugar ao criminoso comum. Os grupos estabelecidos, com melhores posições sociais e territoriais, puderam manter aparelhos instrumentalizados com a ultraviolência, a militarização das forças de segurança pública, a tortura, a arbitrariedade, a corrupção e o terrorismo de Estado, para destiná-los ao controle social e disciplinamento urbano das populações pobres (MIR, 2004).

De lá para cá, surgiram nas duas metrópoles brasileiras, entre as populações mais pobres: o Comando Vermelho, o Terceiro Comando, os Amigos dos Amigos, o Primeiro Comando da Capital, a Seita Satânica, o Comitê da Liberdade e o Partido Revolucionário da Criminalidade Brasileira (AMORIN, 2004). São muito parecidos com os grupos que deram origem ao termo Máfia, pobres arrendatários e lavradores de terra do sul da Itália que pretendiam dividir as terras dos senhores feudais com ameaças de depredação das plantações e do rebanho. Para evitar a depredação, os donos de terras tinham que fazer pactos e acordos para garantir a proteção de seu patrimônio (GLENNY, 2008).

Máfia é a sigla para: Morte alla Francia, Itália anela ou morte à França, Itália avante! A frase e o termo surgiram quando o Reino de Nápoles, na atual Itália, foi ocupado pela força militar da casa de Bourbon, grupo político familiar francês. Em tempos de globalização, inclusive das atividades ilícitas, o mimetismo mafioso pelo mundo, justifica o termo cunhado por Misha Glenny (2008), mcmáfia, referindo-se a expansão de fraternidades criminosas que emergiram das ruínas do guerra fria e da ascensão da internacionalização dos negócios, da governança e das imagens.

Estas organizações são como irmandades de associação financeira, militar e logística. Não funcionam, como propagado pelo Estado e pela mídia, como empresas do crime. Cada microempresa de tráfico de drogas varejista, quadrilha de assaltantes, ou mesmo um indivíduo solitário, mantém sua atividade de forma independente, recorrendo a solidariedade da fraternidade sempre que necessário, seja para organizar um assalto, enfrentar uma organização rival, planejar uma rebelião penitenciária ou fazer ou refazer um negócio destruído pela ação das forças de segurança pública ou pelo confronto com organizações rivais (BARCELLOS, 2003).

“Meu irmão entrou para o PCC depois de uns dois anos de cadeia [...]. Ele é baixinho, tem um corpo pequeno e apanhava muito quando foi preso [...]. Apanhou muito dos policiaes quando foi preso roubando carros ali no Parque do Carmo [...] Apanhou porque eles queriam dinheiro [...] Depois foi transferido pro interior, primeiro Marília, depois uma outra cidade [...], eu nunca fui visitar, sempre quem ia era minha mãe, mas o dinheiro foi ficando curto [...]. Tivemos

uma notícia que zuaram com ele lá, depois disso ele entrou pro partido. [...] Tinha um tempo que minha mãe mandava um dinheiro pra ele pagar a mensalidade e os baratinhos dele lá. Parece que depois que deu aquela treta com os polícia a mensalidade aumentou de preço.”

(C.S. , 31anos)

Conforme Caco Barcellos (2003), a organização destas fraternidades é relativa. Os confrontos constantes demonstram a dificuldade que eles têm de manter seus pactos, códigos e interesses. Pertencer a mesma organização não implica necessariamente numa pacificação interna de conflitos. Parte dos episódios de confronto entre quadrilhas varejistas é protagonizada por quadrilhas pertencentes a mesma bandeira.

Estas fraternidades nasceram, de alguma forma, para evitar a guerra de todos contra todos (HOBBS, 2004), entre os presos do sistema carcerário e entre os bandidos em liberdade, bem como para aumentar seu potencial de resistência a gestão e controle prisional e policial, nos principais centros urbanos do país. O lema: “paz, justiça e liberdade”, que poderia ser de qualquer organização ou movimento civil esquerdista, é o lema adotado pelo Comando Vermelho e depois também pelo Primeiro Comando da Capital, numa espécie federativa de solidariedade.

O Comando Vermelho e o Terceiro Comando, duas das principais organizações criminosas do Rio de Janeiro, centralizam 40% do tráfico de drogas varejista no Estado Fluminense. A organização Amigos dos Amigos foi fundado por ex-militares das tropas especiais do exército e

dos fuzileiros navais. A ADA, como é chamada, é uma espécie de força militar do Terceiro Comando (AMORIN, 2004).

Em 18 de fevereiro de 2001, ocorreu a maior rebelião de presos do país, quando mais de 30 mil presidiários paralisaram o sistema penitenciário de São Paulo. Foram 29 levantes simultâneos nos presídios do Estado, 16 mortes, todas ligadas à Seita Satânica ou ao Comitê da Liberdade, e mais de 100 feridos. A rebelião foi divulgada como um verdadeiro espetáculo, como shownalismo (ARBEX JR, 2003) que revelou para todo país a existência do “Partido do Crime”, autodenominação do Primeiro Comando da Capital.

A ligação entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital revela uma tentativa de controlar o fornecimento varejista do tráfico de drogas, numa escala suprametropolitana, e unificar o CV e o PCC sob uma bandeira maior chamada de “Federação” (AMORIN, 2004), que possa fazer uma interlocução com os cartéis exportadores de drogas da Bolívia, Colômbia e Paraguai, para comprar mais barato e vender com preço mais elevado ao varejo. O mesmo acontece com o tráfico de armas, a “Federação” atuaria como interlocutora com os traficantes internacionais de armas.

Estas fraternidades criaram leis, tribunais, forças militarizadas, previdência, assistência social, códigos de honra e estatutos (AMORIN, 2004; BARCELLOS, 2003). Sua atuação nas metrópoles e no interior do

sistema penitenciário ajudou a desorganizar e organizar as prisões e as cidades pelo medo e pela ultraviolência. O urbanismo militarizado experimentado pelas metrópoles brasileiras se fortaleceu, em grande parte, com a atuação real destas organizações e o uso político e econômico que o Estado e os grupos estabelecidos fazem da atuação delas.

Assim nasceu o CV

Retomar, ainda que de forma breve, a história e a trajetória de surgimento do Comando Vermelho é relevante para esta pesquisa. Primeiro, porque o Comando Vermelho é a primeira e uma das mais expressivas organizações criminosas que emergiu entre os pobres urbanos no país. Segundo, porque o CV serviu de referência para outras organizações. Terceiro, porque hoje, não é possível pensar a segurança pública e o espaço metropolitano sem considerar a atuação política, econômica e territorial destas organizações engajadas na atuação em circuitos econômicos incriminados. Sendo assim, é mister dizer que, as discussões referentes ao CV e ao PCC, desenvolvida nessa pesquisa, baseia-se no livro-reportagem de Carlos Amorim (2004), a respeito da ligação entre o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, principalmente.

Segundo Amorin (2004), contraditoriamente, foi o próprio Estado quem criou as condições para que fraternidades do crime pudessem surgir e se organizar. Este é o caso do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital. O CV, a primeira organização de natureza criminosa, composta por marginalizados urbanos, a influir no cenário das metrópoles nacionais. Nasceu no presídio da Ilha Grande, em Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, numa convivência forçada entre presos comuns e presos políticos, determinada não pelos presos, mas pelo Estado, ainda no período dos governos militares.

O presídio “Cândido Mendes” se localizava no meio do que restou de floresta tropical, no litoral do Rio de Janeiro. Ele foi criado ainda na Primeira República, onde funcionava um posto de fiscalização sanitária para os navios que faziam comércio com países da África e da Europa. O “Cândido Mendes” foi construído inicialmente para que presos idosos e presos já em final de condenação, pudessem cumprir o restante de suas penas. Entretanto, nos anos 1960, o presídio foi transformado em prisão de segurança máxima, reunindo velhos condenados com presos de longa ficha criminal.

O “Cândido Mendes” abrigou presos políticos, tanto no período da ditadura civil de Vargas quanto no período da ditadura militar. O presídio foi apelidado pelos presos de “Caldeirão do Diabo”, referência ao presídio da Guiana Francesa, Ilha do Diabo, fechado em 1946, quando Henru Charriere – o Papillon – denunciou as condições

subumanas dos presos, após conseguir fugir do presídio e retornar à França. A história de Henru – Papillon - virou livro, fechou o presídio, e se transformou em filme em Hollywood.

Os primeiros presos políticos a serem levados para Ilha Grande e se juntarem aos presos comuns chegaram no ano de 1917, após uma série de manifestações anarco-sindicalistas, vindos principalmente de Recife, São Paulo e do próprio Rio de Janeiro. Uma segunda geração de presos políticos foi mandada para a Ilha Grande, ainda no Estado Novo, após várias manifestações organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1935. Uma última geração de presos políticos foi levada à Ilha Grande em 1969, pela política de segurança nacional dos militares.

Naquele ano havia várias denúncias de que os presos políticos planejavam assaltos a bancos de dentro do presídio da rua Frei Caneca, na parte central da capital fluminense. Após a fuga de alguns dos presos políticos do presídio no centro do Rio, o Estado decidiu pela transferência destes presos para o presídio “Cândido Mendes”.

O presídio era dividido em galerias. Os presos políticos foram alojados na “galeria B”, com presos comuns, como estratégia do Estado de despolitizar as prisões. Visando politizá-las novamente, os presos exigiram que a galeria fosse dividida, assim um muro de ferro dividiu a “galeria B” em duas: de um lado, presos políticos e de outro, presos comuns. A “galeria B” era também chamada de “fundão”, por lá

passaram - entre 1969 e 1975 – 66 presos condenados por atividades revolucionárias.

Para o “fundão” foram mandados os militantes de esquerda enquadrados na lei de segurança nacional que previa condenação por assalto a instituições financeiras. A Aliança Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e, entre outros, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), todos tinham seus representantes no “fundão” da Ilha Grande.

Os militantes de esquerda, engajados na luta armada contra o regime militar, desenvolveram ao longo do tempo técnicas de guerrilha urbana e rural: fabricação de armas e bombas artesanais, manuais de atendimento médico, táticas de assalto e sequestro, técnicas de comunicação entre presos e pessoas fora da prisão, formas de viver clandestinamente e, acima de tudo, organização.

Durante a convivência entre presos políticos e presos comuns no presídio da Ilha Grande, circularam livros como: *Revolução na Revolução* de Régis Debray, *Pequeno Manual de Guerrilha Urbana* de Carlos Marighella, *Guerra de Guerrilha* de Che Guevara, *O Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels*, *A História da Riqueza do Homem* de Leo Hubberman, entre muitos outros, como *Conceitos elementares de Filosofia* de Hannecker. Muitos destes livros chegaram como

contrabando ao presídio, alguns deles eram cópias mimeografadas e apostiladas. Havia um coletivo de leituras, um escolhido lia os textos e fazia um relatório para discussão dos grupos de leitura (AMORIN, 2004).

A coexistência penitenciária talvez tenha sido um dos poucos momentos de contato real e orgânico que os militantes de esquerda mantiveram com as populações pobres. Quando as vanguardas caíram na prisão, elas se depararam, como em poucas vezes, com parte do povo que elas queriam liderar rumo à revolução brasileira. Pobres analfabetos e semianalfabetos aprenderam a ler, a disputar poder, a reivindicar e a desenvolver mecanismos complexos de comunicação e articulação.

“De certo modo, o que os bandidos comuns fazem hoje é uma paródia das técnicas de guerrilha urbana” (AMORIM, 2004, p.88), assim como uma caricatura das técnicas de contra-guerrilha usadas pelo Estado sob o comando dos militares (CARR, 2002).

Houve de fato, um certo, compartilhamento da experiência da luta armada, experimentada pelos militantes de esquerda, com os presos comuns. Mas este aprendizado também está relacionado às técnicas de controle social e militarização do Estado. As fraternidades criminosas de hoje não são herdeiros da guerrilha urbana e rural do período militar, como querem fazer crer as forças conservadoras e como tenta sugerir o próprio Carlos Amorim (2004), se assim os considerarmos temos que

dizer que o Estado é tão responsável pela existência destas organizações quanto os militantes de esquerda.

Havia uma divisão política entre os presos, pela hegemonia dentro do presídio. Cada grupo era chamado de “Falange”, referência aos militantes que apoiavam a luta fascista na guerra civil espanhola (1936-1939) e que serviram de base para ditadura franquista pós-guerra civil. Na “galeria C” estavam os presos da “Falange Zona Sul” e da “Falange da Coréia”.

Na “galeria A” estavam a “Falange Independente”, associados à “Falange Zona Norte”, também chamada de “Falange Jacaré”, que detinha a hegemonia do presídio. No “fundão”, isto é, na “galeria B”, se organizam os presos da “Falange Lei de Segurança Nacional” (LSN), o embrião do que viria a ser o Comando Vermelho. No “fundão”, em 1975, haviam 120 presos condenados, 90 eram presos comuns, divididos em celas que abrigavam de 12 a 24 presos (AMORIN, 2004).

Em 1975, a “Falange LSN” recebeu representantes oficiais para fazer uma série de reivindicações. Este grupo anfitrião formou o núcleo original do CV. A partir daí, os presos da “galeria B” puderam circular em todo o presídio, criaram uma rede de solidariedade, diminuindo o mal-estar dentro do presídio. Organizaram uma cantina, uma farmácia, um clube cultural e recreativo, um time de futebol, de nome “chora na cruz”, um jornal de nome “Colonial”, uma biblioteca e, por fim, um

fundo financeiro. Os serviços, ou eram pagos com dinheiro, ou eram pagos com favores.

Criando redes de apoio e solidariedade, momentos de lazer e aprendizado dentro do presídio da Ilha Grande, a “Falange LSN” passou a se chamar Comando Vermelho, porque falange é termo fascista identificado à opressão, repressão, ordem violenta... Ironicamente, falange não é um termo apropriado para um pseudomilitante político revolucionário de influência comunista.

O CV introduziu no presídio um pacto de não-violência entre os presos e iniciou um processo de reivindicações para a melhoria da vida carcerária (ver quadro com as regras do CV abaixo). Ele passou a se diferenciar das outras “falanges”, na medida em que começou a falar em nome de uma “comunidade carcerária”. A partir de então, em torno do CV, começou a gravitar um número cada vez maior de presos, redefinindo o poder entre as falanges do presídio.

Em 1979, o CV começou a planejar uma fuga que malogrou, por conta de um informante que pertencia a “Falange Zona Norte”, na “galeria C”. Um preso da “galeria B” rompeu o pacto de não-agressão, roubou um companheiro de cela e entregou o dinheiro aos líderes da “Falange Zona Norte”. Este preso foi assassinado a facadas em 14 de setembro de 1979, o que gerou uma corrida pela fabricação de armas artesanais para um confronto eminente. O CV deu um ultimato de dois

dias para que as outras “falanges” se rendessem e se submetessem as novas forças e regras do presídio.

Vencido o ultimato, os membros do CV cercaram os líderes da “Falange Zona Norte” na “galeria C”. Houve um massacre de presos que ficou conhecido dentro e fora do sistema penitenciário como “Noite de São Bartolomeu”, embora a chacina tenha sido feita pela manhã.

Após este episódio, o CV estabeleceu seu poder entre os presos. Os burocratas do Estado passaram então a transferir os membros do grupo para outros presídios para tentar desarticular sua organização. Ao contrário do que pretendiam, a transferência de presos espalhou o movimento, suas ideias, seus códigos e regras para os 14 mil presos do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, no ano de 1979 (AMORIM, 2004).

Os presos da “galeria C”, pertencentes às “Falanges da Coréia e Zona Norte”, criaram então o comando rival, o Terceiro Comando. Anos mais tarde, traficantes de varejo independentes e dissidentes do CV, fundaram a Amigos dos Amigos (ADA).

De volta aos morros, favelas e periferias do Rio de Janeiro, os presos ligados ao CV inscreveram em cada lugar, nos muros, nos becos e vielas, o lema “Paz, justiça e liberdade”. O CV tinha algo que as organizações de esquerda não tinham, uma ligação orgânica e uma

identificação com os mais pobres. Isso permitiu seu avanço em territórios urbanos marginalizados.

O primeiro preso a fugir e a atuar em nome do CV foi Jorge Jordão de Araújo, conhecido como “Caô”. Em liberdade, ele montou uma quadrilha de assaltantes e um fundo de apoio financeiro, jurídico e político para os membros do comando (AMORIM, 2004).

Em abril de 1981, o CV ganhou o espaço público, se apresentou aos órgãos de segurança, a mídia e a sociedade, num tiroteio ocorrido na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, num conjunto habitacional, conhecido como Conjunto dos Bancários. A batalha durou a noite toda, (nela) “Zé do Bigode” (José Jorge Saldanha) – membro fundador do comando – mostrou toda sua audácia, disciplina e planejamento, mas pela manhã acabou morto pela polícia. Esse episódio teve grande repercussão, inaugurando um novo momento da geopolítica urbana do Rio de Janeiro e do Brasil.

O CV evoluiu de uma fraternidade de assaltantes para uma fraternidade de traficantes varejistas. No princípio, organizavam assaltos e fugas, num segundo momento, após uma reformulação, passaram a atuar no tráfico varejista, que relativamente aumentava a capacidade de financiamento. Esta mudança de eixo coincidiu com o aumento do consumo de cocaína na década de 1980 e provocou uma militarização exacerbada entre as quadrilhas varejistas, com o propósito de proteger o

negócio e o território contra as ações inimigas – da polícia e das quadrilhas rivais – e, não obstante, como forma de fixar estabelecimentos de vendas e proteger a circulação de consumidores.

A cada fração de território conquistado, o CV instalava um cruzeiro no alto do morro, colonizando o espaço com seus símbolos, com suas redes de apoio, com seus negócios e armas, tornando-se a primeira organização criminosa exclusivamente de pobres no país.

CV: territorializando e saltando escalas

A política de Estado, a economia clandestina e a representação na mídia fizeram o CV saltar escalas, do presídio da Ilha Grande para todo o sistema penitenciário; do sistema penitenciário às favelas e morros, destes, a toda metrópole fluminense; da metrópole à uma atuação inter-regional; da escala nacional à relação com cartéis e máfias internacionais.

O salto de escalas do CV não é algo linear, mas evolui no último quarto do século XX e no início deste século. Esta expansão escalar não é necessariamente da organização como um todo, mas de alguns agentes que atuam sob sua bandeira. Assim, há quadrilhas que mal conseguem atuação fora das áreas da favela sob seu domínio, como há outras que mantêm um potencial escalar maior, interregional, nacional e internacional. (AMORIN, 2004; BARCELLOS, 2003)

Esta diferença de potencial escalar permite que algumas quadrilhas mantenham uma relação econômica protosolidária, semelhante ao que Castells (2003) chamou de sociedade em rede. As quadrilhas mais organizadas, ou quadrilhas associadas pela bandeira do CV, somam suas forças para comprar no atacado, num fluxo de tráfico de drogas e armas de importação e exportação, onde o Brasil é, ao mesmo tempo, um ponto de traslado e um ponto de consumo, e partem para a distribuição varejista, na qual quadrilhas menores, com poder escalar restrito, fazem a venda de forma consignada (SOUZA, 2000).

Como movimento penitenciário, o CV tinha poucas condições de generalizar sua atuação. A política penitenciária dos militares, ao tentar desarticular o movimento, o espalhou pelo sistema prisional, como movimento de presos pobres, ligados organicamente a favelas, morros e periferias, levaram, em liberdade, o movimento para suas comunidades de origem, estendendo a ideia de não-violência e apoio social entre os presos à ideia de não-violência e apoio social intracomunitária.

Assim, os membros do CV, espalhados pelos morros e favelas cariocas, foram organizando pactos locais que diminuíram, a princípio, o mal-estar de várias comunidades, na medida em que propunham pactos de pacificação e, conseqüentemente, construíam formas de justiça não

institucionais. Daí ser chamado, por alguns de seus membros, de “lado certo da vida errada”. (BARCELLOS, 2003)

Ao longo da década de 1980, o CV mudou sua forma de autofinanciamento, isto é, mudou sua forma de gerar capital. Como era formado inicialmente por quadrilhas de assaltantes, sua capacidade de financiamento era relativamente mais instável e mais arriscada, se comparada ao tráfico varejista de drogas. Isto porque os assaltos demandam um planejamento muito antecipado e não há garantia total de retorno do investimento, exigindo a cada operação um confronto direto com seguranças do Estado ou com seguranças particulares.

Na medida em que o consumo de drogas aumentou nos centros urbanos do país, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo, as quadrilhas do CV se transferiram para o negócio das drogas. A geografia urbana carioca é um fator favorável a territorialização de pontos de venda de drogas. Ao contrário de várias outras metrópoles, a segregação urbana carioca não segue necessariamente um padrão geométrico e circular, favelas e moradias de classe média convivem por toda a metrópole, o que favoreceu a territorialização dos pontos de venda de drogas e a criação de microterritórios controlados por quadrilhas. As morfologias dos terrenos e as formas de construções das ruas, vielas e casas dificultam o acesso do inimigo, seja a polícia, seja uma quadrilha rival, seja uma milícia (SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005).

O tráfico varejista sempre se caracterizou por ser uma forma de venda ambulante, nômade, como diz Luiz Eduardo Soares (2005), ou formiga, como caracterizado por Marcelo Lopes de Souza (2000). A maior parte dos traficantes varejistas são pessoas cujo ponto de venda é o próprio corpo e sua estratégia de venda é circular pelos espaços públicos e privados para buscar o consumidor. No caso carioca a proximidade do varejista, morador de favela, e do usuário, que mora nas residências de classe média, permitiu que o ponto de venda pudesse se territorializar e o comerciante pudesse reverter a lógica de venda, ao invés dele circular pelo espaço público ou privado atrás do usuário, com a “boca-de-fumo” ou “biqueira” territorializada e próxima, o usuário-consumidor é quem circula pelo espaço atrás da mercadoria.

A territorialização dos pontos de venda exigiu do CV e das outras organizações cariocas a instalação de micropoderes, em alguns casos microditaduras, em outros micro- estados de bem-estar. Na lógica da territorialização, como qualquer Estado, é necessário proteger, pela militarização e violência, o território contra a investida de um inimigo externo e em favor da circulação do usuário-consumidor. Daí o tráfico varejista de caráter ambulante, nômade, que praticamente se instrumentalizava pouco da violência passou a exigí-la como parte da lógica de territorialização do circuito varejista, no qual a necessidade de armamento passa a ser imprescindível para a manutenção dos negócios (SOARES, ATHAYDE e BILL, 2005).

Assim, por causa deste processo, houve um aumento da tensão territorial, das disputas violentas por pontos de vendas e um acirramento exponencial dos combates entre quadrilhas rivais, quadrilhas e as forças de segurança, instalando no Rio de Janeiro e nos lugares que sofreram o mesmo processo de territorialização, um ambiente belicoso, um mal-estar característico das zonas de guerra (MIR, 2004).

A territorialização do ponto de venda criou a condição ou a necessidade de se relacionar no circuito superior de relações econômicas clandestinas. Primeiro, o CV e seus similares buscaram no atacado, numa escala nacional e internacional, numa relação de exportação e importação, armas e drogas. Alcançado o atacado, em altas escalas, as quadrilhas mais capitalizadas puderam atuar consignando a venda das drogas para quadrilhas e vendedores ambulantes menos capitalizados e de outras regiões do país, aumentando a área de influência real de organizações com as mesmas características do CV, espalhando suas estratégias de venda, de proteção dos negócios, de negociação com os inimigos, de símbolos, redes de apoio, linguagem e poder, ainda que este poder seja incapaz de abalar decisivamente as estruturas do Estado.

O CV passou a atuar num circuito internacional, comprando drogas dos cartéis colombianos atacadistas de Cali e Medellín e comprando armas de máfias europeias, como a União Corsa e a Máfia italiana, que juntas, centralizam parte do mercado de drogas e armas dos países centrais. Entretanto, o CV mantém bases e relações com organizações

criminosas de todos os continentes, que utilizam o território dos países periféricos como ponte geográfica para seus negócios (AMORIN, 2004).

O “Partido do Crime”: Primeiro Comando da Capital

O Primeiro Comando da Capital (PCC) segue, em muitos aspectos, a mesma trajetória do CV e foi apresentado ao público paulista e de todo o país, com a organização da mega rebelião de fevereiro de 2001.

Inicialmente chamado de “Comando da Capital”, o PCC foi criado por 8 presos, na Casa de Custódia de Taubaté, no interior do Estado de São Paulo, 130 km da capital paulista, em 31 de agosto de 1993. Conhecida como “Piranhão”, naquele momento, a Casa de Custódia de Taubaté era considerada a prisão mais segura do Estado. Para lá eram transferidos presos da capital paulista, por conta do déficit de vagas nos presídios da capital. O PCC, assim como o CV, iniciou seu processo de formação criando redes de apoio entre os presos e códigos de não-agressão. O “Comando da Capital” surgiu como um time de futebol dos presos paulistanos transferidos para Taubaté, para jogar contra o time dos presos do interior, que levava o nome de “Caipiras” (AMORIM, 2004).

Logo, o “Comando da Capital” passou a se chamar PCC e iniciou um processo de unificação da população carcerária em torno de si e de suas

reivindicações, a partir daí começou-se a falar em fidelidade carcerária, códigos de honra e direitos dos presos. Tentando unificar a massa carcerária na luta contra o sistema penal, o PCC adotou o lema do CV: “paz, justiça e liberdade”, adotou formas de linguagem falada e escrita alternativas, como o “alfabeto congo”, criado pelo CV nos anos de 1980 para confundir a gestão da cadeia. Essa ligação com o CV surgiu quando dois dos principais membros da organização passaram pelos presídios do Estado do Rio de Janeiro: “Cesinha” e “Geleião”.

Cesinha e Geleião chegaram ao comando da organização logo após a mega rebelião de 2001, com a morte por espancamento do líder do “partido” naquele momento - o “Sombra” -, na mesma quadra de futebol em que a organização foi criada. Os dois líderes foram depostos do comando do PCC, ainda em 2002, por serem considerados “radicais”. Foi quando Marcos Camacho – o “Marcola” – assumiu o controle da organização.

O “alfabeto congo” foi desenvolvido de forma que as letras eram substituídas pelos números que elas ocupam no alfabeto. Assim o PCC, adotando os códigos de linguagem do CV, também era reconhecido pela sequência de números 15-3-3. Revivendo a trajetória do CV em São Paulo, o PCC, em grande medida, procurou implantar no Estado paulista o modelo de organização do CV, gerando com ele uma aproximação e associações para viabilizar a reprodução fortalecida de ambas organizações.

As primeiras notícias da existência do PCC surgiram ainda no ano de sua criação em 1993, mas em 1995 as notícias de sua existência chegaram à mídia e ao público. Em 1996, o PCC criou o seu primeiro estatuto e passou a se autodenominar o “Partido do Crime”. O estatuto aborda questões como “comunidade carcerária”, opressores e oprimidos, riqueza e pobreza, periferia e centro...

O PCC procurou reinventar em São Paulo a lógica da territorialização dos pontos de vendas de drogas, bem como organizar de forma um pouco mais sistemática assaltos e sequestros. A organização retomou durante sua evolução a interação com um discurso contra desigualdades e injustiças.

Frente a dificuldade de legitimar em São Paulo o tráfico varejista, por razões já colocadas anteriormente, o PCC diversifica mais suas ações do que o CV, sobretudo pela dificuldade subjetiva de legitimar a atuação de traficantes em bairros pobres, pela representação predominante de que “bandido bom” é o ladrão que, teoricamente, não agride e não vicia seus irmãos, vizinhos, parentes e amigos.

Destaca-se no quadro de membros do PCC, a autonomia de uma parcela grande deles, que age de forma quase individual, se associando à grupos maiores, caso necessário, e desfazendo essa associação, também se necessário. O Partido seria com um grande fundo de capital simbólico, econômico e social, no qual o indivíduo membro busca o que

lhe é necessário em um determinado momento, mantendo vínculos temporários em relação as pessoas e vínculos mais permanentes em relação ao Partido. (GLENNY, 2008)

A condição espacial e morfológica do Rio de Janeiro não se repete em São Paulo, por isto, sempre prevaleceu um tráfico varejista ambulante, quase sempre solitário. A metrópole paulista tem um padrão circular-geométrico de distribuição da riqueza e da pobreza. Assim, quanto mais poder, mais próximo do centro, quanto mais déficit de poder, mais próximo das periferias da metrópole. Todavia, com o aumento da fragmentação, os marginalizados, microbolsas de pobreza e pequenas favelas, foram, ao longo dos últimos anos, inserindo-se nos interstícios dos bairros de classe média e dos bairros centrais, além do que há um processo de esvaziamento de algumas áreas centrais, funcionais antes da virada do sistema e agora abandonadas. Criou-se, então, uma pré-condição para utilizar estes nichos de pobreza, próximo aos bairros centrais, como base de pontos de venda de drogas. Isso explica a alta ocorrência de homicídios no centro velho da cidade. Além de ajudar a explicar a alta ocorrência e o aumento da extensão territorial dos roubos e furtos nos distritos centrais da cidade de São Paulo. É exatamente nestes novos territórios de pobreza que as organizações criminosas paulistas tentam consolidar sua influência, particularmente o PCC.

Entretanto, ainda há a referida dificuldade subjetiva específica a enfrentar em São Paulo, onde o traficante não consegue adquirir a mesma capacidade de catalisar legitimidade que aquela vista em outros centros urbanos. Por isto, entre outras coisas, o PCC se organiza também na articulação de assaltos e sequestros, sem contar o planejamento de fugas e resgate de presos, agindo no melhor estilo de uma rede protosolidária e horizontal. Geralmente se escolhe um alvo, se reúnem os operadores, se faz a operação e o grupo se desfaz assim que a operação termina. Assim, cada indivíduo pode manter sua independência e ao mesmo tempo estar ligado ao Partido, o que dificulta a ação de inteligência e repressão dos órgãos de segurança, a identificação dos membros, a antecipação das operações e a busca policial depois das operações ilícitas realizadas (AMORIN, 2004).

“Eu jogo bola com os manos de final de semana, eles me pagam pra jogar, vários irmãos lá do PCC, mas é cada um por si, só se precisar eles juntam força, não é tipo quadrilha, e ninguém sai falando que é isso ou aquilo, mas quem é esperto sabe quem é quem, é como um monte de amigo se reunindo pro futebol, se de repente um precisa de ajuda, os outros vão lá e socorrem, tá ligado? Mas se não precisa, cada um vive sua vida, cada um faz sua correria.”

(R. , 34 anos)

Outra forma de atuação é uma espécie de terceirização das tarefas: escolhe-se um tipo de operação, assalto ou sequestro, se escolhe o alvo, se divide as tarefas e se recruta pequenos grupos de afinidade para realizar cada tarefa. No caso de um sequestro: se escolhe o alvo, se contrata um pequeno grupo para realizar a operação do sequestro, outra

para tomar conta da vítima no cativeiro, outra para negociar o resgate, outra para pegar o dinheiro e assim por diante... Tudo isto, articulado a partir das novas redes de engenharia e comunicação: centrais telefônicas, comunicadores, internet e celulares, de dentro ou fora das prisões.

O Partido se opõe claramente ao sistema penal e aos órgãos de segurança. Nos últimos anos, vários foram os atentados contra órgãos públicos de segurança e justiça atribuídos ao PCC. Até o ano de 2006 alguns destes atentados foram feitos por pessoas que não mantinham nenhuma ligação com a criminalidade ou com a organização criminosa.

Houve um caso, em 2002, em que um grupo de estudantes universitários disparou contra uma delegacia na área central da cidade de São Paulo, tiros e rojões de doze disparos. Perseguidos por uma guarnição policial, o grupo foi alcançado, levado à delegacia e solto algumas horas depois de prestar depoimento. Disse o grupo que tudo não havia passado de brincadeira!

Muitas ações contra os órgãos de segurança, naquele momento, pós-rebeliões de 2001, seguiam o mesmo padrão, tiros e disparos de rojões. De repente, tanto o Estado quanto a grande mídia, tiveram que relativizar a atuação do PCC nestas ações contra delegacias. No entanto, isto não quer dizer que elas não ocorreram.

Todavia, de uma hora para outra, o Estado e a mídia resolveram atribuir toda dificuldade no controle da criminalidade à atuação do PCC, um bode expiatório para todos os males. Sequestros, assaltos e homicídios de repercussão na mídia foram antecipadamente atribuídos ao PCC, sem nenhum tipo de evidência concreta de sua participação, o que acabou favorecendo mimetismos e expansão simbólica da organização. O Estado, em vários momentos, mobilizou suas forças, de modo espetacular e midiático, mobilização na maior parte das vezes simbólica, para demonstrar força e capacidade diante das dificuldades reais de controlar a violência difusa entre a população (MIR, 2004).

Assim como o PCC reviveu a história do CV, parece que o Estado paulista reviveu os erros do Estado fluminense. Nascido em Taubaté, com a política de transferência de presos, de delegacias para delegacias, destas para centros provisórios, destes para presídios em todo o Estado de São Paulo, espalhou o movimento, como no caso do Rio de Janeiro. Com alguns de seus membros ou de pessoas que agem sob sua bandeira de volta as ruas, as ideias do “Partido” chegaram as periferias urbanas de São Paulo e se fincaram no imaginário metropolitano decisivamente com as ondas de atentados de 2006.

Em 12 de maio de 2006, o PCC iniciou a maior e mais intensa ação ultraviolenta que uma organização criminosa foi capaz de produzir contra as instituições do Estado. Numa sequência de oito dias, foram: 373 ataques, 24 rebeliões, 24 policiais militares mortos, 11 policiais civis,

9 agentes penitenciários (alguns deles mortos fora de serviço, em dia de folga ou fazendo bico para complementar a renda) e, na contraofensiva do Estado, 80 pessoas foram presas, 110 foram mortas – 79 delas suspeitas de ligação com o PCC, alguns com suspeita de execução sumária. Foram vários atentados contra bases da polícia militar e das guardas metropolitanas, além de viaturas, delegacias, ônibus, estações do metrô, agências bancárias e outros estabelecimentos comerciais. A partir de 15 de maio, as rebeliões saltaram de 24 para 82 e foram diminuindo até o fim dos ataques no dia 20 de maio de 2006.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado, esta, que seria a primeira das três ondas de ataques promovida pelo PCC, foi uma reação da organização a tentativa do governo do Estado de isolar os principais líderes do “partido” em presídios de segurança máxima no interior do Estado; colocando o núcleo duro da organização no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).

Uma segunda onda de ataques ocorreu entre 11 e 14 de julho. Os principais alvos foram prédios e repartições públicas, ônibus das empresas que fazem o transporte coletivo na metrópole e em cidades do interior, bancos e lojas. Nesta segunda onda de ataques, foram mortos 8 agentes de segurança.

Na terceira e última onda de ataques do ano, entre 7 e 9 de agosto, foram oficialmente 205 ataques, alguns usando bombas artesanais contra

prédios do Ministério Público e da Secretaria do Estadual da Justiça. No dia 12 do mesmo mês, o PCC sequestrou dois funcionários da Rede Globo de TV: o repórter Guilherme Porta Nova e o técnico Alexandre Coelho. Alexandre foi libertado ainda no mesmo dia, Guilherme ficou sob o poder da organização até o dia 14, quando a emissora exibiu um vídeo produzido pelo PCC com relatos e denúncias criticando o Regime Disciplinar Diferenciado.

Organizações ultraviolentas, mídias, medos e terrorismo de Estado

As primeiras notícias de atuação do CV em São Paulo datam do ano de 1993, diziam as mídias e os órgãos de segurança que havia uma célula do CV atuando num conjunto habitacional do extremo leste da cidade de São Paulo, chamado de Cidade Tiradentes. As notícias desta atuação provocaram um certo pânico, o medo de repetir os combates cariocas, fez o Estado se mobilizar, fortalecendo e preparando suas forças de segurança para combater este inimigo supostamente recém-chegado à capital paulista (AMORIM, 2004).

Cidade Tiradentes é parte de um complexo de conjuntos habitacionais criados na zona leste da cidade de São Paulo, desde o final da década de 1970. O conjunto da Cidade Tiradentes foi um dos últimos a ser criado, a quase 40 Km do centro da cidade, a

aproximadamente 12 km da estação de metrô mais próxima (Estação Corinthians Itaquera), a 20 Km dos bairros de classe média do lado leste da cidade, com poucas linhas de ônibus, poucos serviços públicos, algumas ruas ainda sem iluminação e asfalto.

No início da década de 1990, o conjunto habitacional ainda estava sendo ocupado. Foram para lá refugiados de enchentes, moradores de favelas e sem-teto de toda a cidade. Durante este período de ocupação, muitas pessoas que não estavam inscritas nos programas para ocupar os imóveis migraram para Cidade Tiradentes e iniciaram um processo de ocupação ilegal dos apartamentos ainda não sorteados e ocupados regularmente entre os inscritos no programa de habitação.

Os órgãos do governo optaram por uma ação de desocupação violenta. Daí a notícia de que havia uma célula do CV no conjunto ter criado, estrategicamente, as condições necessárias para que a opinião pública pudesse legitimar o confronto das forças policiais com os moradores irregulares, em nome de eliminar a célula criminosa que havia ali se instalado.

Na Cidade Tiradentes, ninguém havia visto tal célula, a não ser por aquilo que era noticiado nos telejornais e nos programas de jornalismo policial. A notícia do CV na Cidade Tiradentes funcionou para os moradores, como uma lenda urbana, todo mundo falava que existia, mas ninguém havia visto.

“Quando eu tinha uns 12 anos diziam que o Comando Vermelho estava aqui na Tiradentes, diziam mas nunca foi confirmado, falavam que era um cara que veio do Rio para se esconder, mas nunca foi provado.”

(A.L. , 27anos)

Por conta do próprio déficit de poder da população do bairro, assim que ele foi construído e ocupado, se produziu pequenas formas de banditismo: tráfico ambulante, assalto à trabalhadores, furtos de coisas domésticas, cobrança de pedágio dos moradores, roubos e furtos de ônibus coletivo.

Em função disso, nos primeiros anos da década de 1990, as empresas de ônibus que atuavam no bairro não mantinham cobradores de passagem e nem catraca registrando o número de passageiros para evitar assaltos e, neste sentido, morte de funcionários. Quando o transporte de ônibus ainda era um serviço do poder municipal, a prefeitura arcava diretamente com os custos, após a privatização do transporte público, na gestão de Paulo Maluf (1992-1996), a prefeitura firmou um acordo com as empresas e financiou as passagens por algum tempo, até criar as condições para que elas fossem cobradas normalmente, como em toda a cidade.

Por conta das notícias da mídia, muitos delitos no bairro acabaram sendo feitos por pessoas sem qualquer conexão com o CV, mas que, para impor medo, diziam fazer em nome dele. De furto de roupas nos

varais, até assaltos a bares e padarias foram feitos e atribuídos à organização criminosa.

A mídia e o Governo do Estado criaram e espalharam uma lenda que semeou o pânico, o medo e o terror em nome do interesse público, da ordem, do disciplinamento urbano e, em favor de estratégias políticas, mercadológicas, imobiliárias e midiáticas de poder.

Atualmente, as instâncias estatais e a grande mídia paulista não precisam recorrer ao comando carioca para suas estratégias de controle da ordem pública, seja ela legítima, verdadeira, ou não. O PCC é um novo elemento na realidade urbana paulista. Todavia, é um tipo de organização mais fluída no espaço metropolitano do que o CV, e mais do que o próprio CV, tem criado uma série de situações de conflito com os órgãos de segurança, sendo recorrentes os ataques a prédios públicos ligados ao sistema de justiça, segurança e penitenciário, bem como os ataques a policiais.

Desse modo, o PCC gerou as condições para discursos e mensagens midiáticas aterrorizantes e interessadas em maior exercício da força por parte do Estado e maior consumo de sistemas e recursos de segurança de mercado; não obstante, criou as condições para que, em caso de crise, o Estado se utilize da atuação do PCC como fator de maior militarização dos órgãos de segurança pública e maior militarização do espaço metropolitano, tema a ser abordado no próximo capítulo.

**GEOPOLÍTICA E MILITARIZAÇÃO
METROPOLITANA**

Uma nova metrópole, um estranho campo de batalhas

É lugar comum dizer que a Sociedade, o Estado e o Território brasileiro são singulares (SAMPAIO, 2000), mas, é necessário dizer em que medida eles o são, é necessário qualificar esta afirmação. As relações entre Estado, Sociedade, Território, contratos sociais, transgressões, poder, as formas de produção de riqueza e os modos de fragmentação, criaram um cenário trágico e complexo, que colocaram a realidade brasileira sobre paradoxos aparentemente intransponíveis e o capitalismo brasileiro como uma máquina que se alimenta dos limites da energia humana, capaz de literalmente “gastar vidas”, para usar uma expressão de Marisa Feffermann (2006).

Compreender os aspectos sociais do uso da violência no espaço metropolitano da realidade brasileira é tarefa com um grau superior de complexidade e dificuldades. Principalmente, pela dificuldade de superar a própria posição socioespacial da qual se observa a realidade.

A sociedade e o Estado brasileiro cristalizaram posições, de tal maneira que a herança de poder e déficit de poder condicionam a percepção, a legitimidade e o entendimento da violência. É quase impossível que a relação agressor-agredido não traga consigo uma posição e um olhar pré-existente, que possam tornar legítima a ação violenta ou repudiá-la, dependendo da posição e da taxa de poder dos

sujeitos, dos grupos e das classes envolvidas. A posição que o sujeito agressor ou agredido ocupa na estrutura social e no espaço condiciona o tipo de violência que este sujeito irá repudiar ou legitimar. E isto inclui a todos.

Partimos do pressuposto de que no Brasil, o Estado precede a pátria e a nação, fazendo da vinculação patriótica um elemento frágil na medida em que a nação brasileira, desde seu princípio, não integrou a sua heterogeneidade social, absolutamente étnica, em sua origem (MIR, 2004).

Quando o Estado precede a nação, a violência se coloca como fator inerente de consolidação do Estado, do contrato social, da sociedade e da identidade nacional. Está na origem do Estado, da Sociedade e do Território brasileiro a instituição da violência, uma violência do poder. A nação, ao contrário de ser um “salto escalar” (SMITH, 2000) do grau de parença e vizinhança, da identidade territorial e da consciência de uma história e espaço compartilhado, é na verdade uma ideologia de Estado colonizador (MIR, 2004). Os contratos sociais daí decorrentes só poderiam ser arbitrários, pois, usurpam a universalidade da decisão política e tornam o outro um inimigo, daí o massacre dos primeiros grupos subalternos – os povos indígenas - e a violência marcada no corpo dos trabalhadores vindos do continente africano.

Boaventura de Sousa Santos, num artigo chamado de Escalas do Despotismo (2006), no qual o autor busca entender dois casos diferentes nos quais estão presentes ações gratuitas de violência, diz o seguinte:

(Hoje há uma) incapacidade de reconhecer o outro como igual, (há) a [...] degradação do outro ao ponto de o transformar num objecto sobre o qual se pode exercer a liberdade e o gozo sem limites, a mesma conversão do outro num inimigo perturbador mas frágil que se pode abater com economia das regras da civilidade, sejam elas as que governam a paz ou as que governam a guerra.

As sociedades modernas assentam no contraste social, a ideia de uma ordem social assente na limitação voluntária da liberdade para tornar possível a vida em paz entre iguais. As ideias de cidadania e de direitos humanos são a expressão deste compromisso. As tensões entre o princípio da liberdade e o princípio da igualdade e as contradições entre eles e as práticas sociais que os desmentem constituem o cerne da política moderna. Como o grupo social dos reconhecidos como iguais era inicialmente muito restrito (os burgueses do sexo masculino), a grande maioria da população (mulheres, trabalhadores, escravos, povos colonizados) estava fora do contrato social e, portanto, sujeita ao despotismo dos que tinham poder sobre ela.

A tríade Estado, Sociedade e Território brasileiro, neste sentido, se fez sobre a agressão constante de povos nativos, sobre a emigração forçada de povos africanos escravizados e sobre um território intencionalmente fracionado, como nos mostra Plínio de Arruda

Sampaio (2000) num ensaio chamado História, crise e dependência do Brasil. A violência no Brasil e a fragmentação não são variáveis novas, elas estão na fundação deste país. No entanto, elas variaram no tempo e no espaço, ficaram mais intensas e complexas, ganharam novos contornos e elementos, tornaram a vida urbana, sobretudo, radicalmente mais cheia de conflitos e antagonismos. O monopólio da política pelo colonizador português-indo-europeu exigiu que a violência e a doutrinação religiosa fizessem às vezes da integração política (MIR, 2004). Na religião se buscou a violência simbólica para integrar os nativos e os escravos africanos.

Séculos de subestado colonial, décadas de Estado imperial e mais de um século de república, não alteraram o caráter forçosamente monoétnico do Estado e da representação social. As transformações históricas adicionaram novos elementos a esta condição e a cada momento atualizou o uso funcional da violência. O Estado e a sociedade brasileira tiveram na violência do poder estatal, instrumentalizando os primeiros grupos estabelecidos, parte de seus princípios fundadores. Assim, o país nasceu absolutista e escravocrata, no qual a violência foi um expediente frequente para resolver os conflitos interétnicos, para conquista, rapina territorial e funcionamento de uma economia de território fracionado, baseada na exploração da força de trabalho violentamente escravizada. A violência do poder estatal foi a princípio político e eclesiástico. A violência e a política antidialógica estão na base

da formação social, estatal e territorial que herdamos dos tempos coloniais, ecoando ainda hoje no funcionamento desta estranha república que experimentamos hoje.

A identidade única da nação e do Estado, em sua origem, colocou as diferenças étnicas como forma básica de diferenciação e desigualdade, sobre este aspecto se fundamentaram os modos de fazer política e de produzir riquezas. Subalternizados, nativos e africanos ocuparam posições inferiores no campo de relações sociais e estatais, acumulando o primeiro lastro de desvantagens sociais que os deixavam a margem de qualquer possibilidade de usar dos recursos sociais gerados pela sociedade brasileira de então (MIR, 2004).

A cada etapa de modernização um conjunto de relações eram transformadas, mas a divisão social, a fragmentação territorial e a violência do poder institucional permaneciam em um processo de conservação inovadora. Assim, a passagem de colônia a império, de império à república, de república agrária à república urbano-industrial, de ditadura civil à democracia representativa, de ditadura militar a um novo período representativo, não romperam a estrutura fracionada do território, a mono-identidade do Estado e da Sociedade e a violência organizada a partir de estruturas de poder (BENJAMIM, 1998).

Por estas e outras razões, Boaventura de Sousa Santos (2005) argumenta que:

Os últimos vinte anos foram abundantes em processos constitucionais – assembleias ou comissões constituintes convocadas com o objectivo de elaborarem novas Constituições – na Europa Central e do Leste, na América Latina, na África e na Ásia. Assistimos a uma onda de constitucionalismo que provavelmente está agora a chegar ao fim. As razões que estiveram por detrás deste movimento constitucional variaram de país para país, mas estiveram em geral relacionadas com a criação ou restauração de regimes democráticos depois de períodos de governo autoritário, do fim do comunismo na Europa e das ditaduras civis e militares na América Latina, ao fim do apartheid na África do Sul e do governo revolucionário de Moçambique. Em geral, pode dizer-se que a última onda constitucional não conseguiu estabelecer uma articulação virtuosa entre democracia e bem-estar social. Pelo contrário, sondagens na Europa pós-comunista e na América Latina e na África revelam que, para sectores significativos da população, a democracia significou a queda do nível de vida. Mais preocupante ainda é o facto de o constitucionalismo ter sido, em tempos recentes, manipulado por poderes políticos interessados em beneficiar da legitimidade democrática que ele confere para atingir objectivos que redundam na redução da democracia.

Sendo assim, a cada período de conservação inovadora, os elementos de poder e diferenciação social adquiriram novas variáveis, consequentemente, as identidades e culturas hegemônicas, identidades e culturas subordinadas também. Durante o período colonial e imperial, a diferenciação e desigualdade social polarizaram identidades étnicas - índio-branco, negro-branco - que serviram de substrato para o processo de acumulação de riquezas escravocrata. Com o advento da abolição e da república, a condição de senhor gerou um conjunto de vantagens sociais, enquanto a condição de escravo gerou desvantagens, que foram atualizadas pelo processo de urbanização e industrialização, que trouxe um conjunto novo de contradições e antagonismos (SAMPAIO, 2000).

A identidade étnica do senhor e do escravo foi atualizada pela polarização entre a identidade proletária e a identidade burguesa, nascidas tardiamente no país. Baseadas na formação de um capital industrial nacional, conjugadas com a identidade operária dos imigrantes europeus, influenciados em parte pelo anarco-sindicalismo e o socialismo de Estado russo, a personalidade monoétnica do Estado e da Sociedade ganharam, no século XX, os ingredientes da luta de classes, no sentido marxista do termo, burguês-proletário. O Estado liberal brasileiro se fez portador de uma nova identidade, sem deixar de lado sua identidade anterior. A inércia escravocrata alimentou a eugenia do Estado liberal brasileiro, tardio e imperfeito (MIR, 2004).

O racismo é inerente ao Ocidente moderno. Teve no colonialismo a sua máxima expressão política mas impregnou de tal maneira a mentalidade, tanto dos colonizadores como dos colonizados, que continua hoje a vigorar apesar de o colonialismo clássico já ter terminado. (SANTOS, B., 2004)

As utopias modernizadoras das elites e, de modo geral, da Sociedade em geral e do Estado, sempre estiveram ligadas a formas de conservação das relações divisórias, fracionamento territorial e violência. Assim, a abolição não garantiu a integração dos ex-escravos, as leis trabalhistas elaboradas no período Vargas, não garantiram direitos aos trabalhadores rurais e a redemocratização pós-governo militar, não integrou as massas ao jogo político, a não ser formalmente.

A ultraviolência, neste sentido, se tornou instrumento para conter a possibilidade de integração total e manter as posições de poder no campo de relações sociais e estatais, em todas as situações de conflito e modernização.

O próprio Estado transformou, em determinados momentos, a ultraviolência em mecanismo funcional de sua reprodução. Sofrer com a ultraviolência estatal é “privilégio” perverso das classes subalternas. Com exceção das ditaduras civil e militar, a ultraviolência estatal, jamais rompeu a linha que divide as classes sociais, no sentido de Bourdieu (1996; 2000).

Na ditadura civil de Vargas, nas décadas de 1930 e 1940, e na ditadura dos militares, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, a ultraviolência foi elevada à expediente de governo para neutralizar opositores políticos de médio e alto poder, para manter uma determinada correlação de forças. Depois destes períodos excepcionais, a ultraviolência estatal voltou à suas vítimas “normais”, os pobres, geralmente assalariados urbanos e/ou rurais, quase sempre negros.

Com a globalização, os antagonismos se acirraram e, sem dúvida, fugiram a capacidade de controle do Estado e da Sociedade. A violência e a ultraviolência fugiram do controle e se transformaram também em instrumentos reativos ao processo de fragmentação engendrado pela globalização, conjugado com os mecanismos seculares de

subalternização, gerados pelas relações socioespaciais em todo o território brasileiro desde de sua origem.

As automações produtivas, comerciais e informacionais desencadearam antagonismos que se somaram aos já existentes e expuseram para os atores sociais brasileiros, os efeitos de identidades que se realizam implicadas pelo processo de fragmentação provocado pela globalização dos negócios.

Mais uma vez, a formação socioespacial passou por uma etapa de modernização e conservação, ainda que a globalização em si, tem seus próprios aspectos de conservação e inovação de relações, na medida em que desloca a produção de imagens, mercadorias e riquezas de uma necessidade extensiva de território e pessoas. Capital e política se reproduzem quase de forma autônoma (SANTOS, M., 2000). Entretanto, aplicadas à realidade brasileira, as contradições internas ao processo de globalização se alimentaram das contradições internas de nossa Sociedade.

A década de 1990 marca, de fato, a entrada do Estado e da Sociedade brasileira nessa nova etapa de acumulação de poder do capitalismo (BENJAMIM, 1998; BATISTA, P. 1999; ALMEIDA, 2000; SAMPAIO, 2000). É a partir de então que a financeirização da riqueza passa a substituir a hegemonia do capital industrial; a centralidade do consumo substitui a centralidade do trabalho; a mais-valia nacional passa a

interagir intensamente com a mais-valia globalizada; o desenvolvimento técnico-científico da revolução microeletrônica começa a ser aplicada a produção de mercadorias e imagens; a mídia nacional passa a ser um poder em si significativo; o contrato social moderno nacional sofre com um déficit de aceitação e aplicação; os grupos sociais integrados e os marginalizados são redefinidos, ganham novas condições de poder e déficit de poder; e a violência reativa ou contraviolência passa a influenciar decisivamente na economia, na política e no território.

A globalização brasileira, modernizadora e conservadora, criou formas imperfeitas de mercado, de políticas, de políticos, de cidadãos, de agentes de mercado. De alguma forma, a partir da violência e da ultraviolência, estão sendo elaboradas microformas de Estado, contratos sociais e redes de reciprocidade. A divisão social brasileira inseriu uma parcela dos sujeitos nas redes globalizadas de política, consumo e poder, e outras parcelas nas redes de relacionamento, consumo e poder, baseadas na violência. Parte da estrutura do Estado, da Sociedade e do Território, atuam tranquilamente nas relações globais, enquanto uma parte se tornou anômica e ingovernável pelos parâmetros anteriores de gestão.

Criou-se um espaço nacional globalizado e um espaço nacional anômico, restrito e reativo. Enquanto há um mercado nacional sofisticado ligado ao mercado global de produção de bens e imagens, há

um mercado nacional subterrâneo, informal, de circuitos incriminados, de subconsumidores, subprodutos, submarcas e subestabelecimentos. Ambos se cruzam, retroalimentam-se e compõem, de fato, o que é a economia nacional.

Como exemplo, pode-se citar a economia pirata, que cumpre a função de atender a demanda de consumo de subconsumidores, a demanda de trabalho de subempregados e desempregados. Por mais ilegal que seja, paulatinamente ela ganha legitimidade prática, sobretudo entre as populações marginalizadas. Um outro exemplo, o tráfico de drogas e armas, que suga a vida dos pobres urbanos para reproduzir um capital globalizado atada a pílulas de extasy, “parangas de maconha”, saquinhos de cocaína e balas de fuzil. Neste paradoxo, a violência, a fraude e a corrupção são alimentadas dia-a-dia; alimentando formas econômicas, tanto ligadas ao alto crime, quanto ao baixo crime.

Neste sentido, os anos 1990 marcaram a consolidação de redefinições nas formas de identificação dos sujeitos sociais, muito mais intensa na formação da identidade dos sujeitos de baixo poder, identificados, em parte, com o a ultraviolência reativa, assim como os sujeitos de alto poder se identificam, em parte, com a violência e ultraviolência do poder.

As relações normativas e identitárias que se baseavam na relação estrutural entre capital-trabalho foram redefinidas e o houve o

estabelecimento de relações cujo substrato passou a ser o consumo de mercadorias e imagens. Tudo aquilo que serviu, de alguma forma, para pacificar as relações e compreender os modos de organização da realidade brasileira tornou-se insuficiente, em grande medida. O Território, antes organizado principalmente para a produção industrial, sofreu rearranjos para dar base instrumental para a financeirização da riqueza e para o consumo de bens reais e simbólicos, mercadorias e imagens.

O Estado brasileiro sofreu reformas, por dentro e por fora, para se adaptar as novas condições impostas pelo sistema de acumulação (BENJAMIM, 1998). O nacional- desenvolvimentismo, que caracterizou o Estado brasileiro durante quase todo o século XX, inclusive nos períodos ditatoriais, cede lugar a um Estado que serve como base instrumental à acumulação nacional e internacional de capital financeiro, na medida em que perdeu parte de seu poder empreendedor, com as privatizações.

O Estado ficou sitiado, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2004). O Estado que incluía, ou pretendia incluir, pelo trabalho, e assim direcionava parte significativa de seu arcabouço normativo, passou a ter que incluir em suas políticas, ações de assistência aos pobres, desempregados e subempregados, oriundos das novas relações entre capital e trabalho nacional e capital internacional.

O último decênio, no Brasil apresentou um refluxo da organização massiva baseada no fator positivo do trabalho. As organizações baseadas nas classes econômicas são as que mais sofreram neste período, sobretudo as organizações sindicais identificadas organicamente as ideias positivas do trabalho. Na medida em que os sindicatos perdem parte de sua influência por causa do aumento do desemprego e do subemprego e da expansão do mercado informal de trabalho, como nos mostra Adalberto Cardoso (2003) em seu trabalho sobre os sindicatos nos anos de 1990. As organizações patronais, por sua vez, perdem também capacidade de legitimação, embora o uso da mídia ajude a compensar esta perda.

Assim, a sociedade civil, base da modernidade tardia e imperfeita, não é mais capaz de incluir em seu discurso, leitura, projeto e ação, parte significativa de pessoas. As narrativas do progresso e da redenção pelo trabalho ganharam limitações nacionais na construção de uma base civil suficientemente orgânica para manter contratos sociais abrangentes. A violência ganhou aí sua condição protopolítica/pós-política e civil, da qual nem a sociedade nem o Estado têm conseguido escapar. A violência do poder tornou-se estrutural, a violência reativa tornou-se difusa e passou a fazer parte da vida cotidiana e de sua representação pelos sujeitos (SANTOS, M., 2000).

É nesta transição que a baixa-criminalidade tornou-se um problema importante, é também aí que se fortalece o poder real e simbólico de

facções criminosas organizadas somente por populações faveladas e suburbanas, herdeiras de processos de exclusão anteriores; como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital. É nesta transição que há entre os grupos estabelecidos, sujeitos com força para atuar fora da esfera institucional, utilizando sua força para impor seus interesses inclusive para o próprio Estado, seja pela legalidade, seja pela afronta ilegal e criminosa ao Estado. A violência substitui a hegemonia do trabalho na formação civil de parte dos grupos sociais marginalizados e instrumentaliza as políticas de Estado e de grupos de interesses aí representados com alta taxa de poder (MIR, 2004).

As relações civis basais, seus mecanismos de apoio e solidariedade, também passam a ser influenciadas por redes geradas pela violência. A violência, então, é aplicada cada vez mais a política e a economia de grandes e pequenos atores: do Estado à pessoa. É, entre outras coisas, por isso que Sociedade brasileira experimenta um aumento do crime contra o patrimônio, roubos e furtos; uma expansão dos circuitos econômicos incriminados, tráfico de drogas e armas, contrabando de mercadorias, corrupção e sonegação. Assim, pelo uso da violência do poder e da contraviolência, que as formas espaciais são reconfiguradas e redefinidas. É assim que as metrópoles produzem e reproduzem violências, sendo produzidas e reproduzidas por elas.

A metrópole como obra?

Para Henri Lefebvre (1991, p.46), “a cidade é uma obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com a simples produção material. Se há uma produção da cidade, [...] é uma produção [...] de seres humanos [...], mais do que de objetos”. A partir das considerações de Lefebvre e com base nos resultados dessa pesquisa, nos propomos a pensar a metrópole também como obra de ações violentas, sejam elas organizadas ou espontâneas. Dessa maneira, a violência deve ser entendida, atualmente, como um dos elementos de reprodução das metrópoles, dentre elas, a metrópole paulista.

A divisão espacial também induz a produção de violências. A experiência de vida na cidade e seus territórios expressam a presença da força, a ser representada nas relações entre grupos e intragrupos socioespaciais, o que não deixa de produzir formas urbanas que registrem tais relacionamentos.

A arquitetura da metrópole brasileira contemporânea é uma miscelânea de arquitetura da monumentalidade: da riqueza, do poder, do consumo, da fé, da violência, do medo e da reclusão. Todas elas buscando transmitir a sensação de segurança diante das incertezas e dos acasos do sistema globalizado, não obstante, diante do medo da agressão ultraviolenta.

Cada grande força: política, econômica, midiática e religiosa, coloniza o espaço da metrópole com os seus monumentos, prédios luxuosos e sofisticados, que abrigam o comando de corporações nacionais e multinacionais. Obras arquitetônicas que expressam o poder de um grupo político no comando do Estado, suntuosos centros de compras, lazer e grandes templos religiosos.

As grandes plantas industriais que catalizavam os sentimentos de modernidade metropolitana, agora dividem seu monopólio com símbolos arquitetônicos de outras naturezas. A arquitetura urbana contemporânea assume o papel de fortificação, no melhor sentido do termo, como discutido por John Keegan (2006) ao tratar o assunto em diferentes momentos históricos e em diferentes lugares. Como a construção urbana tem o papel de proteger contra “um outro” agressor ou o qual se teme a agressão, expressa a dificuldade da convivência comum, da liberdade comum e da autoridade comum. Assim, a vida urbana vai ganhando contornos de militarização, no qual o inimigo é indefinido e o medo é um sentimento permanente.

É mister retomar alguns aspectos da cidade, levantados por Lefebvre (1991, p.46), que ajudam entender, neste primeiro momento, o caráter de interface da cidade:

A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes [...], com sua história. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, de suas modificações. A cidade depende também e não menos essencialmente das relações de imediatez, das relações diretas entre as pessoas e grupos que compõem a sociedade [...]; ela não se reduz mais à organização dessas relações imediatas e diretas, nem suas metamorfoses se reduzem às mudanças nessas relações. Ela se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que chamo de ordem próxima (relações de indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações destes grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (igreja[s], [empresas globais] Estado[s]), por um código jurídico formalizado ou não, por uma 'cultura' e por conjuntos significantes. A ordem distante se institui neste nível 'superior', isto é, neste nível dotado de poderes. Ela se impõe, abstrata, formal, supra-sensível e transcendente na aparência, não é concebida fora das ideologias.

Sendo assim, a cidade é um produto de múltiplas escalas, de tal maneira que nela convergem e interagem elementos verticais e horizontais, de uma ordem próxima e de uma ordem distante (SANTOS, M., 1996; LEFEBVRE, 1991). Nela, as relações macroescalares e microescalares se imbricam na construção da realidade, seus processos econômicos, políticos, comunicativos, intelectivos, religiosos, temporais, espaciais, etc. se conectam, de tal modo a confundir seus habitantes e visitantes.

Também é na cidade que convivem diferentes temporalidades. A intensa velocidade do período técnico-científico-informacional, do capital financeiro e da mídia, convivem simultaneamente com outras

velocidades, ou melhor, hegemонizando uma à uma, a velocidade do capital produtivo, do capital comercial, dos serviços, da política municipal ou metropolitana, do trabalho e do trabalhador, da família, dos indivíduos e, dentre outras, da experiência cotidiana. É na cidade que os sujeitos lentos e os sujeitos rápidos (SANTOS, M., 2001), com baixo e alto poder, convivem e se cruzam no dia-a-dia do espaço urbano.

Assim, a interface de escalas é também interface de tempos. O domínio sobre frações da cidade, de escalas e tempos diferenciados ampliaram a divisão socioespacial da cidade, assim como o processo de apartação, na medida em que os grupos se apropriam de forma desigual das escalas e das velocidades. Isso acaba por produzir no espaço uma heteronomia de formas, que faz conviver barracos e condomínios luxuosos, ruas asfaltadas, grandes e belas avenidas, serviços médicos e educacionais de alta qualidade, escolas e postos de saúde precários - com seus serviços precarizados -, carros importados e carroças, executivos, empresários, políticos e moradores de rua, enfim, o espaço dos lugares e espaço dos fluxos, como bem salientou Castells (2003).

São Paulo, enquanto cidade inscrita em um espaço urbano metropolitano, é mais uma construção formal e abstrata da escala municipal do sistema político – antidialógico – do que uma construção pragmática do conjunto de relações dos diferentes sujeitos, grupos e classes que têm o espaço da cidade como entorno e matriz das disputas e

mutualidades políticas, econômicas, cognitivas, intelectivas, etc. A esse respeito, Murray Bookchin (1999, p.13) afirma:

O município é [ou deveria ser] espaço humano de transformação do grupo [...] em corpo político de cidadãos. A política - gestão da cidade (polis) - [quando não relegada à economia e logo ao mercado] tem sido desvirtuada em governo de Estado, tal como a palavra polis tem sido impropriamente traduzida por Estado.

Pelas suas formas urbanas ultramodernas e, contraditoriamente, hiperprecárias, São Paulo tem sido lócus de conflitos e convergências entre variáveis horizontais e verticais à cidade, na medida em que, a estrutura urbana é definida cada vez mais pela coabitação de desigualdades extremas entre os sujeitos e os objetos, e entre aquilo que se desenrola numa ordem distante e aquilo que está tacitamente próximo.

Os fixos urbanos aceleram as velocidades dos fluxos de pessoas, bens, serviços e informações, indispensáveis à reprodução e centrifugação do capital, sobretudo, do capital financeiro e das imagens publicitárias, o que não se realiza sem trazer consigo a exigência de novos padrões de comportamento. Por outro lado, há fixos urbanos, não compatíveis com essa materialidade global, acelerada, sofisticada e pronta para reproduzir formas de capital transnacionalizado. Há na metrópole fixos e fluxos de uma ordem imediata, com funções muito específicas e inerentemente ligada a formação do espaço urbano paulista, compatíveis com uma rotina da localizada, de sujeitos localizados, de

valores localizados, de ações, conflitos e identidades localizadas, ainda que sujeitas as influências de verticalidades econômicas e políticas.

Sendo assim, a cidade de São Paulo e as “cidades da margem” (AMENDOLA, 2000) tornam-se lugares privilegiados de relações fragmentárias, com velocidades desiguais, com extensão espacial desiguais, com sujeitos desiguais que se estranham mutuamente, mas que não podem escapar da convivência, enquanto lugar de acirrados conflitos, não obstante, cooperações e rivalidades, entre as diferentes escalas do poder de Estado – escala do poder municipal, escala do poder do Estado federado e escala do poder da união -, bem como do conflito, cooperação e competição entre pessoas, famílias, firmas, grupos e/ou classes, também inseridas e que se realizam em diferentes escalas, desde a escala pessoal até a escala global ou vice-versa. A cidade e a metrópole são os lugares de formação de identidades em confronto. “A cidade emite e recebe mensagens” (LEFEBVRE, 1991, p.63), constrói e desconstrói identidades, é construída e desconstruída por elas.

A metrópole é assim o lugar de manifestação intensa das crises e das mutações pelas quais passam o sistema social e as pessoas, “lugar das metamorfoses e dos encontros” (LEFEBVRE, 2001, p.36), o que implica em uma crise e mutação do espaço e da paisagem da cidade e de todas as relações e identidades nela e por ela construídas e que, entretanto, também a constroem. A metrópole, é assim, um lugar marcado pelos períodos históricos que se sucedem na lógica, mas na

realidade convivem a partir de técnicas, materialidades, funções, objetos, sistemas de engenharia, formas de pensamentos e ações.

É evidente que há crises e mutações das formas urbanas, da própria reprodução da cidade e dos relacionamentos urbanos. É claro que “toda formação urbana conhece uma ascensão, um apogeu, um declínio. Seus fragmentos e restos serviram [e servem] em seguida para/em outras formações” (LEFEBVRE, 1991, p.55), podendo se sobrepor aos elementos da formação preexistente. Mas este não é um processo sem traumas, ainda mais quando a divisão socioespacial é um fator intensamente presente nos elementos que desencadeiam a crise e a mutação do sistema social, nas quais as violências dos poderes se tornam ainda mais perversas, explícitas, gritantes e potentes.

Neste ponto é necessário aprofunda a questão da crise da cidade. Primeiro, é importante definir o que entendemos por crise e Milton Santos (2000) oferece um ponto de partida importante. Para ele, a crise é um momento de passagem de uma totalidade sistêmica, no qual um conjunto de elementos harmoniosamente articulados se desorganiza, a partir da introdução de uma nova variável que desorganiza o sistema ou a partir de mudanças internas em um dos elementos da totalidade que acaba por desencadear transformações. A crise então é uma redefinição do sistema para o estabelecimento de uma nova dinâmica, lógica e movimento.

Segundo, ainda sobre a crise, Milton Santos (apud BENJAMIN e CESAR, 2000) afirma também que ela se dá pelo fato da reprodução do capital ocorrer cada vez mais deslocada das populações e do espaço em que elas estão mergulhadas e se reproduzem. É como se o espaço de fluxos – do dinheiro, do capital, das mercadorias, das informações, da publicidade e da governança – vivesse cada dia mais apartado do espaço dos lugares – das gentes, do convívio, das relações afetivas, das relações comunitárias, da produção das identidades e das formas de identificação.

É importante ainda considerar que o convívio citadino realiza-se entre sujeitos com amplitudes de poder altamente desiguais, e isso por si só, não provoca a fragmentação do tecido social, mas ele é parte de sua constituição, na medida em que o espaço metropolitano experimenta condições de hiperdesigualdades, o que possibilita uma apreensão e constituição de si, positiva, e uma apreensão e representação do outro, negativa; tanto pelos sujeitos e grupos de alto poder, quanto por sujeitos e grupos com déficit de poder. Ambos constroem uma apreensão fragmentada do espaço, na medida em que o espaço do outro, como ele próprio, é negativo. Daí a crise ser também da cidade, com o outro sendo transformado em adversário e inimigo, com o qual não mais se negocia, no limite, ao qual se violenta. Os depoimentos a seguir forneceram a base para o entendimento deste processo.

“Quando você é pobre, vindo da periferia, e você anda pelos bairros ricos, você além de se sentir vigiado o tempo todo, parece que não tem vida. Os

bairros ricos são melhores, mas são bem estranhos, porque as pessoas não vivem juntas, igual aqui na periferia. Na periferia é o seguinte, se você for de boa com todo mundo, você anda tranquilamente. [...] Começaram a construir um monte de prédio aqui e ali, só quem tem dinheiro mora nestes prédios, mas as pessoas que vivem neles não podem ser consideradas da periferia, porque elas não vivem aqui, você não vê elas indo na padaria e no mercado, eles moram aqui, mas vivem em outro lugar. [...] Eles abrem o portão da garagem, se você tiver na frente, passam por cima.”

(J. , 42 anos)

“Nunca roubei aqui, eu sou sujeito homem, São Miguel é meu lugar, aqui é minha vila, jamais fiz qualquer coisa aqui [...]. Minhas fitas é só do Tatuapé pra lá, geralmente nem na Zl (zona leste) eu faço minha correria, geralmente vou pro centro.”

(C. , 22 anos)

Neste caso, há um leque de transformações que não são aparentes e não se dão nas grandes escalas, a identidade se realiza no tempo lento e quase monótono do cotidiano, na escala pessoal, familiar e comunitária, ainda que tenha elementos macroescalares que a verticalizam. As transformações na intimidade das pessoas (GIDDENS, 1993), suas famílias e vizinhanças, são extremamente importantes para compreender os meios pelos quais a violência se torna instrumental e parte de estilos de vida. É nessa escala que o medo tem seu ponto de reprodução, é aí que ele se manifesta para impor e manter hierarquias, é aí que a individuação positiva de si vai construir uma representação negativa do outro e dos outros. É aí que os sujeitos produzem uma leitura do espaço identificando, a partir de critérios variados, os bairros similares ao seu e os bairros diferentes do seu. É na intimidade das pessoas que um

repertório de redefinições deixaram os sujeitos urbanos em uma atmosfera de confronto.

A este respeito, ainda é mister observar que as cidades são verticalizadas pela crise ou pelas redefinições com intensidades diferentes. Esses processos não quebram as reciprocidades cidadinas a ponto de impossibilitar o convívio civil. Todavia, é possível dizer que há crises se desenrolando na maior metrópole do país, na medida em que parte de seus habitantes, e de seu próprio espaço, deixam de participar dos circuitos de produção de mercadorias, bens, imagens e governança, degradando e tornando obsoletas frações do espaço e desfiliando da acumulação de poder e riqueza parte significativa dos habitantes. É possível dizer também que há crises que são próprias da metrópole, ainda que impulsionadas pelas crises de participação das pessoas e lugares na produção e uso da governança e riqueza, na medida em que o convívio entre os desiguais na metrópole se torna cada vez mais hostil, com uma apreensão negativa do outro, favorável ao desejo de segregação, que é condição da interdição dos espaços ao diferente, ao desigual e conseqüentemente da intensificação da vigilância, da criação de hiperperiferias e da sua invisibilidade socioespacial, partindo o espaço metropolitano em inúmeros fragmentos.

Assim, determinados pontos do espaço urbano, onde se concentrava a “classe-que- vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2001), passam a não participar mais do regime de produção, a não mais receber parte da

riqueza gerada, usada na reprodução social e na própria reprodução urbana, criando e espalhando novos modos de pobreza, muito mais perversos do que a pobreza gerada pela inclusão subordinada ao regime de assalariamento. Neste sentido, há um processo de construção de hipercentralidades na metrópole, isto é, frações do espaço altamente sofisticadas, com sistemas de engenharia ultramodernos, ponto nodal da circulação nacional e global de riqueza e poder, e lócus de reprodução primária de grupos sociais poderosos, que se realizam, contraditoriamente e simultaneamente com o surgimento de hiperperiferias - áreas geralmente degradadas, nas quais pode haver uma ausência profunda e uma distância não-geométrica, mas social, de bens pessoais e coletivos produzidos pelo Estado e pelos atores de mercado: um beco, uma viela, um pequeno conjunto de casas, um cortiço, uma rua inteira, uma vizinhança, um bairro ou um conjunto de bairros, não necessariamente contíguos espacialmente, mas que podem se revelar, algumas vezes, como o único lugar de territorialização dos mais pobres e sua alternativa de assentamento (HALL, 1995).

A geopolítica metropolitana

Em nenhuma outra escala, como na do espaço metropolitano, coincidem com tanta intensidade e conflito as posições de poder e as localizações no espaço. Talvez, minimizar estes conflitos seja um dos maiores desafios na gestão da metrópole (SOUZA, 2000). Os iguais, isto

é, aqueles com o mesmo potencial de poder, e que estruturam este poder da mesma forma, se procuram, se acham, se encontram e se acomodam, nos mesmos pontos da cidade e da metrópole. Os que têm poder se procuram num processo positivo de exclusão. Positivo, na medida em que faz parte de uma decisão relativamente própria, uma autoexclusão do outro.

Os que têm déficit de poder são obrigados a se procurar e a se acomodar entre pessoas semelhantes. Assim, o espaço citadino e metropolitano se dividiu, não em dois ou três, mais em múltiplos espaços, mais ou menos fechados um ao outro, dependendo dos antagonismos que produzidos na vida urbana entre os “establisheds” e os “outsiders” metropolitanos. Cada fração é um espaço sitiado, um território fronteiriço a outros e fechado a eles.

A paisagem, à princípio, modo empírico do espaço (SANTOS, M., 1996), demonstra a capacidade de poder de cada grupo, comunidade e classe agregada. Na vida da metrópole, os que tem poder se relacionam com todo o sistema de engenharia civil, técnico-científico-informacional que o período em mutação e globalizado é capaz de produzir. Suas casas, seus locais de trabalho, seus locais de lazer, seus locais de encontro e seu movimento pela cidade, e fora dela, espelham e são condição de seu poder: econômico, cultural, técnico-científico, midiático e político. Todavia, esse uso da cidade é feito de forma fragmentada, porque exclui qualquer um que não tem a mesma taxa de poder e, ao excluí-lo, o faz de

forma violenta, por meio do uso de técnicas de militarização das fronteiras que delimitam o espaço citadino de uso dos grupos de alto poder, colocando o outro sempre além das fronteiras, separado por muros, cercas, grades, blindagens e guardas, vigiados por câmeras de segurança e, caso ousem ultrapassar as fronteiras sem autorização, mirados pelas armas de todos os calibres.

Quem possui poder cria espaço e coloniza a paisagem, transformada em parte sensível e energética de seu estilo de vida, de seu comportamento, de seu habitus e de sua identidade (MACHIAVELLI, 2004 a; 2004 b). Aos que não tem poder cabe se relacionar com o espaço deficitário em relação às novas técnicas de engenharia civil e técnico-científica-informacional. A eles cabe o uso de uma engenharia civil degradada, ou porque foi abandonada pelos que tem poder, ou porque perdeu seu caráter funcional, quando o sistema começou a mudar, ou porque houve o uso de uma engenharia improvisada, auto- construída ou reconstruída, como favelas e cortiços, ou periferias em processo permanente de construção civil de suas casas, seus locais de trabalho, seus locais de lazer, seus locais de encontro. Assim como no caso daqueles que tem poder, tudo é reflexo e condição do déficit de poder, estilo de vida, comportamento, modos de relação e habitus.

Sendo assim, cada comunidade, grupo ou classe se enraíza territorialmente pela cidade e, num nível superior, pela metrópole. Cada qual cria sua fortaleza, seu bunker, com lógica de funcionamento

diferente daquele desempenhado pela cidade (KEEGAN, 2006). A lógica da fragmentação e segregação põe a cidade em crise, em choque, em pânico e a redefine, na medida em que a diferenciação espacial está baseada na desigualdade de poder e na disputa por sua preservação e acumulação. Os grupos, comunidades e classes desiguais acabam se engajando geralmente de forma não coletiva, mas com uma certa legitimidade do coletivo, num embate pelo poder e autonomia de acesso à cidade, bem como por tudo aquilo que ela promete (BOOCHIN, 1999).

A caracterização de uma “estranha guerra civil” justifica-se neste sentido. De um lado, os estabelecidos urbanos, amparados pelo Estado e em condições de contratar seguranças particulares, sistemas técnicos de controle e vigilância, se armam direta e indiretamente da ultraviolência do poder para preservar sua posição e tornar seus privilégios em norma. De outro lado, num “embate molecular” (SOUZA, 2000), os sujeitos sem poder fomentam a atmosfera de guerra por meio de uma ultraviolência reativa, enfrentando o terrorismo de Estado e a violência desregulada da segurança de mercado, geralmente utilizando a violência em estratégias econômicas incriminadas e na resolução de conflitos de pequena escala. Cada qual evocando para si a legitimidade de sua violência e repudiando a violência do outro.

“Mano, não mete o louco não, quando os malucos que tem dinheiro vê a polícia encher a favela de bala e derrubando barraco, batendo na cara das

“pessoas, eles não tão nem aí, acham que essa é a cara da polícia mesmo. Quando eu vejo eles se matando lá, tipo aquela Suzane que matou o pai e a mãe, ou um outro, um dia desses também que matou o pai pra ficar com a firma do pai, eu quero é mais!”

(C. , 22 anos)

Com base neste depoimento, é importante dar ênfase à ideia de que a violência urbana não é privilégio dos pobres, marginais e excluídos urbanos, na medida em que os grupos de poder superior frequentemente pressionam o aparelho de Estado para usar seu braço forte, as polícias, em seu favor, contratam seguranças de mercado, compram sistemas de vigilância e segurança, são os principais consumidores de tecnologias militares incorporadas à vida civil, fazem blindagens de seus carros e janelas e, em casos extremos, ajudam a financiar grupos engajados em práticas de justiça ilegal, como esquadrões de extermínio e milícias paramilitares.

Na escala metropolitana, violências do poder, contraviolências, violências simbólicas, ultraviolências, violências de longa duração e violências instantâneas, interagem de tal forma que parte da experiência metropolitana passa a ser vivida de forma “balcanizada”, para usar uma expressão de Luís Mir (2004). O espaço metropolitano torna o poder distante em poder próximo e o poder próximo em poder distante. Aí se encontram os poderes dos agentes globalizados com o poder de pessoas comuns, muitas vezes, presas e exiladas em frações da cidade devido ao seu déficit crônico de poder. É no espaço metropolitano que os conflitos

da globalização se encontram com os conflitos próprios da formação da cidade e da metrópole. É aí que as crises globais se encontram diante das crises da intimidade.

As discontinuidades das identidades, divisões econômicas, políticas, comunicativas, intelectivas, religiosas, temporais, étnicas, de gênero, etc., se transformam em discontinuidades geográficas na configuração do espaço urbano, fracionando a totalidade do espaço e redefinindo a geografia, o espaço perde seu conteúdo contínuo e concreto e passa a ser uma rede descontínua e até imaginária na formação da identidade do sujeito, dos grupos, comunidades e classes, como apontam as áreas reconhecidas como sofisticadas e periferias. Neste sentido, a psicogeografia subverte em certa medida a geografia concreta, redefinindo a própria configuração do espaço metropolitano.

O espaço metropolitano assim não é um palco, mas um constrangedor e um elemento também de divisão e associação. Um indutor de um estado belicoso inaudível e de formação de espaços fragmentados.

Seguindo Marx e Engels (2001) que a experiência cotidiana do trabalhador amontoado nas fábricas cedo ou tarde faria deles um grupo coeso, uma classe, um comportamento, um estilo de vida... Assim, a concentração em pontos específicos do espaço da metrópole tem sido capaz de interferir neste processo de formação de grupos, classes e

identidades, tornando as relações de filiação com o espaço, no caso o espaço metropolitano, uma variável fundamental na construção dos sujeitos, grupos e classes, no qual o espaço, o lugar que se reproduz, condiciona as formas de identificação e antagonismos.

Sendo assim, é relevante questionar: o que forma primeiramente uma classe ou um grupo? Sua proximidade de poder nas relações sociais ou sua proximidade no campo sensível, isto é, na paisagem? Com poucas dúvidas, grupos sociais e espaciais, principalmente na metrópole, confundem-se, de tal forma que as divisões sociais são também divisões espaciais e vice-versa. Somente a abstração formal pode separá-los, já que na construção da realidade divisões sociais e espaciais são indivisíveis, sobretudo no espaço urbano, onde os desiguais têm que conviver. Assim, não se pode determinar com precisão o que de fato é primário na formação das classes ou dos grupos sociais que compõem o espaço metropolitano. Então, o espaço urbano divide e é despedaçado pelas pessoas, famílias, comunidades, grupos de interesses, classes, firmas e forças políticas em coalizão e conflito.

São Paulo em mutação

Lewis Mumford (1991), em *A cidade na história*, adverte-nos para o fato de que as práticas, ações e rituais são mais antigos do que as coisas e os objetos reconhecíveis como tipicamente citadinos. Segundo ele, é

exatamente pelas práticas e rituais que se pode ter uma ideia mais aproximada do significado da cidade e da urbe. Todavia, optamos, ao menos nesta seção, por analisar a metrópole pelo seu sistema de objetos, mesmo reconhecendo os limites que este caminho possa ter.

Assim, a metrópole mudou radicalmente. Mas dizer isto é estar diante de uma evidência comum, que por si só não diz o que mudou.

A crise e a mutação pela qual passa o sistema social, em todas as suas escalas, não deixou de produzir crises e mutações na constituição da cidade e da metrópole, que ao que parece, não cessaram de ser produzidas, na medida em que o período global que vai se anunciando é um período de crises, como assinalou Milton Santos (2000), no qual política e economia podem se dar ao luxo de dispensar pessoas e lugares, comportando todas as contradições que isto provoca.

São Paulo é uma cidade mãe, ligada a uma série de cidades marginais, configurando um espaço metropolitano que, como nenhum outro, materializou, nas relações socioespaciais e em sua paisagem urbana, as características deste período em crise. A metrópole paulista é sem dúvida um veículo de transformações e redefinições globais, sem deixar de veicular as transformações e contradições autóctones, aquelas que acontecem no seu interior, em suas ruas, vielas, praças, becos, faróis, seus prédios, apartamentos, casas, sobrados, barracos, bares...

Os sujeitos experimentam crises variadas dos paradigmas que fundaram a modernidade, experimentam uma radicalização de seus princípios, cujas consequências dramáticas da globalização dos negócios e da governança, impõem um conjunto intenso de riscos para os sujeitos e para a coletividade (GIDDENS, 2002), fazendo com que alguns já possam viver a modernidade, suas narrativas e ideias, como etapa superada, que, não mais fundamenta os vínculos sociais, teleologias, ações e utopias, levando ao extremo a fragmentação do tecido sócio-político (SOUZA, 2000), ao urbanismo defensivo e militarizado, isto é, na qual os protagonistas e antagonistas urbanos se relacionam como inimigos e se armam para a experiência urbana, e, entre outras coisas, a fragmentação do espaço urbano (AMENDOLA, 2000). A ideia de cidade ou a cidade concreta é o grande veículo destas transformações (LEFEBVRE, 1991) que entre outras coisas, revela a liberação de novas formas de identificação, definição de si e do outro, que é algo que se faz mergulhando nas relações cotidianas e em suas intimidades (GIDDENS, 1993), difundindo um repertório de violências que retroalimenta o mal-estar social.

As cidades brasileiras oferecem, de forma singular, um caráter de perversidade às mudanças globais e locais, criando o habitat necessário para a construção de identidades urbanas que incorporam no seu modo de vida e no seu modo político, a violência e a ultraviolência, enquanto um dos seus artifícios de reprodução social, manutenção, ampliação de

poder e posição socioespacial, configurando um espaço concreto segregado, fragmentado, entrincheirado e um pensar sobre o espaço – uma psicogeografia (BEY, 2001) - que torna o “outro” um inimigo, e o seu lugar de entorno uma zona hostil, área de assalto, alvo de uma versão difusa, civil e urbana da blitzkrieg (CARR, 2002; KEEGAN, 2006), numa sociedade de fascismos sociais (SANTOS, B.,1998).

Giandomenico Amendola, em *La ciudad postmoderna* (2000), revela que para compreender com profundidade a cidade de hoje, que se convencionou chamar de cidade pós-moderna, é necessário recorrer às metáforas, como, de certa maneira, é comum entre aqueles que buscam tornar legível a complexidade, as formas, funções, ações, contradições, objetos e sujeitos da experiência urbana. Embora as metáforas possam nos confundir, ainda assim pode ser esclarecedor utilizá-las criticamente.

A cidade, como mostra o próprio Amendola, tem sido historicamente compreendida enquanto máquina, corpo humano, galáxia e, mais do que nunca, como hardware ou software.

Para nós, uma das metáforas apropriadas para entender a cidade e a metrópole, no atual patamar de conflito, divisão social, fragmentação, medo e violência, é a metáfora do “campo de batalhas”, “trincheira urbana”, lugar de uma “estranha guerra civil” (MIR, 2004), que talvez seja em alguma medida apropriada, sobretudo considerando a constituição socioespacial das grandes cidades e metrópoles brasileiras,

construídas a partir de um ideal de modernidade, tardia e mais-do-que-imperfeitamente realizadas, porque fundamentadas sobre formas radicais de desigualdades étnicas, sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais.

São Paulo do século XX, do período nacional-desenvolvimentista (BENJAMIM, 1998), se constituiu em um dos mais importantes centros industriais e administrativos do país. Nela, o capital produtivo se fez presente, nela se forjou uma produção fordista em acordo com a segunda revolução tecnológica; nela se concentrou uma burguesia industrial imponente e uma classe operária sólida; nela foram criados bairros industriais, bairros operários, vilas operárias – periferia de uma cidade industrial ainda próxima; nela se concentraram investimentos e imigrantes – mobilizados pelo trabalho e identificados com a positividade absoluta do trabalho; nela, dia-após-dia, se extorquiou a mais-valia e se explorou o corpo de homens, mulheres e crianças, que tinham que viver da sujeição do corpo e da mente à indústria, principalmente. Nela, todas as relações sociais transpassavam de algum modo a ética do trabalho e a sobrevalorização do trabalhador. Nela, não havia nada mais central do que o trabalho, o trabalhador e a exploração do trabalho.

“Antigamente que era bom, você vinha para São Paulo e sabia que tinha emprego certo. Pra cá veio eu e mais dois irmãos mais novo e todo mundo arrumou emprego. Mas depois ficou ruim.”

(J. , 55 anos)

Na metrópole paulista, se constituiu uma classe média influente na economia e na política institucional. Nela, se consolidou meios de comunicação de massa, produção em massa, consumo de massa - restritos as classes e grupos de alto e médio poder e hegemônicos na cidade. Nela, os meios de transportes convergiam da periferia ao centro, das portas das casas às portas das fábricas. Nela, cada chaminé erguida era um capital simbólico acumulado de uma metrópole que se industrializou e se urbanizou no mesmo passo; que se modernizou e, ao fazê-lo, territorializou sistemas de engenharia compatíveis com a lógica e a centralidade do trabalho, do capital industrial, do fluxo de pessoas, mercadorias e serviços pela cidade (BARELLI, 2003).

Um processo siamês em que a industrialização condicionou a urbanização, a criação de formas urbanas, a definição de suas funções e a definição dos papéis que cada indivíduo, grupo ou classe cumpririam no espaço metropolitano. Assim, “um dos fenômenos urbanos notáveis do século XX foi a transformação da cidade de São Paulo, em ‘cidade mãe’, de uma série de ‘cidades da margem’, configurando um espaço metropolitano, centro de decisão de seu próprio destino, do destino das “cidades da margem” e de um conjunto variado de lugares descontínuos a ela, transformando-a em uma das maiores metrópoles mundiais” (BARELLI, 2003, p.7).

Como lugar das interfaces de escala, tempos e convivência, ainda que de forma conflituosa, a Região Metropolitana de São Paulo vive hoje a

constituição de uma nova metrópole sobre ela mesma. A metrópole muda, transforma-se, renova-se e reajusta-se, reconfigura-se, sem sair do lugar, mas criando sobre ela mesma novos lugares: hiperintegrados ou hiperperiferias (TORRES, MARQUES, FERREIRA, e BITAR, 2003); redefinindo seus sistemas de engenharia, seus objetos, suas formas urbana, seus sujeitos, sua geografia, a leitura geográfica que se faz dela, sua psicogeografia.

Sem sair do lugar, uma metrópole vai dando lugar à outra, herdando da primeira suas contradições, formas, funções, papéis e metabolismos. Contudo, submetendo cada um a uma nova lógica, a um novo metabolismo, a um novo padrão de acumulação de capital e poder globalizado, excludente e em permanente estado de crise, que teima em recair sempre sobre os mais frágeis.

Frente a um novo regime de acumulação, baseado na sobreposição do capital financeiro ao capital produtivo, no toyotismo sobre o padrão pós-fordista, na sobreposição do consumo em relação ao trabalho, na otimização do trabalho e da mais-valia relativa, na mídia – como fábrica de sonhos individualizados –, na produção heterogênea de mercadorias, no consumo individualizado e na ética do consumo mais do que na ética do trabalho, nos shoppings mais que nas fábricas, na violência mais que na política, a cidade e a metrópole redefinem configurações socioespaciais e, assim, novas formas urbanas, novas funções e papéis, novas identidades e processos de vinculação social não necessariamente

ligados aqueles que construíram a modernidade. Os sujeitos são transformados, tem suas intimidades modificadas e a modificam constantemente, buscando diminuir o mal-estar geral provocado pelas transformações no espaço urbano.

Quando não se redefinem as funções e papéis das formas e dos sujeitos adaptados ao movimento anterior do sistema metropolitano, eles são descartados e lançados sob uma sombra que os torna absolutamente invisíveis, desprezáveis ou indiferentes. São dadas as condições para uma geopolítica do enfrentamento, da militarização, da fragmentação, da evocação do medo, das fortificações e, por consequência, segurança ilusória das câmeras, armas, grades, lanças, trancas e blindagens.

A metrópole tornou-se isso que é hoje, porque o capital produtivo explorava o território e as populações de forma muito mais extensiva do que parece explorar agora. Era preciso grandes frações da metrópole para instalar unidades produtivas e alocar a força de trabalho. Com a redefinição do padrão produtivo, além de exportar unidades produtivas, parte das unidades que permaneceram na cidade teve que incorporar, quando não totalmente, elementos do padrão pós-fordista, otimizando o uso do território e do trabalho vivo como meio de minimizar os custos e maximizar os ganhos.

Aqueles cujos esforços não servem mais a ciranda viciosa da reprodução da riqueza, imagens e governança, resta pouco mais que a

disposição de dar a própria vida. Na sociedade para qual o esforço humano já não vale de nada, só resta estar disposto a dar a própria vida, vigiando e sendo vigiado, matando ou morrendo, oprimindo ou resistindo em nome de uma ordem ou circuito econômico e político ou em nome da própria ânsia de viver.

As relações socioespaciais baseadas fundamentalmente no assalariamento foram diminuídas e cindidas, partindo o principal laço de filiação entre os grupos socioespaciais desiguais da metrópole. O que era desigualdade, neste primeiro momento, baseada em relações produtivas, transformou-se em desigualdade e indiferença, na medida em que a filiação, por meio das relações produtivas, foram intensamente diminuídas. Ou seja, parte substancial do território da metrópole, e das pessoas que a habitam, se tornaram desqualificadas e foram consideradas inúteis para as novas relações de produção e os novos usos que as empresas, corporações midiáticas e religiosas, além do Estado, tem feito do trabalho e do espaço metropolitano.

Por um lado, há vários enclaves na metrópole, caracterizados por unidades produtivas que foram abandonadas. Há bairros operários que sofrem um processo de esvaziamento, transformando em frações mortas do território, frações degradadas do espaço urbano, que potencializam a inviabilização da cidade como espaço do direito. Por outro lado, a centralidade do consumo e a financeirização da riqueza, submetendo o trabalho e o capital produtivo, dinamizando outras áreas da metrópole;

em lugar de fábricas, estimula a construção de formas urbanas dedicadas a viabilizar diferentes tipos de consumo de bens, serviços e capital para desiguais tipos de consumidores; os shoppings e as financeiras são os exemplos superiores.

As frações mais dinâmicas da metrópole são produzidas em torno de espaços de decisão e consumo principalmente. Mesmo os mais pobres circulam mais pelo espaço urbano como consumidores de espaços de lazer, circulam menos como usuários de serviços de saúde, educação, comerciais e financeiros, e, circulam menos ainda como trabalhadores.

As centralidades da cidade estão sendo construídos em torno de espaços que possam ser consumidos, e nos quais os sujeitos possam manter a sensação de estarem protegidos e seguros. Causa impacto a diminuição da centralidade do trabalho e do uso dos bens coletivos porque indicam uma inflexão da importância do trabalho como gerador de pactos e da própria cidadania, na medida em que o uso de bens coletivos é menos importante do que o consumo de espaços de lazer, nos quais podem extravasar modos precursores e bizarros de viver a cidade.

A metrópole paulista em poucos momentos e em pequenas frações se realizou como obra, no sentido atribuído por Lefebvre (1991; 2001), ela foi sempre muito mais valor de troca do que uma obra de arte. Uma

metrópole passível de ser consumida e cuja produção, num sentido além da produção de bens, é induzida pelo consumo de caráter econômico.

As mudanças ocorridas no último quarto de século XX, na estrutura do mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (BARELLI, 2003), seguem no sentido da precarização e desregulamentação do trabalho, dos déficits entre os postos de trabalho em relação à demanda de trabalhadores, diminuição dos rendimentos, declínio do emprego industrial, do trabalho assalariado e do trabalho formalizado; a proliferação do assalariamento não-formal, do trabalho autônomo – autoexplorado - e do desemprego; aumento do tempo de busca por emprego, alto engajamento em formas de trabalho precário, aumento do emprego no comércio e principalmente no setor de serviços, levando ao extremo uma economia que Paul Singer e João Machado (2000, p.31) consideraram como economia de mercado de comprador, na qual “há mais oferta [de produtos] do que demanda, os vendedores se esforçam para agradar os clientes, inundam-nos de propaganda e tentam seduzi-los com sorteios, ofertas, descontos, etc.” Isso ajuda a entender o menor fluxo motivado pelo trabalho e o maior fluxo motivado pelo lazer exposto.

Neste cenário de ampliação da economia informal, em meio a um circuito superior altamente sofisticado, a economia incriminada passou a fazer parte das estratégias de reversão da exclusão, assim como o engajamento na economia de bens religiosos, simbólicos e reais. “A

relação imediata entre o trabalhador e o trabalho desapareceu, dando lugar a uma indiferença” (LEFEBVRE, 2001) ou a uma secundarização do trabalho na formação do habitus de grande parte disto que Ricardo Antunes (2001) chamou de classe- que-vive-do-trabalho.

Assim, a metrópole “veicula as mudanças da produção (econômica, política, técnico-científica-informacional, religiosa etc.) oferecendo ao mesmo tempo o receptáculo e a condição, o lugar e o meio” (LEFEBVRE, 2001, p.86). A imagem das cidades que produzem a metrópole (LYNCH, 2000) se refaz diante dos olhos de seus cidadãos, a metrópole do uso extensivo do trabalho mostra sua face perversa, semeando medo, insegurança, pânico, terror e topofobias... (SOUZA, 2008)

A precariedade da economia desvela a precariedade das inserções nas esferas política, comunicativa e intelectual de parte da população, de tal maneira que a respectiva formação social e espacial só pode se reproduzir com a intensificação de políticas antidialógicas, as violentas, sobretudo. Por sua vez, parte da metrópole engendra mecanismos de políticas antidialógicas reativas, para, em última instância, persistir existindo as relações de cidade e, assim, reproduzir a (não) cidade.

Corporações religiosas criam os seus monumentos, colonizam os espaços com formas suntuosas, gigantescas e com funções e papéis bem definidos. Onde havia fábricas, produção de bens reais, há agora fábricas

que produzem bens religiosos. As indústrias da fé se colocam no espaço como se colocavam fábricas transferidas ou fechadas, produzindo bens, colocando-os para circular e trocar, induzindo comportamentos, gerando um mercado: produtores e consumidores, fazendo propaganda e marketing, gerando um fluxo de pessoas, valores, ações, discursos e identidades.

Como em qualquer estratégia de poder e demonstração urbana deste poder, elas criam suas grandes sedes nos lugares de grande fluxo e visibilidade: grandes avenidas, grandes praças, próximo às estações de trens e metrô de grande circulação, em alguns casos transformando literalmente velhas fábricas de qualquer coisa em templos religiosos.

Ocupam cada subcentro da metrópole com templos menores, sem deixar de recorrer a estratégia de manter o templo e o nome da corporação bem visíveis aos olhos das pessoas em fluxo.

Quanto à ultraviolência, sua presença urbana se faz pelo uso de “tropas auxiliares” (MACHIAVELLI, 2004 b) que os grupos em melhores posições utilizam para preservar, manter e reproduzir seus estilos de vida. Em cada lugar de movimento destes grupos, há uma tropa de seguranças privados prontas para iniciar um combate. Prédios e casas ganham câmeras, blindagens, grades, cercas eletrificadas, alarmes e cães-de-guarda. As áreas de lazer e comércio passam a se realizar em

lugares fechados, interditados, os centros de administração corporativo e estatal ficam sitiados por tropas estatais e não-estatais.

A militarização é quase uma paranoia, carros de passeio transformam-se em veículos com blindagem militar, os muros aumentam, as câmeras de segurança se multiplicam, as cercas ganham voltagens superiores, os seguranças particulares impõem sua presença - regulando as relações mais que as forças estatais, socializando a ultraviolência na medida em que vendem para quem quiser e puder, o emprego da força.

A vida militar inspira a vida metropolitana, primeiro, pela atmosfera de enfrentamento criada, segundo, pelo ciclo vicioso que o “desmonopólio” da violência leva ao espaço urbano. Se a força de segurança estatal em tese deve proteger o cidadão, a quem protegeriam os seguranças particulares, quem são seus inimigos? Serão eles portadores de um sentimento coletivo?

O policial, em tese, tem que proteger um sujeito coletivo e público, cujo inimigo é aquele que transgride as normas de convivência pública. O segurança privado não tem essa natureza, ele luta em favor e contra um interesse absolutamente privado, que pode mudar de acordo com as demandas de mercado.

A cidade Mãe

Esta construção da (não) cidade-metrópole

... cinde os habitantes, quebra o sentimento de segurança e faz predominar o sentimento negativo de diferença, fomentando intolerância, discriminação e segregação. Com a banalização das disparidades, a desigualdade social passa a ser naturalizada e referida como componente normal da cidade [...]. Com a propagação da não-cidadania e da não-solidariedade como tendências aparentemente incontroláveis, espalha-se o conformismo e o convívio urbano começa a fracionar-se num perigoso regime de apartação social. (SPOSATI, 1996, p. 8)

A partir dessas considerações, é relevante abordar os modos de diferenciação e desequilíbrio de poder urbano da cidade de São Paulo, sobretudo porque a evolução deste processo é condição fundamental do aumento da violência, seja ela organizada por grandes atores, seja ela reativa, na cidade mãe e nas cidades da margem.

A diferenciação desigual do poder na cidade de São Paulo, como qualquer outra cidade, levanta discussões sobre lócus espaciais de poder e riqueza, periferia e pobreza, apartação e enfrentamento, assim como nos leva a diferentes processos que atuam concomitantemente no cotidiano da cidade, a dinâmica do mercado imobiliário local; a construção de formas urbanas: residências, estabelecimento produtivos, financeiros, comerciais e administrativos; a intervenção estatal; a atuação de agentes econômicos locais, regionais, nacionais e internacionais e,

entre outras coisas, a ação de sujeitos que têm na cidade seu lócus primário de reprodução social.

Os agentes imobiliários, ao controlar as localizações, especulam com a terra desocupada e lucram com mudanças funcionais na utilização das frações do espaço urbano e de seu entorno. Na concorrência pelo uso da terra, tais agentes controlam, em grande medida, a alocação de atividades econômicas e de grupos sociais. Aos grupos marginalizados são reservadas diretamente ou indiretamente, as piores localizações espaciais, que dispõem de sistemas de engenharia precários, que impõem uma materialidade lenta (SANTOS, M., 2000). Novas áreas residenciais, comerciais, produtivas, financeiras e administrativas são criadas para dar sustentação aos novos modos de funcionamento do sistema globalizado, isto é, as novas formas de relacionamento entre Estado, capital e tecnociência na formação dos sistemas sociais (SANTOS, M., 1996).

Frações espaciais são assim dinamizadas, na periferia da “cidade mãe” ou nas “cidades da margem”, convertendo-se em novas centralidades, identificados com forças econômicas, políticas e midiáticas, geralmente não ligados à reprodução social cotidiana das populações da cidade, sobretudo as pobres. O surgimento de centros dinâmicos, funcionais ao metabolismo total do sistema, torna as outras frações do espaço citadino obsoletas, algumas podendo contar com a funcionalidade de sistemas de engenharia anteriores, conseguindo manter uma certa gravitação de recursos econômicos e políticos, de tal modo que pode manter-se

interferindo nos processos de decisão geopolítica da “cidade mãe” e das “cidades da margem”, fazendo interagir seus resíduos espaciais com os novos sistemas de engenharia urbana, que resultam da globalização da governança e dos negócios.

Conseqüentemente, para os que não se enquadram em condições autônomas nestes processos de rearranjo espacial, cabe ocupar áreas que dispõem de poucos recursos técnicos e sociais. Assim, as áreas do centro da ‘cidade mãe’ que são desocupadas pelos grupos estabelecidos, são ocupadas pelos grupos marginalizados, geralmente num processo de cortiçamento e favelização. Por outro lado, da periferia da “cidade mãe” os sujeitos e grupos com déficit de poder migram para as cidades da margem, transformando uma parte significativa delas em cidades marginais, seja pelos sujeitos que as ocupam, sejam porque passam a estar fora do repertório de espaços mais importantes na reprodução da governança e dos negócios. No caso dos processos de fragmentação na cidade de São Paulo, de centralização e rarefação de recursos, “não é só uma questão de nível, ou índice, mas também de concentração espacial e social, envolvendo desigualdade (e) separação” (SPOSATI, 1996, p.99), que ocorre produzindo grandes extensões de pobreza ou pequenas frações marginais de espaço nos interstícios de áreas mais ou menos homogêneas ocupadas pelos grupos de alto poder.

Áreas de dinamicidade global foram e estão sendo criadas, nas periferias da cidade de São Paulo e nas cidades no seu entorno, mas áreas

hiperdeficitárias também foram e estão sendo criadas. A princípio, os pobres metropolitanos ocuparam as áreas ao longo das margens da ‘cidade mãe’, ocupadas as margens, foram para periferias mais distantes, dentro da cidade de São Paulo ou nas cidades de seu entorno. Ocupadas as “cidades da margem”, se voltaram para as frações da ‘cidade mãe’ ou das margens que não conseguiram articular seu sistema de engenharia e funções anteriores aos novos sistemas de engenharia e novas funções exigidas pelos circuitos econômicos e políticos nacionais e internacionais.

A cidade de São Paulo, que sempre teve um padrão geométrico de diferenciação desigual do poder, o que foi sendo reproduzido pelas cidades do entorno, passou a ter também uma espécie de padrão molecular de distribuição do poder, o que se reproduz nas cidades do entorno. Assim, ocorre uma distribuição espacial, decorrente dos últimos decênios, que criou grandes áreas de concentração e déficit de poder do centro às periferias da cidade de São Paulo, no qual, no sentido metropolitano, as cidades da margem funcionam como uma espécie de periferia da “cidade mãe”. Todavia, permitiu que pequenas frações de concentração de poder pudessem quebrar a homogeneidade de déficit de poder das periferias da cidade de São Paulo e das cidades do entorno que formam o espaço metropolitano. Por outro lado, fez com que pequenas frações que concentram déficit de poder pudessem quebrar o “mundo

encantado” das áreas de alta densidade de poder no centro de comando da metrópole (TORRES, MARQUES, FERREIRA e BITTAR, 2003).

Ao mesmo tempo em que há um fracionamento urbano do centro à periferia, da cidade de São Paulo às “cidades da margem”, que em certa medida dividia a cidade e o espaço metropolitano em duas, gerando dois modos de viver a cidade e a metrópole, se produziu nos últimos tempos um fracionamento molecular, que insere o déficit de recursos econômicos, políticos e culturais da periferia no centro da cidade de São Paulo ou em áreas de localização dos grupos de alto poder. Não obstante, a alta densidade de recursos do centro da “cidade mãe” ou das áreas em que se localizavam ou se localizam os grupos metropolitanos estabelecidos migram para a periferia da cidade de São Paulo e para as cidades do entorno, numa relação violentamente mecânica, numa metropolização difusa, fragmentada e violenta (PEDRAZINNI, 2006, AMENDOLA, 2000), que se realiza comportando e espalhando crises, uma “urbanização crítica” (DAMIANI, 1999), que não pode se realizar sem expurgar parte das pessoas, sem violentar os cidadãos e sem exigir deles o uso organizado ou reativo da violência.

Se antes, os desiguais se encontravam somente em relações de trabalho ou consumo, em espaços bem restritos, definidos e ordenados, eles passam a se encontrar também diariamente por conta das frações espaciais de déficit e alta densidade de poder que irromperam o espaço mais ou menos homogênea das cidades que formam o espaço

metropolitano, tornando o espaço heterogeneamente confuso, caótico e anômico, apesar do urbanismo militarizado do establishment e dos establisheds, construindo uma convivência mecânica dos cidadãos metropolitanos, próximos no espaço, separado pelas suas posições sociais (BOURDIEU, 1996, 2000).

Esta convivência próxima no espaço, visível na paisagem, e distante no poder tornou a geopolítica metropolitana um confronto permanente, na medida em que a preservação de posições e localizações e a tentativa de reverter o déficit de poder vão acirrar os conflitos e esvaziar a política normal e estatal de sua eficácia máxima, em razão da exclusão que ela faz dos mais deficitários em poder e da apropriação que da política estatal fazem os sujeitos mais poderosos, gerando uma crise profunda do contrato social urbano (SANTOS, B., 1998). Esvazia-se a política e se lançam às bases para a ultraviolência na gestão e no gerenciamento da metrópole e da vida metropolitana.

As divisões de poder de classes atrofiam a possibilidade de que no mercado, os grupos marginalizados possam adquirir outras localizações e se sirvam das localizações que concentram recursos, bem como restringe a possibilidade de que estes grupos influenciem o processo político de gestão das cidades e da metrópole, que se dá, sobretudo na esfera estatal. Assim, a política estatal os ajuda pouco a buscar e construir melhores localizações no espaço metropolitano, daí a possibilidade de

mecanismo bizarros e, contraditoriamente, precursores na luta por se manter no espaço metropolitano.

Neste sentido, o Estado, por sua vez, tem um papel contraditório. Por um lado, através da legislação, ele ajuda a manter privilégios ao mesmo tempo em que exclui parcelas substanciais de pessoas da cidade e dos benefícios da urbanização. A configuração do zoneamento urbano, por exemplo, embora seja um instrumento importante de regulação do espaço urbano, contribui para cristalizar e direcionar os benefícios da urbanização nos pontos de alta densidade de poder, onde geralmente habitam, circulam e se reproduzem pessoas, famílias, grupos e classes também com altas capacidades de gerar e catalisar poder (TORRES, MARQUES, FERREIRA e BITTAR, 2003).

O Estado, pela sua intervenção direta, oferece certas externalidades em determinadas localizações, sem garantir mecanismos de proteção à população local. Assim, o Estado segrega, na medida em que o valor da localização aumenta, engendrando processos de especulação e expulsão dos mais pobres, que vão buscar áreas de custo menor para sua reprodução, ou vão se instalar em áreas de alta densidade de poder e recursos microespaços deficitários, na “cidade mãe” e nas “cidades da margem”.

Invariavelmente, sujeitos locais marginalizados tendem a ser substituídos e a seguir em direção às localizações espaciais piores, não

obstante, não é raro o Estado atuar compulsoriamente como agente deslocador destas populações marginalizadas, respondendo, em parte dos casos, às demandas especulativas dos agentes imobiliários.

A geografia metropolitana segue a princípio uma lógica geométrica-espacial, na qual a aproximação das margens da “cidade mãe” e das “cidades da margem” significa deparar-se com condições de vida piores, que é, em parte, inversamente proporcional ao acesso a recursos públicos e a sistemas de engenharia urbana modernos e sofisticados.

Dessa perspectiva, as áreas que concentram recursos, os centros, poderiam ser entendidos como extensões mais ou menos homogêneas, civilizados, segundo Boaventura de Sousa Santos (1998), com forte atuação protetora e investidora do Estado e de empresas. O que colocaria a periferia como “espaços socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais, e localizados tipicamente nas extremidades da área metropolitana” (TORRES, MARQUES, FERREIRA, e BITAR, 2003, p.98).

Todavia, se esta não é uma imagem errônea das cidades e da metrópole, tampouco ela está próxima da realidade. Nela se poderia confundir, de forma precipitada, Geografia com Geometria. A Geografia não pode ser vista apenas como uma forma concretizada em territórios e/ou em formas concretas, ela – a Geografia – está onde está cada indivíduo e sujeito. A Geografia, isto é, a realização e diferenciação do

espaço, inicia-se na pessoa (SMITH, 2000), na psicogeografia, estendendo-se até aquilo que chamamos de escala global, diferenciando pessoas, famílias, grupos de interesses, classes, firmas, nações, governos, Estados, cidades e metrópoles.

O poder que pode parecer deficitário ou altamente concentrado no espaço urbana, pode estar invertido na pessoa ou conjunto de sujeitos inscritos neste mesmo lugar, em outras palavras, alguém que está dentro das áreas centrais pode estar distante de acessar seus benefícios de forma total, isto porque, este alguém pode individualmente não concentrar o poder necessário para tal. De modo distinto, alguém, uma família ou um grupo que se reproduz nas áreas consideradas periféricas do espaço, pode particularmente concentrar um poder que lhe permite não ser impactado pelo déficit de recursos que a periferia concentra. Porém, um “sujeito lento” ainda manterá sua lentidão inscrita numa faixa da metrópole de materialidade rápida e um “sujeito rápido” manterá seu poder de mobilidade, mesmo inscrita em um local de materialidade lenta do espaço urbano (SANTOS, M., 2001). O pobre se mantém pobre dentro dos espaços centrais, o estabelecido se mantém assim dentro das periferias.

É por isto que partículas de espaço de alta e baixa densidade de recursos e poder vão se movimentar e territorializar pela metrópole, mas o sujeito sempre será seu ponto de partida e chegada. Neste sentido, explica-se o isolamento espacial e a invisibilidade urbana dos pobres em

relação aos demais grupos e vice-versa, estejam eles no centro ou nas periferias. Neste caso, a Geografia estaria mais próxima de um movimento quântico do que de um processo geométrico, no entanto, ela não é nem uma e nem outra, sendo o sujeito seu princípio e seu fim.

Este padrão geográfico, se podemos chamar isto de padrão, faz com que bairros centrais, densos em poder, passem a ter ruas, becos, vielas ou qualquer palmo de chão ocupados por pessoas e grupos de baixo poder e autonomia. É uma forma dos marginalizados ocupar as centralidades do espaço metropolitano, buscando acessar os seus recursos. É assim que cortiços e favelas vão aparecer nas lacunas de territórios metropolitanos ultramodernos e sofisticados, renovados e novos.

Ao contrário disto, surgem centralidades nas periferias, estabelecimentos residenciais, produtivos, comerciais, financeiros, de prestação de serviços e administrativos com alto grau de sofisticação técnica e gerencial que desfazem a morbidez da paisagem. Assim, shoppings, condomínios fechados, hipermercados e lojas multinacionais deram ao espaço concreto da periferia e a sua paisagem, seu quinhão de poder, modernidade, sofisticação e globalidade, sem que isto implique numa participação maior das populações da periferia da metrópole nas dinâmicas de produção de governança e riqueza. Daí as relações que unem as pessoas, os grupos e espaços da metrópole serem movidos por uma solidariedade negativa, mecânica e não-orgânica.

Consequentemente, daí resulta a necessidade prática e pragmática de um mercado de segurança para proteger as relações, funções e formas ultramodernas que colonizam as periferias da metrópole: carros blindados para circulação, guarnições armadas para proteger áreas residenciais, clientes de shoppings, áreas fechadas de lazer, restaurantes e lojas de alto padrão implantadas nas periferias.

Por causa disso o padrão quântico de formação metropolitana demanda um processo de militarização das relações cotidianas, que o Estado não consegue acompanhar, tendo que abrir mão do monopólio do uso da violência, autorizando um mercado da violência que possa garantir separações socioespaciais, com um movimento quase-aleatório de territorialização do poder e do déficit de poder, que coloca lado-a-lado no espaço sujeitos sociais altamente desiguais e com processos identitários que se realizam gerando antagonismos mútuos (CASTELLS, 2003).

Sendo assim, a homogeneidade não se dá no espaço real, mas na imagem do espaço que produz cada indivíduo, grupo ou classe. Se na Geografia concreta, não há coisa homogênea, na psicogeografia dos sujeitos, pode haver, mas a que se produz na maior metrópole do país não comporta desigualdades, só comporta semelhanças. Se na Geografia concreta, a descontinuidade é um fato, na psicogeografia, a descontinuidade é superada e cada fração do espaço de alta ou baixa densidade de poder, que se espalha pelo espaço urbano de forma sem

ialeatória, é entendida, então, como continuidade, desde que não haja desigualdade.

Partículas de espaço de alta densidade, por exemplo, separadas no espaço real, são coladas e tornadas contínuas na imagem que fazem delas os sujeitos e grupos estabelecidos, isto é, na psicogeografia urbana.

Cidade mãe e vulnerabilidade metropolitana

Segundo as análises produzidas com base na elaboração de uma cartografia da exclusão, 8,9 milhões de paulistanos, dentre pouco mais de 10 milhões, vivem abaixo de um patamar desejável de vida (SPOSATI, 2000). Se projetarmos isso para todo espaço metropolitano, quantos seriam os excluídos? Como aponta Fassim (apud Demo, 2002, p.28): “as populações descritas como marginais constituem de fato muito frequentemente a maioria dos habitantes das cidades”, o que, segundo Pedro Demo (2002, p.28), “levaria, na prática, a inverter os termos ou colocar a pergunta: quem é marginal, o pobre ou o rico?”.

A cidade de São Paulo, neste sentido, é um laboratório das mudanças objetivas e subjetivas que reproduzem o espaço urbano, não só da metrópole na qual ela, São Paulo, constitui a principal cidade, mas de todas as cidades do país. A cidade de São Paulo projeta sobre nós o tipo de cidade que as sociedades podem experimentar num futuro que aí já

está, que já se faz presente, uma cidade de extremos, precursora, sofisticada e desigual, que para muitos pode se tornar um pesadelo de cidade, contrariando a utopia lefebvrea de que a cidade poderia se constituir no reino da liberdade e do direito.

Entender os processos da “cidade mãe”, pode ser um ponto de partida para se compreender os processos das “cidades da margem” que, junto a cidade de São Paulo, compõem as região metropolitana.

O município de São Paulo foi dividido oficialmente em 96 distritos censitários. Baseada nesta divisão, a metodologia cartográfica do Mapa da Inclusão/Exclusão social criou uma classificação com oito níveis para medir o grau de bem-estar da população da cidade. Esta cartografia, de alguma forma, nos induz à ideia de uma cidade dualista, periferia e centro, com um padrão geométrico de inclusão/exclusão, que se produz e reproduz nas cidades do entorno.

Embora já tenhamos afirmado que esta não é uma análise equivocada, mas também não é uma análise totalmente correta, a cartografia e a metodologia adotada para tentar criar formas de medir o bem-estar e, por consequência, o mal-estar, da população da cidade é imprescindível para gerar mecanismos de intervenção. Todavia, é necessário considerar primeiro que o termo exclusão é problemático, porque não aponta os modos de reversão ou de tentativa de reversão de cada sujeito, grupo ou classe diante dos processos de exclusão:

... rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas do poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática ‘dentro’ da realidade que produziu os problemas que a causam. (MARTINS, 1997, p.14)

O “excluído” reage, buscando permanecer vivo, cria suas próprias estratégias, seu próprio modo de entender a si e seu papel de produtor, reproduzidor do espaço urbano. Cria suas estratégias de uso, de existência, de resistência e, no limite, de contra-ataque. Para a elaboração de qualquer índice ou cartografia, é necessário de antemão perceber os limites do índice e da representação cartográfica, sobretudo neste momento em que estabelecidos e marginais, cada um no extremo de sua condição, compartilham mecânica e intensamente o mesmo lugar: no centro, na periferia, na “cidade mãe” e nas “cidades da margem”.

Isto não implica em descartar a tentativa de mensurar ou mapear o bem-estar e o mal-estar de um lugar e sua população, implica, pelo contrário, conjugar metodologias de tal maneira a evitar fórmulas e caminhos únicos que esclarecem muitas dimensões e põem à sombra muitas outras. Uma coisa é o espaço, outra sua representação cartográfica, outra a Geografia, outra a psicogeografia.

Entretanto, a cartografia da exclusão proposta por Sposati (2000) revela que a cidade de São Paulo é composta por uma “ilha” de bem-estar, cada vez mais pulverizada e difusa, cercada por todos os lados, pela privação, pela carência, pela negação da possibilidade de se partilhar de forma autônoma dos benefícios que a cidade produz. Entre a “ilha” e seu entorno há uma linha, cada vez menos tênue, cada vez mais visível, cada vez mais experimentável, cada vez com efeitos mais nocivos, de militarização e vigilância.

É como se a “ilha” central da “cidade mãe” – tanto no sentido geométrico, geográfico e sociológico -, materializasse toda a ultramodernidade dos objetos, sistemas e relações, relações que nos levam a militarizar o espaço e ver a sombra do outro como uma ameaça, lugar onde prevalecem as normas oficiais e extraoficiais dos grupos de alto poder; lugar onde estão, em grande medida, o controle de mecanismos econômicos, políticos, cognitivos e comunicativos dos circuitos superiores da cidade e da metrópole. Lugar onde o contrato social, objetivado nas leis, viabiliza, entre outras coisas, a hegemonia no uso do aparelho de Estado para impor determinada ordem à cidade, a metrópole e a tudo o que ela é capaz de influenciar. Lugar onde pessoas, grupos e famílias, que partilham de poder e identidade comum, centralizam os mecanismos de comando político, econômico, técnico-científico-informacional, não obstante, monopolizando as melhores

posições da cidade que, no caso de São Paulo, significa a princípio uma centralidade geométrica, mas que é geográfica e social.

A cidade de São Paulo tem assim, uma ilha central, não mais homogênea, de ultramodernidade e centralidade, que vai diminuindo em direção a periferia da cidade. Todavia, a própria cidade se comporta de maneira semelhante em relação às cidades do entorno. O centro de São Paulo está para a periferia da cidade, assim como a própria cidade está para as cidades do entorno. A “cidade mãe” cumpre um papel de cidade central em relação às “cidades da margem”, estas últimas seriam como periferias, nada homogêneas, da “cidade mãe”, numa espécie de desigualdade socioespacial entre cidades e intrametropolitana.

Por outro lado, o padrão quântico de formação da cidade de São Paulo, das cidades do entorno e da metrópole, tem feito com que o espaço metropolitano seja cada vez mais difícil de ser apreendido, sobretudo, por cartografias e modelos dualistas, que não enxergam nada mais que centro-periferia, incluído-excluído, normal-anormal, regular-irregular, formal-não-formal, oficial-não-oficial, certo-errado, bem-mal.

A realidade é um tanto quanto difícil de ser mensurada e cartografada, sua capacidade de nos confundir é maior que nossa capacidade de entendê-la, embora a busca pela compreensão seja mais que necessária. A realidade da produção espacial das cidades que formam

a metrópole é muito mais heterogênea e dinâmica do que a representação é capaz de apontar.

Empreendimentos políticos, econômicos, financeiros, administrativos, ligados à esfera do lazer e a especulação imobiliária, em áreas dantes ocupadas por populações pobres, nas chamadas periferias da cidade mãe e nas cidades de entorno, fraturam o modelo radial-concêntrico-geométrico de interpretação da Geografia Urbana.

Um processo de disseminação da pobreza e da riqueza, dos ricos e dos pobres por toda metrópole, desfez, em parte, a animação estigmatizada do espaço que foi se construindo na interpretação da pobreza e da riqueza urbana pelo senso-prático e pela própria Ciência. Associar pobreza e periferia geométrica da cidade e da metrópole e vice-versa não é uma associação tão lógica como se supunha. As periferias ganham frações de centralidade, as cidades do entorno da cidade de São Paulo também. O centro de São Paulo e a própria cidade, cumprindo seu papel de cidade central, ganha em suas frações modernas, a precariedade das formas e relações trazidas pelos pobres que resistem vivos. As ações do Estado e dos agentes de mercado, nas diferentes escalas, disponibilizam uma série de serviços e infraestruturas nas periferias da cidade e nas cidades do entorno, sem perder, cada um a sua maneira, seu papel autoritário em relação a estas frações da metrópole, espalhando partículas de bens, formas e funções ultramodernas, proibitivas aos mais pobres.

A reprodução fracionada da metrópole conjuga temporalidades – rápidas e lentas - e escalas - pessoal, familiar, comunitária, nacional e global – para fazer da metrópole um espaço monumental de convivência forçada entre ricos e pobres, sofisticação e precariedade, poder e déficit de poder, violência e contraviolência.

A Geografia Urbana é redefinida e redefine as interpretações do espaço que elaboram os sujeitos urbanos, tais interpretações alimentam uma atmosfera de eterno conflito, que, por sua vez, produz e reproduz uma metrópole, sua cidade central e suas cidades de entorno, como resultado de antagonismos urbanos e urbanismos, enraizados na realidade, vigilante e militar, desesperado e caótico, levando os sujeitos urbanos a experimentar habitus urbanos de prisão e barbárie simultaneamente. O urbanismo militarizado nos leva a “vigilância de todos por todos” e o urbanismo desesperado nos encaminha a “luta”, corpo-a-corpo, de “todos contra todos”; um pesadelo hobbesiano. Assim, será possível uma análise do bem-estar e do mal-estar urbano, que seja o mais próximo possível da realidade, sem incorporar a leitura geográfica dos sujeitos, isto é, as Geografias que cada um deles é capaz de elaborar? Provavelmente, não!

Segundo análises do Centro de Estudos da Metrópole, a partir da ideia de vulnerabilidade social e ciclo familiar, 663 mil pessoas na cidade de São Paulo, aproximadamente 1 milhão e 100 mil pessoas na metrópole, não sofrem de privações sociais. Este é um grupo seletivo de

peças com alto rendimento, alta escolaridade (mais de 15 anos de estudo para os (as) chefes de família) e com um núcleo familiar com poucas crianças e adolescentes, ocupando cerca de 8,5% do espaço da metropolitana para moradia, principalmente nas áreas do centro da cidade de São Paulo e/ou próxima ao centro das “cidades da margem”. Na “cidade mãe”, ocupam os bairros que seguem do centro histórico da cidade até os primeiros quilômetro em sentido sudoeste: Butantã, Vila Sônia, Morumbi, Pinheiros, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Vila Mariana, Moema, Saúde e Ibirapuera. Por outro lado, se dispersam de forma fragmentada, assim como colonos em terras estrangeiras, em áreas ultramodernas, construídas na parte leste da cidade de São Paulo e em enclaves residenciais, nas “cidades da margem”, como os condomínios de alto-padrão de Alphaville, por exemplo.

Um segundo grupo, formado por 1,6 milhões de pessoas da cidade de São Paulo e aproximadamente 2 milhões e 700 mil pessoas da metrópole, tem uma vulnerabilidade social muito baixa. Ele se diferencia do primeiro grupo por ser formado por pessoas com idade superior e cujas mulheres detêm um grau de escolaridade menor, se localizando numa faixa da cidade de São Paulo ao redor do primeiro grupo, e em cidades do entorno da cidade de São Paulo, onde ocorre a implantação de estabelecimentos residenciais menores, menos monumentais, que não lembram cidades totalmente fechadas e homogêneas como Alphaville, mas ainda assim trancadas aos outros, nas cidades do ABCD – ao sul da

cidade de São Paulo, ou cidades ao oeste – como Cotia, Osasco e Taboão da Serra.

Estes dois primeiros grupos são aqueles que, por causa de seu poder, econômico, político e técnico-científico, se servem das transformações do sistema global e das transformações das cidades que compõem a metrópole com maior facilidade. Colonizam os campos de disputa do Estado, em todas suas escalas, federal, estadual e municipal, colonizam a grande mídia com autonomia e força. São altamente visíveis, decisivos e influentes na vida pública da cidade, da metrópole e do país.

Sua capacidade de formar opinião e liderar culturalmente a vida pública da metrópole confere a eles um poder que vai além de sua capacidade econômica e política. São eles que mais se servem dos novos sistemas de engenharia técnica-informacional- urbana: redes de comunicação, automação produtiva e circulatória de bens e serviços e das novas técnicas de construção e arquitetura civil; bem como são eles que comandam a geopolítica e a geoeconomia da metrópole, junto a sujeitos e corporações verticais, demandando, entre outras coisas, os serviços de segurança do Estado e de seguranças particulares para garantir a estabilidade e segurança de seus negócios e suas vidas. Se existem “cidadãos do mundo”, aqui estão eles.

São sujeitos velozes, transitam por áreas ultramodernas da metrópole e do mundo, com mais facilidade do que cruzam a própria metrópole.

Cruzam fronteiras internacionais, mas não se arriscam nas fronteiras urbanas que os diferenciam dos mais pobres. Seu poder de fluxo no espaço faz com que sua identidade e habitus transcendam a ligação umbilical com as cidades da metrópole, seu habitat é muito mais uma rede de fragmentos ultramodernos do espaço metropolitano do que a metrópole por inteiro. Fragmentos de espaço que se colam a fragmentos ultramodernos de todo o mundo, frações de Paris, Londres, Nova York, Berlim, Tokyo, Los Angeles... mas que se estranham com espaços contíguos onde estão sujeitos de menos poder, reconhecidos como perigosos.

É neste grupo que estão os operadores locais da violência do poder e da alta- criminalidade, não somente por interesses de proteção, mas por interesses econômicos, imobiliários e especulativos. Quando a segurança se torna objeto de mercado são os estabelecidos que ganham dinheiro, agregam valor ao espaço, mantêm, em nome da segurança, hierarquias sociais e localizações espaciais. Reúnem-se em clubes, bares, restaurantes, saraus, escolas, universidades, shoppings e todo tipo de espaço privê, guardado e vigiado.

Para estes grupos, a metrópole é um “país das maravilhas”, no bom estilo de Alice, um lugar bizarro, topofóbico, em que a organização da violência e da vigilância e a militarização das relações garantem pequenos instantes de uma estranha tranquilidade.

Um terceiro grupo é formado por pessoas e famílias com baixa privação, ele é composto por pessoas mais idosas e com escolaridade menor que os grupos anteriores, sua capacidade econômica é mediana, representando cerca de 1,6 milhões de pessoas e 3 milhões de cidadãos metropolitanos. Este grupo está próximo ao grupo anterior na configuração da metrópole, se estendendo a bairros da zona norte da cidade de São Paulo, Casa Verde, Tucuruvi e Mandaqui, e aos bairros que vão do centro da cidade ao início da zona leste: Mooca, Brás, Belém, Tatuapé, Água Rasa, Vila Formosa, Penha e Vila Matilde. Também compartilham espaços próximos nas cidades industriais do ABCD.

Neste grupo está uma classe média paulistana que se esforça por atingir o grau de poder dos grupos anteriores. São trabalhadores que geralmente desempenham funções técnicas no Estado e em empresas privadas, ou são profissionais liberais e pequenos empresários com poder mediano. É uma parcela de população que, ao longo do tempo, tem tido sua condição dilapidada, seja pela competição por trabalho, emprego e formação, seja pelo padrão de consumo cada vez mais inflado e cada vez mais custoso que eles vão almejar, embora este seja um grupo decisivo nos processos políticos e econômicos que tem a metrópole como lócus ou parte utilitária. Da perspectiva da violência, são os mais vulneráveis como alvos econômicos, no que tange a baixa-criminalidade e a contraviolência na medida em que concentram alguns recursos, mas não o suficiente para uma militarização total de sua

proteção, com serviços de segurança e vigilância sofisticados, como fazem os grupos hegemônicos.

O quarto grupo tem privação média, mas é composto por chefes de família com grande capacidade de trabalho, no entanto, com rendimentos inferiores à média dos cidadãos da metrópole. Há neste grupo forte presença de crianças, o que aumenta a necessidade de partilha dos recursos e diminui a capacidade dos pais de transmitir aos filhos vantagens sociais. Representam 2 milhões e 100 mil pessoas na cidade de São Paulo, 3 milhões e 500 mil pessoas na metrópole. Este é um grupo que se dispersa pelas periferias, já próximo aos extremos da cidade de São Paulo e das periferias da “cidade mãe”, migram para as cidades do entorno para diminuir a pressão econômica sobre a reprodução social. Das periferias da “cidade mãe”, migram para as cidades da margem, fazem das cidades do entorno “cidades marginais”, quase totalmente fora dos circuitos de produção e reprodução dos negócios e da governança que fazem da metrópole espaço utilitário dos fluxos de influência, riqueza e poder.

O quinto grupo é formado por famílias com alta privação social e econômica, composto por famílias jovens, com baixos rendimentos e escolaridade (apenas 1/4 dos chefes destas famílias têm o ensino fundamental completo) e quase nenhuma formação complementar à formação escolar. Correspondem a 750 mil pessoas na cidade de São Paulo, 1 milhão e 300 mil pessoas na metrópole, dispersos pelas

periferias da “cidade mãe”, nas periferias das “cidades da margem” e em qualquer ponto precário da metrópole. São os marginais entre os marginais, são os moradores urbanos das hiperperiferias. Este grupo apresenta a menor taxa de mulheres chefe de família (apenas 21,5 %), ainda que em sua maior parte, com escolaridade baixa (menos de 8 anos de formação escolar).

Estes dois últimos grupos começam a formar a massa de trabalhadores mais relativamente desqualificados da perspectiva da tecnociência. Eles são a “elite” dos trabalhadores da economia informal da cidade, incluindo aí pequenos circuitos incriminados de baixa potência. Com a visibilidade pública diminuída pelos processos de reestruturação produtiva pelos quais passou a metrópole, parte significativa destes grupos tenta gerar poder através de circuitos inferiores da economia, através do baixo-crime e do poder simbólico das igrejas, sobretudo as pentecostais.

O sexto grupo é formado por famílias com média privação, condições de alta precariedade socioeconômica e uma presença significativa de chefes de família idosos. Um terço destas famílias são chefiadas por mulheres, ainda que o rendimento deste grupo seja inferior à média de rendimentos da cidade e haja pouca presença de crianças. Estas famílias correspondem a 1 milhão de pessoas na cidade de São Paulo e aproximadamente 2 milhões de pessoas na metrópole, territorializados numa faixa periférica antiga, numa periferia anterior, já

que se trata sobretudo de famílias de trabalhadores de um outro período de formação da cidade de São Paulo e das cidades que compõem o espaço metropolitano. Este grupo ocupa hoje, os antigos bairros operários na faixa pericentral da cidade de São Paulo e cidades no espaço metropolitano que tiveram grande presença industrial.

Da perspectiva espacial, este grupo está bem situado na cidade de São Paulo e nas cidades do entorno, próximos as áreas centrais. Todavia, a maior parte dos bairros ocupados por esta população sofre um processo de esvaziamento devido a suas funções passadas na economia da metrópole. São bairros que, em sua maioria, abrigavam grandes plantas industriais que foram abandonadas ou perderam suas funções no momento em que a metrópole e o país sofreram a desindustrialização e entraram no movimento global de acumulação de poder e riqueza, que levou a um movimento de otimização do território e do trabalho pelas indústrias.

Embora bem servido de todos os tipos de serviços, por conta da idade dos bairros, seus antigos moradores, velhos trabalhadores de uma metrópole quase-absolutamente industrial, ou estão sendo realocados, ou passam a conviver com a implantação de residências e condomínios de alto padrão, que buscam aí a grande densidade relativa de serviços e a proximidade com o centro ultramoderno da cidade, ou, por outro lado, passam a experimentar o cortiçamento de parte dos imóveis que abrigam as populações pobres, também em busca da densidade de serviços e a

proximidade dos centros, ocupando residências, prédios e estabelecimentos abandonados, criando nestas áreas formas precárias de moradia.

O sétimo grupo é formado por famílias cujos chefes são adultos, cerca de um terço dos chefes mulheres com baixa escolaridade. Neste caso, há um alto índice de privação socioeconômica, baixos rendimentos (2/3 ganham menos que 3 salários mínimos), alta presença de crianças e adolescentes e baixa escolaridade. Representam cerca de 1,8 milhões de pessoas na cidade de São Paulo e 3 milhões na metrópole, ocupando os extremos do espaço metropolitano.

Por último, há um grupo formado por famílias com altíssima privação e um número significativo de jovens e crianças, experimentam os piores indicadores de renda, alfabetização e escolaridade. Correspondem à aproximadamente 400 mil pessoas na “cidade mãe” e 1 milhão de pessoas no espaço metropolitano, ocupando pequenas frações da extrema periferia leste, oeste e sul da metrópole.

Os dois últimos grupos formam, sobretudo, uma espécie de marginalizados entre os marginalizados. Por conta de sua capacidade deficitária de renda e educação, eles compõem a massa da economia informal, principalmente aquela mais desqualificada e que exige um grau máximo de autoexploração: de vendedores ambulantes, negativamente autônomos, à mão-de-obra de empresas que vendem mão-de-obra sem

qualificação, com contratos e formas de seguridade mínima. São a base das formas econômicas de baixo- crime, são aqueles que só servem para reprodução dos negócios e da governança se estiverem dispostos a dar a própria vida. Estes dois últimos grupos são os mais engajados e abertos à religiosidade pentecostal e as maiores vítimas de uma violência política, tanto em relação à violência que parte do Estado, quanto em relação à violência para resolver conflitos cotidianos de naturezas diversas, desde uma briga de bar, até uma discussão familiar.

Estes últimos grupos são aqueles que podemos chamar de “cidadãos presos ao lugar”. Seu déficit de poder os torna ausentes nas decisões geopolíticas e geoeconômicas da metrópole, ficam presos a áreas periféricas e a “cidades marginais”, ausentes nos espaços de decisão política e ausentes na mídia, a não ser de forma negativa e estigmatizada. Seu déficit lhe permite um trânsito restrito pelo espaço urbano, no máximo de periferia a periferia, de áreas degradadas a áreas degradadas. Usufruem de sistemas de engenharia e comunicação antigos, ou precariamente autocriados, sua ligação urbana se limita a formas paupérrimas: favelas, cortiços, prédios e áreas residências velhas, ruas sem a devida técnica de pavimentação e escoamento, sem asfalto ou rede de esgoto.

Ocupam as novas periferias criadas nas últimas décadas, em pontos com alta escassez ou deficiência de serviços públicos, bem como ausência das redes de apoio e proteção social do Estado, não obstante,

onde o Estado se apresenta de forma violenta. Este grupo vive o lado radicalmente mais perverso da globalização dos negócios e da governança, que experimentam como expectadores por flashes na tv. Para eles, a metrópole e a urbanização se reproduz violentamente. São os estigmatizados como os perigosos entre os perigosos. Para eles, a metrópole é o mais cruel dos pesadelos.

Morte violenta, vida urbana e capital familiar

Neste cenário, estudos sobre pobreza urbana e violência letal, dimensionam, de algum modo, esta sociabilidade que esgarça a (não) cidade. Nancy Cardia, Sérgio Adorno e Frederico Poletto (2003) buscavam analisar as condições socioespaciais que mais favorecem a ocorrência de homicídios na cidade de São Paulo que, de certa forma e com certos cuidados, podem ser generalizadas para o espaço metropolitano como um todo. Corroboram, desse modo, as análises Haroldo da Gama Torres, Eduardo Marques, Maria Paula Ferreira e Sandra Bitar (2003), a respeito da distribuição espacial da pobreza e privação.

Tanto os homicídios, quanto a pobreza, vão se intensificando de forma heterogênea, contínua e descontínua em direção as periferias da “cidade mãe”. Seguem o padrão centro-periferia e, simultaneamente, o padrão quântico de formação da cidade e de distribuição do poder.

Assim, ao mesmo tempo em que se formam extensões que centralizam recursos e extensões que os tem de forma deficitária, há pequenas frações do espaço da cidade que destoam da paisagem circundante que hiper-centraliza recursos ou que hiper-centraliza uma escassez de recursos – pontos cujo déficit de recursos é mais intenso e crítico do que aquele que se costuma observar nas periferias, ocupadas por pessoas e famílias em condições de não-governabilidade de variáveis econômicas, técnicas, políticas e comunicativas, por conseguinte, não-governabilidade espacial.

A diferenciação espacial da violência letal e da pobreza se dá, sobretudo, na intersecção do espaço pessoal e do espaço familiar, se estendendo para o espaço urbano e se tornando condição para a implantação e territorialização de novos sistemas de engenharia urbana e alocação de serviços e recursos. Neste sentido, pessoas e famílias que vivem lado-a-lado em bairros com altas taxas de homicídios e grau elevado de privação, podem experimentar a ambos em condições diversas, que dependem, em grande medida, do grau de controle das variáveis sociais que cada indivíduo e/ou família dispõe e que, mesmo com pequeno grau de discrepância, condiciona a experimentação e a vitimização da pobreza e da violência letal.

Mesmo vizinhos podem estar diferentemente vulneráveis à violência letal. Pequenas diferenças no capital familiar e no espaço de ruas e esquinas podem significar uma fina película de proteção quanto à

violência letal, na medida em que esta está ligada, em primeiro lugar, a um engajamento na economia incriminada e, em segundo lugar, a campos inexistentes de negociação política. Parte do padrão quântico de distribuição da riqueza, pobreza e ocorrência da violência letal, tem relação com as pequenas diferenças do capital e da estrutura familiar.

Embora Castells (2003) já tenha chamado a atenção para uma crise global da família patriarcal, Bourdieu (1996, 2000) revelou a importância de se perceber que a família é um privilégio que se tornou norma e referência cultural. Não é incomum nas periferias da metrópole – aquelas chamados de zonas selvagens por Boaventura de Sousa Santos (1998) – barracos ao lado de casas relativamente bem construídas e até com certo grau de modernidade e sofisticação. Não é incomum famílias conviverem no mesmo lugar em condições de privação diferentes, assim, não é incomum nos espaços ultramodernos e modernos da cidade haver casas suntuosas ao lado de casas não tão suntuosas assim.

O espaço familiar “é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos (capital econômico, político, intelectual, comunicativo, simbólico etc.) e de sua transmissão entre (os membros da família e) as gerações” (BOURDIEU, 1996, p.130). Nem as periferias, nem os bairros centrais são homogêneos e isto também é resultado desta diferenciação familiar do espaço.

A partir dos estudos de Nancy Cardia, Sérgio Adorno e Frederico Poletto (2003, p.52), chegamos à conclusão de que a violência letal está intimamente relacionada às frações urbanas em que há: pouca ou nenhuma renda; concentração de pessoas com baixa escolaridade; alta densidade humana e congestionamento habitacional; elevada porcentagem de pré-adolescentes e adolescentes na população local; elevada taxa de mortalidade infantil; elevado crescimento populacional; menor taxa de idosos residentes; menos acesso à rede de esgotamento e menor taxa de leitos em hospital por habitante.

Haroldo da Gama Torres, Eduardo Marques, Maria Paula Ferreira e Sandra Bitar (2003, p.103) chegaram a conclusões coincidentes com relação à distribuição da pobreza e privação. Os lugares mais vulneráveis são aqueles que concentram população de baixa renda, índice de escolaridade inferior, maior proporção de famílias muito pobres, congestionamento habitacional, maior proporção de mulheres com baixa escolaridade e chefes de família, maior número de crianças e adolescentes.

Assim, famílias com rendas modestas, implicando numa inserção precária na economia da metropolitana, com baixa escolaridade, e, neste sentido, com baixo conhecimento técnico-científico, que tem que se responsabilizar por crianças e adolescentes, vivendo um congestionamento domiciliar, em áreas com escassez de serviços ou

serviços deficientes e precários, estão mais vulneráveis à violência letal do que famílias com outro tipo de estrutura, ainda que sejam vizinhas.

Entretanto, o que mais chama a atenção em ambas as análises é a relação que se estabelece entre pobreza ou concentração de pessoas e famílias pobres, violência letal e juventude.

Os bairros da cidade de São Paulo que apresentam maior incidência de homicídios e maior vulnerabilidade social são aqueles em que a população continua crescendo, embora o crescimento total da cidade esteja estável. Isto significa uma mobilidade intensa da população mais pobre em direção aos bairros pobres - “o paulistano se tornou um migrante urbano, empurrado pela especulação imobiliária de um lugar para o outro” (BOSI, 2003, p.206); não obstante, a concentração dos homicídios e da pobreza urbana prevalece onde a densidade demográfica e o congestionamento habitacional – número de pessoas partilhando a mesma moradia - são mais intensos, onde os moradores têm baixa renda e baixa escolaridade e onde há um número maior de desempregados. Os homicídios, como mostram Nancy Cárdua, Sérgio Adorno e Frederico Poletto (2003), têm aumentado nos bairros onde as taxas já eram altas, e nos bairros circunvizinhos a estes.

Se a espacialização da pobreza concentra-se nas periferias, assim como grande parcela da população jovem da metrópole, isso se deve, entre outras coisas, ao impacto do desemprego entre a juventude

metropolitana. “É nas faixas de idades menores que se encontram as maiores taxas de desemprego: 48,3 % na faixa etária de dez a catorze anos; 47 % na de quinze a dezessete anos e 25,2 % na faixa de dezoito a vinte e quatro anos”¹¹ (BARELLI, 2003, p.13).

São os jovens da metrópole, particularmente os das periferias, que formam a mão- de-obra, com baixa qualificação, constantemente chegando a um mercado de difícil inserção, muito mais suscetíveis ao consumo impulsivo, individualizado e estilizado, bem como mais frágeis diante da sedução exercida pelo crime como uma estratégia de reprodução social, num nível superior, estratégia de aquisição de bens de consumo e de aquisição de capital simbólico-estético, via mercadorias. Eles são a base de uma economia incriminada que exige deles a disposição de dar a própria vida, mais que a própria força de trabalho. São eles, também, enquanto jovens, de uma forma geral, que desenvolvem continuamente novas formas e estilos, proporcionando assim um fundo subcultural, do qual o capital pode extrair material para renovar os conteúdos simbólico-estéticos nos quais o valor de troca, atado ao corpo das mercadorias, pode almejar, então, ser redimido sob a forma dinheiro (HAUG, 1997). Mas são eles também que encarnam com maior latência a ação e a vitimização do baixo-crime e da violência na metrópole (ADORNO, 2000).

Para além destas análises das condições objetivas da localização da violência letal, é mister observar questões subjetivas que fazem da

violência metropolitana, uma violência com alto grau de letalidade, sobretudo entre os jovens pobres. Cabe compreender as mudanças dos processos de identificação dos grupos urbanos com déficit de poder, principalmente as novas gerações urbanas.

As novas gerações de marginalizados urbanos estão ligadas a processos objetivos e subjetivos diferentes das gerações antecedentes. Estas últimas tinham sua identidade ligada diretamente à positividade total do trabalho, em sua maioria eram e são migrantes, mobilizados quase que totalmente pelo trabalho. Migrantes do campo para a cidade, do interior para a capital, do norte e nordeste do país para a metrópole do sudeste, o principal centro econômico do país. Mobilizados pelo trabalho, sua identidade só podia se vincular a ele. Vindos do campo, do interior do Estado de São Paulo ou de outras regiões do país, sua ligação territorial, sua territorialidade, trazia consigo, em sua formação, as lembranças, estilos, gostos e costumes do lugar de origem. Os aspectos territoriais de sua identidade estavam e estão fora da metrópole. Assim, muitos tentaram reproduzir um habitat simbólico que lembrasse o lugar de partida. Desde criar animais, como na vida no campo, passarinhos, galinhas, cachorros, entre outros, e cultivando pequenas hortas no quintal de casa, até criar espécies de “clubes” onde se come, se bebe, se fala, se veste, se canta e dança como na terra natal.

As novas gerações de marginalizados urbanos se formam sem este estranhamento, a metrópole é seu local de origem e formação. Não

aquela metrópole industrial que demandava altos índices de trabalho vivo e de trabalhadores, e que criava suas redes de apoio, solidariedade e reciprocidade sobre a positividade do trabalho.

Eles se formam e estão se formando sobre uma outra metrópole, com uma outra dinâmica, que se organiza para além da esfera produtiva, para um uso otimizado e automatizado do trabalho vivo, que se organiza para o consumo de bens e serviços, para a formação de espaços de lazer e para amplitude da esfera do lazer, que se realiza pelo metabolismo do capital, pelo consumo do espaço e pelo espaço do consumo. São pessoas que se formam numa atmosfera de relativa negatividade do trabalho, alta positividade do consumo e relativa positividade de circuitos econômicos incriminados e da violência. Na medida em que o número de trabalhadores da cidade industrial foi crescendo, a cidade mudou, as relações de apoio, seguridade e reciprocidade do trabalho foram sendo dilaceradas pela otimização e automação econômica que produziram centenas de milhares de desempregados e subtrabalhadores.

Sem poder contar com estas redes, as novas gerações de marginalizados foram se engajando em outras, fora da esfera produtiva, desde as torcidas organizadas, passando pelos grupos de pixadores, grafiteiros, rappers, funkeiros, punks, neofascistas, sambistas, skatistas e tantas outras formas de sociabilidade juvenil surgida nas últimas três décadas.

Todas elas, de alguma forma, radicalmente sedimentadas no campo do lazer e presas a circuitos econômicos globalizados de bens estéticos, roupas, calçados e outros artigos de vestimenta, bem como a bens artísticos: músicas principalmente; e a bens esportivos: o futebol, sobretudo. As novas identidades foram sendo forjadas não somente pelas transformações na metrópole, mas também pela força da mídia que ajuda a criar uma esfera do lazer que pudesse ser tão grande e significativa quanto o campo político e econômico, esfera essa que as gerações anteriores não vivenciaram e que a totalidade do trabalho não permitia vivenciar.

Se, para as gerações anteriores, a favela e a periferia chegaram a ser motivo de vergonha, para as novas gerações ela só pode ser positiva, porque não há outra coisa positiva a ser celebrada, como a vida no campo ou a vida pacata e simples da terra natal. Assim, a vida metropolitana torna-se base fundamental dos processos de identificação das novas gerações de marginalizados urbanos, cumprindo o mesmo papel que a vida na terra natal, como lugar de identidade, representava na vida dos trabalhadores que imigraram para a metrópole paulista no último meio século.

Entretanto, as novas gerações encerram um certo grau de condutas anômicas, principalmente porque estruturam-se sobre uma esfera nova, ainda em formação, e sem tantos mecanismos de regulação. O que torna-se ainda mais trágico considerando o processo de militarização das

relações urbanas e, também por isso, a presença e o acesso as armas de fogo que acabam levando parte dos conflitos à letalidade. A ultraviolência faz parte da atmosfera celebrativa deste campo de lazer e das subidentidades juvenis que aí vão surgir. Isto vale para a juventude de toda a metrópole, isto é, a violência com aspecto lúdico e celebrativo é algo comum a toda sociedade, independente das condições de classe de cada sujeito.

A ultraviolência tornar-se uma forma de gerar visibilidade pública, afetividade, fraternidade e antagonismos. Assim, um título conquistado por um clube de futebol é celebrado com um quebra-quebra no centro da cidade e com enfrentamento com as polícias; um evento de punk-rock é antecedido ou antecede um confronto entre punks e neofascistas no transporte coletivo; grupos de jovens de classe média, praticantes de artes- marciais, se enfrentam em boates sofisticadas; grupos de pixadores têm prazer diante da possibilidade de cruzar com a polícia e assim por diante...

A ultraviolência passa a ser aplicada a relações políticas e econômicas da vida cotidiana da metrópole, sobretudo, por conta das novas dificuldades que a economia e a política colocaram para a vida cotidiana. Tragicamente constatamos que a violência estimulada pelas transformações globais e nacionais é um dos poucos aspectos destas transformações que rapidamente incorporou-se a vida cotidiana, num sentido contrário a alienação desta criticada por Lefebvre (1999). Assim,

frente às dificuldades de produzir estratégias econômicas e políticas capazes de gerar autonomia e minimizar conflitos, a ultraviolência serve de instrumento econômico, principalmente para circuitos econômicos incriminados, e instrumento político para situações em que não há formas de regulação definidas, presentes e consagradas ou no qual as formas de regulação impedem grupos de interesse de alto-poder de realizar seus planos e projetos.

Assim, um filho mata os pais para ficar com a herança ou para resolver um conflito familiar comum; o marido mata a mulher para manter uma suposta honra; um garoto apanha do vizinho e depois o mata para demonstrar força, virilidade, poder e honra; o jovem traficante mata o viciado inadimplente para demonstrar poder e dar exemplo; o ladrão pré-adolescente morre num enfrentamento com a polícia ou na resolução de uma desavença com um ex-aliado.

As novas gerações da metrópole aprenderam a usar e a ter prazer com a ultraviolência da mesma maneira que as novas configurações do sistema o fazem. Onde há pessoas jovens, há a possibilidade de que a ultraviolência se manifeste, principalmente nos ambientes com escassez de recursos nos quais a economia do crime e suas redes de apoio, seguridade e reciprocidade vão ocupar o vácuo da economia formal e das redes de apoio, seguridade e reciprocidade do Estado.

Isto não implica que juventude e violência estejam automaticamente ligadas. As novas gerações estão sendo moldadas de acordo com o novo metabolismo total do sistema globalizado, radicalmente violento, moldando-o de acordo com seu próprio habitus e identidade. A juventude urbana hoje está mais vulnerável a violência do que estiveram seus pais quando jovens, principalmente a juventude pobre. Embora, como já foi discutido nessa tese, a violência esteja difusa por toda a sociedade.

Mas uma distinção é importante. A contraviolência usada eventualmente pelas populações marginais, reserva para si um tipo de violência e para os outros grupos da metrópole, outra. Os protagonistas da violência marginal internamente, isso quer dizer, nos seus bairros, em suas comunidades, em seus grupos e em seus cotidianos, usam a violência como mecanismo de relação política, principalmente. Com os demais grupos sociais, particularmente os grupos em situação de menor vulnerabilidade, que vivem nos bairros ou em frações da metrópole mais sofisticadas, usam a violência como mecanismo econômico.

Isso explica porque os homicídios concentram nas periferias ou em frações degradadas da metrópole. A aplicação política da violência é muito mais letal que sua aplicação econômica. A disputa política cotidiana tem na morte o seu limite, ao contrário da violência aplicada a estratégias econômicas que não necessariamente exigem o aniquilamento do alvo ou da vítima.

A violência utilizada contra os sujeitos de maior poder tem o objetivo de lhes violar parte do patrimônio – roubo, furto e extorsão -, de tal modo que a violência letal nem sempre é necessária, embora o latrocínio – assalto seguido de morte – tenha aumentado, como os outros tipos de crimes nas últimas décadas. A violência letal tem sido utilizada como instrumento para resolver conflitos do cotidiano das periferias, cujas naturezas são muito diversas – desde brigas de vizinho até disputa pelo controle de pontos para modalidades de baixo-crime, dos quais o tráfico de drogas é o mais significativo.

Embora a violência letal não seja monopólio de nenhum grupo socioespacial metropolitano, nos grupos marginalizados ela é regida por um código de regras que não deixa de produzir reconhecimento. Não é uma violência gratuita, embora seja banalizada, ela está sendo inserida com mais profundidade e intensidade em um habitus socioespacial que cada vez menos tem as condições necessárias para se realizar de outra forma, o que é expressão, sobretudo, da negação política, da negação das cidades e, em um nível superior, da escassez das cidades, da escassez dos espaços cívicos e de encontro, da privação do direito a cidadania, da impossibilidade de projetar e construir outras cidades, onde o direito à cidade seja princípio, meio e não uma promessa que longe de se realiza.

Assim, violência e a ultraviolência podem ser entendidas também como contra- cultura, uma resposta trágica para os modos violentos de

realização da urbanização, dos negócios e da governança, principalmente para quem vive os reveses da fragmentação e da marginalização.

Tragédia S/A

A economia metropolitana vive uma contradição básica muito parecida com aquela que vive o Estado: comportar negócios pertencentes a circuitos econômicos globais ao mesmo tempo em que comporta circuitos econômicos presos a pequenas frações da metrópole.

Milton Santos (1996) já havia mostrado como a economia urbana se realiza sob um sistema econômico superior, globalizado, sofisticado, altamente formalizado, qualificado, técnico e modernizado, sistema de superconsumidores e trabalhadores que operam e aplicam facilmente técnica e ciência que, não obstante, movimentam e comandam um fluxo enorme de capital, mercadorias, serviços, bens, imagens e riquezas; e sob um sistema econômico inferior, às vezes uma caricatura do outro, que também se serve da globalização dos negócios, mas de outra forma, enquanto no sistema superior mercadorias, consumidores e trabalhadores têm potencial de circular globalmente, neste sistema só as mercadorias entram no espaço de fluxo global.

Os consumidores e trabalhadores deste circuito estão quase sempre presos ou vinculados a espaços restritos. Neste sistema, não há o mesmo

grau de sofisticação, qualificação formal e técnica que no circuito superior da economia. A aplicação técnico- científica é quase nula, seu mercado é reservado à subconsumidores e subtrabalhadores - com baixa ou pouca formação escolar, técnica-científica e baixo-poder.

No primeiro está a “vanguarda” da economia de mercado global, no segundo está a informalidade e a superexploração da mais-valia gerada pela relação entre ambas. As pessoas e os grupos que comandam a economia urbana demandam novos tipos de trabalhadores especializados: em segurança, estética, saúde, educação, gastronomia, limpeza domiciliar e urbana, construção civil, serviços domésticos, arte, cultura, esporte, lazer...

Entretanto, a economia urbana criou um novo tipo de trabalhador, ou talvez tenha massificado um tipo que já existia residualmente, quase invisível, um trabalhador nômade, que só tem a si e a sua mercadoria, que tem que andar a esmo, oferecendo ao público- passageiro dos transportes coletivos, metrô, trens, ônibus e vans, suas mercadorias, doces, balas, salgadinhos, bebidas, cordões religiosos, canetas ou qualquer mercadoria que dê para carregar consigo numa sacola de plástico, numa pequena bolsa ou mochila. No início dos anos de 1990, eram poucos, atualmente estes sujeitos formam um mercado significativo visível e dinâmico na reprodução da maior Região Metropolitana do país.

A maior parte destes sujeitos buscou copiar a estratégia dos pedintes de esmola que ocupavam parte das calçadas e, eventualmente, entravam no transporte coletivo, contando sua história e solicitando ajuda. Os pedintes contavam suas tragédias pessoais, seja numa narrativa falada, cantada ou escrita em pequenos bilhetes: histórias de desemprego, privação, dificuldades, enfermidade, dependência química, abandono e violência. Entre os transeuntes da via pública ou passageiros do transporte coletivo, arrecadavam dinheiro, geralmente dinheiro miúdo.

Pela tragédia pessoal, o pedinte provocava e provoca um constrangimento geral, na via pública, nem tanto, o transeunte desvia e segue em frente, no transporte coletivo não há saída, mesmo que se queira ignorar, a história é ouvida e o mal-estar se impõe porque a viagem é quase sempre longa. A degradação estética ou física do pedinte reforça seu pedido e perversamente alimenta sua estratégia econômica.

O trabalhador nômade, em fluxo pela metrópole pelo transporte coletivo, apreendeu com o pedinte: contando sua história pessoal, overdose de pobreza, desemprego, violência, abandono, dependência química e outras dificuldades, oferecendo ao público-passageiro uma bala, uma goma de mascar, um chocolate multinacional, usando o corpo como estratégia e uma técnica invasiva de venda, a mercadoria é colocada quase sempre no colo do passageiro, junto com um bilhete contando a história pessoal e pedindo ajuda. Após uma breve narrativa

falada ou cantada, com a mercadoria colocada no colo, o mal-estar se impõe e se realiza parte significativa deste mercado.

A mercadoria precisa ser fácil de carregar e fácil de esconder. A venda de mercadorias no transporte coletivo da maior parte das cidades que formam a metrópole, como em várias outras cidades do país, é proibida, sujeita à apreensão da mercadoria e no limite, a prisão. Assim, é necessário estar sempre atento à aproximação de fiscais, policiais, seguranças do trem e do metrô (estes últimos chamados de “urubus” por causa dos uniformes pretos de inspiração fascistoide).

No princípio, a venda era feita nos ônibus e nos trens, cuja fiscalização sempre foi mais difícil. Logo se estendeu para o metrô, onde a fiscalização é muito mais rígida e as campanhas contra este tipo de atividade são constantes, e também às lotações (vans e micro-ônibus que fazem transporte de passageiros), após o período de formalização do trabalho dos “perueiros”, na maior parte das cidades da metrópole¹³ que, talvez por terem sido mantidos na clandestinidade e na informalidade por tanto tempo, são os mais receptivos à atividade nômade do vendedor de miúdos contador de tragédias.

Gradativamente, este trabalhador passou a fazer parte das viagens urbanas de trens, metrôs, ônibus e lotações, a ponto de haver se construído uma técnica de venda e convencimento, um processo incipiente de organização, divisão do trabalho, sedimentação e

territorialização dos trajetos de venda: adentra-se ao transporte, se pede desculpas aos passageiros pelo incômodo, se distribui a mercadoria junto com o bilhete contando a história e pedindo ajuda, na ausência do bilhete, a história é narrada ou cantada, agradecendo tanto a quem comprou, quanto aos que não compraram. No final, a mercadoria não-vendida é recolhida do colo do passageiro que não se interessou, assim como o dinheiro é recolhido dos passageiros que compraram, o vendedor salta do transporte e adentra em outro, reiniciando o ciclo de vendas e tragédias.

Em algumas vias, um grupo de vendedores já territorializados se encontram para fazer a venda de miúdos. Cada transporte coletivo que passa pela via recebe um vendedor, quando ele termina a venda, salta do transporte e pega um outro, repetindo a narrativa da tragédia e a venda, retornando ao ponto inicial. Estes vendedores territorializados em certos trajetos podem ser nômades que se reuniram e fizeram de um determinado lugar um ponto de fixação ou são vendedores precariamente assalariados por alguém que oferece o ponto e o miúdo para a venda. Ao sujeito, cabe associar seu drama a mercadoria.

Ultraviolência metropolitana

É na cidade que o volume quantitativo de violências produz elementos qualitativos que fazem dela a principal escala de interface das

violências do poder, das contraviolências e do medo. A geopolítica urbana, o jogo dos agentes em disputa e coalizão, pessoas, grupos de interesses, classes, comunidades, corporações religiosas, empresarias e facções sociais e estatais, fazem uso da força, introduzindo-a como modo de gestão de seus interesses, ações e pensamentos sobre o espaço citadino e metropolitano. Um habitus geopolítico é gerado para enfrentar os conflitos dos novos tempos, incorporando a violência, se acaso a política não for capaz de resolver (MIR, 2004).

Na geopolítica da metrópole em mutação, como no próprio sistema de relações sociais e territoriais, o domínio urbano, a alocação de recursos, a territorialização de sistemas de engenharia, a mobilização de forças policiais – estatais ou não -, e a mobilização de forças civis, de todas as tendências, tem que negar a política ou o diálogo da política para fazer uso da violência.

Ao negar a política, colocam em xeque os valores herdados do modo de funcionamento anterior do sistema e assim colocam em xeque a própria possibilidade de uma forma política de gestão urbana que possa pacificar as relações entre os diferentes no espaço urbano, acirrando a metropolização difusa (AMENDOLA, 2000) e a fragmentação do tecido social.

O modo político formulado neste período (RUBY, 1998) é, em tese, legalmente discriminatório em relação à violência, então, a regulação da

violência tem uma explicação social idealizada. Já o modo político deste momento de transformações permanentes, comporta a ultraviolência, na medida em que busca a pacificação urbana.

Assim, para além da política, a ultraviolência se incorporou decisivamente como instrumento de reprodução social e espacial dos grupos urbanos. Na geopolítica urbana, cada um recorre à violência, em todos os seus graus de intensidade, para manter e reproduzir posições de poder e posições no espaço. Seja como extensão da política, como descrito por Clausewitz, ainda no século XIX (apud CARR, 2002), seja como elemento cultural e modo de vida, como descrito por John Keegan (2006).

Os grupos sociais e espaciais, no mínimo constrangidos pelas violências dos poderes, corporativamente organizados, se instrumentalizam de contraviolências para minimizar os efeitos dos constrangimentos que lhes são impostos, inscrevendo-as no seu habitus e identidades, tal qual os grupos dominantes inscrevem a violência do poder, tornando-as instituídas. Não há uma relação de causalidade mecânica e objetivista, elas exigem estruturas de apreensão da realidade compatíveis. Daí a necessidade de se entender como cada sujeito e cada grupo de sujeitos constrói sua identidade, estrutura seu poder, formula teses sobre si e o outro, sobre o sistema social e a realidade (BOURDIEU, 1996).

A urbe – fato físico e simbólico da cidade (BOOKCHIN, 1999) –, submete seu corpo político de cidadãos – que, no caso brasileiro, não chegou a se realizar plenamente –, vistos como meros eleitores, contribuintes, trabalhadores, consumidores e, entre outras coisas, audiência e espectadores. Se as edificações, fator físico, formam as condições concretas do espaço metropolitano, junto com os símbolos de poder, consumo, fé, força e mídia, o espaço metropolitano comporta também a “esfera diária do mercado de trabalho [...] (que) envolve a centralização mais rematada dos recursos sociais e de capital devotados à produção (e à financeirização), ao consumo e à administração” (SMITH, 2000, p.150). Comporta os encontros afetivos, vicinais, comunitários, os encontros de pequenos grupos, os encontros espontâneos e os encontros temporários. Cada qual definindo sobre o espaço metropolitano tipos diferenciados de apropriação do espaço, tipos diferentes de território, tipos diferentes de zonas autônomas (BEY, 2001).

Assim, somente relações políticas, comunicativas e orgânicas, que possam ser capazes de transcender o antidiálogo que permeia por vezes a esfera estatal e a pré e pós-política da força, possibilita a formação da cidade, isto é, do espaço cívico; “... berço em que o homem (e mulher) se civiliza e civilizar é sinônimo de politizar, de transformar a ‘massa’ em corpo político deliberativo, racional e ético [...], (em que) os cidadãos formam- se a si mesmos, porque a política nada é se não for educativa”

(BOOKCHIN, 1999, p.16), como pedagógica, educativa, educadora e educanda, é a própria cidade (FREIRE, 2001).

Neste ponto, cabe aprofunda acerca da atuação do Estado no espaço metropolitano. É importante observar que aquilo que na literatura acadêmica sobre “a questão urbana” tem sido chamado de “ausência do Estado” (SANTOS, J., 1999; SPOSATI. 2000; PERALVA, 2000) pode nos ludibriar quanto a real situação do espaço urbano contemporâneo, na medida em que não há lugar em que o Estado não atue e esteja presente. Por vezes, o que vemos como ausência, pode ser um lócus onde se concentram processos de rupturas de contratos sociais, muitos dos quais são permeados e validados pelo Estado, mas que contraditoriamente podem revelar a geração, ainda que embrionária, de outros conjuntos de bens, fundamentos, contratos e vínculos sociais, que passam a concorrer com os bens e vínculos que o Estado é capaz de gerar, como os criados por empresas, por tribos urbanas, por pequenas denominações religiosas, clubes sociais, associações, sindicatos, pequenos e grandes movimentos sociais, grupos criminosos, milícias paramilitares...

Assim, o Estado pode não estar ausente no lugar onde muitos enxergam a sua ausência, o que pode estar ocorrendo, e o que está de fato ocorrendo em alguns lugares, é que formas de organizações ou um conjunto de ações acumuladas, não necessariamente organizadas, colonizam o espaço e rivalizam com o Estado.

O exemplo mais significativo disto, na maior metrópole do país, é a atuação das várias, pequenas e grandes, organizações religiosas de caráter pentecostal e neopentecostal, bem como de um conjunto de grupos de afinidades, e até organizações mais ou menos constituídas, que atuam sobre atividades econômicas incriminadas, tais como tráfico de drogas varejista, roubos, furtos, etc., nas áreas onde se concentram pessoas, famílias, grupos e comunidades com déficit de poder. Algo que ocorre, de forma inversa, com os grupos sociais que hiperconcentram poder, e que, geralmente, se localizam em áreas da metrópole com alta centralidade de bens e serviços, na formação de clubes, associações e organizações de caráter privativo e socialmente homogêneo, seja para funções políticas, culturais, religiosas, econômicas e criminosas também.

Há lógicas, sobre alguns lugares, que podemos não ser capazes de compreender, algumas que até repudiamos, mas que revelam em parte uma revanche, às vezes anômica, às vezes consciente e intencional, dos grupos sociais diante de uma nova etapa histórica que os exclui ainda mais e os tornam dispensáveis da perspectiva produtiva (FORRESTER, 1997). Então, não se trata somente de lugares onde o Estado parece estar ausente, se trata de lugares onde o Estado tem que enfrentar “colonizações” de naturezas diversas, capazes de gerar, mesmo que de forma embrionária, sistemas de relacionamento produtores de bens materiais, simbólicos e afetivos, como os gerados pelas igrejas e grupos criminosos. Isso não quer dizer que um mundo melhor está sendo

anunciado, no fundo, revela o perverso mundo novo que estamos experimentando, uns mais, uns menos, mas ainda assim perverso.

Feito este desvio, erradicar da vida urbana aquilo que ela encerra de violência é quase uma impossibilidade. Todavia, minimizar o habitus violento pode ser possível, erradicar totalmente é sempre e deve ser sempre, um horizonte. A política e a geopolítica cidadina devem regular ao máximo o uso da violência como forma de gerir a cidade, sem a tentação de tornar invisíveis grupos ultraviolentos, na medida em que essa invisibilidade é apenas formal. Reconhecer a ultraviolência produzida na vida urbana é sobremaneira a melhor forma de minimizar seus impactos na gestão do espaço urbano e nas relações produzidas por ele.

É, neste contexto, que Maria Alice Rezende de Carvalho (2000) aponta a necessidade de uma reflexão, também política, sobre os fenômenos que envolvem a violência urbana. A violência, segundo ela, é resultado de uma política cívica e cidadina que, privada de acontecer, constrange a liberdade, gerando a “escassez da cidade”; tornando urgente, aquilo que ela chamou de “democratização do Estado” e, por conseguinte, do direito à cidade, remontando à obra de Henri Lefebvre (1991, p.135-143):

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Direito à obra (à atividade participante) estão implicados no

direito à cidade... (Assim): direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. (Direito que exige) direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos da vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais.

O direito à cidade é, antes de tudo, um direito a uma fração de poder, de visibilidade pública, de autonomia, de estar vivo, de realizar parte de seus interesses e de experimentar o espaço metropolitano sem isolamento e aprisionamento. O não-direito à cidade faz com que a violência cumpra o papel da política e transforme o direito à cidade num privilégio ao mesmo tempo em que põe a reprodução dos sujeitos metropolitanos à mercê de ações e discursos violentos.

Daí que se possa observar facilmente quão violenta (e fundamentalista) é a política da Cidade, como o Estado, (agentes econômicos hegemônicos, grande mídias, instituições religiosas e técnico-científicas) interdita ou limita ou minimiza o direito das gentes, restringindo-lhes a cidadania... (FREIRE, 2001, p.21)

Neste sentido, o direito de ser livre, de ser mais e se desenvolver, o direito à visibilidade pública, a palavra e voz política, aos novos sistemas de engenharia urbana, ao lazer, ao trabalho, a formação e herança cultural, à cidade e a cidadania, são condições essenciais para diminuir os fenômenos violentos no espaço metropolitano. O direito à cidade está longe de deixar de ser um privilégio. O que intensifica as disputas, os fracionamentos e os antagonismos. Assim, a metrópole se reproduz pela fratura radical, pelo tensionamento, pela transformação do outro em

inimigo e do seu espaço em espaço alvo, da violência do poder ou da contraviolência, dependendo do sujeito que observa, reflete e age.

O fator urbano subordinou a cidade, ou seja, a produção de riqueza e poder, a alocação de recursos, a territorialização de sistemas de engenharia, a criação de símbolos e a circulação da riqueza, dos bens, das informações e imagens ficaram acima do conflito e da coalizão pacificados pela política, não somente aquela que está na esfera do Estado, mas aquela política feita no dia-a-dia, na relação entre o espaço público, o privado e o estatal, que não nega a política do espetáculo e o espetáculo da política lançado pela mídia, pela televisão, mas é radicada no espaço do lugar, onde as forças e os atores sociais ganham sua conotação mais básica: a de pessoas em diálogo e em disputa, não meramente formal, mas real. Isto não eliminaria o conflito urbano, não é este o caso, mas criaria as condições para restabelecer os vínculos fundamentais para uma revanche da cidade, no sentido colocado por Lefebvre (1991).

Para Milton Santos (1987), por sua vez, o consumidor, o eleitor e o trabalhador não são expressões do cidadão, assim, nem o contribuinte, nem o espectador e nem o sujeito urbano o são, de tal modo que o espaço metropolitano se reproduz não pela relação, mas pela fratura, o que pressupõe a mediação dos conflitos do lugar pela violência, seja ela organizada por corporações, seja ela (des)organizada por pessoas e

grupos buscando minimizar o mal-estar urbano em seu entorno pessoal, familiar ou grupal.

Pessoas, famílias, grupos e/ou classes, governos e firmas passam a realizar ou tentar realizar seus planos sem a devida mediação política. Os planos e projetos de cada agente vão se concretizando por relações antidialógicas, fazendo do espaço metropolitano, espaço de poder, espaço das negociações negadas e, numa condição extrema, espaço de violências.

Neste sentido, a política antidialógica do poder – a violência - e as políticas reativas, também de caráter antidialógico, elaboram um sistema complexo, imbricado, interdependente e retroalimentante, que é, então, o que dá sentido ao conceito de violência urbana, isto é, a violência que tem o espaço urbano como condição de realização, na medida em que é aí que a fratura social é levada ao extremo, em que o conflito passa longe de mediações políticas, que a riqueza e a pobreza convivem justas e separadas, que as estruturas de filiação estão mais esgarçadas, que as redes de apoio social são urgentes. É aí que o Estado age contraditoriamente, como protetor dos que acumulam poder e predador dos que acumulam desvantagens sociais (SANTOS, B., 1998); que a acumulação de capital se faz cada vez mais sem o trabalho vivo de cada homem e mulher, sobretudo daqueles dispensados das relações de reciprocidade que o sistema é capaz de gerar. Sujeitos estes que reagem, produzem estratégias pessoais de reversão da exclusão, isto é, de

marginalização, seja pela autoexploração do trabalho, seja, dentre outras coisas, pela ultraviolência reativa.

Cidade negada

A Geografia Urbana da maior metrópole do país é uma geografia de fragmentos, de estilhaços, de pedaços e de fraturas. As cidades aí inscritas realizam-se somente como abstração dos poderes municipais e do poder econômico das corporações. A metrópole e as cidades que a compõem são na verdade uma bricolagem de territórios estranhos e que se estranham, hostis um ao outro, ligados pela territorialização de sistemas de engenharia e objetos, mas desfilados pelas desigualdades e hierarquias dos sujeitos mergulhados no espaço metropolitano (PEDRAZINI, 2006).

Assim, como argumenta Yves Pedrazini, os territórios da metrópole se unem para se afrontar. Cada beco, rua, viela, avenida ou praça, pode se tornar uma trincheira, uma barricada, um posto de interdição ao outro, um inimigo difuso, que pode ganhar até contornos de divisões de classe. A metrópole é produzida e reproduzida por um acúmulo de ações que, num nível superior, constrói um urbanismo do establishment em confronto com um urbanismo outsider. Um urbanismo militarizado dos grupos de alto poder, em confronto com um “urbanismo do oprimido” (PEDRAZINI, 2006).

O planejamento urbano, a partir deste cenário, responde em parte a uma inspiração fascistoide, daí um urbanismo defensivo, militarizado, vigilante e prisional do Estado e dos grupos de alto poder; em conflito constante com um urbanismo precário, caótico, anômico, espontâneo, persistente, ativo e reativo dos pobres, em sua ânsia de permanecerem no espaço urbano. As cidades que daí resultam tornam a segurança em um novo instrumento de opressão, onde ninguém está seguro, onde ninguém se sente seguro, daí a necessidade implacável da segurança.

A incorporação das técnicas atuais à metrópole reelabora seus fragmentos, de modo que as técnicas hegemônicas acirram as desigualdades intraurbanas e, assim, condicionam também a diferenciação radical do campo de relações de poder e da paisagem. O ser urbano concreto se realiza, em sua grande maioria, como suburbano, subcontribuinte, subeleitor, subconsumidor, subtrabalhador, subaudiência e, então, subcidadão, cidadão negado ou abstrato, em conflito e estranhamento com a cidade e seus habitantes, concidadãos.

A diferenciação espacial da metrópole se apropria da desigualdade. A desigualdade é apreendida como descontinuidade e não como extensão pelos sujeitos, daí as áreas reconhecidas como sofisticadas e como periferias, neste sentido, como não-cidade. A geografia fragmentada produz uma psicogeografia fragmentada e esta, por sua vez, acirra a própria geografia do espaço metropolitano. Em outras palavras, a metrópole só tem sentido como ficção, o que é real é o estranhamento

com a metrópole e a identificação, topofiliação apenas com frações dela, as de entorno, nas quais os sujeitos semelhantes em poder estão presos à tipos semelhantes de paisagem e lugares.

As outras frações do espaço metropolitano, as de existência do outro, isto é, seus lugares de entorno básico, são territórios estranhos, inimigos no limite. A continuidade concreta que constitui a geografia das cidades e, assim, constitui uma totalidade, se perde para dar sentido a uma relação de identidade e antagonismo com fragmentos da mesma cidade e da mesma metrópole. O comentário a seguir nos ajudar entender estes antagonismos:

Assim, a geografia concreta das cidades que formam o espaço metropolitano não se reproduz somente por uma fragmentação concreta imposta pelo uso otimizado e seletivo feito pelas corporações, pelo Estado e pelos grupos de estabelecidos. Não é somente a distribuição heterogênea e desigual dos sistemas de engenharia e objetos que compõem um espaço fragmentado, com uma paisagem radicalmente descontínua, embora parte de uma mesma extensão urbana. A fragmentação concreta impõe uma experiência urbana fragmentada, descontínua, sofisticada e proibitiva. Essa experiência impõe construções afetivas, identitárias e grupais diferentes e desiguais. O processo de individuação e elaboração das identidades se constrói vendo nos demais grupos, aqueles geralmente em frações espaciais diferentes, um adversário e inimigo. Ao ver o outro como inimigo, não deixa de

observar o espaço dele como o espaço onde o inimigo se cria e, em última instância, se prepara para o ataque.

A identidade que se produz a partir da geografia fragmentada, nega os fragmentos da metrópole de reprodução do outro, e se liga aos fragmentos - territórios e trincheiras – nos quais se percebe a si e aos semelhantes. A geografia fragmentada produz de forma não automática uma fragmentação subjetiva – psicogeografia fragmentada – que, por sua vez, cria as condições para a reprodução da geografia urbana difusa e despedaçada da qual não se pode escapar. Essa é a lógica, a geografia implica a psicogeografia, na realidade elas se implicam simultaneamente. Os estilhaços que, colados, formam a geografia metropolitana, garantem as condições para leituras variadas do espaço também estilhaçadas, assim a psicogeografia, isto é, a leitura feita do espaço pelos sujeitos, apreendem o espaço como fragmentos, como descontinuidades de sistemas de engenharia, objetos, sujeitos e forças.

O lugar de entorno do Eu e dos semelhantes ganha uma leitura positiva, uma espacialidade positiva, criada com os pedaços de vivência do Eu e do semelhante, uma identidade coletiva, ao estilo Dukheimeniano (1995), que não comporta desigualdades de poder - embora comporte outras diferenças - gerando consigo e com fragmentos de entorno, compreensões semelhantes da geografia urbana, e tudo de concreto que o espaço metropolitano contém: formas urbanas, sistemas técnicos, objetos e, entre outras coisas, sistemas de engenharia.

Tal compreensão positiva percebe naquele semelhante em poder econômico, político e técnico-científico-informacional, um aliado, produzindo uma interação geográfica positiva, que aproxima os sujeitos com a mesma taxa de poder e aproxima pedaços descontínuos da metrópole, desde que aí estejam estes semelhantes. A psicogeografia, então, se produz, neste sentido, como resultado da experiência, ação e reflexão individual e coletiva, fazendo com que cada pedaço do Eu e do semelhante seja visto como parte de uma “cidade própria”, pertencente a identidade que a criou; promovendo um estranhamento e um distanciamento com o outro e o seu lugar de entorno, ainda que esse lugar seja contínuo com o lugar do eu.

O que é reconhecido como periferia não coincide com o que é reconhecido como distritos ou bairros sofisticados, além disso, a mobilidade na cidade dos habitantes dos bairros mais pobres geralmente é restrita e não comporta o uso dos bairros mais sofisticados, nem no que tange ao lazer e tampouco a uso dos serviços.

É interessante observar que os fluxos para o trabalho, lazer e busca de serviços, praticamente excluem os bairros de classe média e os bairros das elites, o que implica numa representação espacial em que há mundos divergentes, numa mesma cidade. Neste sentido, os bairros utilizados pelos entrevistados para as atividades da vida, residência, trabalho, estudo, lazer, comércio e etc., acabam tornando-se a própria representação daquilo que é a cidade, alimentando uma compreensão

restrita daquilo que compõe objetivamente e subjetivamente sua configuração espacial, reduzindo a cidade, assim como seus símbolos, valores, formas e funções, à algo incapaz de suportar diferenças, a não ser pela convivência controlada e hostil.

Então, para os que têm déficit de poder, os marginalizados urbanos, existe uma cidade, uma metrópole, um inferno de metrópole, que se impõe violentamente; para os que têm taxas de poder mais elevadas, os grupos estabelecidos, existe outra cidade, uma outra metrópole, um país das maravilhas - mais estranho que aquele que Alice percorreu em suas aventuras - sitiado por milicianos de mercado, câmeras, microcâmeras, cercas, muros, lanças, bunkers residenciais e blindados de passeio. Para viver na primeira, e suportar suas exigências e imposições, os outsiders fazem uso de formas de contraviolência, dentro do repertório e leque de suas estratégias. Para viver na segunda, e garantir a manutenção de sua condição, os estabelecidos lançam mão da organização máxima da violência. No entanto, a metrópole dos oprimidos não se realiza sem intersecções com a metrópole militarizada dos grupos de alto poder. Elas se cruzam sempre, mas são diferentes e desiguais, na Geografia e na psicogeografia. Os pedaços da metrópole do outro são territórios alheios, territórios inimigos nos momentos de confronto, territórios estranhos e de estranhamento no dia-a-dia da experiência metropolitana.

A cidade e a metrópole real e a cidade e metrópole que emergem da leitura geográfica dos sujeitos e grupos com déficit de poder é

extremamente hostil, humanamente densa, precária, espontânea, autodidata, espremida, estigmatizada, atacada, meio-anômica, inflada de políticas antidialógicas e protótipos políticos reativos. Nela os sujeitos estão enraizados e presos ao espaço de entorno, exilados em seu próprio lugar (SANTOS, M., 2000), predominando a ideia de escala comunitária (SMITH, 2000), um individualismo que só se realiza no reconhecimento coletivo (CASTELLS, 2003). Nessa metrópole é difícil ultrapassar poucos quilômetros, seu sistema de engenharia é geralmente uma caricatura dos sistemas de engenharia modernos ou são sistemas antigos semifuncionais; o Estado age aí, em parte, como predador, como uma força terrorista, impõe medo, desconfiança e multiplica a barbárie (SANTOS, B., 1998; MIR, 2004).

A cidade e a metrópole definida pela leitura geográfica dos sujeitos e grupos estabelecidos é mais ordenada, planejada, cômoda e sofisticada, humanamente escassa, densamente tecnificada, estetizada e fetichizada, por meio das mercadorias em fluxo nas ruas – em especial os carros – e das construções quase sempre monumentais. Neste espaço e nesta leitura dele, a segurança e o medo tornaram-se instrumento de opressão e mantenedor de hierarquias e processos de fragmentação, nele a organização da violência levou a incorporação de um habitus militarizado; neste conjunto de estilhaços urbanos pode-se “salta escadas”, ou melhor, ele é condição e produto de uma ordem e poder com potencial escalar global, seus sujeitos transitam por espaços

semelhantes em escala nacional e internacional. Estes “pedaços unidos” hipercentrais se ligam a espaços hipercentrais de todo o mundo, gerando uma espécie de federação de centralidades e de sujeitos estabelecidos, ligados a formas urbanas e sistemas de produção e engenharia ultramodernos. Nesta metrópole militarizada, as relações são minimamente anômicas e desreguladas, o Estado age geralmente como protetor e os sujeitos, que aí fixam suas identidades e interesses, levantam aí suas próprias fortalezas (MACHIAVELLI, 2004 b; MIR, 2004).

A metrópole, como escala, se torna hostil a comunidade e a vida cotidiana. A alienação desta última, em relação à metrópole, faz-se não só pela sua utilização econômica e política por elementos verticais de uma ordem distante. A alienação da comunidade em relação à metrópole se dá por que a comunidade passa a não suportar a alteridade, assim como a vida cotidiana passa a não suportar o outro. Por outro lado, a metrópole torna-se, em certo grau, também hostil em relação às escalas superiores, porque ela tem seu próprio ritmo e seus próprios conflitos, em si, ela não suporta ser apenas base de reprodução de circuitos econômicos, políticos, religiosos e midiáticos vindos ou comandados de longe. Sendo assim, a metrópole se constrói de lugares, sujeitos, grupos e classes ligados por uma solidariedade mecânica (DURKHEIM, 1995), porque hierarquizada e violenta.

O espaço metropolitano condiciona os desiguais a uma convivência não-orgânica, ao passo que suas identidades e sua taxa e estrutura de poder os condicionam a separação. Uma proximidade na paisagem e uma distância em poder e identificação. Neste sentido, a geopolítica metropolitana cria seus próprios mecanismos de guerra e paz, militarizando parte das relações cotidianas, militarizando-a em busca da minimização dos conflitos, se armando do Estado e, ao mesmo tempo, com medo dele e, em parte, contra ele, como no caso das organizações criminosas, sejam elas dos estabelecidos, sejam elas dos outsiders.

As cidades e a metrópole são vividas como algo descontínuo na formação do sujeito, ao invés de ser vivido como sua extensão. Daí decorre um processo de guetificação das identidades, inviabilizando a possibilidade de espaços cívicos que regulem a violência como forma de mediar conflitos, coalisões, gerar poder, preservar posições e a reprodução.

A metrópole, locus de conflitos geopolíticos, construída na redefinição do espaço cívico, se transforma em locus da violência, na medida em que a relação entre as subescalas e a metrópole é mediada pela negação da política normal e pela dupla política, de predação e proteção do Estado, além do déficit de acatamento e legitimação deste, por parte significativa dos cidadãos metropolitanos. A divisão de classes, no sentido clássico do materialismo-dialético, se sobrepõe a outras

divisões, de tal modo que a fratura é elevada à potência superior, em um sentido geométrico e geográfico.

Observando o espaço metropolitano se anunciar como resultado de cidades viradas pelo avesso, onde o ‘pacificador das armas’, o Estado, organiza seu potencial de violência, move suas tropas, cerca e sitia frações de territórios urbanos e satura de força bruta e violência, o cotidiano das gentes, sobretudo das marginalizadas.

SATURAÇÃO DE VIOLÊNCIA

O lado bruto do Estado

Com as principais cidades brasileiras enfrentando uma maior letalidade, esperava-se, em tese, que o aparelho de Estado, dentro dos limites de seu poder, minimizasse a escalada da militarização urbana presente nos processos de autoexclusão, ampliação de espaços vigiados, de lazer, trabalho, serviços, moradia e convivência. Porém, desde o princípio dos anos de 1990, o Estado brasileiro, nos mais variados níveis, governados pelas cúpulas de diferentes tendências políticas, invariavelmente tem enfrentado a questão da violência urbana da mesma forma, sitiando os territórios considerados violentos com as forças de segurança, não raro com as próprias forças armadas.

Ao cercar, com operações militares, frações do espaço urbano, o Estado legitima o esgarçamento do tecido social e territorial que ele deveria manter unido organicamente, distribuindo bem-estar, e não mecanicamente, distribuindo violência. Tragicamente, ao enfrentar os dilemas urbanos pelo viés militar, o poder público se esvazia, privatizando seu monopólio das armas, abre espaço para todo tipo de organização criminosa com vocação territorial, desde paramilitares milicianos até grupos fundados no banditismo.

Ao usar seu potencial de violência contra seus cidadãos, dentro das cidades, o Estado alimenta a fragmentação e a militarização urbana, que elevam as condições de antagonismos, violência e morte.

Ironicamente, estas operações de organização da violência, movimentos de tropas, ocupações e contenções de territórios, sobre pretexto de combater a criminalidade, têm sido conhecidas pelo nome de “Saturação”. A ideia é introduzir numa pequena fração de espaço um número elevado de operadores para conter o potencial de violência e atividades ilícitas de um determinado lugar e seus habitantes. Ao saturar o território, em tese, violento e hostil de forças militares, tais locais seriam pacificados e a violência difusa minimizada.

Talvez isso tenha algum valor em caso regular de guerra, no qual os inimigos e os territórios são identificáveis, mas no caso do Estado contra seu território e seus habitantes em conflito com a lei, a saturação militar só faz saturar o cotidiano de violência, saturação no sentido de elevar os níveis de medo, cansaço, stress e trauma, além de legitimar as formas de militarização civil e justiça ilegal, nos quais cada um se vê com medo do potencial de violência do outro e por isso tende a violentá-lo primeiro se puder.

O Governo do Estado de São Paulo, desde 2005, tem adotado a política de saturação, batizada, como já mencionado no início deste trabalho, de Operação Saturação Por Tropas Especiais. No interior do

Estado e na Região Metropolitana, entre 2005 e 2008, foram 11 Operações, todas elas realizadas em áreas consideradas violentas, com base nas estatísticas dos órgãos de Segurança Pública.

Uma questão importante é a criação de um conjunto de representações espaciais feita pelo poder público, a partir das estatísticas colhidas por ele mesmo, do que é e não é violento. Geralmente a maior parte dos locais definidos como violentos e, portanto, escolhidos para a realização das operações, são áreas periféricas ou áreas em que se encontram populações vulneráveis de baixo poder, o que explica, em grande medida, a escolha dos locais e reforça o papel predatório do Estado em relação às populações mais pobres, como escreveu Boaventura de Souza Santos (1998).

Se o Estado reconhece níveis elevados de violência em áreas onde se concentram populações com pouca autonomia, não deveria o Estado fazer um esforço para distribuir bem-estar social nestes locais, incorporar seus moradores à cidade e trazer sua população organicamente para a legalidade e o acatamento da lei e do contrato social? O que diríamos se o Estado realizasse operações militares nos bairros mais sofisticados de cidade como São Paulo, onde se concentram as populações com melhor inserção e maior poder?

No caso de São Paulo, as operações militares têm predileção pela criminalização das populações marginalizadas. Primeiro, porque a

invisibilidade dos pobres garante às forças de Segurança Pública a indiferença necessária no caso de resultados letais. Segundo, porque, ao iniciar as operações, faz parecer ao público, principalmente aos segmentos mais autônomos e influentes, que o Estado não está inerte diante de questões tão complicadas como aquelas que envolvem a violência urbana. Estar longe dos olhos e preocupações de certo público e dos grupos estabelecidos é uma prerrogativa deste tipo de operação com eficácia muito mais simbólica do que real.

Embora o teatro das operações seja definido pela representação de violência produzida pelo poder público, muito enraizado na representação de violência dos habitantes da cidade alguns destes locais não estão entre os mais violentos e parte significativa da violência que eles experimentam não tem relação alguma com territórios ocupados e assumidos por criminosos. Parte da violência que estes locais encerram são derivadas de conflitos interpessoais, como já procuramos demonstrar. Neste sentido, não haveria razão para movimentos de cercamento e sítio destes locais.

Quando o Estado fecha uma área, isolando a população ali residente do restante da cidade, a atuação do poder público corre na contramão de tornar a cidade o lugar do viver junto e da cidadania. Talvez por este motivo Murray Bookchin (1999) argumente que historicamente o Estado mantém uma luta contra o espírito da cidade, enquanto território da autonomia, da liberdade e da convivência.

Ao rerepresentar parte de seu território como violento e ao mobilizar sua força física e militar para fazer a contenção, o Estado criminaliza a todos, não discrimina os desvios violentos da lei, não faz a seleção que deveria fazer dos alvos, agride e violenta sujeitos que não têm ligação alguma com nenhum tipo de atividade desviante. Ao agir, com ações de guerra civil, como bem nos descreve Luís Mirr (2004), contra quem deveria proteger, o Estado provoca ressentimentos, antagonismos e incivismos. Oferece uma maquiagem de segurança às custas da agressão aos mais vulneráveis e segue no sentido contrário ao da pacificação das relações sociais e dos lugares.

As ocupações territoriais provisórias promovidas por efetivos da Segurança Pública do Estado em frações das cidades da Região Metropolitana, representadas como violentas, são recentes no ambiente urbano paulista, embora já tenha ocorrido em outras cidades, como formatos diversos. A primeira Operação Saturação foi realizada na favela de Paraisópolis¹⁶, zona sul da Cidade de São Paulo, entre 8 de julho e 18 de agosto de 2005. A segunda operação ocorreu logo depois e durou 46 dias, foi a primeira operação nestes moldes a ser implantada em duas cidades que fazem parte de uma mesma configuração urbana, São Paulo e Santo André, numa extensão entre o Jardim Elba, na zona leste, distrito de Vila Prudente, e o bairro do Tamarutaca, já na Cidade de Santo André. Ocorreram operações ainda no distrito da Brasilândia, no Jardim Elisa Maria, no distrito de Pirituba, nos bairros de Parque de

Taipas – Santo Antônio, no distrito da Vila Maria, no bairro Parque Novo Mundo, nos distritos do Jabaquara e Campo Belo, nas favelas do Pantanal e Jardim Alba, e no distrito do Morumbi, nas favelas conhecidas como Buraco Quente e Jardim Colombo II.

A Saturação que ocorreu entre 12 de junho e 19 de setembro de 2008, nos distritos contíguos de São Mateus e Parque São Rafael, uma das pontas de uma configuração espacial na parte leste da cidade que dá acesso ao Grande ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), Mauá e Baixada Santista, teve como justificativa eliminar células do Primeiro Comando da Capital, diminuir o número de armas, caçar foragidos da Justiça e desarticular operações e circuitos econômicos ilícitos, principalmente relacionados ao roubo e ao furto de carros e ao tráfico de drogas varejista.

Segundo a própria Secretária de Segurança, o centro das operações é feito no ponto considerado mais crítico, numa área que intercala favelas, microconjuntos habitacionais, moradias construídas em mutirão, ocupações precárias e casas em permanente autoconstrução, conhecido como Jardim Rio Claro, uma extensão de 1,5 Km², onde atuou a Tropa de Choque da Polícia Militar e o Comando e Operações Especiais (COE). Para além deste quadrante, numa área de 17 Km², a atuação foi da Cavalaria e da ROTA, que fizeram uma varredura em casas e estabelecimentos comerciais, amparados por mandados de busca e apreensão coletivizados, isto é, as tropas tiveram permissão para invadir

qualquer residência e qualquer estabelecimento comercial a procura de suspeitos, sem seleção. Todas as 50 mil famílias residentes na área poderiam ter, à sua porta, a Tropa de Choque e a Cavalaria pronta para uma invasão.

O arsenal de guerra intimidava. Os caminhões da Tropa de Choque circulando, provocavam arrepios. Ao anoitecer as ruas pareciam ambientes sob lei marcial. A vida e a dinâmica do lugar foram radicalmente alteradas, os locais de encontro e lazer desapareceram temporariamente, as lanchonetes, casa de computadores, bares e grupos de esquina experimentaram a escassez de vida e de pessoas.

Durante os 99 dias de ocupação foram apreendidos 203 quilos de drogas ilícitas, 172 pessoas foram presas, das quais, 31 tinham mandado de prisão decretado. Foram apreendidas 24 armas de fogo e 640 munições. Para chegar a estes resultados, mais de 50.000 pessoas foram vistoriadas, mais de 21.000 veículos, entre carros e motos, e cerca de 900 estabelecimentos comerciais. Se considerarmos que a região ocupada tem aproximadamente 200.000 moradores e uma alta densidade de crianças, praticamente todas as famílias tiveram membros, vizinhos, conhecidos e amigos, abordados pelas tropas. Para um universo de mais de 50.000 pessoas abordadas, o número ínfimo de 0,34 % de pessoas presas em flagrante ou foragidas da Justiça recapturadas e 24 armas apreendidas, não justificam uma ocupação deste porte. Resultados semelhantes poderiam ser atingidos com uma mobilização menor de

força e uso de inteligência, causando menos antagonismos entre as polícias e a população local. Tais números seriam, provavelmente, atingidos ocupando qualquer outro lugar.

Para cada pessoa presa, foram mais de 290 pessoas enquadradas, e para cada arma apreendida, mais de 2.090 pessoas. Após sofrer uma abordagem policial, com toda truculência da Tropa de Choque ou da ROTA, sem manter nenhum tipo de ligação com atividades criminosas, os abordados, ainda que concordassem com a atuação policial, experimentaram aspectos da violência organizada e poderosa do aparelho de Estado. Desse modo, reafirmaram os antagonismos que suas formações identitárias elaboram em relação aos órgãos de segurança, abrindo um campo favorável e fornecendo conteúdo ideológico para organizações criminosas, além de reforçar o papel bruto do Estado em relação aos pobres da cidade e sua visão militarista dos problemas urbanos.

A expressiva quantidade de abordados e vistoriados demonstra a criminalização da população local. A ausência de discriminação entre pessoas envolvidas e não envolvidas em atividades criminosas revela claramente que, ainda que não seja esta a intenção, a população local passa a ser um alvo geral. A dificuldade do Estado em detectar, entre a população civil, pessoas engajadas em atividades desviantes, ao contrário de produzir estratégias de inteligência, sufocamento dos fluxos ilegais e investigação dos operadores envolvidos, produz estratégias de

criminalização de uma população civil inteira. Caso estivéssemos em um estágio regular de conflito armado, poderia produzir efeitos, mas como se trata do Estado contra seu território e população, que devem ser integradas, mais cedo ou mais tarde, provoca negação, trauma e medo, ainda que produza sensação de segurança.

Assim, fica exposta a aleatoriedade e a arbitrariedade da ocupação que, não obstante, levanta muito mais desvantagens do que vantagens efetivas para a segurança pública, a desmilitarização da cidade e os antagonismos urbanos. As ocupações militares provocam em geral contrafinalidades mais ou menos previsíveis. Primeiro, as formas de trabalho informal, sem vinculação criminosa, diminuem, já as atividades ilícitas se valorizam, inflacionando temporariamente o preço da força de trabalho do tráfico varejista e dos operadores de desmontagem de carros furtados e roubados, os chamados desmanches, já que se tornaram temporariamente mais arriscadas. Os organizadores locais das atividades ilegais migraram para os bairros e cidades vizinhas, e até para as cidades da Baixada Santista, desconcentrando territorialmente operadores que estavam localizados e abrindo uma pequena disputa territorial entre pequenos grupos envolvidos com tráfico e o desmanche de carros, na medida em que os mais organizados, temendo a ocupação, se retiraram da área de cercamento e sítio, outros grupos se dispuseram rapidamente a ocupar o lugar, criando tensões territoriais.

Algo parecido ocorreu no Rio de Janeiro quando o governo do Estado decidiu enfrentar e ocupar as áreas em que o Comando Vermelho mantinha o poder local. Ao fazer a escolha de combater o CV e seus territórios, o Estado fluminense abriu espaço para o crescimento das organizações rivais, que lutaram para ocupar as áreas em que o CV havia sido desarticulado pelas forças de segurança do Estado. Ao combater especificamente o CV, o governo do Estado abriu brechas para tensões territoriais entre facções, criou as condições para o crescimento de outras organizações que não estavam na pauta de combate, desconcentrou o CV e o enviou para locais não dominados por organizações criminosas, além de facilitar o crescimento das milícias. A política da força e da contenção, em estado puro, só faz crescer e levantar contradições, além de jogar o Estado, que deveria prezar pelo bem de todos, ricos e pobres, numa atmosfera de guerra sem fim (MIR, 2004).

Diante disto, a elevação estrutural da violência, seu caráter fundador de identidades coletivas, sua aplicação à manutenção de ordens e ao cotidiano da reprodução social de agentes com déficits de poder, deixam a sociedade e o Estado diante de desafios quase intransponíveis.

Todavia, se podemos dizer algo a respeito de uma perspectiva de diminuição da violência em sua aplicabilidade cotidiana e seu papel

fundador, é que o diálogo e a política do diálogo, devem competir com as vantagens, ainda que precárias, que a violência é capaz de gerar (SOARES, 2005). Na formação de identidades, de vínculos primários e basais é necessário que o Estado e a sociedade civil atuem dialogicamente, oferecendo alternativas à política, reciprocidade, afetividade, apoio social e bem-estar que a violência é capaz de gerar em meio a grupos marginalizados. Se a violência é aplicada, é porque ela, de alguma forma, é capaz de gerar vantagens, como procuramos mostrar. É preciso oferecer vantagens que não estejam nela baseadas, mais no diálogo político entre Estado, grupos sociais e território.

Murray Bookchin (1999) levanta a seguinte discussão: um sistema econômico e político, assim como um sistema de valores tornam-se legítimos e legitimados na medida em que servem aos sujeitos e os tornam participantes ativos. Sendo assim, se a violência gera ou é mecanismo da geração de vínculos, formas de trabalho, renda e valores, é capaz de gerar formas instantâneas de poder para grupos sem autonomia, é ferramenta de estratégias econômicas ilegais, e, enfim, um meio de enquadramento social. É necessário que a sociedade civil e o Estado, em todas as suas esferas e escalas, passem a introduzir na vida cotidiana dos espaços e das gentes, formas de geração de vínculos, poder, estratégias econômicas, trabalho não-precário e renda, filiação e participação nos contratos sociais, para que haja então uma revanche de valores sociais e morais não violentos, para a redefinição de identidades

que racionalizam a violência, para sua incorporação à sociedade, à esfera estatal e à cidade, produzindo um sufocamento de opções pela violência e assim sua deslegitimação moral, no melhor sentido de Durkheim (1995), introduzindo-os também em campus que não estejam à sombra, no lado perverso das identidades coletivas geradas pelo processo de globalização da sociedade e do Estado brasileiro.

Todavia, isto não é algo que dependa de uma vontade política de parte da sociedade civil integrada ao contrato social ou por parte do Estado, até porque incluir os excluídos em contratos abrangentes, de modo a organizar estruturalmente a domesticação da violência, implica em diminuir privilégios de grupos incluídos e reordenar a posição destes grupos na sociedade, no Estado e no território. Isso não se faz sem embate político, que é extremamente difícil, já que os grupos incluídos se instrumentalizam do Estado, entre outras coisas, exatamente para conservar suas posições e os grupos marginalizados exatamente por isto tem seu poder muito limitado.

Assim, a domesticação da violência e a inclusão de identidades coletivas anômicas, precursoras para o bem e o mal das relações sociais, coloca o seguinte dilema para o Estado: incluir no contrato social grupos excluídos, mediante a distribuição de poder e mecanismos de geração de autonomia de diferentes naturezas, tendo que ajudá-los, sendo banco simbólico, como ressalta Bourdieu (1996; 2000), para que se tornem agentes políticos institucionais dentro das esferas em que a violência seja

negada, seja ela contraviolência, seja ela violência do poder, sob pena de manter as atuais condições de restrição do contrato social e dos mecanismos de geração de poder, conservando as condições da crise atual, que empurra parte da sociedade e de seus territórios ao perverso espaço de fluxo dos negócios ilegais, no qual os mais pobres dão mais que sua força de trabalho e sua disposição para se integrar à ordem da centralidade do consumo, dão a própria vida.

Minimizar a violência significa criar mecanismos, estratégias políticas e econômicas que possam oferecer vantagens comparativas com a baixa-criminalidade, com os vínculos sociais aí enraizados, com a afetividade e sexualidade daí derivada, com o prestígio e o status gerados, a partir desse ethos e processo de identificação viril, sendo o Estado o principal agente de oferta e indutor destes mecanismos. É necessário, ainda, minimizar o processo de militarização da vida cotidiana e fomentar ao máximo o convívio de identidades diferentes e desiguais no espaço público, estatal, econômico, midiático, religioso e nos espaços de lazer, sem, contudo, esquecer o conflito que está posto a estes sujeitos, buscando canalizá-lo para espaços de negociação onde não cabem formas violentas, apenas o diálogo e sua positividade. Não que estas experiências não existam, mas é preciso que elas se tornem sistêmicas na formação da geopolítica cotidiana das cidades e metrópoles, e que elas possam concorrer com o processo de militarização que nos joga a todos num espaço de medo. Para concluir, o déficit de poder de um conjunto

de atores urbanos e de seus respectivos territórios, a que continuamos a chamar de periferias, precisa ser revertido sob pena de continuarmos vivendo esta “estranha guerra civil brasileira”, na qual o Estado e a Sociedade violentam parte de seu próprio território e corpo de cidadãos...

BIBLIOGRAFIA

ABEX JR, José. Shownalismo: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994, p. 199-322.

AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. História da classe operária: Infância dura – Resistência de 1888 a 1919. 2º Caderno, 1985.

_____. História da classe operária: Idade difícil – 1920-45. 3º Caderno, 1986.

_____. História da classe operária: Amadurecimento – 1945 a 1964. 4º Caderno, 1989.

_____. História da classe operária: Resistindo à ditadura – 1964 a 1978. 5º Caderno, 1990.

_____. História da classe operária: O grande desafio – 1978 – 1988. 6º Caderno, 1996.

ADAMS, David. Evitando a violência local. São Paulo: Palas Athena, 2003.

ADORNO, Sérgio. Adolescentes, crime e violência. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. F. e SPOSITO, M. P. (Orgs). Juventude em Debate. São Paulo: Cortez – Ação Educativa, 2000, p.97-109.

_____. Conflitualidade, violência e impunidade: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. In: A gestão urbana do medo e da insegurança. Tese de Doutorado. FFLCH-USP: São Paulo, p.4-43,1996.

_____ e CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio, São Paulo (Brasil) 1980-1989. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UERJ - FEU, 1996. p.66-90.

ADRIANO, Jaime Rabelo; SANTOS, Max André e FERREIRA, Sibeles M. G. Manual de Planejamento, 1998.

AMORIM, Carlos. CV e PCC: a irmandade do crime. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2004.

ANDI. Balas Perdidas: Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da violência. Brasília, DF. 2001.

ANDRADE, Elaine Nunes de (Org). Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Selo Negro, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4.ed. São Paulo: Boitempo 2001.

- AMENDOLA, Giandomenico. La ciudad postmoderna. Madrid: Ed. Celeste, 2000.
- AUED, Bernardete Wrublewski. (Org) Educação para o (des) emprego: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 2000.
- BAKER, Phil. Cidade secreta: psicogeografia e devastação em Londres. São Paulo, 2004.
- BAKUNIN, Michael Alexandrovich. A igreja e o Estado. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.75-80.
- _____. A ilusão do sufrágio. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.98-9.
- _____. Os perigos de um Estado marxista. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.171-2.
- _____. O que é Autoridade. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.285-9.
- _____. Deus e o Estado. São Paulo: imaginário, 1999.
- BARCELLOS, Caco. O Abusado: O dono do morro Santa Marta. Rio de Janeiro – São Paulo, 2003
- BARELLI, Walter. És o avesso do avesso. Revista Estudos Avançados. São Paulo. v.17, n.43, janeiro/abril, 2003, p.7-20.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular, 1999.
- BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BENJAMIN, César (Org). A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- _____. ELIAS, Cesar. Brasil: crise e destino; entrevista com pensadores contemporâneos. São Paulo: Expressão popular, 2000.
- BERKMAN, Alexander. A violência do mundo das leis. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.171-2.
- BEY, Hakim. TAZ: zona autônoma temporária. São Paulo: Conrad editora, 2001.
- BOOKCHIN, Murray. Municipalismo Libertário. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.
- BOSI, Ecléa. Memória da cidade: Lembranças paulistanas. Revista Estudos Avançados. São Paulo. v.17, n.43, janeiro/abril, 2003, p.198-211.

- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2000.
- _____. Razões Práticas: sobre a teoria da ação social. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURNE, Randolph. A guerra é a saúde do Estado. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.90-3.
- BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. Videologias. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio e POLETO, Frederico. Homicídios e violação dos direitos humanos em São Paulo. Revista Estudos Avançados. São Paulo. v.17, n.43, janeiro/abril, 2003, p.43-74.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003.
- CARR, Caleb. A assustadora história do terrorismo: uma história da guerra contra civis. São Paulo: Prestígio editorial, 2002.
- CARVALHO, Maria Alice R. Cidade escassa e violência urbana In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (orgs) Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.47-74.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. 2ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.
- CERQUEIRA, Daniel e LOBÃO, Waldir. Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- CERQUEIRA, Daniel e LOBÃO, Waldir. Criminalidade: social versus polícia. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- CONSULTA POPULAR. O neoliberalismo: ou o mecanismo para fabricar mais pobres entre os pobres. São Paulo, 2000.
- COSER, Lewis A. Conflito. In: OUTHWAITE, W. e BOTTMORE, T. (Eds) Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p,120-3.
- COSTA, Fernando B. Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Editora Globo, 2004.
- CRANSTON, Maurice. Diálogo imaginário entre Marx e Bakunin. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.
- CUNHA, Olívia M. G. Cinco vezes favela: Reflexão. In: SANTOS, J. V. T. dos. Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999, p.188-217.
- DA CUNHA, Fabiana Lopes. Da Marginalidade Ao Estrelato: o samba na construção da nacionalidade. São Paulo: Annablume, 2004.
- DAMIANI, Amélia Luísa. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: O Espaço no Fim de Século. A nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 118-131.

_____.A cidade (des) ordenada: Conceção e cotidiano conjunto habitacional Itaquera I. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH-USP, 1993.

DAYRELL, Juez. A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____.Introdução a uma crítica da Geografia Urbana. São Paulo, 1955.

DE MELLO, Frederico Pernambucano. Guerreiros do Sol: Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil. 2ed. Recife: Girafa, 2004.

DEMO, Pedro. Charme da Exclusão. 2.ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

DIEESE. Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: Artigos dos pesquisadores. São Paulo, 1999.

DIÓGENES, Glória. Grupos identitários e fragmentação social: a violência como marca.

DIPRO. Olhar São Paulo: violência e criminalidade. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2008.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, Jonh L. Os estabelecidos e os outsider: A sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEFFERMANN, Marisa. Vidas arriscadas. São Paulo: Editora Vozes, 2006.

FÉRREZ. Capão pecado. São Paulo: Objetiva, 2002.

_____.Manual prático do ódio. São Paulo: Objetiva, 2004.

FORRESTER, Viviane. Horror Econômico. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____.Uma Estranha ditadura. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

FREIRE, Paulo. Cidades Educativas. São Paulo, 2001.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor e NOTAKER, Henry. O livro das religiões. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

_____.A transformação da intimidade: amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GIRARD, RENÉ. A violência e o sagrado. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- GLASSNER, Barry. A cultura do medo. São Paulo: Francis, 2003.
- GLENNY, Misha. Mcmáfia: Crime sem fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- GODWIN, Willian. Sobre o castigo. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.107-13.
- GÓES, Eda. Violência Contemporânea: um novo paradigma? In: Estudos Sobre Ética: A construção de valores na sociedade e na educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. O Poder e o Fascínio da Mídia. In: Mídia, Terceiro Setor e MST. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.
- GOODMAN, Paul. A Política Normal e a Psicologia do Poder. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.84-9.
- GORKI, Máximo. Os inimigos. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- GÚERIN, Daniel. Michael Alexandrovich Bakunin: Textos Anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GUIMARÃES, Maria E. A. Do samba ao rap: música negra no Brasil. Tese de doutorado, IFCH –UNICAMP, Campinas, 1998.
- HALL, Peter. Cidades do Amanhã: Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. Perspectiva: São Paulo, 1995.
- HAUG, Wolfgang Fritz. A Crítica à Estética da Mercadoria. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- HERSCHMANN, Micael. As imagens das galeras funk na imprensa. . In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (orgs) Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.163-196.
- HOBBS, Thomas. Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- HOBBSAWM, Eric J. A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991. 2ed. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- IANNI, Octávio. Sociedade Global, História e Transculturação. In: SANTOS, J. V. T. dos. Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999, p.43-65.
- IMBERT, Gerard. Los escenarios de la violencia: conductas anomicas y ordem social enn la España actual. Barcelona: Icaria Editorial, 1992.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Representações sociais e esfera pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

- JOYEX, Maurice. Reflexões sobre a Anarquia. São Paulo: Imaginário, 1999.
- KEEGAN, John. Uma história da guerra. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. Marx: vida e obra. São Paulo, 1998.
- KRISIS. Manifesto Contra o Trabalho. São Paulo, 1999
- LARANJEIRA, Sônia M. G. A realidade do trabalho em tempo de globalização: Precarização, exclusão e desagregação social. VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UERJ - FEU, 1996. p.123-141.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à Cidade. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- _____. A cidade do Capital. 2.ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- _____. A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999.
- LENIN, Vladimir. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- LINS, Paulo. Cidade de Deus. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2001.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MACHIAVELLI, Nicoló di Bernardo dei. Escritos Políticos. A arte da guerra. São Paulo: Martin Claret, 2004a.
- _____. O príncipe. Porto Alegre: L&PM, 2004b.
- MARTINS, José de Sousa. A exclusão e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. O subúrbio: Vida e história no subúrbio da Cidade de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista (1848). GOTHÁ: Comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão (1875). Porto Alegre: LP&M, 2001.
- MELLO, Sérgio Cândido de Mello. A razão do voto: A cultura política dos setores populares da cidade de São Paulo. São Paulo: Letras a margem, 2002.
- MICHAUD, Yves. La violência. Madri: Acento Editorial, 1998.
- MIR, Luís. Guerra Civil: Estado e trauma. São Paulo: Geração editorial, 2004.
- MONTES, Maura L. A. Violência, cultura popular e organizações comunitárias. In: SANTOS, J. V. T. dos. Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999, p.218-233.
- MORAIS, Régis. O que é violência? São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MUNFORD, Lewis. A cidade na história. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- NETO, Ana Maria Q. F. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER,

- K. M; HERSCHMANN, M. (orgs) *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.221-235.
- NETO, José Apóstolo. Dos racionais aos emocionais: um olhar marginal da relação música, favela e dinheiro. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano III, nº27, 2003.
- NETO, Nécio Turra. *Enterrado vivo. Identidade Punk e Território em Londrina*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- OLIVEIRA, Marco Davi de. *A religião mais negra do Brasil: Porque mais de 8 milhões de negros são pentecostais*. São Paulo: MC, 2004.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- _____. *A revolução dos bichos*. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. p. 09-68.
- PERALVA, Angelina. *Violência e Democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (orgs) *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- PHOUDON, Pierre-Joseph. Para Karl Marx. In: WOODCOCK, G (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.126-7.
- _____. *A origem da revolução*. In: WOODCOCK, G (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.153-4.
- _____. *A velha e a nova sociedade*. In: WOODCOCK, G (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.268-3.
- _____. *A revolução e a nação*. In: WOODCOCK, G (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.290-3.
- PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. *Hooligans: barbárie e futebol*. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *Faces do fanatismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p.248-61.
- _____. *Torcidas organizadas: brutalidade uniformizada no Brasil*. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *Faces do fanatismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p.262-81.
- PINTO, Celi Regina Jardim. O sujeito insuficiente: a dupla face do esgotamento do sujeito político no fim do século XX. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ - FEU, 1996. p.101-117.
- QATHAFI, Muammar Al. *Livro Verde*. Lisboa – Portugal: Editora Renascença, 1987.
- READE, Herbert. O anarquismo e o impulso religioso. In: WOODCOCK, G (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.68-72.

- KEHL, Maria Rita. Radicais, Raciais, Racionais: a grande fátoria do rap na periferia de São Paulo. *Revista São Paulo Em Perspectiva*. v13, nº3, São Paulo, 1999, p.95-106.
- KROPOTKIN, Peter. A prisão e seus efeitos. In: WOODCOCK, G (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.113-5.
- _____. Anarquismo e violência. In: WOODCOCK, G (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.170-1.
- _____. O crime do mundo livre. In: WOODCOCK, G (org). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.326-35.
- ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella e CASSEANO, Patrícia. *HIP HOP: A periferia Grita*. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2001.
- RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (orgs) *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.144-162.
- RUBY, Christian. *Introdução à Filosofia Política*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- SÁ, Celso Pereira. *Teoria do núcleo em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. *História, crise e dependência do Brasil*. São Paulo: Consulta Popular, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os fascismos sociais*. 1998.
- _____. *A bifurcação entre diálogo e violência*. Coimbra -Portugal: CES – Laboratório Associado, 2001.
- _____. *Cidadania contra guerra*. Coimbra -Portugal: CES – Laboratório Associado, 2003.
- _____. *O Estado sitiado*. Coimbra -Portugal: CES – Laboratório Associado, 2004 a.
- _____. *Escalas do despotismo*. Coimbra -Portugal: CES – Laboratório Associado, 2004 b.
- _____. *Sociologia da tortura*. Coimbra -Portugal: CES – Laboratório Associado, 2004 c.
- _____. *Constitucionalismos perversos*. Coimbra -Portugal: CES – Laboratório Associado, 2005.
- _____. *Uma Democracia de Baixa intensidade*. Coimbra -Portugal: CES – Laboratório Associado, 2006.
- SANTOS, José V. T. (Org). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. A natureza do espaço: Técnica, e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SAUL, Renato P. Comentários sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UERJ - FEU, 1996. p.118-122.

SENETT, Richard. Vida urbana e identidade personal. Barcelona: Ediciones Península. 2002.

SILVA, Hélio R. S. O menino, o medo e o professor Saarbrücken. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UERJ - FEU, 1996. p.25-47.

SINGER, Paul e MACHADO, João. Economia Socialista. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A (org). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

SOARES, Luís Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, C. A M.; RONDELLI, E; SCHOLLHAMMER, K. M; HERSCHMANN, M. (orgs) Linguagens da Violência. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.23-46.

_____. Novas políticas de segurança pública. Revista Estudos Avançados. São Paulo. v.17, n.43, janeiro/abril, 2003, p.75-96.

_____. ATHAYDE, Celso e BILL, MV. Cabeça de Porco. São Paulo: Objetiva, 2005. SODRÉ, Muniz. Samba: o dono do corpo. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

SOUZA, Marcelo L. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio- espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcos A. P. A honra de Acari. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UERJ - FEU, 1996. p.147-164.

SPOSATI, Aldaíza. Mapa da inclusão/exclusão social da Cidade de São Paulo. São Paulo: Educ, 1996.

_____. Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social.. São Paulo - SP, 2000.

- STADTLER, Hulda. Conversão ao pentecostalismo e alterações cognitivas e identidade. São Paulo: Rever, 2002.
- STINER, Max. Revolução e Insurreição. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.154-5.
- SUPLICY, Eduardo M. Renda de Cidadania: a saída é pela porta., São Paulo, Perseu Abramo, 2001.
- TAILLE, Yves de La. Violência: Falta de limites ou valor? Uma análise psicológica. In: ABRAMO, H. W; FREITAS, M. F. e SPOSITO, M. P. (orgs). Juventude em Debate. São Paulo: Cortez – Ação Educativa, 2000, p.110-134.
- THOREAU, Henry David. A desobediência civil. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- TORRES, Haroldo da Gama; MARQUES, Eduardo; FERREIRA, Maria Paulo e BITTAR, Sandra. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. Revista Estudos Avançados. São Paulo. v.17, n.43, janeiro/abril, 2003, p.97-128.
- TOSTOI, Leon. A violência das Leis. In: WOODCOCK, G (org). Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981, p.106-7.
- VALLA, Victor Vicente. Pobreza, emoção e saúde: uma discussão sobre pentecostalismo e saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.
- VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UERJ - FEU, 1996. p.164-182.
- VENTURA, Zuenir. Cidade Partida. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- VIANNA, Hermano. O funk como símbolo da violência carioca. In: SANTOS, J. V. T. dos. Violência em tempo de globalização. São Paulo: Hucitec, 1999, p.178-187.
- WACQUANT, Loic. Prisões da Miséria. São Paulo: Jorge Zahar, 2001
- _____. A ascensão do Estado Penal nos EUA. In: Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- WELLE, Wivian. A construção de identidades coletivas através do hiphop: uma análise comparativa entre rappers negros em São Paulo e rappers turco-alemães em Berlim. São Paulo, 2004, Tese de Doutorado.
- WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência? In: Tempo Social, Vol. 9, nº1, maio de 1997, p.5-41.
- WOODCOCK, George. História das ideias e movimentos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- YANCEY, Philip. Alma sobrevivente. São Paulo: MC, 2005.
- ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: Os enigmas da violência no Brasil. In: História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (Orgs). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UERJ - FEU, 1996. p. 91-100.

André Luís André